

Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Laís Grossi de Oliveira

ATIVISMOS E A CIDADÃO

REDES DE RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DO URBANO

Belo Horizonte
2016

Laís Grossi de Oliveira

**ATIVISMOS E A CIDADE:
REDES DE RESISTÊNCIA NA
PRODUÇÃO DO URBANO**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

G878a Grossi de Oliveira, Laís.
Ativismos e a cidade [manuscrito] : redes de resistência na produção do urbano / Laís Grossi de Oliveira. - 2016.
210 p. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

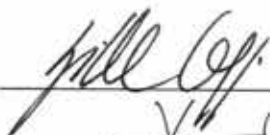
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Aspectos sociais - Teses. 2. Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Movimentos sociais urbanos - Teses. 4. Ativistas políticos - Teses 5. Tática política - Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

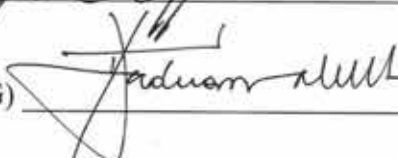
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 23 de setembro de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Silke Kapp (EA-UFMG - Orientadora)



Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG)



Prof. Dr. Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC-UFMG)



AGRADECIMENTOS

Às amigas e aos amigos, incansáveis nos momentos de festa, de trabalho, de tabelas infinitas, de correria, de conversas:

Aninha, que deu cara à linha do tempo;

Camila, Joana, Laura, Luna, Thaís, Maurício e Rod, companheiras de percurso, cuja convivência foi pra mim um dos grandes ganhos desse mestrado;

Júlia, rainha das tabelas, que revolucionou a linha de produção;

Lulis, com quem dividi muitas tardes de conversa, cozinha e corte de cabelo;

Mari e João, almas (tri) gêmeas e tradutores de última hora;

Minha mãe e Maria, leitoras cuidadosas que tomaram conta de minhas vírgulas, *'às, estes e istos'* fora de lugar e também das frases ininteligíveis;

Núria, sempre trazendo doses de ânimo, ao me lembrar das delicadezas do mundo. A maior delas, a Rita, irmã gêmea desta dissertação;

Raquel, companhia nas horinhas de descuido.

À Silke que me ajudou a dar sentido às informações reunidas ao longo do processo e que deixou mais leve um processo angustiante por si só.

Às professoras e professores dentro e fora de sala: Alícia, Ana Assis, Ana Baltazar, Heloísa, Júnia, Geraldo, Ró, Roberto Mont-Mór e Rogério.

À Rita e ao Felipe pelas contribuições durante o processo.

Aos companheiros da ASF-Brasil, que cobriram os buracos deixados nesse período de afastamento.

Às entrevistadas e aos entrevistados que dividiram comigo tantas impressões e visões de mundo que deram origem a inúmeras reflexões dentro e fora deste trabalho.

À Paula do NPGAU que nos ajudou a enfrentar as burocracias.

E à Capes pela bolsa que me permitiu dedicar a esta pesquisa.

RESUMO

O universo desta pesquisa é constituído por 39 ativismos urbanos de Belo Horizonte, entendidos como grupos da sociedade civil que se contrapõem à dinâmica espacial dominante. Busca-se compreender sua constituição enquanto atores coletivos na produção do espaço urbano, em especial nos momentos em que se faz possível a articulação entre os grupos, momentos estes em que sua representação política é ampliada. Para tal, a investigação apoia-se na análise de entrevistas com ativistas, da literatura produzida sobre o tema e do monitoramento das ações das fanpages dos ativismos no facebook entre setembro de 2015 e maio de 2016.

A cidade, enquanto produto e produtora das relações de dominação que se estabelecem em nossa sociedade, não poderia ter outra configuração que não desigual, fragmentada e segregada. Buscando romper essa dinâmica, os ativismos - que delimitam um universo de vasta diversidade de abordagens, táticas, posicionamentos políticos e temáticas de luta - emergem como uma força na disputa pela produção do espaço urbano, junto ou - o que é mais comum - contra o Estado e a iniciativa privada.

É evidente a assimetria de poderes nesse contexto sobretudo ao considerarmos que, frequentemente, os ativismos estão em oposição aos demais atores. Algum aumento de expressividade e, portanto, de poder político é alcançado, quando articulações em torno de lutas comuns são empreendidas. Entretanto, conformadas em momentos de emergência, quando perdas são vislumbradas, configuram-se, sobretudo, como redes de resistência.

Palavras chave: Ativismos urbanos, Belo Horizonte, Movimentos Sociais, Lutas urbanas, Produção social do espaço, Redes de resistência

ABSTRACT

The universe of this research consists of 39 urban activisms from Belo Horizonte, Brazil, understood as civil society groups that counteract the dominant spatial dynamics. We seek to understand their constitution as collective actors in the production of urban space, especially in moments when it is possible to articulate groups, through which their political representation is enlarged. For such, the research relies on the analysis of interviews with activists, on the literature produced on the subject and on monitoring the actions of activisms' fanpages on facebook, between September 2015 and May 2016.

The city, as a product and producer of the relations of domination that are established in our society, could not have another configuration than an unequal, fragmented and segregated one. Seeking to break this dynamic, the activisms – that delimit a universe of wide approaches, tactics, political positions and claim issues – emerge as a force in the dispute over the production of urban space, with or (more commonly) against the State and the private initiative.

It is evident the asymmetry of power in this context, mainly when we consider that, frequently, activisms are in opposition to the other actors. A raise of expressivity and, therefore, political power is achieved when articulations surrounding common struggles are undertaken. However, shaped in moments of emergency when losses are expected, they configure, above all, networks of resistance.

Keywords: Urban activisms, Belo Horizonte, Social Movements, Urban struggles, Social production of space, Networks of resistance.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	7
<u>ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA URBANA</u>	17
Lefebvre, Gramsci e o espaço hegemônico	18
Construção de uma história	22
Formação (~1897-1964)	25
Golpe (~1960-1983)	29
Retomada (~1975-1988)	30
Institucionalização (~1985-2009)	34
<u>NOVOS ATIVISMOS URBANOS</u>	37
Emergência da juventude	38
Luta Institucional, Luta direta dos novos ativismos	43
Espaço digital	51
Articulações	56
Redes na rede	60
<u>LUTA ESPACIALIZADA E ARTICULADA</u>	67
Redes Ativistas na produção da cidade	68
Praia da Estação	70
Jornadas de Junho e o surgimento da APH-BH	72
A Primeira Ocupação da Câmara Municipal	75
Ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte	77
#ResisteIzidora	78
Ato 15M: o Direito à Cidade como unificador dos ativismos?	81
Copa do Mundo Fifa de Futebol 2014	83
Segunda Ocupação da Câmara Municipal	86
Ocupa Direcional	88
Frente Ampla Contra o PL 2946/2015	88
Crise Política	90
Considerações finais	111
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	115
<u>APÊNDICE - LINHA DO TEMPO DOS ATIVISMOS DE BELO HORIZONTE</u>	120

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRAFOS

- 53 Tabela 1: As “curtidas à fanpage Resiste Izidora
- 65 grafo 1 | rede de grau 1
- 66 grafo 2 | rede de grau 2
- 93 grafo 3 | #resisteizidora
- 94 grafo 4| segunda ocupação da câmara municipal
- 94 grafo 5| pl2946
- 95 grafo 6 | crise política
- 101 grafo 7 | setembro 2015
- 102 grafo 8 | outubro 2015
- 103 grafo 9| novembro 2015
- 104 grafo 10|dezembro 2015
- 105 grafo 11| janeiro 2016
- 106 grafo 12|janeiro 2016
- 107 grafo 13| março 2016
- 108 grafo 14|abril 2016
- 109 grafo 15| maio 2016

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO	Ação Católica Operária
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AGE	Advocacia Geral do Estado
AMABEL	Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte
Amau	Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
APH-BH	Assembleia Popular Horizontal
ASF-Brasil	Associação Arquitetos Sem Fronteiras - Brasil
AUTC	Associação de Usuários de Transporte Coletivo da Grande Belo Horizonte
BH	Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEDES	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
Cephap	Conselho Estadual de Planejamento e Habitação Popular
CGO	Custo de Gerenciamento Operacional
Chisbel	Coordenação de Habitação de Interesse Social
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CNH	Conselho Nacional de Habitação
CNH	Conselho Nacional de Habitação
COMOPOM	Cooperativa do Movimento Popular
COMPUR	Conselho de Políticas Urbanas (COMPUR)
Comupra	Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu
COPAC	Comitê dos Atingidos pela Copa
COPAM	Conselho de Políticas Ambientais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRTT	Comissão Regional de Transporte e Trânsito
FAMOBH	Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte

FNH	Fundo Nacional de Habitação
FTFBH	Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JOC	Juventude Operária Católica
MLB	Movimento de Luta nos Bairro, Vilas e Favelas
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPL-BH	Movimento Passe Livre - BH
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OP	Orçamento Participativo
OPH	Orçamento Participativo da Habitação
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNH	Plano Nacional de Habitação
PROVAVELA	Programa Municipal de Regularização de Favelas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PV	Partido Verde
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
Serfhau	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SSQN	Serviços de Qualquer Natureza
UDC	União de Defesa Coletiva
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal do Estado de Minas Gerais
UMPE	União dos Movimentos Populares Independentes
UNA-BH	Centro Universitário Una
Urbel	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
UTP	União de Trabalhadores de Favela



INTRODUÇÃO

A cidade é produto de uma realidade em que se performam relações de dominação como aquelas entre classe, raça e gênero. As cidades contemporâneas, portanto, não poderiam ter outra configuração que não desigual, fragmentada e segregada. Trata-se de espaços em que os mais pobres, em sua maioria negros, são expulsos dos centros, para periferias carentes de infraestruturas e serviços. Enquanto isso, os mais ricos se auto-segregam protegidos por seus aparatos de segurança. São espaços em que os interesses econômicos se sobrepõem aos ambientais e aos sociais, em que áreas verdes são substituídas por grandes condomínios e córregos são tamponados e retificados, em que os espaços públicos são privatizados e seu acesso negado a frequentadores indesejados (os moradores de rua, os de periferia, os vendedores ambulantes), em que o modelo rodoviarista com base no veículo individual é o dominante, em que direitos, assim como aquele à habitação, são tratados como produto, e que, em razão de megaeventos, inúmeras famílias são despejadas. São espaços em que somente um modo de vida, um modo de se relacionar com a natureza, um modo de produção - o do conhecimento científico e fragmentado - são aceitos, homogeneizando a cidade e a vida de seus habitantes.

Nesse cenário, lutas urbanas coletivas surgem como fagulhas de esperança: seriam elas capazes de promover mais justiça e igualdade em nossas cidades?

O presente trabalho nasce dessa expectativa e em uma conjuntura de retomada do interesse acadêmico pelas lutas urbanas. Após um período de notória aproximação da Academia com a temática (entre a redemocratização e o fim dos anos 1980), a desarticulação das lutas influenciou seu abandono como objeto de pesquisa. Sua volta relaciona-se justamente à nova emergência dessas lutas, sobretudo após junho de 2013, quando milhões foram às ruas trazendo as mais diversas pautas de reivindicação. Como observa Marcelo Lopes de Souza “parece que há uma relação evidente entre a força (aí incluída a visibilidade pública) dos ativismos e o interesse acadêmico por eles” (Souza, 2009, p.13).

A sociedade civil emerge como possibilidade de contraponto às dinâmicas urbanas dominantes, em geral advindas de uma consonância entre iniciativa privada e Estado. Nesse contexto, o urbanismo, entendido como a instância oficial de controle do urbano, reforça as desigualdades estruturais da sociedade. Pode-se registrar, porém, tanto uma atuação conservadora por parte da sociedade civil, reforçando o *status quo*, quanto, eventualmente, o Estado atuando na amenização de desigualdades (Souza, 2006; 2008 e 2004).

As ações da sociedade civil e seus impactos não podem ser entendidos como casos isolados. Torna-se central apreendê-la como um ator coletivo que age na produção da cidade, junto ou - o que é mais comum - contra o Estado e a iniciativa privada. Para tanto, é necessário compreender como se configura e as articulações que se desenvolvem entre os grupos que constituem esse ator.

Desde o contexto de Belo Horizonte, busco investigar movimentos, ativismos, associações, comitês, fóruns, coletivas e coletivos¹ para os quais o espaço é elemento catalisador de suas ações, de referência identitária ou condicionante de suas táticas e estratégias. Grupos que, em última instância, tenham o objetivo de transformar as dinâmicas do espaço urbano². É central para eles a luta pelo acesso à cidade e aos seus equipamentos e serviços, mas, mais ainda, a questão do direito à cidade tal como defendido por Lefebvre (2008): o direito de transformar a cidade, de participar na tomada de decisão sobre seus rumos e dela se apropriar.

A centralidade do espaço baseia-se em seu papel, observado por Lefebvre (2006), como produto e produtor das relações sociais. O autor concentra-se em sua função na manutenção do modo de produção capitalista, apesar de sinalizar o papel do espaço também na reprodução de outras relações de dominação como aquelas de raça e de gênero. Se ele possui essa importância na reprodução dessas assimetrias, não seria possível seu uso subversivo? O próprio Lefebvre afirma em *A produção do espaço* que uma transformação social somente é completa se também se modificam sua espacialidade e sua temporalidade, ou seja, que o espaço e o tempo produzidos por essa nova sociedade não reflitam ou reforcem as relações de dominação por ela combatidas (Lefebvre, 2006). Dessa forma, o espaço, como meio de produção, controle e dominação, carrega o potencial de transformação (Lefebvre, 2006).

Tomarei emprestado de Marcelo Lopes de Souza o termo *ativismo urbano em sentido forte* - ou apenas *ativismo urbano* quando o contexto estiver claro - para denominar os grupos desta pesquisa. Encaixam-se nessa categorização grupos da sociedade civil que se contraponham às dinâmicas espaciais urbanas dominantes com ações públicas organizadas e relativamente duradoras (mais do que uma passeata, por exemplo) (Souza, 2004). Em contraposição a «movimento social», mais correntemente adotado na literatura acadêmica sobre atores coletivos da sociedade civil, a adoção do termo serve para contornar duas questões. A primeira delas, é a necessidade levantada pelo autor de diferenciação entre grupos da sociedade civil com um horizonte de transformação mais amplo daqueles que

1 Todos esses termos são utilizados pelos grupos para se autodenominarem.

2 Obviamente o espaço urbano enquanto lócus do poder e da política é uma pauta que atravessa todos os ativismos urbanos, que inclusive podem utilizá-lo de forma estratégica. Entretanto sua dinâmica é uma pauta secundária, não constituindo o cerne desses ativismos.

se atêm à solução de problemas pontuais e localizados. O termo movimento social deve reservar-se àqueles que lutam por transformações estruturais e ambiciosas.

A segunda razão, é que os grupos de estudo se autodenominam de inúmeras maneiras, evidenciando muito de seus valores fundamentais. Os integrantes da Praia da Estação³ (um dos grupos aqui investigados), por exemplo, rechaçam enfaticamente as denominações movimento e coletivo, por acarretarem uma série de pressupostos com os quais não se identificam. Desse modo, o termo *ativismo urbano* é, por sua generalidade, capaz de abarcar toda a pluralidade de organizações e associações coletivas, sem, no entanto, imprimir sobre elas os sentidos atrelados a termos mais correntes.

Embora relevantes, não pretendo ocupar-me neste trabalho das discussões a respeito do termo *movimento social* e sua distinção das demais ações coletivas. Isso porque restringir-me aos grupos que trazem horizontes de luta radicais poderia resultar em duas posturas opostas, mas igualmente perniciosas. Uma primeira seria enquadrar determinados grupos na categoria *movimentos sociais* como forma de legitimá-los e reconhecer sua importância, ignorando, porém, o caráter restrito de suas ações e a falta de questionamentos a problemas estruturais na reprodução de relações sociais. Outra seria desconsiderar iniciativas capazes de transformações que, mesmo parcelares e não estruturais, contribuem na produção da cidade.

Foram selecionados 39 ativismos urbanos com atuação em Belo Horizonte, conformando um universo com vasta diversidade de abordagens, táticas, posicionamentos políticos e temáticas de luta, o que podemos ver sintetizado na figura a seguir (fig. 1). A marcação temporal é uma informação importante, pois grupos anteriores e atuais possuem diferentes formas de atuação e de articulação. Os ativismos internos ao retângulo cinza são aqueles denominados ao longo do trabalho como *novos ativismos urbanos*, em contraposição aos *tradicionais*. É também uma marcação temporal importante à sua dinâmica, os protestos de junho de 2013. Uma série de ativismos surgem após esse período, como é possível perceber na figura. Alguns, como a Assembleia Popular Horizontal (APH-BH), o Tarifa Zero e o Movimento Passe Livre - BH (MPL-BH) são reverberações diretas dos protestos. Embora não seja possível estabelecer essa mesma relação com outros ativismos pós-junho, evidentemente, eles foram influenciados pelo imaginário que surge após o período, alimentados pelo impacto da escala dos protestos e pela sinalização de ganhos e transformações que pareciam finalmente se concretizar.

As linhas que juntam os ativismos demonstram as diferentes categorias aos quais eles pertencem tomando por base aspectos como forma de organização, pautas, posição po-

líticas, conjuntura de criação etc. Não pretendo esgotar aqui essas categorias, limitar-me-ei àquelas importantes ao contexto do trabalho e que serão discutidas em capítulos posteriores:

1. Ativismos urbanos tradicionais com a pauta da habitação - grupos surgidos entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990. Em seus primórdios protagonizaram inúmeras ações diretas, desde grandes manifestações a ocupações de áreas vazias e lugares simbólicos. Devido à relação estreita com os partidos surgidos após o fim da ditadura civil-militar (sobretudo, mas não exclusivamente, o Partido dos Trabalhadores), eles foram sendo aos poucos incorporados ao aparelho estatal e aos canais institucionalizados de participação, abandonando, assim, as ações diretas;
2. Ativismos urbanos com a pauta da proteção ambiental - defendem a preservação das áreas de importância ambiental na cidade, sempre em perigo pela expansão urbana ou pelos interesses econômicos na exploração de recursos naturais. É ainda parte de sua pauta a recuperação de áreas e cursos d'água degradados pelo modo de vida urbano;
3. Ocupações urbanas para fins de moradia - diante da ineficiência na provisão pública de moradias, a tática foi retomada sistematicamente após 2009 por alguns ativismos de Belo Horizonte. Existem hoje dezesseis ocupações urbanas no município de Belo Horizonte, nas quais mais de 9 mil famílias residem (Bittencourt, Et al. 2016). Fazem parte também dessa categoria, os ativismos apoiadores das comunidades;
4. Ativismos ligados à pauta da mobilidade - desde 1987 existem ativismos locais atuando pela melhoria do transporte público. Outras pautas são trazidas para a discussão da mobilidade urbana com os cicloativismos já na segunda metade dos anos 2000. Sob influência de outros grupos do Brasil e pelas Jornadas de Junho de 2013, surgem novos ativismos na luta por um transporte público gratuito.
5. Ocupações de espaços públicos e vazios para outros fins - elas dividem a mesma tática que as ocupações para fins de moradia - ação direta e apropriação de espaços urbanos subutilizados - , mas com objetivos distintos. As intervenções culturais são importantes ferramentas de ação desses ativismos, que trazem pautas distintas como direito das mulheres, o combate a práticas de higienização, à privatização da cidade e ao descaso em relação ao patrimônio construído;
6. Ativismos de relação direta com os protestos de 2013 e a Copa do Mundo de

2014 - ativismos que surgiram como resistência aos diversos impactos das obras da Copa do Mundo Fifa de Futebol 2014 ou como um reflexo direto dos protestos de 2013, em que a melhoria do transporte público e as violações promovidas em nome do megaevento emergiram como pautas;

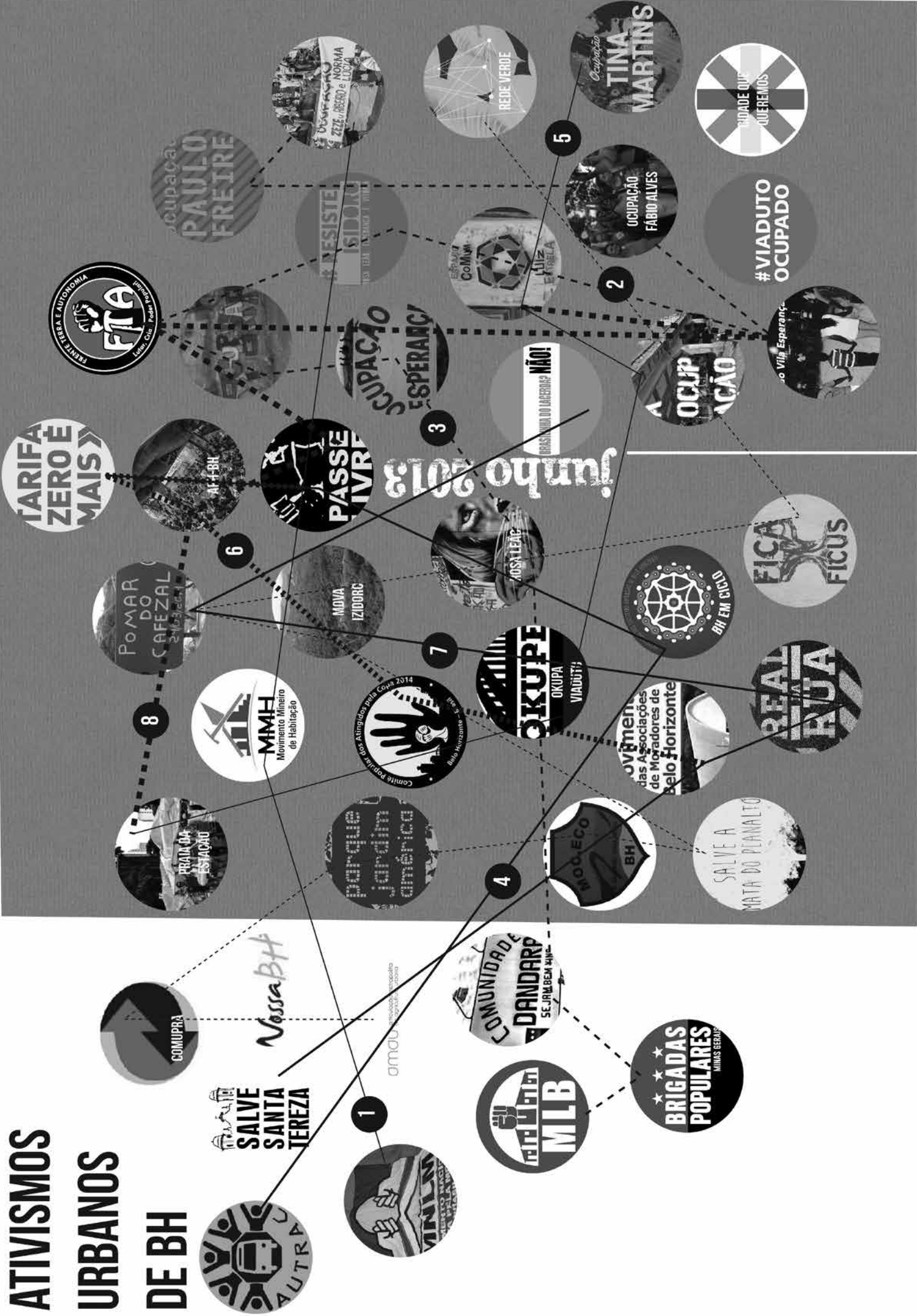
7. Associações de bairro e de defesa local - os grupos constituíram-se pela luta por melhorias locais e para resistência a processos que colocam em risco a permanência de seus moradores ou sua qualidade de vida;
8. Campo libertário - o termo tem sido correntemente utilizado para autodenominação de grupos ligados ao ideário anarquista e autonomista e indica “certa ampliação das perspectivas de ação, assim como expressa uma vinculação mais próxima dos processos vivenciados pela juventude nos anos 1960 e 1970, do próprio movimento *punk* e da cultura do “faça-você-mesmo” (*do-it-yourself*)” (Oliveira, 2012, p. 54). O posicionamento incisivo de seus ativistas influencia nos diversos grupos em que tomam parte, ainda que, frequentemente, em minoria. É o caso da Praia da Estação, do COPAC e da APH-BH. Há, no entanto, grupos predominantemente compostos por ativistas de tal linha de pensamento, como o FTA e o MPL-BH.

Uma vez delimitados os ativismos urbanos, iniciou-se a tentativa de apreender sua forma de atuação e articulações. Essas performam-se tanto no espaço físico, quanto no digital e possuem forte relação de complementariedade.

Apesar de a ação direta constituir-se, para a grande parte dos novos ativismos, como sua principal linha de atuação, eles seguem apropriando-se dos canais institucionais. Como ação direta irei considerar aquelas que ocorrem fora do aparelho do Estado, “sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais” (Souza, 2012, on-line). Isso inclui ocupações e intervenções em determinados espaços, atos de rua, propaganda, campanhas e quaisquer outras possibilidades, desde que independentes do poder público estatal. Por outro lado, ação institucional é aquela que se desenvolve dentro de canais e instâncias oficiais de participação popular ou, ainda, na disputa por recursos públicos como fundos, orçamentos e editais.

As articulações são uma das características principais dos ativismos hoje, pois são a única possibilidade de resistência em uma sociedade também assim organizada (Castells, 2005). A identificação dessas articulações e das temáticas e acontecimentos capazes de mobilizar e articular os ativismos urbanos foram outros dados importantes na caracterização de suas relações. Para tal, entrevistas com ativistas dos grupos em questão foram

ATIVISMOS URBANOS DE BH



realizadas, junto à literatura acadêmica produzida sobre os ativismos em questão e ao monitoramento de suas *fanpages*⁴ no *facebook*.

A proximidade temporal e pessoal do tema tornou possível o acesso a atores diretamente envolvidos com os ativismos urbanos. Foram realizadas entrevistas com participantes de 34 grupos, nelas abordaram-se os objetivos dos grupos, suas formas de ação, as articulações existentes entre eles e diferentes atores, os momentos em que elas ocorrem, ativismos considerados relevantes e outras pessoas a serem entrevistadas.

As atividades das *fanpages* dos ativismos no *facebook* foram importantes para a apreensão das articulações por ele mediadas, sobretudo devido à possibilidade de coleta dos rastros deixados por essas interações. Uma vez traçadas as articulações travadas em ambiente digital, fez-se necessário confrontá-las com aquelas que se desenvolvem fora desse ambiente, utilizando-se para tal, as entrevistas e estudos sobre os grupos e esses momentos.

Uma característica marcante dos grupos é a grande quantidade de discursos produzidos sobre si em diversos formatos (textos, vídeos, imagens) e com diversas intenções (informativa, artística, protesto etc.). Esses, em geral elaborados de maneira independente, encontram na internet seu suporte fundamental. No contexto atual, o *facebook* por sua popularidade, tem sido um dos principais espaços para ação dos ativismos, ainda que eles utilizem também sites, *blogs*, *twitters*, páginas *wiki*, grupos de *whatsapp* etc.

Empreender uma pesquisa com seus acontecimentos ainda em curso traz diversos contratempos, como conclusões que poderão ser contraditas pelo próprio curso da história. Se assim for, que as informações aqui reunidas sirvam, ao menos, para embasar novas leituras retrospectivas à atual conjuntura.

Finalizar a coleta de dados é outra das dificuldades, pois sempre esperamos alguma novidade que possa mudar todo o curso dos acontecimentos. Entretanto a obrigação de finalização, ainda que provisória, deste trabalho resultou na suspensão das entrevistas e do monitoramento das ações no *facebook* no olho do furacão.

No contexto nacional, vivíamos a eminência do julgamento final do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff⁵ e um governo interino (e ilegítimo) em que diariamente novos retrocessos sociais ocorriam. Imobilizados e perplexos diante da supressão vertiginosa de ganhos conquistados ao longo de sua história - e, sabemos, engatinhá-vamos na construção de uma sociedade menos desigual - os ativismos procuram se opor,

4 Segundo o facebook, fanpages são as páginas “exclusivas para empresas, marcas e organizações.” Disponível em: https://www.facebook.com/bookmarks/pages?ref_type=logout_gear acesso em 27/08/2015

5 Após a finalização do trabalho, a presidenta Dilma Rousseff foi afastada de seu cargo.

tateando alianças e resistências possíveis nos atos, nas campanhas, nos contra-discursos diários, na “linguagem da fresta”⁶.

Na conjuntura local a proximidade de eleições municipais desenha um cenário de fragmentação entre os grupos. Parte dos ativismos empenha-se na tentativa de tomada do espaço da política, lançando seus próprios candidatos, buscando construir candidaturas para “mandatos abertos e compartilhados” (Cidade que Queremos, 2016, *on-line*) ou ainda apoiando candidatos historicamente envolvidos com suas pautas, enquanto outros discutem as contradições em despender energias, recursos e esperanças em um modelo político que consideram falido.

No primeiro capítulo, denominado *Espacialização da luta urbana* é discutido o papel central do espaço na reprodução de relações de dominação tais como de classe, raça e gênero. Por outro lado, discute-se o espaço também como meio de transformação, nascendo daí a necessidade de espacialização da luta urbana. Ainda nesse capítulo, um breve histórico dos ativismos urbanos é construído buscando realçar a emergência do espaço como ferramenta e objeto de luta e a conformação desses grupos como um ator na produção da cidade junto ao Estado e à iniciativa privada.

No segundo capítulo são apresentados os focos deste trabalho: os novos ativismos urbanos. Surgidos na segunda metade dos anos 2000, eles serão os responsáveis pela retomada das ações diretas e pela inserção de novos elementos: o meio digital como dimensão de luta e suporte para a produção de discurso, informação e mobilização; a disputa pelo espaço público; e os protestos-festa.

No terceiro capítulo são identificados momentos de articulação entre os ativismos, discutindo-se seus reflexos tais como ganhos políticos, mudanças na atuação e imaginário dos ativistas, novas estratégias de luta e conflitos. Essas articulações foram delimitadas tomando por base as entrevistas aos ativistas, a literatura acadêmica e o monitoramento das *fanpages* dos ativismos no *facebook* entre os meses de setembro de 2015 e maio de 2016.

O volume que acompanha este trabalho é composto pela Linha do Tempo, uma tentativa de recuperar rastros e impactos dos ativismos urbanos desde a fundação de Belo Horizonte até o presente.

6 A expressão foi criada por Gilberto Vasconcelos (1976) para nomear a estratégia utilizadas por diversos compositores brasileiros para burlar a censura durante a ditadura.



ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA URBANA

LEFEBVRE, GRAMSCI E O ESPAÇO HEGEMÔNICO

Que o espaço seja um importante elemento tanto na reprodução quanto na transformação da realidade parece hoje uma constatação trivial. Mas esse papel central do espaço não foi sempre reconhecido pelos ativismos urbanos, embora eles sempre tenham sido “agentes modeladores do espaço urbano” (Souza e Rodrigues, 2004, p.115). Para os novos ativismos o espaço emerge como um de seus elementos centrais, eclodindo em múltiplas facetas; ele é referência identitária, símbolo de pautas (habitação, infraestrutura etc.), componente de organização e parte do repertório de luta e resistência em práticas espaciais insurgentes, como ocupações de imóveis e espaços públicos, bloqueios de vias ou marchas (Souza, 2009, p.19-20). Os ativismos têm no espaço tanto um meio quanto um fim de suas lutas.

Considero que o espaço constitui um fim ou objeto de luta para ativismos que visam a permanência ou a transformação coletiva de determinada área, como por exemplo a resistência à remoção de uma favela ou a apropriação de uma edificação subutilizada. Já o espaço enquanto meio ou ferramenta é utilizado como suporte de ações para outras reivindicações, explorando seu valor simbólico, material ou político. É o caso de passeatas e protestos de rua. Pode haver sobreposição das duas dimensões, como no caso das ocupações urbanas para fins de moradia, cujo objetivo é a permanência num local específico, mas que envolvem disputas mais amplas por direitos e reconhecimento. Do contrário, tais ativismos não dariam tanta publicização aos momentos de entrada nesses espaços.

Lefebvre, na tentativa de entender como se mantêm as relações de dominação, sobretudo aquela do modo de produção capitalista, vai apontar em diversas oportunidades o papel central do espaço nesse processo. Para o autor é necessário superar a concepção corrente entre outros pensadores marxistas, de espaço como superestrutura. Ele enfatiza: “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza.” (Lefebvre, 2006, p.14). Mais do que somente resultado do modo de produção capitalista, o espaço é, portanto, seu produtor e reprodutor.

O urbanismo apresenta-se como a tentativa do Estado de controle da produção social do espaço e prática urbanas. A insistência em seu caráter pretensamente técnico e neutro encobre que o espaço por ele produzido é resultante da somatória de forças em sua disputa. Mais do que técnico, o urbanismo é político, e mais do que um espaço técnico, o urbanismo “elabora [...] um espaço político” (Lefebvre, 2008, p.161). Em um sistema caracterizado pela assimetria de poderes, o urbanismo serve, então, para legitimar decisões

relativas aos rumos das cidades que encerram estratégias de classe (Lefebvre, 1991, p.45).

Gramsci traz também aportes importantes à questão da manutenção do modo de produção capitalista. Em seu contexto, no início do século XX, muitos autores se ocuparam da tarefa de entender o fracasso da revolução comunista e de outras tentativas de supressão do capitalismo no ocidente. Nessa perspectiva ele desenvolve o conceito de hegemonia. O marxista italiano percebe a existência de um processo onde se fundem diferentes escalas (o Estado e a Sociedade Civil) e uma dupla estratégia de coerção (força) e de coesão (aliança). Dessa forma, a manutenção do poder de determinado grupo pressupõe uma aliança entre as classes que estão no poder e aquelas subordinadas, ou seja, entre dirigentes e dirigidos. Por outro lado, pressupõe também o uso da força contra os grupos não pertencentes a essa aliança quando necessário. Enquanto o poder assegurado pela força e pela punição, dá-se pelo aparato do Estado, o convencimento da sociedade civil torna-o estável (Gramsci, 2001).

Ao admitir que a manutenção do poder de determinados grupos se dá por meio desse processo ao qual Gramsci denomina hegemonia, o espaço, assim como seus outros produtos, será resultante da coerção – proibições e regulações – e também da coesão – ideologias e valores. Isso significa ainda que sua produção ocorre em duas esferas: no Estado e na sociedade civil. Enquanto no primeiro assegura-se pela lei a produção de um espaço que mantém reprimidos determinados grupos, na sociedade civil são perpetuadas e reforçadas as concepções espaciais dos grupos dominantes através dos aparelhos privados de hegemonia – a igreja, a Academia, a mídia etc.

Entretanto, mais do que o resultado dessa hegemonia, não poderia o espaço ser considerado um instrumento de sua manutenção? Isso se aproxima da noção de Lefebvre, já aqui apresentada, de espaço como meio de produção, controle e dominação das relações capitalistas.

Embora Lefebvre não tenha mantido um diálogo explícito com a obra de Gramsci como o fez com outros autores, diversos pontos de convergência podem ser traçados entre as obras. Para o urbanista Stefan Kipfer as obras dos dois autores são conectadas “por afinidades e orientações compartilhadas, não ligações diretas e conexões” (Kipfer, 2002, p.118, tradução nossa). Porém, em pelo menos uma oportunidade, Lefebvre relaciona o conceito de hegemonia com a produção do espaço:

Como a hegemonia deixaria de lado o espaço? Este seria tão-somente o lugar passivo das relações sociais, o meio de sua reunificação tendo

tomado consistência, ou a soma dos procedimentos de sua recondução? Não. Mais adiante, mostrar-se-á o lado ativo (operatório, instrumental) do espaço, saber e ação, no modo de produção existente. Demonstrar-se-á que o espaço serve e que a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo-se por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um 'sistema' (Lefebvre, 2006, p.33).

Lefebvre reconhece a existência do processo descrito por Gramsci, porém vai além, espacializando-o e urbanizando-o. O espaço urbano é fundamental para o exercício de uma hegemonia, pois materializa na vida cotidiana, onde predomina uma ordem próxima, a ordem distante, aquela do Estado e outras instituições (Lefebvre, 2006). O espaço gerado por esse processo hegemônico é denominado por Lefebvre como espaço abstrato. Sua produção ocorre pela fragmentação que marginaliza as diferenças e torna-o homogêneo, e pelo apagar de sua história, sobretudo os rastros das lutas sociais constituintes de sua produção.

Sobre a generalização do espaço abstrato, Kipfer (2008) observa na teoria de Lefebvre a importância da diferença. O espaço abstrato homogeniza não pela negação das diferenças, mas por sua incorporação de forma reduzida, gerando assim, formas mínimas - induzidas - de diferença (*minimal difference*), ou nas palavras de Kipfer:

[o] processo de produção e incorporação do espaço vivido no espaço abstrato consegue ser hegemônico não pela homogeneização da diversidade ou pela negação da diferença, como afirmam os pós-marxistas, mas pela incorporação de tipos particulares de diferenças mínimas na alienação de bens, segregação e reificação de particularismos.”(Kipfer, 2008, p.206. Tradução nossa)

Muitas vezes o processo de fragmentação e marginalização da diferença ocorre por meio de ações estatais, embora a segregação induzida pelo mercado devido ao alto preço da terra e a auto-segregação nos condomínios fechados sejam também processos que contribuam a isso.

Não é dada por Lefebvre a mesma atenção a outras relações de dominação que igualmente se reproduzem pelo espaço, para além daquela de classe. Em algumas oportunidades o autor levanta tais discussões sem que, entretanto, constituam uma questão central em sua abordagem.

Outras autoras e outros autores, aproveitando os aportes do filósofo, irão se aprofundar na discussão da manutenção dessas diferentes relações de dominação no e pelo espaço. Doreen Massey (1994), focando-se nas relações de gênero, observa como o espaço é fundamental na configuração de suas assimetrias. A autora atenta para o fato de que leituras do espaço focadas somente em seu aspecto econômico ignoram outros aspectos fundantes das relações entre indivíduos e espaço, tais como o gênero e a etnicidade. Parte daí a necessidade de considerar o espaço como produto e produtor não somente de uma organização econômica, mas da perversa conjunção de desigualdades que configuram um mesmo espaço pelo qual diferentes relações de dominação se perpetuam.

O geógrafo Eugene McCann (1999), na busca por entender a produção do espaço público contemporâneo nas cidades estadunidenses, reafirma a pertinência do pensamento lefebvriano, mas defende ser necessário agregar outras dimensões à leitura. O autor observa os constrangimentos às ações de mulheres, negros, gays, lésbicas, moradores de rua, jovens e idosos na cidade. Eles são produzidos pelas leis que buscam preservar as maneiras consensuais de estar no espaço, pela sociedade em geral, que constrange a presença e ações dessas minorias, e ainda pela autorregulação dos próprios indivíduos dominados. Por tais constrangimentos, a possibilidade de indivíduos marginalizados constituírem alguma identidade com o espaço, sobretudo o público, é anulada. É anulada ainda qualquer possibilidade de um espaço de “mente aberta” (*open-minded* nos termos de McCann, 1999, p. 180).

O espaço constitui-se, portanto, como a somatória de constrangimentos de classe e também de gênero, de raça, de etnia, que por ele operam e o configuram. Essa confluência torna ainda mais efetiva a manutenção de cada uma dessas relações de dominação.

Por outro lado, o espaço carrega, por suas contradições, o potencial de transformação dessa condição. Seu uso como instrumento de transformação nasceria da reivindicação ao direito à cidade, o que significa mais do que a luta por acesso universal a bens e serviços oferecidos na cidade, o direito de transformá-la. Junto à luta pelo direito à cidade deve-se articular a luta pelo direito às máximas diferenças, aquelas autoproduzidas e livres das identidades impostas externamente e já preestabelecidas. Esse espaço, onde o direito à cidade e a máxima diferença se encontram é, em contraponto ao espaço abstrato, o espaço diferencial (Lefebvre, 2006).

O espaço deve emergir, então, não somente enquanto ferramenta, mas também como objetivo dos grupos que empreendem transformações sociais, pois, somente é completa a transformação de uma sociedade quando também se modificam sua espacialidade (e

sua temporalidade) (Lefebvre, 2006). Ou seja, somente é completa uma transformação quando o espaço e o tempo produzidos por essa nova sociedade não reflitam ou reforcem aquelas relações de dominação por ela combatidas.

CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA

A retomada histórica das lutas coletivas pela cidade, aqui denominadas ativismos urbanos, deu-se na tentativa de identificar continuidades e descontinuidades desde a fundação de Belo Horizonte até aos dias de hoje. Trata-se de entender como modos de organização dos ativismos do passado, em particular no que diz respeito ao espaço enquanto ferramenta política e às articulações estabelecidas, levaram à constituição e às formas de ação dos ativismos urbanos atuais. É, ainda, uma tentativa de compreender como segmentos da sociedade civil cujas ações repercutem no espaço urbano passaram a ser reconhecidos como atores politicamente expressivos e quais são os reflexos desse reconhecimento nas relações que se estabelecem na produção do espaço urbano, sejam de aceitação e integração desses novos atores, sejam de cooptação e posterior neutralização. É, portanto, uma busca pelos sinais da emergência de setores da sociedade civil enquanto agentes coletivos na produção do espaço urbano ao longo da história da cidade de Belo Horizonte. Tal emergência apoia-se no pressuposto de que as questões urbanas não cabem somente aos técnicos, mas a todas e todos que têm suas vidas cotidianas impactadas, sendo legítimos os reclames de organizações coletivas pelo direito de tomada de decisões sobre a cidade e seus rumos.

Mais do que ganhos pontuais, talvez seja a conformação de um novo agente político no contexto da produção do espaço urbano a grande transformação advinda desses ativismos do passado. Evidentemente, o espaço de Belo Horizonte sempre se produziu para além da cidade formal resultante das ações do Estado e do capital privado. Antes mesmo da inauguração em 1896, uma favela no bairro Barro Preto e outra atrás da Praça da Estação, abrigavam juntas cerca de três mil pessoas (Guimarães, 1991, p.70). Essas ocupações e todas as outras surgidas ao longo da história da capital de fato conformaram o espaço urbano. Entretanto, não se pode dizer que tenham sido reconhecidas pelos demais agentes, como mostra o tratamento dado às favelas até 1948 pelo poder público. Foram muitas as remoções empreendidas para a abertura de novas áreas de expansão imobiliária, com sucessivas expulsões da população para as periferias e cabeceiras de córregos urbanos (Silva, 2013). Se sempre houve resistências locais e pequenas lutas pela permanência das favelas, foi somente com a articulação de um grupo maior, um sujeito coletivo, que ocorreu alguma mudança na forma de o Estado abordar essas áreas e sua população. Pode-se afirmar, portanto, que a sociedade civil emerge enquanto ator expres-

sivo na produção do espaço apenas quando resistências e ações isoladas se articulam nas lutas coletivas aqui denominadas ativismos urbanos.

As pesquisas já desenvolvidas sobre esse tema em Belo Horizonte trazem em sua maioria enfoques setorializados, parciais. O presente trabalho inclui a tentativa de reunir o material existente e evidenciar que ações ocorreram simultaneamente, mas de modo fragmentado e aparentemente isolado. Para identificar interseções, articulações e influências e, assim, traçar o histórico dos ativismos urbanos em Belo Horizonte, extraí informações da literatura acadêmica e, quando disponíveis, também de jornais e periódicos. Na Linha do Tempo que acompanha este trabalho apresento uma sistematização desses dados, com datas, imagens e fatos utilizados na construção das narrativas históricas e reflexões, mas cuja incorporação integral ao texto seria enfadonha e pouco clara. Por outro lado, essa sistematização pode interessar a leitores atentos a determinado(s) ativismo(s), sendo possível sua leitura de forma autônoma ou paralela a este texto.¹

Muitas lacunas ficaram a ser preenchidas. Enquanto determinados períodos e lugares foram exaustivamente pesquisados por diversos autores, outros deixaram apenas pistas escassas. O desequilíbrio de informações em relação às lutas urbanas fica particularmente evidente com relação ao período do chamado Movimento pela Reforma Urbana. É notável a bibliografia produzida sobre as ações da sociedade civil desde o golpe civil-militar, passando pela redemocratização e pela articulação de uma emenda popular para a Constituição de 1988, até a eleição dos primeiros governos municipais ditos progressistas (por exemplo: Bonduki 2007; Cardoso, 1997; Maricato, 1994; Costa, 1988), enquanto poucas pesquisas tratam dos ativismos urbanos antes do golpe. Samuel de Oliveira (2010), autor de uma pesquisa sobre movimentos de favela de 1959 a 1964 em Belo Horizonte, chama a atenção para essa concentração, argumentando ainda que, nas pesquisas acadêmicas, prevalece uma leitura simplificada do contexto político-social e dos ativismos anteriores à 1964, que reduz as relações entre Estado e associações comunitárias ao populismo, resultando no ofuscamento desses grupos, de suas ações e de seus impactos.

Contribuiu para a concentração das pesquisas no período da redemocratização, a aproximação entre academia e movimentos sociais justamente na mesma época. Marcelo Lopes de Souza (2009) considera que os estudos sobre os ativismos urbanos consolidaram-se no país durante os anos 1980, porque, pelo menos na área da Geografia, é o momento em que os acadêmicos passaram a contribuir com os ativistas. A emergência de um imaginário acerca do potencial revolucionário dos ativismos urbanos, que deslocam as lutas

1 A Linha do Tempo é apresentada em volume independente a este. Sempre que uma informação da Linha do Tempo for diretamente complementar ao texto, sinalizarei em nota com a sigla L.T. seguida do número da página na qual se localiza tal informação.

contestatórias da fábrica para o cotidiano, foi central para esse vínculo. Nas palavras de Samuel de Oliveira (2010, p. 19), os acadêmicos “vislubraram nesses grupos a força motriz para transformação radical da sociedade brasileira, e os perceberam como alheios à política institucional, sem referências no passado, um dado inovador com potencial para alterar a estrutura social”. O otimismo, inflado por alguns sinais de transformação, muitas vezes impediu análises capazes de captar a real complexidade dos ativismos urbanos.

Embora um pouco mais tarde esse deslumbramento tenha sido questionado em estudos críticos como o da socióloga Mercês Somarriba (1996), não deixamos de correr, hoje, o mesmo risco de interpretação eufemista dos colegas do passado, pois há novamente um movimento de aproximação entre os ativismos e a academia. Contudo, há também uma diferença relevante em relação ao período de redemocratização: se antes os ativismos urbanos eram protagonizados por grupos excluídos da sociedade e centrados na reivindicação por direitos básicos, como moradia e infraestrutura, atualmente observa-se o envolvimento de indivíduos de renda e escolaridade mais altas e demandas novas, como a preservação ambiental ou a apropriação de espaços públicos. Nesse contexto é cada vez mais comum que a figura do ativista se confunda com a do pesquisador, configurando acadêmicos-ativistas e deixando mais tênue a linha entre investigado e investigador. A conjugação pode trazer o rico olhar de quem vem de dentro e conhece em profundidade o universo em questão, mas pode igualmente trazer uma incapacidade de perceber as próprias contradições.

Alguns autores para além dos já citados foram particularmente importantes para a presente tentativa de compreender a história dos ativismos urbanos em Belo Horizonte. Tratando dos movimentos de moradia, utilizei os trabalhos de Mônica Bedê (2005), Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas (2015) e Rebekah Campos (2013). Bedê centra-se nos movimentos de habitação do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, analisando sua contribuição na construção de uma política municipal de habitação. Freitas traça um paralelo entre as lutas dos movimentos favelados pela aprovação do Profavela² em 1983 e a rede #ResisteIzidora que, desde 2014, articula diferentes setores da sociedade contra o despejo das ocupações na região norte da cidade. Já Campos apresenta a trajetória do Padre Piggi, da década de 1970 até hoje, na articulação de grupos na luta pela moradia. Sobre a pauta do transporte público, recorri à pesquisa de André Veloso (2015), que apresenta um extenso histórico dessa luta em nível local e nacional, bem como à publicação *Omnibus*, da Fundação João Pinheiro, que aborda o desenvolvimento do transporte rodoviário de passageiros em Belo Horizonte. Para a história da sociedade civil orga-

2 O PROVAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas, foi o primeiro programa para regularização de vilas e favelas do município e tinha como premissa a preservação das características dessas ocupações espontâneas.

nizada no contexto político-social da capital, foi valioso o livro *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*, organizado por Otávio Soares Dulci (1996), pois ele dá voz a diferentes atores do poder político, da administração e da segurança públicas e dos movimentos urbanos e sindicais.

Abordando lutas surgidas mais recentemente, cabe destacar os trabalhos de Igor Oliveira (2012), Carla Wstane (2013) e Daniela de Almeida (2016). Oliveira recupera a atuação dos grupos anti-sistêmicos e anticapitalistas do início dos anos 2000 para, a partir deles, entender as origens da chamada Praia da Estação, um ativismo que surgiu em 2010 contra a proibição de eventos na Praça da Estação pela Prefeitura de Belo Horizonte. Almeida, militante da agricultura urbana e testemunha de grande parte dessa recente luta no Brasil, traz a sistematização das ações na construção de políticas públicas relativas a esse tema. Wstane, numa dissertação sobre a gestão das águas urbanas, narra as ações de grupos da sociedade civil em defesa da preservação de cursos d'água.

FORMAÇÃO (~1897-1964)

Belo Horizonte sofreu por muitos anos a influência direta do governo estadual em suas questões locais. A necessidade de conciliação entre forças republicanas e aquelas remanescentes do velho regime, ligadas à antiga capital de Ouro Preto, foi o principal motivo para a forte intervenção do governo estadual (Ananias, 1996). Nesse contexto sócio-político delicado, foram concentrados os poderes executivos e legislativos na figura do presidente do Estado, responsável ainda por nomear o prefeito (Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2016). Eram eleitos pela população somente os membros do Conselho Deliberativo, cuja atuação se restringia ao orçamento e aos tributos municipais.

A Revolução de 1930, golpe de estado articulado contra a posse de Júlio Prestes que leva Getúlio Vargas ao poder, põe fim ao período denominado República Velha e fecha todas as casas legislativas do país – no caso de Belo Horizonte, o Conselho Deliberativo –, que só seriam reabertas depois da promulgação da nova Constituição, em 1934. A Câmara Municipal de Belo Horizonte foi fundada em 1936, representando a instituição do poder político em nível municipal.³ Mas já em 1937, com a instauração do Estado Novo, as casas legislativas foram novamente fechadas, voltando a atuar apenas depois do fim desse regime em 1946, ano em que finalmente se elege pela primeira vez um prefeito de Belo Horizonte.

³ No primeiro mandato da Câmara Municipal foram eleitos oito vereadores em um universo de 25 mil eleitores. Como o voto não era obrigatório, a população votante representou menos que 1/7 dos aproximadamente 180 mil habitantes da capital (IBGE, 1936).

Samuel de Oliveira (2011, p.42) chama a atenção para a relação direta entre o aparecimento dos primeiros ativismos urbanos e a instauração da Câmara Municipal em 1936, assim como seu arrefecimento depois de 1937 e seu fortalecimento depois de 1946. O retorno ao Estado democrático de direito e do voto representam um aumento da força política da população urbana, acentuando suas lutas. Essas são protagonizadas por associações de bairros e vilas, operando no registro da barganha de votos por melhorias locais, sem questionamentos mais amplos a respeito da cidade.

Um fato que marca a ampliação da atuação das associações por melhorias em bairros e vilas em Belo Horizonte é a luta contra o despejo da Vila Marmiteiros entre 1948 e 1957 (Oliveira, 2011, p.46)⁴. Evidentemente já havia ocorrido outras resistências a remoções em Belo Horizonte, uma cidade marcada desde o início por deslocamentos forçados da população pobre. Mas a falta de articulação dessa população com os demais favelados – que igualmente estavam ou estariam em risco em algum momento – e com outros setores da sociedade facilitava a ação agressiva das administrações públicas, chegando ao ponto de uma mesma população ser removida várias vezes. A trajetória da já mencionada favela do Alto da Estação, surgida ainda antes da inauguração da cidade, é ilustrativa desse contexto: em 1925 ela foi removida e os moradores se deslocaram para a Favela da Barroca; em 1930 foram despejados novamente e parte deles migrou para a vila Marmiteiros, onde então, em 1948, são ameaçados de despejo pela terceira vez (Silva, 2013, Apêndice I). Justamente nesse último processo surge uma articulação entre a associação local, a Igreja católica e outras associações de bairros e vilas, e a Vila Marmiteiros consegue permanecer e ser regularizada.⁵

O êxito da Vila Marmiteiros alimentou a confiança na união como estratégia de fortalecimento das lutas, o que se refletiu no surgimento de diversas associações para resistir a remoções forçadas e exigir melhorias locais, assim como na articulação entre associações nas chamadas Uniões de Defesa Coletivas (UDCs)⁶. Por sua vez, o poder municipal viu-se obrigado a rever a maneira de lidar com a população pobre depois que essa passou a se organizar coletivamente (Oliveira, 2010, p.34).

Data da mesma época o primeiro registro de ação coletiva organizada pela questão do transporte: em 1953 moradores do bairro Pompéia organizaram uma greve pela melhora dos serviços (Veloso, 2015, p.127). Essa ação, violentamente reprimida pela polícia, não gerou, entretanto, desdobramentos diretos comparáveis ao das ações dos movimentos de

4 L.T. 1894-1956

5 Em 1956 a prefeitura compra o terreno e, segundo dados da Urbel, sua regularização foi concluída em 2000 (Urbel, online).

6 L.T. 1894-1956

bairros e vilas⁷.

Por volta de 1960, partidos políticos, movimentos estudantis e sindicatos aproximaram-se dos ativismos urbanos, que acabam, em decorrência dessa aproximação, ampliando suas pautas para além das demandas locais e imediatas. Esse contato resultou na incorporação de novos repertórios de luta e em aumento das forças de pressão política, motivando, por exemplo, passeatas e ocupação de terrenos.

Antes de 1961, passeatas do tipo que conhecemos hoje eram usadas por sindicatos e outros grupos, mas não pelos ativismos urbanos. Esses encaminhavam suas demandas por carta, em reuniões com políticos ou, no máximo, partiam em bloco do local de moradia dos demandantes em direção ao órgão demandado. O potencial de uma ocupação do espaço urbano, mesmo que temporária, não era explorado. Em 4 de dezembro de 1961⁸, os movimentos favelados realizaram pela primeira vez uma forma de passeata com característica de performance no espaço urbano, organizando a concentração dos manifestantes em determinado local e percorrendo um trajeto de pontos simbólicos na cidade.⁹

Protagonizada pela FTFBH, cerca de 3 mil pessoas entre moradores de 40 favelas de Belo Horizonte, donas de casa, vereadores e estudantes, foram mobilizadas reivindicando um posicionamento do poder público quanto aos impactos das chuvas daquele ano nos assentamentos precários da capital. Resultados concretos como a criação do Conselho Estadual de Planejamento e Habitação Popular (Cephap) foram alcançados, porém, é um ganho mais duradouro o imaginário criado entre os ativistas e entre os agentes do poder público em torno dessas articulações. Para os primeiros, surge a ideal da força da união consolidando uma série de ações posteriores centradas na estratégia da ação conjunta. Para os agentes do poder público, tais ações criam uma ilusão quanto a escala dos grupos - maiores do que são em realidade - e quanto à existência entre eles de uma articulação contínua e cotidiana. Torna-se importante, portanto, na pressão desse poder, mais do que uma articulação permanente entre os grupos, a existência de uma rede em suspenso pronta para, em momentos necessários, se mobilizar, criando, assim, a impressão de que é ininterrupta.

Pouco tempo depois, em 1961, houve a primeira ocupação com fins políticos. Ela ocor-

7 L.T. 1894-1956

8 L.T. 1959-1961

9 O primeiro trajeto do movimento favelado nesse novo registro partiu da Afonso Pena, parando em frente à PBH e subindo em direção à Praça da Liberdade pela avenida João Pinheiro, finalizando no Palácio da Liberdade. Responsabilizavam-se, então, tanto o governo municipal quanto o estadual pelas condições das favelas. O mesmo trajeto foi repetido diversas vezes pelo movimento, criando uma espécie de tradição das ações espaciais desse grupo. (Oliveira, 2010)

reu nos terrenos localizados entre os bairros Santa Efigênia e São Lucas de propriedade de Antônio Luciano - considerado pelos autores da ação o maior latifundiário de Belo Horizonte - e deu origem à Vila Nossa Senhora Aparecida¹⁰. A prática da ocupação não era nenhuma novidade, como evidenciava o entorno da área, todo tomado por ocupações irregulares. Mas houve aí uma mudança de dinâmica e de paradigma: se ocupações anteriores ocorriam progressiva e discretamente, para suprir a necessidade de moradia de uma população, a nova ocupação representou um ato político, sobretudo se considerarmos que ocorreu ao final do I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, cujo tema central era a reforma agrária. A ação configurou-se, portanto, como um ataque direto ao proprietário das terras ocupadas e à concentração de terras ociosas na cidade (Oliveira, 2010, p.102).

Incorporada como possibilidade de luta, a ocupação será amplamente utilizada pelos ativismos posteriores.

É plausível imaginar que a maioria dos ativismos da época compartilhava a ideia de uma força nova, emergida da articulação entre os diferentes setores da sociedade, tal como transparece na declaração produzida pelos participantes do referido Congresso:

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro. (I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 1961, *on-line*).

Outro reflexo da aproximação de novos atores aos ativismos foram as passeatas de 1960 contra o aumento de tarifas do transporte público. Os protestos reuniram movimentos sindicais e estudantis, além dos trabalhadores rodoviários e outras categorias. Ainda que não tenham chegado a configurar uma organização coletiva pelo transporte público, eles resultaram na implementação do horário noturno, no cancelamento do aumento da tarifa e na elaboração de projetos de lei para a melhoria dos serviços (Velo, 2015, p. 127).

Por outro lado, a aproximação dos novos atores também provocou rupturas internas aos ativismos e tornaram evidentes certas divergências. Enquanto alguns ativistas defendiam uma atuação restrita a reivindicações de caráter local e imediato, isentas de “manifesta-

ções partidárias” e “agitação ideológica” (Oliveira, 2010, p.218), outros acreditavam na necessidade de expansão da pauta num horizonte de transformação social mais ampla. É ilustrativo desses conflitos a criação, em 1963, da Organização Social de Trabalhadores Favelados por dissidentes da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). A ruptura decorreu sobretudo da entrada da FTFBH nas mobilizações pelas chamadas reformas de base, isto é, as propostas do presidente João Goulart visando alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país de maneira a superar o subdesenvolvimento e desigualdades sociais (Ferreira, 2016, on-line).

GOLPE (~1960-1983)

No início dos anos 1960, diversos setores progressistas se mobilizavam pelas reformas de base em todo o país, buscando o enfrentamento dos principais problemas nacionais, como a questão agrária, a desigualdade social e a educação. Na temática urbana, esse movimento foi capitaneado pelos arquitetos, principalmente na figura do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) mas, mesmo com essa primazia do setor técnico, conseguiu agregar o apoio dos ativismos, como atestam vários autores (Bonduki, 2007; Oliveira, 2010; Freitas, 2015; Bedê, 2005). Em Belo Horizonte, as articulações fizeram-se sobretudo via associações de bairros e vilas, os principais grupos então organizados em torno de questões urbanas.

Marcam esse processo os dois Seminários de Habitação e Reforma Urbana promovidos em julho de 1963 no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Nesses encontros foram geradas propostas para o enfrentamento dos problemas urbanos e habitacionais, baseadas no estímulo à produção de habitação em massa, no questionamento do caráter até então intocável da propriedade privada da terra e na criação de uma estrutura institucional para lidar com tais questões (Bonduki, 2007).

Algumas das propostas foram incorporadas ao projeto de lei 87 de 1963, apresentado pelo deputado Floriceno Paixão, que propunha a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PNH), a criação do Conselho Nacional de Habitação (CNH) e a instituição do Fundo Nacional de Habitação (FNH). Eram também esperados avanços no que tange a questão da moradia em nível local, com a assinatura de um decreto estadual que desapropriava áreas para a urbanização de quatro favelas e a construção de conjuntos habitacionais. Logo em seguida, porém, o golpe de 1964 eliminou essas possibilidades de avanço.

O golpe, entretanto, não significou a total desconsideração das propostas apresentadas anteriormente. Como observa Bonduki (2007, p. 13-14), algumas delas foram imple-

mentadas, sobretudo aquelas que não contradiziam o regime autoritário. Paradoxalmente, foi esse regime que promoveu uma reformulação da estrutura institucional no âmbito habitacional, criando o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). A reformulação, entretanto, não levou à solução do problema habitacional brasileiro, como previsto na proposta original, e sim à estruturação de um mercado imobiliário em nível nacional, que cresceria continuamente nas décadas seguintes. Já as propostas de cunho democrático e, por isso, não implementadas, seriam em boa parte resgatadas somente pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana durante a Constituinte de 1988 e pelo Ministério das Cidades, criado em 2001.

A incipiente organização civil por reivindicações urbanas esfacelou-se com o golpe civil-militar: vários dos ativismos urbanos foram considerados subversivos, reprimidos e extintos (Oliveira, 2010)¹¹. A centralidade técnico-burocrática na tomada de decisões substituiu a discussão política que começava a se estabelecer entre Estado e sociedade civil e suprimiu a emergência dessa última enquanto agente legítimo de produção da cidade, ao lado do Estado e do capital. Os prefeitos voltaram a ser nomeados e as administrações municipais centraram-se no acesso a recursos públicos, reinserindo o caráter clientelista à política municipal (Dulci, 1996).

Enquanto isso, as periferias carentes continuam crescendo sem infraestrutura, serviços e equipamentos, num processo de acentuada segregação sócio-espacial, e os pequenos avanços conquistados nas lutas anteriores se perdem. Para lidar com as ocupações irregulares em Belo Horizonte, é criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social (Chisbel), responsável pela remoção de dez mil barracões entre 1971 e 1983. Às famílias eram dadas indenizações em dinheiro resultando somente em seu deslocamento para outras áreas invadidas ou áreas de ocupação recente (Silva, 2013, p.100).

RETOMADA (~1975-1988)

Os ativismos voltam à cena apenas em meados dos anos 1970, quando inicia-se um lento processo de redemocratização. A crise econômica paralisa o setor público e alguma participação popular é prescrita por organismos internacionais de ajuda humanitária. Dessa época até as eleições diretas, na década seguinte, há muitas mobilizações comunitárias de base local, ações diretas de protesto e ocupações de terrenos ociosos, assim como articulações entre ativismos, partidos e Igreja católica. Observa-se tanto um renascimento das

11 Parte da fonte de pesquisa de Samuel de Oliveira em sua dissertação à respeito da atuação dos movimentos de favelas entre 1959-1964 são os documentos do DOPS sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, o que demonstra que os ativismos urbanos, assim como as organizações políticas e sindicais, estavam também sob vigilância do regime.

antigas organizações por melhorias locais, quanto a introdução de pautas novas ou de novas formas de organização coletiva em torno de pautas antigas. Nova é, por exemplo, a pauta ambiental, internacionalmente discutida a partir desse período numa perspectiva crítica do crescimento econômico e da expansão das cidades sobre as áreas rurais. Já entre as pautas antigas que tomam novas formas destacam-se a questão do transporte, com os primeiros coletivos organizados exclusivamente em torno desse tema (Veloso, 2015, p. 138), e a da moradia, com movimentos pela provisão de novas unidades habitacionais e não somente pela permanência e urbanização de assentamentos existentes (Bedê, 2005, p.50¹²). Aduardo Cardoso (1997) nota que a efervescência dos ativismos no Brasil também se deve à emergência de novos sujeitos políticos, decididos a romper as relações clientelistas que haviam se estabelecido na década anterior. Em sua leitura as lutas contra carências se transformam em lutas por direitos.

Nesse espírito de novas formas de organização é criada, em 1987, a Associação de Usuários de Transporte Coletivo da Grande Belo Horizonte (AUTC)¹³, numa tentativa de aliar mobilizações locais a uma atuação institucional efetiva (Veloso, 2015, p.144). A AUTC mobiliza-se, a princípio, contra os aumentos de tarifas, expandindo sua pauta para a estatização do transporte ou seu subsídio mediante uma tarifa social, e a participação popular em sua gestão. Ela atuou via protestos de rua, ações na justiça e pressão na Câmara e na Assembleia, ultrapassando, portanto, as lutas localizadas e pontuais (Veloso, 2015, p.144-145). O que também diferencia essa nova forma de organização é o investimento dos grupos em apreender os aspectos técnicos da pauta, para poder questionar, por exemplo, o valor da tarifa apresentado pelos empresários. Essa característica será uma constante para os ativismos urbanos a partir desse ponto, pois se dão conta da utilidade tática e estratégica do conhecimento técnico.

A qualificação técnica e burocrática dos ativismos dá-se em função da aproximação da academia e de setores técnicos, mas também por esforços dos próprios ativistas. Com a assessoria dos especialistas, eles passam a produzir estudos e propostas tecnicamente fundamentados, ao mesmo tempo que aprendem a lidar com a máquina burocrática, os novos canais de participação e os jogos políticos.

Alguns autores consideram os movimentos sociais urbanos como aqueles de maior viabilidade no período de redemocratização. Isso se explica em parte pelo crescimento

12 Mônica Bedê (2005) divide os movimentos de moradia em dois grupos: os movimentos por melhorias habitacionais e regularização fundiária, geralmente representado pelas associações de vilas e favelas e os movimentos que lutam pela produção de novas unidades habitacionais, sendo esses últimos os que me refiro nesse caso.

13 L.T. 1983-1988

das cidades e da população urbana na época, mas também pela popularidade da “tese de que os movimentos surgidos de demandas por certas melhorias das condições de vida (ligadas aos famosos meios de consumo coletivo), tomados em conjunto, tendiam a transcender-se em forças políticas capazes de funcionar como uma espécie de vanguarda da democratização do Estado” (Machado da Silva, 1990, p.135). Acadêmicos, entidades profissionais, partidos políticos e a Igreja passaram a reconhecer a potência de contestação dos ativismos urbanos, seja projetando sobre eles um potencial revolucionário, seja instrumentalizando-os para fins políticos mais imediatos. Assim, enquanto os partidos conservadores se aproximavam dos ativismos na tentativa de retomar as relações clientelistas, os partidos de esquerda tentavam canalizar suas forças reivindicatórias para a luta partidária e sindical – que consideravam a única possibilidade real de transformação estrutural – e desviá-los das reivindicações originais por melhorias nas condições de vida urbana. A Igreja Católica aproximou-se dos ativismos urbanos principalmente por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base, da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC), que conseguiram mobilizar lutas urbanas em diferentes partes do país. Outros articuladores dos ativismos foram os movimentos pelas Diretas Já¹⁴(que em Belo Horizonte mobilizou entre 300 e 400 mil manifestantes em 24 de fevereiro de 1984) e pela Reforma Urbana¹⁵.

A temática da reforma urbana foi capaz de mobilizar ativismos das maiores cidades brasileiras à época, para a construção coletiva de uma emenda à Constituição de 1988. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) tem suas origens na Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), criada no início dos anos 1980 (Maricato, 1994). A articulação foi consequência da atuação da CPT junto aos ativismos, buscando aproximá-los de organizações profissionais e a academia. O objetivo era assessorar os primeiros na construção de uma plataforma de reivindicações comum.

Maricato (1994, p.311), baseando-se no texto apresentado para a emenda à Constituição de 1988 pelo MNRU, categoriza os princípios do movimento em quatro eixos: propriedade imobiliária urbana, política habitacional, transporte e serviços públicos, e gestão democrática das cidades. Dentre as pautas do movimento cabe ressaltar a regularização fundiária, a captação da mais-valia urbana, a submissão do direito de propriedade à função social da propriedade, o desenvolvimento de programas habitacionais para atendimento às demandas populares, a necessidade de reforçar a natureza social dos transportes e serviços e a necessidade da institucionalização da participação popular na gestão das cidades.

14 L.T. 1984-1988

15 L.T. 1984-1988

O documento - conhecido como Emenda Popular da Reforma Urbana - foi encaminhado ao Congresso Nacional com 160 mil assinaturas de eleitores e de seis entidades nacionais, além de inúmeras outras regionais e locais (Maricato, 1994, p.310), e foi parcialmente incorporado no capítulo constitucional sobre a política urbana, tema praticamente omitido nas constituições anteriores. Ainda que não tenha sido adotada na íntegra, a emenda popular foi responsável por avanços tais como a sujeição do direito de propriedade à função social e a criação de instrumentos como o usucapião, o IPTU progressivo e o parcelamento e a edificação compulsórios. Entretanto, tais avanços foram pouco concretos, pois sua aplicação ficou atrelada a futuras regulamentações em níveis municipal, estadual e federal. Exemplo disso é que o Estatuto das Cidades, que regula o capítulo em nível federal, foi aprovado somente em 2001.

Após a aprovação da Constituição, os esforços dos ativismos dirigiram-se à regulamentação dos preceitos do MNRU nos diferentes níveis de poder, sobretudo no municipal. Mas mesmo com essa regulamentação, os instrumentos para a efetivação da reforma urbana foram raras vezes aplicados. As leis sozinhas, como bem lembra Marcelo Lopes de Souza, não são capazes de promover a democratização do espaço urbano: “atribuir aos instrumentos em si mesmos a responsabilidade de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática, sobre os fins do planejamento e da gestão das cidades [...] seria incorrer em um ‘tecnocratismo de esquerda’” (Souza, 2008, p. 321, grifo do autor).

Ainda no período de redemocratização, houve uma importante movimentação local pela aprovação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela). A União de Trabalhadores da Favela (UTP) e a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH), com o apoio da Pastoral de Favelas, promoveram diversas ações para pressionar a aprovação da lei que instituiria o programa. A articulação culminou numa grande manifestação em 5 de julho de 1982¹⁶, que reuniu dez mil pessoas no Parque Municipal e resultou no sancionamento da lei. Regulamentado em 1984, o Programa reconheceu 128 favelas em Belo Horizonte, prevendo a regularização dessas áreas e sua inserção à cidade formal com um modelo de urbanização que respeitaria suas características particulares. Isso significou o reconhecimento das favelas como forma legítima de moradia, depois de anos de uma política habitacional pautada na produção de novas unidades habitacionais via BNH.

Em consequência do fortalecimento dos ativismos ligados às favelas e das tentativas de democratização do governo municipal, diversas lideranças foram incorporadas aos ór-

16 L.T. 1974-1982

gãos responsáveis pela questão da moradia, principalmente aquelas ligadas à UTP. Essa prática, que se intensificaria ao longo das décadas seguintes, evidentemente, traz ganhos institucionais às lutas, mas também contribui para a sua domesticação.

INSTITUCIONALIZAÇÃO (~1985-2009)

Entre os anos 1980 e 1990, as associações de moradores foram importantes atores coletivos nas lutas urbanas. O dinamismo desses grupos, entretanto, foi intermitente, geralmente atrelando os momentos de menor atividade com os períodos eleitorais, quando segregações político-partidárias se sobrepunham ao associativismo e a lutas locais (Somarriba, 1996, p.62). Essas lutas articulavam-se sobretudo pela atuação de duas entidades: a UTP, existente desde a década de 1970, e a FAMOBH, fundada em 1983. Somarriba (1996) constata certa polarização entre elas, cuja raiz estaria na disputa pela representatividade de um mesmo grupo. Os órgãos do governo aparentemente preferiam lidar com a UTP, que seus técnicos consideravam a legítima representante dos pobres de Belo Horizonte. Mas importa contextualizar essa relação: enquanto a UTP tinha ativistas em cargos públicos desde 1983 e investia na negociação com os governos, a FAMOBH, sob influência do PC do B, atuava nas mobilizações em massa como forma de pressionar o Estado. Apesar dessas cisões internas, o alto grau de coesão e coordenação entre essas associações impede que sejam consideradas de maneira isolada.

Os movimentos dos sem-casa são outro grupo bastante atuante no período em questão. Surgidos ao longo da década de 1980 vivem um período de intensa mobilização por volta de 1990, com ocupações de terrenos ociosos e outras manifestações de massa, organizadas sob influência de partidos políticos e da Igreja católica. Mônica Bedê (2005) divide os movimentos dos sem-casa em Belo Horizonte nessa época entre um grupo ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Igreja e outro atrelado ao PC do B. Esse último adotou de forma mais intensa a ocupação como estratégia de pressão por suas demandas.

Entre 1986 e 1996, houve diversas ocupações de terrenos e de espaços públicos em Belo Horizonte¹⁷: 2853 famílias no Taquaril em 1986 com apoio do PC do B; 635 famílias na Igreja São José em 1990, coordenadas pela Cooperativa do Movimento Popular (COMOPOM) com o apoio da FAMOBH, da UMPE e da AMABEL; 47 famílias no Conjunto Confisco em 1992; 108 famílias na Praça Afonso Arinos em 1994; 740 famílias às margens da Avenida Sarandi em 1994; e 379 famílias na Ocupação Corumbiara em 1996 (Bedê, 2005, p.216). Muitas dessas ocupações foram atendidas pela prefeitura entre 1993 e 1996, durante a gestão da Frente BH Popular, eleita em 1993.

17 L.T. 1983-1988 1989-1992

A Frente BH Popular configura-se como a primeira administração dos ditos governos democrático-populares em Belo Horizonte. Tendo à frente o prefeito Patrus Ananias (PT), a coligação era composta por seu partido, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Verde (PV). A articulação de diversos grupos pela construção dessa candidatura e de sua eleição resultou na incorporação de inúmeros ativistas à administração municipal. Essa incorporação trouxe diversos ganhos às lutas urbanas, como a abertura de canais de diálogos e participação, o Orçamento Participativo (OP), o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTTs), o Conselho de Políticas Urbanas (COMPUR) e o Conselho Municipal de Habitação; além do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e de políticas públicas em diversos setores formulados com a participação dos ativismos. Houve ainda ganhos para além dos legislativos, como a experiência, ainda hoje considerada exemplar, de produção de unidades habitacionais em regimes de co-gestão e de autogestão.¹⁸

A arquiteta Flávia Brasil, que estudou a participação popular em Belo Horizonte ao longo dos anos 1990, ressalta os avanços na formulação do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo, com a incorporação de intenções como “a sustentabilidade, a justiça social, a qualidade de vida, a democratização do acesso ao solo urbano e à moradia, a gestão democrática da cidade e a participação popular” (Brasil, 2004, p.44). Para a autora, o Plano possibilitou a regulamentação dos preceitos de reforma urbana da Constituição de 1988 em nível municipal. Entretanto, a simples – embora hercúlea – tarefa de regulamentação de leis e políticas progressistas não significaram sua efetivação. Citando Flávio Villaça à respeito do Plano Diretor de São Paulo: “a ilusão do Plano Diretor e dos Planos Regionais decorre do abismo que separa o seu discurso da prática de nossa administração municipal e da desigualdade que caracteriza nossa realidade política e econômica” (Villaça, 2005, p.90). Embora tenha sido fruto da participação de vários setores da sociedade e possa ser considerado progressista em alguns aspectos, o Plano Diretor de Belo Horizonte não garantiria, sozinho, a realização de uma reforma urbana com acesso democrático à terra, à cidade e a seus equipamentos e serviços.

Para parte dos ativistas, porém, o Plano Diretor representou retrocessos. É o caso daqueles ligados à Pastoral Metropolitana, que desde 1985 vinha atuando na provisão de terra para grupos de baixa renda via loteamentos associativos. Por meio de financiamentos da Caixa Econômica ou de proprietários de terra, compravam e parcelavam glebas coletivamente. Essa iniciativa foi minada pelo novo Plano Diretor, pois, nas palavras de um dos ativistas ligados à Pastoral, *“você não compra qualquer terra sem que a prefeitura aprove*

18 Durante a gestão foram produzidas 3859 novas unidades habitacionais, sendo dessas, 439 por autogestão dos movimentos de moradia e 1090 em cogestão (Bedê, 2005)

antes que ela vai colocar um equipamento, que ela vai regularizar aquilo. Então ela já te veta nisso aí, se você fizer, você é criminoso, isso é claro [...] ele [o prefeito] veio com uma proposta de garantir espaço para os movimentos, quando na verdade ela foi justamente separar um quinhão de terra para a especulação imobiliária.” (G.O., 2015).

[A] estruturação da nova política habitacional, ao mesmo tempo que inclui institucionalmente uma parte significativa dos movimentos populares de luta pela moradia, inviabiliza a atuação de outra parte desses movimentos, seja por sua aliança anterior com a prefeitura do PMDB, por sua relação com a igreja católica ou por sua insistência no modelo de lotes e casas individuais em empreendimentos de milhares de unidades. (Kapp et al, 2014, p.31)

O discurso da democratização do planejamento e da gestão urbanos torna-se recorrente no fim dos anos 1980, adotado tanto pelo projeto de Estado democrático quanto do Estado neoliberal. Tal conjuntura é julgada como perversa pela cientista política Evelina Dagnino (2004), pois, embora com significados bastante distintos, torna-se muito difícil identificar a qual desses projetos se atrela determinado processo participativo. Apropriado pelos governos neo-liberais, o discurso da democracia e as instâncias de participação servem à legitimação de decisões predefinidas e se reduzem a mero método de cooptação, esvaziado, portanto, de sentido político.

O discurso da participação no Brasil, emerge desde o fim da ditadura militar, consolida-se na Constituição de 1988 e culmina na abertura de inúmeros canais para a participação da sociedade civil, sobretudo nas administrações municipais progressistas do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 e na chegada do PT ao governo federal em 2003.

Embora a existência desses canais possa contribuir para a democratização das políticas públicas, como terreno de emergência de conflitos, negociações entre os diferentes grupos e seus interesses e de construção de identidades coletivas, esses mesmos canais podem servir para atrair formas de contestação para “formas controladas de participação”, como observa Flávia Brasil (2004, p.39). De fato, podemos observar essas duas tendências no caso belorizontino, em que alguma democratização da administração pública veio acompanhada da docilização de determinados grupos que conseguiram se inserir nas estruturas institucionais. Isso refletirá no recolhimento das lutas urbanas para uma luta institucional e no quase completo abandono de ações diretas (como ocupações e grandes manifestações) até fim dos anos 1990.

NOVOS ATIVISMOS URBANOS



EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE

O cenário da segunda metade da década de 2000, período de surgimento de muitos dos grupos abordados nesta pesquisa, é composto por dois grandes tipos de ativismos: de um lado, os mais antigos, experientes na ação institucional e conhecedores de todos os seus melindres; por outro, os recém-surgidos, que retomam as ações diretas.

Pouco antes no início dos anos 2000, a juventude começa a emergir no cenário da contestação social, protagonizando protestos e ações antiglobalização e anticapitalistas em diversas partes do mundo: os Zapatistas em 1994, a rede de Ação Global dos Povos em 1998, os Fóruns Sociais Mundiais ao longo dos anos 2000, etc. Esses jovens atores, muitas vezes ligados ao ideário anarquista ou libertário, mas com referenciais teóricos para além dos autores clássicos dos séculos XIX e XX, formam grupos caracterizados por pautas de contestação mais amplas.

Igor de Oliveira, em sua dissertação a respeito da Praia da Estação, enumera outras características desses grupos, sintetizando-os nos seguintes elementos: ações diretas dotadas de elementos lúdicos (que ele denomina protestos-festa); boicote a grandes corporações; e superação das fronteiras identitárias de gênero, classe, raça, território e idade dos movimentos anteriores (Oliveira, 2012, p.39). Para o autor, a superação dessas fronteiras e o conseguinte entrecruzamento de demandas específicas fazem surgir um questionamento da sociedade em sua totalidade. Por outro lado, esse ativismo jovem não é generalizado, mas restrito a um pequeno grupo.

Outro elemento novo nas formas de ação coletiva desses jovens atores são as tecnologias de informação. A internet tem um papel fundamental como ferramenta de comunicação, integração, intercâmbio e organização desses grupos. Mais ainda, ela torna-se uma dimensão de disputa. As lutas passam a se desenvolver não somente no cotidiano e no âmbito institucional, mas também no espaço digital.

Para Oliveira (2012), a data que marca a entrada de Belo Horizonte no movimento contestatório global é 8 de dezembro de 2000¹, quando a cidade acompanha outras mais de 100 cidades de todas as partes do mundo na realização do Dia de Ação Global, um protesto contra a reunião do FMI e do Banco Mundial em Praga. Mas também os carnavais revolução², realizados entre 2002 e 2007, podem ser considerados marcos dos novos ativismos em Belo Horizonte. Além de trazerem a modalidade do protesto-festa, que já

1 L.T. 1999-2002

2 L.T. 1999-2002

vimos ser um modo de ação central para esses grupos anarquistas e libertários, eles inserem a disputa pelos espaços públicos, contra a tendência generalizada de sua privatização.

No fim da década de 2000, há uma diminuição dos protestos de rua em torno das lutas globais e um redirecionamento para as questões locais e cotidianas. Igor de Oliveira chama esses ativismos reorientados de “segunda geração libertária”, entendendo a nova prevalência da escala municipal como uma reação ao início das obras urbanas relacionadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014, que acentuam o processo de mercantilização e privatização das cidades (Oliveira, 2012, p.56). Os ativismos que surgiriam na década de 2010 – grande parte deles objetos deste estudo – são, para Igor de Oliveira, herdeiros desses ativismos juvenis, calcados no ideário anarquista e libertário e inseridos no contexto das lutas anticapitalistas. Tal herança irá refletir nas estratégias de ação (ações diretas, uso de elementos lúdicos, ocupações de espaços ociosos), nas pautas (o reclame ao espaço público, produção de espaços autônomos) e nos atores (jovens, em sua maioria de classe média e escolarizados) dessas novas formas de ação coletiva.

Outros desvios em relação à institucionalização dos ativismos são percebidos aqui e ali, como na Ocupação Corumbiara, em 1996, durante o último ano do mandato da Frente BH Popular. Ela é tida pelas ocupações urbanas mais recentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) como seu mito fundador. A retomada definitiva de tais ações, entretanto só irá ocorrer mais tarde. Em novembro de 2006, 15 famílias sob a coordenação das Brigadas Populares ocuparam um edifício abandonado no bairro Serra. A Ocupação Caracol durou apenas cinco meses, mas marca o início da intensificação das ocupações urbanas para fins de moradia. Essas ações tornar-se-ão bastante representativas no contexto dos ativismos urbanos de Belo Horizonte, capazes de em alguns momentos mobilizar diferentes grupos da cidade (Lourenço, 2013).

A disputa pelo espaço público é uma novidade dos novos ativismos urbanos, reflexo das ações dos grupos anti-sistêmicos internacionais. Ela resulta ainda da intensificação de medidas para o disciplinamento e a higienização desse espaço, isto é, de interdição sistemática de sua livre apropriação pelos cidadãos.

No imaginário dos ativistas de Belo Horizonte, os precursores da apropriação do espaço público são o Duelo de MCs³ e o D9e1/2 (lê-se Domingo, Nove e Meia)⁴, ambos surgidos em 2007 no baixio do Viaduto Santa Tereza⁵ (local que viria a se tornar emblemático

3 L.T. 2003-2007

4 L.T. 2008-2009

5 Os primeiros duelos ocorriam na Praça da Estação próximo ao antigo Espaço Miguilim (hoje Centro de Referência de Juventude), entretanto com a chegada do período chuvoso os encontros passam a

para os novos ativismos urbanos em Belo Horizonte) e ambos “de maneira difundida e sistemática” (P.R., 2015). Mas há uma diferença fundamental entre as duas ações quanto à dimensão espacial. Para o grupo que promoveu o D9e1/2, com afinidades anarquistas e autonomistas, a dimensão espacial foi uma preocupação desde o início: “O Domingo Nove e Meia (D9e1/2) é uma atividade para re-significação do espaço urbano e das relações entre os seus participantes”⁶. Já no Duelo de MCs a dimensão espacial e seu impacto não estavam claros de antemão, mas afloraram no processo, circunstancialmente:

A gente foi se entendendo nesse lugar de ocupar o espaço, o que isso significa, o que essa presença nossa ali numa noite de sexta-feira entre sete e meia-noite significa, o que a presença de jovens de periferia em frente à Serraria Souza Pinto numa noite de sexta-feira, quando tem uma festa cheia de madame, significa. (P.V., 2016)

No Duelo de MCs e ainda em muitos grupos aqui pesquisados, a ação se politizou e se espacializou em seu próprio decorrer. Elas iniciam-se sem perspectiva de embate e seu caráter contestatório surge à medida que revelam-se obstáculos, como a exigência de alvarás ou a falta de manutenção dos espaços públicos. Paulatinamente, os participantes se dão conta do caráter político de suas ações. Em muitos casos foram os entraves criados pelo poder público que levaram os grupos a expandirem suas pautas e a constituírem suas lutas, entendendo que, para a sobrevivência da ação – encontros no espaço público, uso de bicicleta na cidade etc. – seriam necessárias mudanças mais profundas, estruturais.

Inaugurada pelo D9e1/2 e pelo Duelo de MCs, tal dinâmica de ocupação do espaço como forma de atuação disseminou-se nos anos seguintes em ações como a Praia da Estação⁷, as ocupações urbanas para fins de moradia, o Ocupa BH⁸, os blocos de carnaval, as manifestações puxadas pelo Tarifa Zero e pelo MPL-BH, as ocupações da Câmara Municipal⁹, a ocupação da Prefeitura e da Urbel¹⁰ e as atividades culturais autogestionadas chamadas A Ocupação¹¹. A dimensão espacial das lutas passou a ser tema de discussão entre os novos ativismos urbanos e o uso do espaço como ferramenta, uma prática cada vez mais frequente e importante, sobretudo em comparação com o período imediatamente anterior, em que os ativismos estavam recolhidos à atuação institucional.

ocorrer embaixo no Viaduto.

⁶Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zx3CrgLVy6Q>> acesso em 31 de maio de 2015

⁷ L.T. 2010[1]

⁸ L.T. 2011

⁹ L.T. 2013[4] 2015[3]

¹⁰ L.T.2014[3]

¹¹ L.T. 2013[4]

Por outro lado, a difusão dessas ações evidencia uma tendência à supervalorização da prática. Um exemplo é o Ocupa BH¹², que ocorreu em 2011 no contexto do movimento Occupy internacional. O grupo protestava contra o modo de organização social e econômico e contra a democracia representativa, e por isso escolheu a praça da Assembleia, local que reúne a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Banco Central. O acampamento durou 104 dias, tornando-se um dos mais longos de todo o mundo dentre os *Occupys*. Mas qual foi a efetividade dessa ocupação para além do aspecto simbólico? Quantas pessoas souberam de sua existência? Quais foram seus reflexos? Sua duração, tão estimada pelos entrevistados que contribuíram, não se deveria ao fato de que o acampamento naquele espaço não incomodava ninguém?

A proibição de eventos na Praça da Estação, assinada pelo prefeito Márcio Lacerda em dezembro de 2009¹³, foi um fato que marcou os novos ativismos em Belo Horizonte. Um chamado anônimo via internet convocou um protesto de resistência à medida, o que daria origem à Praia da Estação. O evento, amplamente explorado por diversos autores (por exemplo, Oliveira 2012; Albuquerque, 2013), teve um papel importante como aglutinador de diferentes grupos em torno de uma reivindicação comum – a liberação de eventos na Praça – e como precursor de novas articulações na cidade.

Para além do contexto local e dos eventos pontuais, pode-se dizer que a atuação mais recente da sociedade civil organizada está relacionada à ascensão do neoliberalismo, às mudanças na organização do trabalho, à emergência de governos de esquerda e à onda participacionista. A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2014) considera que a ênfase culturalista dos movimentos sociais contemporâneos, o abandono da noção de classe e a conseguinte fragmentação de um suposto sujeito coletivo seriam reflexos dessas transformações sociais, econômicas e políticas mais amplas. O mesmo valeria para a adoção simultânea de diversas linhas de ação – institucionais e diretas –, assim como para a articulação em rede por meios digitais.

Junto a essas transformações, atores que anteriormente tinham um papel importante na articulação dos ativismos tais como os partidos políticos, a Igreja e os sindicatos passam a ter menos inserção junto aos grupos. Ainda que menos centrais, as relações com esses atores seguem estabelecendo-se, sobretudo em momentos críticos. Essas relações, entretanto, são sempre permeadas por desconfianças relativas às tentativas de cooptação.

Uma consequência dessa nova constelação são coletividades sem fronteiras identitárias,

12 L.T. 2011

13 L.T. 2008-2009

que pretendem respeitar e afirmar a individualidade de cada um de seus membros. Isso leva necessariamente a agendas muito amplas e diversificadas. Muito ilustrativa da sobreposição de objetivos entre os ativismos de Belo Horizonte é o fato de praticamente todos incluírem uma frente feminista, que insere a discussão de gênero em suas pautas centrais e também põe em questão a dominação e as hierarquias dentro dos grupos.

Se, por um lado, a ampliação das agendas fortalecem os grupos, porque conseguem atrair mais indivíduos; por outro, elas os enfraquecem, pois as energias se dissipam nessas inúmeras frentes. Pela falta de coesão e pela organização fluida, os rumos desses ativismos muitas vezes são determinados em função dos indivíduos que os integram num determinado momento. Com os membros constantemente renovados, os próprios grupos também estão em permanente reconfiguração.

Entretanto, a constante transformação dos grupos em função de seus membros somente é possível devido à ideia de horizontalidade que perpassa grande parte deles. Sem figuras centrais responsáveis por sua condução, os grupos tornam-se muito mais suscetíveis às aspirações individuais daqueles que o integram em determinado momento. O sociólogo Manuel Castells (2013) considera que essa descentralização dificulta a repressão aos grupos, tornando praticamente impossível identificar figuras chave cuja repressão resultaria na neutralização dos ativismos. É necessário, entretanto, relativizar tal percepção, pois, embora, de fato, o poder nesses grupos seja diluído, são inúmeros os casos recentes de vigilância e repressão de indivíduos indetificados pelos serviços de inteligência como “líderes”¹⁴.

Essa percepção, entretanto, deve ser matizada, pois em inúmeras ocasiões os serviços de inteligência conseguem identificar indivíduos mais ativos nesses grupos empreendendo sua vigilância e repressão

O imaginário de organização horizontal é em diversos momentos afirmado como no caso da Assembleia Popular **Horizontal**, que carrega em seu próprio nome o termo. Pude ainda constatar a presença desse imaginário nas entrevistas e nas *fanpages* de parte

14 Um exemplo de repressão a pretensos líderes foram as prisões de 19 ativistas no Rio de Janeiro, às vésperas da final da Copa do Mundo Fifa de Futebol em 2014, suspeitos de “planejar protestos violentos”, conforme reportagem do portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/doze-ativistas-presos-por-suspeita-de-planejar-protestos-no-rio-sao-soltos.html>. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

dos grupos como o MPL-BH¹⁵, a Rede Verde¹⁶, A Ocupação¹⁷ e o Cidade que Queremos¹⁸. Entretanto, se a horizontalidade coloca-se como um paradigma para os grupos, sua concretização é ainda distante. Certas relações de dominação internas seguem reproduzindo-se tais como aquelas de gênero, de classe, de raça e do conhecimento acadêmico sobre os demais.

Tampouco pode-se afirmar que a adoção da organização horizontal é uma unanimidade entre os ativismos. Parte dos grupos seguem organizando-se via estruturas hierarquizadas e centralizadas nas figuras das lideranças, o que se transforma em umas das principais fontes de embate em momentos de articulação.

LUTA INSTITUCIONAL, LUTA DIRETA DOS NOVOS ATIVISMOS

Apesar de responsáveis pela retomada das ações diretas, parte dos novos ativismos empreendem uma luta institucional. Por luta institucional entende-se aquela desenvolvida por canais institucionais de diálogo entre sociedade civil e poder público, por vias jurídicas, por editais para fundos públicos ou pela interlocução direta entre ativistas e representantes do Estado (técnicos e políticos em exercício).

A emergência dos canais participativos levou muitos dos ativismos a especializarem-se em ações institucionais. A cientista política Maria da Glória Gohn (2013), responsável por cunhar a expressão “novíssimos movimentos sociais”, observa que a atuação pelos canais institucionais de participação, geralmente atrelada a políticas e programas para minorias, contribuiu para a transformação dos ativismos. Esses tendem a estar cada vez mais atrelados a objetivos ou demandas específicos, dissolvendo-se logo após sua conquista e impedindo a formação de projetos mais amplos de transformação. Assim, a luta nesses canais corre o risco de se tornar fim em si mesma e não meio para alcançar mudanças mais profundas.

Na breve história dos novos ativismos em Belo Horizonte, houve momentos de entu-

15”Movimento social autônomo, horizontal, independente e apartidário que luta por um transporte público gratuito e de qualidade, sem catracas e sem tarifa.”(Movimento Passe Livre - BH, disponível em: acesso em: 22/07/2016 grifo meu)

16 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA REDE VERDE: Horizontalidade: sem líder pré-definido, todos somos autores e atores.” Rede Verde, disponível em: acesso em: 22/07/2016 grifo meu)

17”Ato artístico e político, construído pela sociedade civil. A Ocupação é um evento construído de forma colaborativa, horizontal e autogestionada. Participe das reuniões e faça parte do processo de construção.” (A Ocupação, disponível em:acesso em: 22/07/2016 grifo meu)

18”MUIT*S | pela CIDADE QUE QUEREMOS é uma movimentação autônoma, horizontal e autogestionada, criada com a proposta de estabelecer um enfrentamento programático ao projeto excludente de cidade em Belo Horizonte.” (Cidade que Queremos disponível em:acesso em: 22/07/2016 grifo meu)

siasmo tanto quanto de descrença com as ações institucionais. A entrada de novos atores no universo das lutas urbanas levou a certa reconfiguração das instâncias participativas e desestruturou rituais ali estabelecidos desde os anos 1990. O monopólio de representantes de ativismos mais antigos, costumeiramente justificado pela sua formação política e técnica, foi posto em cheque, assim como o foram as hierarquias internas nos grupos da sociedade civil. Na etapa municipal da Conferência Nacional das Cidades, logo após as Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, a recém surgida Assembleia Popular Horizontal (APH-BH) conseguiu eleger delegados para integrar a etapa estadual, obrigando a um rearranjo das vagas ‘cativas’ dos tradicionais movimentos sociais.

Pode-se dizer que, no início, os novos ativismos aproximaram-se dos canais institucionais de participação com certa ingenuidade. Havia uma crença na possibilidade de ganhos diretos¹⁹ por essa via. Com o tempo, perceberam que cada batalha institucional vencida implicaria inúmeras novas batalhas do mesmo gênero até se chegar, talvez, a uma concretização. Perceberam também que os espaços institucionais de participação servem à legitimação de decisões já tomadas. Assim, embora muitos ativismos prossigam na luta institucional, o fazem mais por uma questão de resistência e devido a ganhos secundários – assunto que retomarei adiante – do que na perspectiva de alcançar as transformações desejadas.

O já citado Flávio Villaça (2007) observou a respeito do Plano Diretor de São Paulo que os setores privados ausentaram-se de todo o processo participativo, não porque estivessem alheios à sua elaboração, mas porque dispunham de canais mais efetivos para defender seus interesses, como o lobby junto a políticos e a influência na mídia. O espaço de participação teve nesse caso um caráter de encenação ou simulacro, que parece valer igualmente para os seus análogos em Belo Horizonte.

A participação impõe outros custos contínuos, para além do dispêndio de tempo e energia, tais como a necessidade de manter redes de pertencimento e apoio ou a necessidade de acesso a informações especializadas. Grupos melhor articulados e que dispõem de mais capitais – social, cultural, econômico e político – conseguem uma participação muito mais frutífera nos espaços institucionais, em que o emprego de jargões e estratégias de apresentação que beiram à propaganda são correntemente utilizados pelo poder público para convencer – ou, se necessário, constranger – os participantes. Uma vez que os novos ativismos mobilizam grupos sociais que são em sua maioria jovens com alto grau de formação e facilidade de acesso a informações, um de seus traços importantes é a atuação tecnicamente embasada. Produz-se, assim, algum equilíbrio dentro dessas instâncias:

19 Como ganhos diretos refiro-me àqueles que sejam frutos dos próprios processos participativos como, por exemplo, a incorporação de determinada proposta no Plano Diretor

as mesmas armas tradicionalmente usadas para legitimar os interesses dominantes – os argumentos técnicos – são mobilizados para o seu questionamento. Por outro lado, esse relativo equilíbrio revela o que realmente controla os rumos da produção de nossas cidades: embora existam justificações técnicas, são os interesses de determinados grupos o que, de fato, os comandam.

Apesar dos problemas inerentes a esses canais, a insistência dos ativismos em atuar neles indica que há ganhos para além de conquistas concretas e diretas. Um deles é a informação sobre as deliberações do Estado. Se na prática os espaços participativos não permitem mudar essas deliberações, pelo menos permitem conhecê-las. É o que explica uma entrevistada envolvida na resistência às obras da prefeitura no Viaduto Santa Tereza em 2014: *“a gente foi bem resistente no início, mas a gente viu que seria o único espaço que a prefeitura poderia dar de abertura às informações que a gente queria, [...] importantes para continuar a pressão.”* (P.K., 2015). A mesma coisa vale para a compreensão do funcionamento do aparelho do Estado e de seus trâmites burocráticos. O contato com esse universo facilita questionar argumentos baseados em leis ou normas da estrutura institucional. A estratégia consiste, portanto, em estar nos canais participativos para informar-se e, a partir disso, não apenas desenvolver outras formas de ação direta, mas também identificar brechas e táticas de apoio a essas formas de ação, como por exemplo as denúncias junto ao Ministério Público.

Outro ganho indireto que os canais oficiais de participação propiciam é o contato com atores externos ao próprio grupo, mas igualmente questionadores e interessados numa cidade diferente da que vem sendo produzida pelo poder hegemônico. As redes de apoio que assim se formam, cujos efeitos não ficam limitados aos espaços participativos oficiais, podem significar a construção de agendas comuns, a troca de experiências e, de uma maneira geral, um aumento de motivação para a luta. Em alguns casos, a atuação nos canais participativos serve até para, numa espécie de cooptação reversa, conseguir adesões de pessoas até então convencidos da boa fé institucional, dos discursos dos representantes do Estado e de sua legitimidade como única instância capaz de tomar decisões de ordem coletiva na cidade.

Um detalhe que diz muito sobre a presença dos novos ativismos nos canais participativos é o verbo que utilizam para se referir a sua própria ação ali: ocupar. Se o imperativo nesses canais é participar, isto é, tomar parte de um processo cujas regras estão dadas, definindo quem terá direito à palavra ou que assuntos serão considerados relevantes, então ocupar – apoderar-se ou tomar posse – significa uma espécie de profanação. Não se trata de contribuir para as propostas em discussão, mas de contestar e até destruir o processo,

evidenciando que tais propostas não emergiram de uma construção coletiva, mas que sua discussão na instância participativa se limita a decisões secundárias, enquanto as decisões fundamentais foram tomadas de antemão. Os ativistas fazem isso, por exemplo, interpondo perguntas que servem para explicitar contradições internas das propostas e desconstruir as usuais estratégias de convencimento, cheias de imagens bonitas e termos técnicos. Não surpreende que sejam considerados inconvenientes pelos responsáveis por conduzir o processo participativo e que esses os acusem de prejudicar a dinâmica com questões descabidas ou extemporâneas.

Ainda que conscientes dos problemas e vícios que perpassam esses processos, não raro os ativistas caem no que Ermínia Maricato (2007) denomina “ilusão da participação”. Eles admitem que a concentração na atuação institucional contribuiu para o abandono de outras formas de ação e que tempo e a energia consumidos nesses espaços dissipam forças de revolta. Não é à toa que o Estado, a mídia e as organizações internacionais, ao mesmo tempo em que enaltecem a participação institucionalizada, criminalizam formas diretas de luta (Villaça, 2007).

A vinculação a partidos e a políticos em exercício – que obviamente têm grandes interesses por esses grupos – é outra estratégia de inserção institucional usada por alguns dos novos ativismos. Enquanto aqueles de raiz anarquista e autonomista tendem a rechaçá-la, por entenderem que prejudicaria sua independência de ação e questionamento, outros assumem esse risco porque vislumbram ganhos como audiências públicas, projetos de lei construídos em parceria, postergação de projetos em curso etc. Entretanto, novamente, há a percepção de que essas ações, por si só, não levarão à concretização das pautas defendidas, primeiro porque os políticos aliados aos ativismos são minoria dentro das instâncias de poder, e segundo porque esse políticos também defendem interesses que não os dos ativismos, tais como os interesses do partido, de outros aliados, de suas bases etc.

Desde o início de 2016, parte dos ativismos tem-se articulado no grupo Cidade que Queremos com o objetivo de lançar candidaturas às próximas eleições municipais.²⁰ Portanto, em vez de buscar e apoiar candidatos dispostos a incorporar sua agenda ao lado de outras (do partido, dos financiadores de campanha etc.), o grupo quer candidaturas que nasçam dos próprios ativismos e sejam exclusivamente dedicadas a uma agenda por

20 Assinaram o manifesto do grupo: Área de Serviço, Arquitetas sem Fronteiras - Brasil, BAixo Bahia, BH Parklets, Bloco da Bicicletinha, Bloco do Manjeriçã, Bloco do Mendonça, Bloco do Peixoto, Brigadas Populares Minas Gerais, Cannabis Medicinal, Carnaval de rua BH, Cia Burlantins, Cordéis do min de Oliveira, Movimento Nossa BH, Napele Laboratório de Produção, Piseagrama, Sensualismo, Tico Tico Serra Copo, Unidos do Queimalargad. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/cidade-que-queremos-bh/-ocupar-as-eleicoes-C3%A7-C3%B5es-com-cidadania-e-ousadia-/1052002741512040>. Acesso em 20 de maio de 2016

eles construída coletivamente. Além disso, o grupo discute a noção de representatividade e pretende intensificar a relação entre representados e representantes. “Mandatos abertos e compartilhados, com tomadas de decisão coletivas, assembleias periódicas e prestação de contas em praças públicas e por meio eletrônico” constituem parte da proposta anunciada nas redes sociais (Cidade que Queremos, 2106, *on-line*).

O que parece problemático, entretanto, é o fato de o modelo de democracia brasileiro exigir a vinculação dos candidatos a partidos. São eles que, afinal, têm o poder de definir quem será lançado candidato ou não, de modo que alguma subordinação das candidaturas a interesses partidários é quase inevitável. Somam-se a isso os riscos de assimetrias e relações de dominação dentro dos coletivos que sustentam candidaturas e possíveis mandatos, pois esses podem se personalizar num ou noutro ator, que terá acesso privilegiado ao poder, por mais que a intenção seja de produzir delegados do coletivo. E mesmo supondo que sejam superados todos os entraves partidários, que os candidatos do Cidade que Queremos sejam lançados e eleitos e que eles funcionem como delegados e não como representantes, eles ainda serão minoria nos poderes executivo e legislativo municipais. Por isso, é cedo para avaliar em que medida o experimento poderá contribuir para uma real democratização das instituições políticas vigentes²¹.

Outro aspecto da luta institucional que vale destacar é a disputa por recursos de fundos públicos e privados, nacionais e internacionais. Com o aumento das possibilidades de acesso a tais recursos via editais, observa-se uma especialização dos ativismos nesse sentido. O expressivo envolvimento de classes artísticas nas lutas urbanas de Belo Horizonte significou a introdução de um *know-how* de captação de verbas, ampliando as possibilidades para além do tradicional financiamento por partidos políticos. Assim, ampliaram-se as formas de manutenção financeira dos ativismos, um dos maiores obstáculos à sua continuidade. Entretanto, é preciso lembrar que o acesso a tais recursos exige projetos enquadrados em certos modelos e que esses dificilmente admitem radicalidade.

A adoção das ações diretas empreendidas pelos novos ativismos, aquelas sem vínculo institucional ou financeiro com o Estado e suas instâncias, não tem a mesma origem para os diferentes grupos. Parte deles vê na ação direta uma forma de combater o Estado, como é o caso de grupos anarquistas e autonomistas, por princípio contrários à utilização de canais constituídos. Outra parte vê na ação direta uma consequência lógica do fracasso do Estado e de suas instituições em prover cidades justas e equânimes, como é o caso das ocupações urbanas, que agem por conta própria para fazer cumprir o direito à

21 Ainda assim, mudanças significativas foram alcançadas durante a campanha do coletivo que conseguiu eleger duas vereadoras. Uma de suas candidatas, Áurea Carolina, foi a eleita com o maior número de votos em Belo Horizonte, superando campanhas de investimentos milionários.

moradia que o Estado não cumpre. E ainda outra parte faz uso da ação direta a partir do pressuposto de legitimidade de determinada prática no espaço urbano, como a recuperação de um espaço ambientalmente degradado ou a intervenção num espaços público, o que fere o monopólio Estado e implica alguma percepção de sua incapacidade, mas não configura um embate direto. Como já mencionado, a politização dos grupos que se enquadram nesse último caso geralmente nasce dos obstáculos que o próprio Estado põe à concretização ou à continuidade de suas ações. É o que expressa um dos ativistas ligado ao Coletivo Família de Rua, grupo que nasceu a partir da experiência de ação do Duelo de MC's:

O Duelo de MCs inicialmente seria simplesmente um espaço pra quem gostasse das coisas relacionadas ao hiphop [...] só que a gente se deparou com a cidade! Com essas contradições da cidade [...] Eu acho que se a gente fosse pensar, inicialmente a gente nem teria ido pra rua fazer o duelo, sabe?! [...] Mas como a gente tava com sangue novo pra aquilo, a gente foi. À medida que a gente ia descobrindo, que se deparava com obstáculos, aquilo se tornava um desafio e a gente queria enfrentar! E a gente foi entendendo [...] o que significa sentar no gabinete de um político e dizer pra ele que não, você não vai comprar aquela ideia que ele tá te vendendo, que você acredita naquilo de outro jeito e se ele não quiser te ajudar ou fazer seu direito valer, você vai ocupar! (P.V., 2016)

Essas ações distinguem-se ainda por sua finalidade, podendo ter como objetivo pressionar o Estado para estabelecer com ele algum diálogo ou, para aquelas que tem a autonomia em relação ao Estado como um princípio fundamental, são um fim em si mesmas.

Exemplos mais evidentes do primeiro tipo são as ocupações da Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2013 e em setembro de 2015. Ambas tinham objetivos claros dentro da esfera institucional: a primeira buscava pressionar o poder público para a abertura de diálogos, no contexto das Jornadas de Junho; a segunda pleiteava por revogação do aumento das tarifas de transporte público, auditoria fiscal das empresas de ônibus e abertura de uma CPI dos transportes. Tais ações diretas foram motivadas pela impossibilidade de acesso da sociedade civil ao poder público, como afirma um dos ativistas: “o Lacerda falava que não dialoga com a faca no pescoço. Mentira! Precisou ocupar a prefeitura, a câmara para ele receber as pessoas e ainda assim mal” (PR., 2015).

Há outras ações diretas que também se dirigem às instituições do Estado, mas o fazem de maneira menos imediata. Um exemplo é a chamada busona do Tarifa Zero, um ônibus

gratuito que circulou pela cidade em diversas ocasiões no ano de 2014: ligando os blocos no carnaval; em maio fez um percurso entre as ocupações urbanas, levando pessoas à festa junina da Ocupação Guarani Kaiowá; no dia mundial na Cidade sem meu Carro fez o trajeto Centro-Barreiro; em novembro, o trajeto Savassi-Contagem, escolhido pelos apoiadores via *facebook*. A ação foi uma forma de divulgação do próprio Tarifa Zero, pois criou oportunidade de encontro entre ativistas e cidadãos comuns que tomaram a busona, sobretudo nos trajetos Centro-Barreiro e Savassi-Contagem em dias úteis.

Cabe aqui uma observação à parte sobre essas e outras ações diretas destinadas a atrair um público além do círculo dos apoiadores habituais. Por mais que seu alcance seja limitado, elas abrem possibilidades que as ações digitais não oferecem. Na internet a circunscção dos discursos está pré-programada, configurando “bolhas” de acesso a determinada informação que só serão contornadas por usuários que se engajarem ativamente na busca de novos conteúdos. As ações diretas, em contraponto, aumentam a chance de encontros fortuitos entre ativistas e pessoas alheias às suas causas. Apenas é preciso atentar para o fato de que os encontros, por si sós, não significam diálogos e que as ações não são auto-explicativas para um transeunte qualquer. Nesse sentido, é elucidativa a autocrítica de um ativista da Praia da Estação, em entrevista a Igor de Oliveira (2012). O entrevistado aponta que o grupo investiu na divulgação da ação pela internet, mas não numa forma de explicar suas causas aos transeuntes ‘desavisados’ da Praça da Estação; não havia nenhum material para esclarecer que se tratava de um protesto contra um projeto de lei que proibiria eventos na Praça. Assim, a bolha configurada no espaço digital acabou se reproduzindo no espaço real.

Outro indício da crença demasiada no encontro eventual se encontra numa situação descrita por Priscila Musa (2015) em sua dissertação sobre o papel da imagem para os movimentos sociais. Na ocasião do anúncio da construção do centro administrativo municipal no Bairro Lagoinha, um movimento de resistência formado por moradores e associações locais se articulou a outros grupos da cidade, formando o ativismo Brasilinha de Lacerda, não!²² O primeiro ato de rua foi um desfile de carnaval fora de época pelas ruas do bairro. Entretanto, embora previamente convidados, os moradores “não saíram ou desceram para a manifestação e não tinham um olhar e um gestual que sinalizassem precisamente alguma reciprocidade. Havia se desenhado, entre a rua e a casa, entre os manifestantes moradores e os manifestantes do Carnaval de rua, não exatamente um limite, mas uma fronteira [...] traçava-se uma linha dissensual” (Musa, 2015, p.189).

Tal distância entre agentes no mesmo espaço tem sido recorrente. Pude presenciar um

22 L.T. 2013[3]

dos primeiros encontros do que se tornaria mais tarde o Cidade que Queremos, na Vila Pomar do Cafezal. De alguma maneira havia a ilusão de que estar naquele espaço seria suficiente para estabelecer uma articulação entre os ativistas de fora e os ativistas de dentro da favela. O que se viu de fato foi um abismo colossal. Pelo menos a presença no mesmo espaço serviu para escancarar diferenças e conflitos entre agentes cujos objetivos pareciam os mesmos e cujo agrupamento era tido como certo. Evidenciou-se a linha dissensual observada por Priscila Musa, demonstrando que coexistir no espaço deve ser encarado como ponto de partida para uma articulação, não como a articulação em si.

Há ainda ações diretas que não visam a pressionar o Estado, seja de maneira imediata ou mediada. Seu objetivo é concretizar ou, pelo menos, ensaiar transformações, tais como novas formas de convívio, de organização política, de abordagem da natureza, de vida na cidade, de apropriação do espaço público etc. *“Você vai descobrindo com o tempo esses mecanismos... o fazer ‘na tora’ é uma forma de estratégia também, de disputa da cidade.”* (PV, 2016). Incluem-se nesse tipo de ação direta a experiência do Espaço Comum Luiz Estrela, que se apresenta como “livre [...], aberto e autogestionado”,²³ ou o Pomar do Cafezal, que propõe recuperar uma encosta em área de risco conciliando natureza e urbanização.

Ações desse tipo estão repletas de contradições pelo próprio fato de tentarem realizar, aqui e agora, um estado de coisas tido por utópico. A autogestão do Espaço Comum Luiz Estrela, por exemplo, é descrita pelos entrevistados como conflituosa e desgastante. No Pomar do Cafezal, a mobilização de apoiadores externos é muito maior do que a de moradores da área, que às vezes até hostilizam a iniciativa, embora ela seja o principal motivo de não terem sofrido remoção pela Prefeitura. Ainda assim essas experiências trazem avanços às lutas. Elas demonstram que as alternativas existem e elas dão início a processos nos quais as contradições podem aparecer com nitidez, sem respostas prontas. O caminho se faz ao caminhar, como diz um dos ativistas ligado ao Real da Rua:

Não é nesse lugar romântico, ‘tudo lindo’, mas a possibilidade real de perceber na prática que é possível você se organizar, conviver, de outro jeito, que não esse que vendem para nós a vida inteira. É pensar na possibilidade da coisa horizontal e autogestionária mesmo, que depende pura e simplesmente daquelas pessoas e da disposição delas. Isso é uma das coisas talvez mais fortes e mais bonitas mesmo. E do outro lado é a complexidade! Nesse lugar é onde a contradição se encontra e que às vezes sai até briga, por problemas extremamente graves. (P.V., 2016)

²³Descrição do grupo em sua fanpage disponível em: https://www.facebook.com/espacoluizestrela/info/?tab=page_info acesso em 28 de maio de 2016

Difícilmente os grupos que empreendem ações diretas conseguem perseverar ignorando o Estado, e mesmo grupos ditos autonomistas ou anarquistas são obrigados a dialogar com seus representantes. Marcelo Lopes de Souza, um geógrafo assumidamente autonomista, afirma que “mesmo sabendo que o Estado constitui uma instância de poder heterônoma, não é possível ou razoável, para os movimentos emancipatórios, suas organizações e ativistas, pretender sempre, pura e simplesmente, ignorá-lo.” (Souza, 2012, p.3). O diálogo ou o embate com o Estado torna-se praticamente inevitável, seja para se defender de suas investidas (despejos, proibições, obrigatoriedade de alvarás, multas), seja para dele cobrar ações ou reparações.

Como relata uma das entrevistadas em relação ao Espaço Comum Luiz Estrela, um centro cultural autogestionado que surgiu da ocupação de um imóvel abandonado, “em alguns momentos a gente procurou o Estado querendo saber como eles vão também em alguma medida contribuir com essa restauração, porque os danos no imóvel não são responsabilidade nossa.” (P.K., 2015) Evidencia-se aí a sobreposição de linhas de ação de grupos que pretendem atuar independentemente do Estado, mas que também têm necessidade de interlocução para ressarcir danos causados pelas ações do próprio Estado ou por sua omissão.

Por isso, Marcelo Lopes de Souza (2012) insiste no valor tático dos canais institucionais estatais como complemento da ação direta e critica a noção de uma antítese entre luta institucional e luta direta. Ele argumenta que o Estado não deve ser entendido como bloco, pois apesar de sua estrutura buscar a manutenção de uma ordem vigente, ele tem contradições internas que representam brechas e potenciais de ação. Importa, segundo Souza, que a luta institucional seja uma estratégia de ação guiada pela ação direta – aquela que se faz de forma independente do Estado – e não o contrário.

De fato, dentre os ativismos estudados, essa complementariedade de ação direta e ação institucional é o mais comum. Raras vezes os ganhos conquistados são fruto de uma atuação exclusiva em uma ou outra linha de ação. Em vez disso, eles transitam entre o campo institucional, cujos resultados são mais abrangentes mas pouco palpáveis, a luta direta, capaz de produzir resultados concretos mas sempre numa escala muito pequena. A adoção dessa ou daquela forma de ação não ocorre, entretanto, sem conflitos internos aos grupos e entre os grupos, como veremos a seguir.

ESPAÇO DIGITAL

Como já dito, a internet tem um papel central nos novos ativismos. Algumas de suas

características como aparente horizontalidade, organização em rede e a possibilidade de produção autônoma estão em consonância com as formas de organização e ação desses ativismos. Mais do que uma ferramenta de divulgação e de articulação, ela representa uma instância de luta, ao lado do espaço físico.

Diversos autores (Castells, 2005; Ribeiro 2015; Prudêncio, 2009) ressaltam como a internet influencia nas estruturas dos movimentos sociais, aumentando seu alcance de uma maneira exponencial e democratizando meios até então monopolizados pela mídia tradicional. A possibilidade de produção de contra-discursos não é em si nenhuma novidade, como se vê pelos inúmeros exemplos históricos inclusive em Belo Horizonte,²⁴ mas seu alcance é inédito, seja pelo número de pessoas, seja pela amplitude geográfica. Os novos grupos, devido à apropriação da internet que amplia suas vozes, têm se tornado meios de comunicação alternativos, cobrindo temas antes ocultados. É necessário, entretanto, recordar que é ínfimo o número de pessoas com acesso aos meios de comunicação digital e, principalmente, mobilizadas por tais objetivos. Isso torna a produção de um outro imaginário capaz de se contrapor àquele proferido pela grande mídia, aspecto exaltado por Castells (2006) junto a diversos outros autores, ainda - e infelizmente - imaginária.

Os ativistas entendem a publicização no ambiente digital como indispensável à sobrevivência das iniciativas: “as pessoas têm que saber que esse tipo de coisa [as iniciativas de agricultura urbana] existe para que tenha reconhecimento e possa estar na disputa política e de território. E a internet tem sido muito interessante para dar visibilidade” (T.P., 2015). Essa visibilidade é ainda, segundo Castells (2013), fundamental para proteger os grupos de seus adversários. Em sua leitura, elas são capazes de ampliar o alcance das informações sobre as lutas, trazendo mais visibilidade e maior impacto na esfera pública em momentos chave de mobilização.

Como reflexo dessa apropriação, a proximidade geográfica torna-se menos influente na constituição das conexões do que outros aspectos como a afinidade de pensamento e as relações pessoais entre os ativistas, como mostra Luciana Bizzotto (2015). Ela evidenciou o alcance geográfico da articulação #ResisteIzidora²⁵, analisando a origem dos

24 Um exemplo do papel da comunicação nos ativismos do passado é o jornal publicado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. O Barraco foi lançado em janeiro de 1962 e era uma tentativa de produção de outras narrativas em contraposição à da mídia dominante, exaltando o caráter positivo do ativismo, da favela e de seus moradores e denunciando ações empreendidas contra esses. (L. T. 1962-1963).

25 A articulação contra o despejo das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, localizadas na Mata do Isidoro na região norte de Belo Horizonte, denominava-se à princípio como #ResisteIsidoro. Porém baseando-se na informação de que o córrego que dá nome à região originalmente chamava-se Córrego da Izidora, em referência à escrava Izidora que habitou o local, o grupo optou por trazer novamente à tona tal narrativa, apagada em determinado momento da história.

usuários que curtiram a *fanpage* do grupo no *facebook*. A maioria era de Belo Horizonte, como esperado, mas houve um número significativo manifestações provenientes de outras cidades e países (Tabela 1).

PAÍS	CURTIDAS	CIDADE	CURTIDAS
Brasil	5.293	Belo Horizonte/MG	3.409
EUA	25	São Paulo/SP	220
Chile	21	Rio de Janeiro/RJ	185
Espanha	15	Contagem/MG	126
Argentina	14	Recife/PE	73
França	13	São João Del Rey/MG	60
Alemanha	13	Brasília/DF	54
Reino Unido	10	Porto Alegre/RS	42
Portugal	10	Ouro Preto/MG	41
México	9	Betim/MG	37

Tabela 1: As “curtidas à *fanpage* Resiste

Izidora Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzoto (2015)

Também numa campanha pela Ocupação Dandara, pessoas de diversas partes do mundo enviaram suas fotos portando cartazes com os dizeres Despejo não, com Dandara eu luto!²⁶ O objetivo era demonstrar o apoio internacional do grupo e assim pressionar os vereadores a aprovarem o Projeto de Lei 1271/2010, que desapropriaria o terreno ocupado.²⁷ Depois a mesma estratégia – fotos de usuários de redes sociais portando cartazes – foi repetida, por exemplo, na articulação #ResisteIzidoro em agosto de 2014 e nas campanhas pelo Espaço Comum Luiz Estrela em novembro de 2013 e no carnaval de 2014, intituladas Pelas tantas estrelas e Eu apoio o casarão do Espaço Comum Luiz Estrela.²⁸

Além das demonstrações de apoio, outra possibilidade que a internet abriu para os ativismos são as campanhas de financiamento coletivo. Elas foram adotadas com êxito nos últimos três anos, por exemplo, para arrecadar o dinheiro necessário à construção da Creche Dona Carminha na ocupação Eliana Silva²⁹ e ao escoramento do casarão do Espaço Comum Luiz Estrela.³⁰ Em ambos os casos essa forma de financiamento significou a superação de uma das maiores dificuldades dos ativismos.

26 reunidas no site <http://salvedandara.concatena.org/>.

27 Conforme o site da Câmara Municipal, o Projeto de Lei foi arquivado devido ao fim da legislatura em 2013.

28 As campanhas estão disponíveis nas páginas do facebook das Brigadas Populares e do Espaço Comum Luiz Estrela.

29 Disponível em: https://www.catarse.me/crecheeliansilva?ref=ctrse_explore Acesso em 24 de maio de 2016.

30 Disponível em: <https://www.catarse.me/espacocomumluizestrela> Acesso em 24 de maio de 2016.

Mas o sucesso das campanhas de financiamento coletivo também é um reflexo da aproximação de especialistas do campo cultural aos ativismos. O engajamento de produtores, jornalistas, designers, cineastas, artistas etc. trouxe uma nova *expertise* para a produção do material físico e digital de divulgação, com investimento alto, adoção de determinados padrões estéticos e veiculação em mídias diversas. Se, por um lado, isso serve ao combate do que a literatura sobre o espaço digital denomina *white out* (a desinformação produzida pelo excesso de informação; Prudêncio, 2009), por outro, cria novas dependências e desequilíbrios. Os grupos que são assessorados ou integrados por esses especialistas culturais têm maior visibilidade e poder no espaço digital. Dentre os ativismos pesquisados para o presente trabalho, o Tarifa Zero e o Espaço Comum Luiz Estrela são aqueles cujas *fanpages* obtiveram o maior número de curtidas e, ao mesmo tempo, aqueles com mais membros ligadas às áreas de comunicação e cultura. No caso do Tarifa Zero, há até uma equipe destacada para a função de produzir de maneira constante os conteúdos a serem publicados pelo grupo. Determinadas lutas têm mais apoio do que outras, o que, em algum nível é verdadeiro. Entretanto, mesmo se restringirmos a comparação às *fanpages* de grupos que têm mesmas causas, como é o caso das ocupações urbanas chega-se a um resultado semelhante.³¹ As ocupações que têm relações mais próximas com os especialistas da comunicação também têm as *fanpages* com o maior número de curtidas e compartilhamentos de conteúdo.

Tais constatações desmentem a crença – recorrente entre autores mais otimistas – de que a internet seria um espaço horizontal. Ela de fato reproduz as hierarquias baseadas nos capitais dos atores em disputa. Já em 2009 a comunicóloga Kelly Prudêncio reúne, no artigo “Comunicação e mobilização política na Internet”, leituras críticas que começaram a emergir a partir do uso da internet pelos ativismos sociais. Ela admite que houve certa democratização, mas diz que essa se restringe à produção de discursos: “se é possível entender a internet como um espaço em que todos podem falar, não é verdade que todos são ouvidos” (Prudêncio, 2009, p.99). Os agentes mais habilitados se sobressaem e são ouvidos, enquanto os de pouco acesso aos recursos necessários – design bonito, discurso comovente, fotos e vídeos de boa qualidade etc. – continuam marginais. Exatamente isso vale também para as diferenças de eco e alcance entre as ocupações urbanas no espaço digital, que se reflete na sua capacidade de resistência no espaço físico. Não haveria também aí uma monopolização de discurso? Ainda que mais diverso do que na grande mídia, ele é dominado por aqueles que possuem os capitais necessários para fazê-lo.

31 Foram analisadas para esta pesquisa as *fanpages* das seguintes ocupações: Comunidade Paulo Freire, Ocupação Dandara, Ocupação Esperança, Ocupação Professor Fábio Alves, Ocupação Rosa Leão, Ocupação Vitória, Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, Vila Esperança do Calafate e Vila Pomar do Cafezal.

O uso da internet mais imediato e evidente pelos ativismos são convocações para ações diretas. Cabe aqui a ressalva levantada por Rucht (2004) de que é preciso diferenciar entre atividades que seriam impossíveis sem a internet e atividades somente facilitadas por ela. Houve na história de Belo Horizonte ações de dimensões similares às de hoje, organizadas sem essa ferramenta; a manifestação pela regulamentação do Profavela, por exemplo, levou dez mil pessoas às ruas em 1982, resultando na sanção da lei que o regulamentou³². A diferença essencial entre os dois momentos é que antes existiam entidades que centralizavam os movimentos e das quais saíam as direções a serem tomadas pelos grupos de base local. Uma tal direção geral e centralizadora não existe mais, pois os ativismos atuais, como já dito, caracterizam-se pela fluidez de membros e pela organização descentralizada. Para a mobilização desses coletivos de atores relativamente dispersos, que aderem por decisão individual a determinada movimentação, a internet tornou-se indispensável.

As primeiras articulações desse tipo foram feitas via e-mail. No caso da Praia da Estação, por exemplo, um e-mail anônimo enviado em dezembro de 2009 a diversos moradores de Belo Horizonte iniciou o movimento de resistência ao Decreto Municipal que proibia a realização de eventos na Praça da Estação. O e-mail convidava para um protesto no local resultando no comparecimento de cerca de 50 pessoas. Do encontro nasceu um grupo em prol da cultura que passou a se articular por uma lista de e-mails denominada Vá de Branco³³

A partir de 2013, os sites de redes sociais passaram a predominar nas mobilizações, pois sua estrutura de comunicação contínua e multilateral facilita as articulações e o fluxo de conteúdos entre diferentes atores e grupos, dos quais os ativismos dependem. Como o *facebook* é a rede social mais utilizada pelos ativismos brasileiros, assim como pela população brasileira em geral, mesmos os grupos cientes das contradições de sua utilização – uma ferramenta desenvolvida e mediada pela iniciativa privada – concentraram nele sua atuação: “*funciona como uma espécie de agente de propagação completa, você tem acesso às informações e às pessoas, é muito importante*” (PR, 2015).

Entretanto os entrevistados também constatarem que os algoritmos e filtros do *facebook* têm tornado cada vez mais difícil atingir usuários fora de certas «bolhas». O site cria uma curadoria das informações que chegam a cada usuário e, embora a empresa afirme tratar-se de personalizar a experiência de uso, há interesses econômicos evidentes nesse mecanismo (para ampliar o alcance de postagens comuns, que são gratuitas, o site oferece

32 L.T. 1974-1982

33 Sobre a Praia da Estação ver Oliveira, 2010 e Albuquerque, 2013. Essa última concentra-se especificamente na dinâmica da lista de e-mails pela qual se organizou o grupo

um serviço pago, denominado Impulsionar publicação). Até para grupos com bastante conhecimento e experiência na ação em ambientes digitais, que utilizam blogs, listas de discussão, páginas *wiki*, *hacker-ativismos* etc., esses filtros são um obstáculo: “você não consegue mais acessar todos os seus amigos. Hoje, para ter maior visibilidade no *facebook*, você tem que pagar [...] Essa fórmula funcionou um dia, você convocar os seus amigos em 2013 tinha mais efetividade do que chamar hoje.” (PR, 2015).

ARTICULAÇÕES

Apesar da fragmentação entre os ativismos, causada por sua ênfase ao contexto local e ao abandono da questão de classe em detrimento de outros fatores identitários, é uma de suas características fundamentais a articulação em rede.

Como vimos, a adoção de tal organização não se restringe aos ativismos. Toda a sociedade assim se organiza, em especial o poder. Esse organiza-se por meio de projetos conjuntos que mobilizam diferentes redes - política, militar, cultural etc.. Por sua vez, elas estão também em disputa, cada uma delas tentando conquistar para si o domínio das normas da sociedade. Nessa nova organização do poder, o Estado continua tendo relevância, uma vez que é sua atribuição legislar, e, portanto, discernir entre o legal e o ilegal, e aplicar os aparelhos de repressão correlatos. Uma contraposição, afirma Castells (2005)³⁴, deve operar na mesma lógica de organização do poder, em redes ativistas em torno de projetos comuns alternativos.

É importante destacar que, apesar das articulações atuais trazerem novas possibilidades de ampliação de alcance e de dinamicidade, ambas impulsionadas pelas tecnologias de informação, o imaginário no que tange a força da união entre os grupos é fruto de um longo processo histórico como pudemos ver anteriormente. Junto aos resultados em-

34 É demasiado otimista a análise de Castells sobre os ativismos em rede, sobretudo em *Redes de Esperança e Indignação*, em que o tema é abordado de maneira aprofundada. Consideravelmente mais contido em seu livro anterior, *Sociedade em Rede*, o excesso de confiança parte talvez da leitura espacialmente distante dos ativismos abordados pelo autor (a revolução egípcia e as insurreições árabes entre 2010 e 2011, os Indignados na Espanha e Occupy Wall Street entre 2011 e 2012 e, na versão brasileira, um prefácio sobre os protestos de Junho de 2013), ou talvez da leitura temporalmente próxima. Publicado no calor dos acontecimentos, era impossível imaginar os desdobramentos diretos e indiretos de tais insurreições, levando a um cenário atual de fortalecimento do conservadorismo e do autoritarismo em quase todos os países palco dessas revoltas: um regime militar no Egito, protestos não-armados contra regimes autoritários transformados em uma guerra civil na Síria, a eleição do magnata Donald Trump nos Estados Unidos, um processo ilegal de Impeachment no Brasil. Como enfatiza o escritor egípcio Ahdaf Soueifn “as razões pelas quais as pessoas saíram às ruas em 2011 estão lá ainda - e mais agudas” (2016, on line). O escritor faz essa afirmação em um artigo para o *The guardian* em que diversos autores são convidados a refletir sobre as transformações no mundo árabe seis anos após o primeiro acontecimento que resultaria na eclosão do que ficou conhecido como Primavera Árabe. De uma forma geral, o que os autores afirmam que, não obstante todo o otimismo anterior, o cenário atual é aterrador.

píricos de experiências de articulação, contribui a essa construção aportes teóricos de diversos autores, pois a aposta numa articulação dos grupos subjugados da sociedade é por eles recuperada em diversos momentos.

Quando Marx e Engels em 1848 escrevem o *Manifesto Comunista* percebe-se ali a aposta em uma aliança para a revolução. Eles apelam para a constituição de uma identidade de classe entre os grupos de operários que atuavam em lutas locais e, em alguns casos, em conflito entre si. Esse espírito é sintetizado pela célebre frase: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”

Já naquela época, existia a crença no desenvolvimento dos meios de comunicação como possibilidade de ampliação dessas articulações:

O verdadeiro resultado de suas lutas [dos trabalhadores] não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes. Era esse contato que estava faltando para centralizar as várias lutas locais, todas do mesmo caráter em uma luta de classes de âmbito nacional. (Marx e Engels, 2003, p. 34)

Mais tarde a importância dessa aliança é também reafirmada por Gramsci (1999). Ele fala em contexto no início do século passado, de fracasso da esperada revolução na Europa Ocidental. O autor percebe as limitações dessa construção a partir da identidade de classe, pois, para além dos proletários urbanos, outros grupos são dominados no sistema capitalista. É necessário que a estratégia de revolução se constitua sobre uma aliança entre eles, que teria como princípio unificador a equivalência, estabelecida pela oposição comum dos grupos subordinados aos grupos no poder. O movimento operário seria seu articulador e dirigente, existindo aí, portanto, uma proposição de hierarquia e de um projeto fechado - o da classe operária - ao qual os demais grupos aderem (Gramsci, 1999).

Laclau e Mouffe, autores contemporâneos responsáveis pela retomada e atualização do pensamento de Gramsci, reforçam sua ideia de ampliação dos oprimidos para além da classe operária e na construção de um pacto entre eles:

[...] do ponto de vista estritamente classista não há identidade alguma entre os distintos setores do polo popular, já que cada um deles tem interesses diferenciados e inclusive antagonísticos; mas a relação de equivalência que se estabelece entre eles, no contexto de sua oposição a um polo dominante, constrói uma posição discursiva “popular” diferente e irreduzível à posições de classe. (Laclau e Mouffe, 1987, p.72-73, tradução nossa)

Eles, entretanto, contestam o protagonismo depositado por Gramsci na classe operária para a construção dessa aliança.

Essa discussão ocorre em um momento de crise do pensamento de esquerda em que a noção de um socialismo protagonizado pela classe trabalhadora e a crença na existência de uma vontade coletiva homogênea haviam sido abaladas pelo fim dos governos socialistas e pelo surgimento de outros atores políticos como movimentos feministas, de minorias étnicas e de lutas ecológicas configurando uma nova esquerda.

Nesse contexto, eles sugerem para a atualização do pensamento de Gramsci a transposição dos limites de classe e a “construção de sujeitos parcialmente unificados cuja determinação fundamental seja a determinação popular” (Laclau e Mouffe, 1987, p.23, tradução nossa). Essa construção, entretanto, não se daria somente a partir de cadeias de equivalência como sugerido por Gramsci, pois elas podem eliminar a autonomia das lutas agrupadas na aliança, não por sua sobreposição, mas por tornarem a luta “única e indivisível” (Laclau e Mouffe, 1987, p. 301, tradução nossa). À lógica da equivalência deve-se unir a lógica da autonomia, pois ao mesmo tempo em que a negação da pluralidade é um perigo da aliança fundada na equivalência, é um perigo da autonomia a ausência total de articulação entre os diferentes grupos, implodindo, assim, o social. Finalmente eles ressaltam que é importante o caráter instável dessas cadeias, reflexo das constantes redefinições nas relações sociais e da precariedade das identidades, tornando o que une ou separa os grupos condicional e não estrutural.

Mais do que procurar evidências de adesão sistemática ao pensamento deste ou aquele autor, por parte dos ativismos, é interessante observar em que medida essas construções teóricas são capazes de apreender a realidade das articulações que se estabelecem entre eles. Para essa sobreposição, foi necessário apreender as redes estabelecidas entre os ativismos urbanos de Belo Horizonte e os projetos comuns que as articulam. Foram tomadas como base entrevistas com envolvidos nos grupos e as interações públicas entre as *fanpages* dos ativismos no *facebook*. Evidentemente, inúmeras outras conexões se estabelecem no ambiente digital via grupos de *e-mails*, *whatsapp* e outros aplicativos de mensagens instantâneas. Entretanto, embora relatados pelos entrevistados, esses espaços são restritos aos ativistas. Portanto, além da falta de acesso a eles, há de se considerar, ainda, as questões éticas em se publicizar interações estabelecidas em meios privados. A construção dessas redes baseou-se ainda em minha própria vivência em alguns dos momentos de articulação como junho de 2013, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte - fórum de discussão que emerge dos protestos de junho - e suas reverberações. Muito antes do início desta pesquisa, minha presença deu-se nessas oportunidades despida de qualquer rigor metodológico. Entretanto ela traz uma outra leitura, que unida às demais - aquela dos próprios ativistas e aquela que emerge da análise da atividade dos grupos na

internet - contribui à construção aqui proposta.

Em Belo Horizonte foi relatada pelos entrevistados uma relação dinâmica de trocas entre os grupos, muito devido à escala da cidade, sobretudo quando comparada a São Paulo ou Rio de Janeiro. Entretanto essas articulações são geralmente restritas a momentos chave, como ameaças de despejo, aumentos de tarifa, votações na câmara etc. - o que veremos à diante com mais atenção. Quando mais duradouras, elas estão confinadas aos ativismos de mesmas pautas ou pautas próximas, como mobilidade, movimentos de ocupação de terrenos vazios ou movimentos culturais. Elas são ainda restritas a um mesmo grupo e a incapacidade de expandi-las é um problema recorrentemente levantado.

A percepção de que a segregação da cidade se reproduz também na articulação entre os ativismos é generalizada: há uma descontinuidade entre os ativismos de centro e de periferia³⁵ e entre ambos e a sociedade em geral. É o que transparece na fala de uma das ativistas: “[a articulação] é meio *centrocêntrica*, porque a gente acha que Belo Horizonte é centro! A gente esquece que a cidade é muito maior que isso. O centro tá muito bem agregado, enquanto o pau tá quebrando na periferia.” (P.K., 2015). Evidentemente, existem exceções e tentativas de romper com essa falta de diálogo, mas de maneira ainda pouco expressiva. Poucos ativismos de periferia são capazes de se articularem aos grupos de centro e, quando isso ocorre, geralmente é em função do deslocamento da periferia ao centro. O Família de Rua, por exemplo, é um grupo que consegue estabelecer esse diálogo, talvez devido ao fato de que eles estejam, fisicamente, no centro, ainda que parte de seus ativistas venham da periferia. É o caso ainda de algumas das ocupações urbanas, sobretudo aquelas apoiadas por ativismos como FTA, Brigadas Populares e MLB. Apesar da capacidade desses grupos em fazer a ponte entre periferia e centro, é necessário problematizar as assimetrias que se estabelecem nessa relação, tema que irei retomar adiante. A falta de diálogo relaciona-se, em parte, à diferença de pautas. Enquanto nos ativismos de periferia a tendência é por lutas pelo acesso a direitos já estabelecidos mas não universalizados, os ativismos de centro lutam pelo reconhecimento de novos direitos. A distância entre os grupos de centro e periferia é ainda reforçada pelo posicionamento crítico dos novos ativismos em relação a tentativas anteriores de aproximações pelo chamado trabalho de base. De fato, não raro tal prática resultou em relações de dependência e de vínculos paternalistas, colonizadores e até utilitários.

Apesar disso tudo, essa aproximação não é de todo indesejada. Grupos de periferia articulados aos de centro, obtém mais força para resistir às investidas do Estado e de outros

35 Como periferia refiro-me às áreas carentes de infra-estrutura e serviços ocupadas por população de baixa renda e, geralmente, informais. Incluem-se aí as áreas geograficamente periféricas, em que, pelo preço da terra, são a única possibilidade para essa população e ainda as favelas, que padecem das mesmas carências e instabilidades, apesar de bem localizadas.

agentes, pelo acesso às redes de apoio e a recursos como informação, assistência jurídica, canais da imprensa tradicional. Ademais ambas as lutas são potencialmente complementárias, pois a ampliação de direitos deve ser acompanhada pela democratização dos direitos já estabelecidos. É, portanto, um desafio necessário estabelecer articulações sem que se estabeleçam relações de dominação entre os grupos do centro e de periferia.

Se o diálogo entre ativismos do centro e da periferia é pouco efetivo, ecoar para além desse universo, na sociedade em geral, é ainda menos. Mesmo em questões que dizem respeito à maioria das pessoas, como, por exemplo, uma chamada para protestar contra o aumento da tarifa, dificilmente um grupo para além do usual será mobilizado. Isso não significa, necessariamente, que a pauta seja considerada ilegítima por aqueles externos ao universo ativista, mas que, entre se identificar e se mobilizar, existe uma distância que os grupos não conseguiram romper. É essa justamente uma de suas grandes questões: Como atingir e mobilizar a sociedade de maneira ampliada, já que ela é também subjugada pelas mesmas relações de dominação combatidas pelos grupos?

REDES NA REDE

A análise das interações públicas no *facebook* fornece pistas tanto das redes estabelecidas no ambiente digital, como ainda daquelas que se configuram *offline*. Para tal, foram considerados dois tipos de relação mediados pelo site: as *curtidas* entre as *fanpages* dos ativismos e o compartilhamento de informações entre elas. Às informações extraídas foram aplicados métodos de Análise de Redes Sociais (ARS), que se baseiam nas interações entre atores e nos papéis por eles desempenhados em seus contextos (Recuerdo, Bastos e Zago, 2015). Para isso, são utilizados modelos matemáticos e computacionais que geram representações gráficas, os chamados *grafos*, de relações entre elementos em um determinado momento. Nos grafos as relações são representadas por arestas que unem os atores, representados por círculos.

Nesta pesquisa, as *fanpages* dos ativismos são os nós dos grafos gerados, unidos por duas categorias de relações: as *curtidas* e o compartilhamento de informações. Recuerdo, Bastos e Zago (2015, p. 55), denominam rede associativa aquelas dependentes de uma ação por parte dos atores que os conecta, como é o caso das *curtidas* entre as *fanpages*. Já o compartilhamento de informações, configura uma rede baseada nas interações cotidianas entre as *fanpages*, constituindo, na categorização dos mesmos autores, redes emergentes. Neste último caso, os conteúdos compartilhados também são representados por círculos, uma vez que são articuladores dos diversos agentes que compõe a rede.

As *curtidas* entre as *fanpages* dos ativismos trazem uma informação importante, pois

significam assumir publicamente uma conexão, o reconhecimento de luta, ou ainda o interesse em acompanhar suas publicações. Utilizando o *netvizz*³⁶ para extrair os dados das *curtidas*, duas redes foram geradas. A primeira delas, denominada rede de grau 1, restringe-se às articulações pelas curtidas entre as *fanpages* dos ativismos urbanos de Belo Horizonte, configurando-se um universo composto por 39 delas (ver grafo 1). A segunda, denominada rede de grau 2 (ver grafo 2), amplia o universo para atores como ativismos ligados a outras temáticas, canais de mídia, grupos da academia, instituições públicas, partidos e figuras políticas.

O tamanho dos círculos e da letra correspondem ao número de curtidas à *fanpage*. Resiste Izidora, APH-BH e Tarifa Zeros são aquelas de maior expressividade. Configura-se uma rede em que é alto grau de articulação entre as *fanpages*, embora algumas mantenham-se marginais. É notória a divisão bem delimitada entre certas categorias de ativismos, aqueles de pauta predominantemente ambiental - Parque Jardim América, Fica Ficus, Rede Verde, Salve a Mata do Planalto, Comupra e Amau no limite superior do grafo -; os grupos de orientação anarquista e autonomista - Bloco de Lutas pelo Transporte, MPL-BH e, em parte, a APH-BH à esquerda -; e as ocupações urbanas que, apesar de bem inseridas na rede, encontram-se fortemente conectadas entre si e aos grupos que lhes dão apoio.

Nota-se ainda a proximidade entre os ativismos que têm o Viaduto Santa Tereza como local de encontro e que com ele desenvolveram um sentido de pertencimento: A Real da Rua³⁷, que nasceu da necessidade de um fórum de discussão sobre o espaço do Viaduto; A Ocupação³⁸, evento cultural que tem como premissa a apropriação de espaços públicos e que teve ali três de suas edições; o Viaduto Ocupado³⁹, uma articulação em oposição às obras do Viaduto em 2014; e o Okupa Viaduto Santa Tereza⁴⁰, grupo contra práticas higienistas do poder público no baixo centro sobretudo no Viaduto e proximidades.

A representatividade de determinadas *fanpages* explica-se pela quantidade de postagens, entretanto, com formas de atuação distintas. No caso do Tarifa Zero, seu conteúdo é restrito à causa do transporte público e da mobilidade urbana e em raras exceções extrapolam essa temática. Quando o grupo compartilha informações de outras *fanpages* elas são sempre contextualizadas por meio de textos, imagens ou memes por ele produzidos. Essas informações são tratadas fazendo uso das estratégias já citadas anteriormente - pe-

36 O Netvizz é uma ferramenta de código aberto para extração de dados do facebook. Os dados são processados em programas de visualização de redes como o Gephi.

37 L.T. 2012

38 L.T. 2013[4]

39 L.T. 2013-2014

40 L.T. 2012

ças gráficas bonitas e coloridas, senso de humor etc. - o que contribui ao grande alcance da *fanpage*. Em contraste, por exemplo, com o MPL-BH, que recorrentemente divulga as mesmas informações, seu alcance é infinitamente maior. Esse fato reforça a observação de Kelly Prudêncio (2009), já abordada em outro momento, de que na internet os capitais dos atores refletem em hierarquias no alcance da mensagem proferida.

Já a popularidade das *fanpages* do Resiste Izidora e da APH-BH, são de natureza distinta. Ao contrário do Tarifa Zero, não há nessas páginas uma temática central. Elas funcionam como pontos de disseminação de informação nas redes em que se inserem. No contexto de sua criação, elas estiveram bastante centradas em suas pautas - a página da APH-BH, durante as jornadas de Junho e Resiste Izidora na primeira tentativa de despejo das ocupações na região de mesmo nome -, entretanto passados os momentos críticos - e por conseguinte os de maior mobilização - os temas originais são abandonados até que seja novamente necessária uma articulação. Semelhante estratégia é utilizada por outras *fanpages* de ativismos com alto grau de alcance devido à quantidade de curtidas. Mesmo que os ativismos tenham deixado de atuar momentaneamente ou definitivamente, a *fanpage* continua ativa replicando publicações das demais e ampliando, assim, o alcance da informação. É esse o caso de ativismos como COPAC, Okupa Viaduto Santa Tereza e Fica Fícus. A formação dos ajuntamentos descritos confirma a percepção de que as articulações de caráter mais duradouro geralmente são restritas aos grupos de pautas ou de posições políticas semelhantes. Por outro lado, Tarifa Zero e MPL-BH encontram-se desconectados no grafo, apesar da gratuidade do transporte público como pauta em comum e algumas mobilizações conjuntas em algumas ocasiões⁴¹. Tal padrão, como veremos a seguir, repete-se também no compartilhamento de publicações entre suas *fanpages*, o que pode evidenciar certos pontos de conflito entre eles.

Finalmente, a proximidade entre grupos ligados ao Viaduto Santa Tereza traz à tona que determinados lugares podem tornar-se catalizadores de articulações, unificando grupos para os quais são referenciais de identidade e pertencimento.

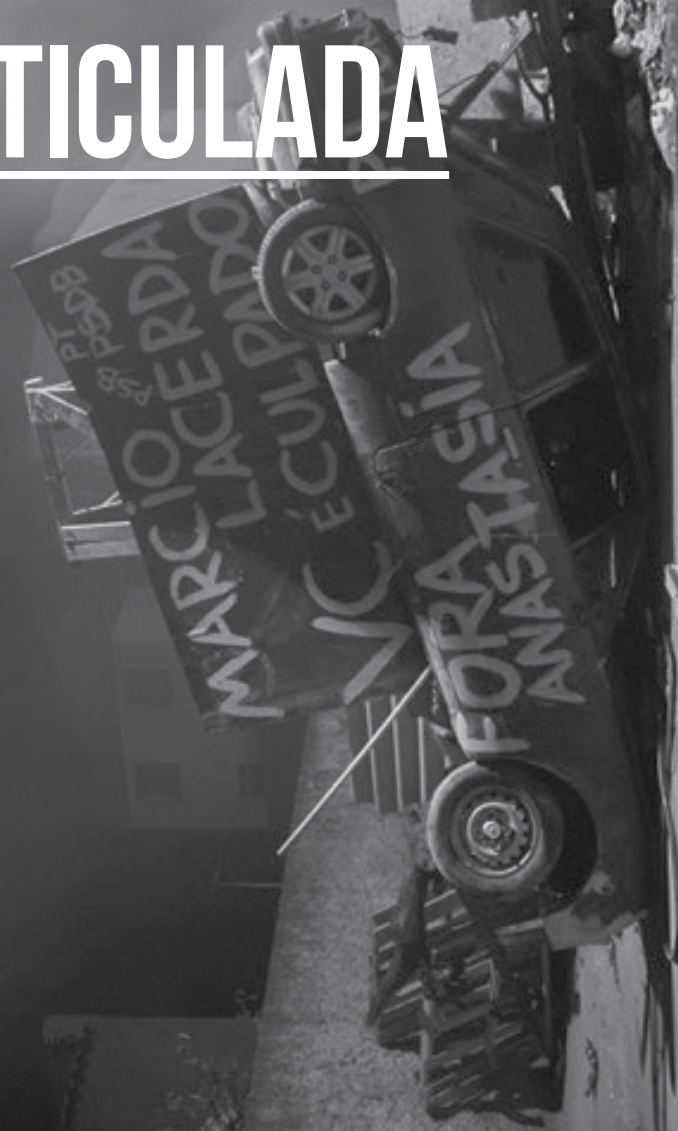
Em seguida, também pelo netvizz foram colhidas informações sobre curtidas em um universo expandido de *fanpages*. Denominada rede de grau 2, são consideradas, além das curtidas entre os ativismos urbanos delimitados para a pesquisa, todas as *fanpages* que eles curtem e as interações dessas com as demais. As seguintes cores foram utilizadas na diferenciação entre os agentes que passam a compor o grafo: ativismos urbanos em sentido forte em rosa, movimentos ligados à arte e à cultura em roxo, canais de mídia tradicional e alternativa em cinza, ativismos de outros locais ou de escalas mais abrangentes em amarelo, movimentos estudantis em azul claro, grupos religiosos em marrom, instituições e órgãos públicos em laranja, ativismos atuantes em Belo Horizonte com enfoque distin-

41 L.T. 2015[2] 2015[3]. Ver: Jornada de protestos contra o aumento em 2015 e Segunda Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

to do espaço urbano em verde, grupos de pesquisa e extensão universitária, instituições universitárias ou grupos de assessoria técnica em azul escuro, partidos políticos e figuras políticas em vermelho e sindicatos e associações profissionais em marrom claro (grafo 2).



LUTA ESPACIALIZADA E ARTICULADA



REDES ATIVISTAS NA PRODUÇÃO DA CIDADE

Momentos significativos de articulação entre os ativismos urbanos de Belo Horizonte evidenciaram-se nas entrevistas, na literatura acadêmica sobre o tema e no monitoramento das *fanpages* dos grupos no *facebook* e. Certos padrões emergem na análise desses momentos como seu vínculo com contextos emergenciais e a recorrente associação entre ações diretas e institucionais e entre o uso do espaço físico e do digital para a atuação dos grupos.

Como veremos mais adiante na análise dessas articulações, elas são fundamentais à resistência dos ativismos devido à fragmentação desses atores coletivos e a sua concentração em temáticas isoladas e em abordagens locais, sobretudo se comparados aos movimentos de abrangência nacional que atuaram no Brasil nos primeiros anos de retomada democrática. As articulações servem, então, tanto à ampliação das pautas dos grupos - para além das demandas e ações locais - como à ampliação de sua pressão política, sobretudo, em relação aos outros agentes na produção do espaço urbano - como o Estado e a iniciativa privada. Esses momentos, entretanto, não são mais importantes do que a luta cotidiana dos ativismos, pois são, em geral, momentos de resistência, sendo, portanto, seus ganhos também de resistência.

Nos momentos de articulação é central a associação entre espaço digital - que mobiliza e amplia o apoio - e espaço físico - onde se tornam concretas essas movimentações. Essa estratégia é sintetizada em uma publicação no contexto da luta contra o PL 2946/2015, projeto de lei que propunha a modificação em nível estadual dos procedimentos relativos aos licenciamentos ambientais. Intitulada “RELATO, DENÚNCIA, CONVOCAÇÃO” (Frente Ampla contra o PL 2946/2015, 2015e, *online*), a postagem informa sobre o processo de votação do PL (narrando-o até aquele momento), denuncia as manobras utilizadas para impossibilitar uma mobilização contra sua aprovação (a reunião extraordinária de votação foi anunciada às 21:15 do dia anterior) e chama os apoiadores a ocuparem a sessão, evidenciando que, mesmo em uma luta estritamente institucional, o espaço físico é uma das dimensões fundamentais de embate.

As mobilizações que se destacam no histórico recente dos ativismos evidenciam que, em geral, as articulações maiores ocorrem por curtos períodos e como resistência às possibilidades de perdas. Elas são catalizadas pela constituição, ainda que temporária, de um “inimigo comum”, como, por exemplo, o processo contra o *impeachment* - golpe - da presidenta Dilma, que conseguiu mobilizar até mesmo os ativismos tradicionais, há muito concentrados em uma atuação pacífica dentro dos espaços governamentais.

Entretanto, a localização do antagonismo em pessoas ou acontecimentos específicos e pontuais - no prefeito Márcio Lacerda, no presidente Michel Temer, na Copa do Mundo, no aumento da passagem etc. - tornam as articulações emergenciais e pontuais. Após o fim da situação que as unificava, devido a vitórias, ainda que momentâneas, ou ao esgotamento das possibilidades de ação, elas se desmobilizam.

Como observa Castells (2013), sua unidade é a indignação comum em relação a determinada situação. Afora disso, cada um dos ativismos que delas tomam parte, trazem sua visão de mundo e horizontes vislumbrados, resultante da reunião de concepções individuais de seus ativistas.

Uma vez compostas por essa pluralidade, novas complexidades e divergências emergem. Entretanto, a urgência inerente a esses momentos frequentemente resulta no atropelamento de pautas consideradas secundárias. Nada mais natural que a resposta dos que tiveram suas pautas invisibilizadas emergja de forma violenta, gerando cisões.

A percepção da necessidade de articulações mais duradouras entre os ativismos, constituindo espaços permanentes de diálogo, de troca de experiência e de constituição de uma luta conjunta é generalizada entre os entrevistados. Porém, essas tentativas são em geral subsumidas pelas ameaças do dia a dia, desarticulando-se em função de lutas individuais dos grupos. Entre os ativismos de mesmo tema elas são mais exitosas, embora também frágeis, como no caso de grupos que discutem a mobilidade, a preservação ambiental e as ocupações urbanas.

A campanha D1Passo é um exemplo de construção conjunta de ações e propostas no âmbito da mobilidade urbana. Elaborada pelo BH em Ciclo, Bike Anjo BH, Movimento Nossa BH e Tarifa Zero BH, seu objetivo é a incorporação de propostas de mobilidade sustentável aos programas de governo dos candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte¹. O MPL-BH, apesar de também um ativismo de mobilidade, não esteve envolvido na empreitada, por seu posicionamento contrário à atuação institucional.

Nessa mesma perspectiva, a Rede Verde constitui-se com o intuito de mobilizar sistematicamente grupos de pauta ambiental. Seu principal caráter é o compartilhamento de estratégias de atuação, brechas e parceiros a serem acionados (políticos, defensores públicos, professores etc.). Desse contato resulta, por exemplo, a incorporação das ações diretas por parte do ativismo Parque Jardim América (cafés da manhã na área, um bloco no carnaval, mutirão de limpeza do entorno etc.), que anteriormente centrava-se em uma atuação institucional (como a elaboração de um abaixo assinado) em função do perfil de seus ativistas (parte deles tem um histórico de luta anterior durante os anos 1980 pela implementação do Parque Lagoa do Nado). Apesar dos ganhos, é ainda um processo incipiente, restrito a uma parcela pequena dos ativismos de pauta ambiental e que carece

¹ A campanha está disponível em: <http://d1passo.org/o-que-e/>

de mais regularidade.

Desenha-se também uma luta conjunta permanente entre as ocupações urbanas, sobretudo aquelas com apoio das Brigadas Populares e do MLB, ativismos de característica mais centralizadora e de organização hierarquizada. É frequente a realização de ações comuns entre elas, sobretudo após a experiência da Izidora, o que veremos a seguir. Essa atuação ocorre quando há risco iminente de despejo, em que uma das armas de resistência é a presença dos apoiadores no local, mas também, pelo avanço da luta pelo reconhecimento das ocupações pelo Estado (em qualquer dos órgãos federativos).

Desde 2015 esses dois ativismos fazem parte de uma articulação nacional denominada Frente Povo sem Medo, criada quando iniciava-se a crise política que deu origem ao processo de *impeachment*. A Frente realizou inúmeros atos contra o processo, apesar de suas críticas ao governo petista. Um deles no dia 28 de abril de 2016², agregou as ocupações Dandara, Maria Guerreira, Maria Vitória, Guarani Kaiowá, que trancaram a Avenida Antônio Carlos e, em outro ponto da cidade, as ocupações da Izidora junto a representantes das Ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Paulo Freire.

A seguir serão explorados os momentos de articulação significativa, por seus ganhos e alcance, buscando trazer esses padrões aqui identificados, além de outras características específicas dos momentos em questão.

PRAIA DA ESTAÇÃO

Um momento notável no âmbito das lutas pela cidade foi a Praia da Estação em 2010¹. Como observa Igor Oliveira (2012), as ações diretas em torno da questão urbana e de seus espaços públicos restringiam-se no início dos anos 2000 aos grupos libertários², sendo a Praia responsável por expandir tais pautas de luta. Ela marca, portanto, a entrada de novos atores nesse cenário³: jovens ligados à cultura, universitários e de classe média que não se identificavam com as formas de participação política tradicionais. Ela é ainda um espaço de confluência entre grupos com diferentes pautas, como ativistas do campo da cultura e aqueles ligados às recém retomadas ocupações urbanas para fins de moradia⁴. A convergência de atores ligados a agendas tão distintas, sobretudo no caso dos grupos da

1 L.T. 2010[1]

2 Como vimos, os movimentos nascidos entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, tinham já nesse período uma atuação muito restrita aos canais institucionais, sobretudo após a chegada do Partido dos Trabalhadores em 2003 ao governo federal.

3 A respeito do participantes, Igor Oliveira (2012) cria a seguinte categorização: libertários (ativistas ligados ao ideal anarquista autonomista e em minoria em relação aos demais participantes), participantes ligados à cultura, cidadão engajados (indivíduos não pertencentes às categorizações anteriores mas que se envolveram na iniciativa com uma intenção ativista) e banhistas (frequentadores eventuais cujo interesse na iniciativa restringia-se a seu caráter lúdico)

4 Como podemos ver na *Linha do Tempo*, a retomada da prática das ocupações de terrenos vazios para fins de moradia ocorre em 2006, com a Ocupação Caracol, ação coordenada pelas Brigadas Populares.

cultura, tornar-se-ia marcante no caso da luta urbana em Belo Horizonte.

Esses novos atores contribuem na incorporação dos protestos-festa ao repertório de luta que, além de sua capacidade de mobilização, são capazes de confrontar o modo dominante de produção da cidade ao deslocarem o lúdico para fora de seus espaços e momentos adequados. A estratégia acaba tornando-se uma das marcas dos novos ativismos urbanos, mas que, como veremos no caso da Segunda Ocupação da Câmara Municipal, dividem opiniões quanto à sua eficácia.

A internet é central na ação, cuja organização e discussão ocorreu por meio de uma lista de emails com 187 inscritos (Albuquerque, 2013). Para Carolina Albuquerque, muito do que se tornou a Praia, sobretudo o seu caráter horizontal e sem líderes⁵, tem a ver com o uso da internet. Contribuí ainda a essa organização a presença de um grupo ligado ao ideário libertário que, embora em minoria, pautava insistentemente a necessidade de manutenção dessa forma de associação.

Por outro lado, o espaço físico é também um elemento central. As articulações em meio digital resultaram em articulações no espaço físico, insurgindo na ocupação da cidade e na apropriação de seus espaços públicos. A Praia da Estação, junto a outras ações que já ocorriam ou passam a ocorrer no mesmo período, como o Duelo de MC's, o resgate dos blocos de carnaval de rua e o Quarteirão do Soul, insere de vez o reclame pelo espaço público no repertório de luta dos ativismos urbanos de Belo Horizonte.

A articulação é sumariamente catalisada pela publicação do decreto municipal nº 13.798 proibindo eventos de toda e qualquer natureza na Praça da Estação. É, portanto, uma mobilização erigida pela ameaça de retrocessos e, portanto, uma rede de resistência. Por outro lado, seria leviano afirmar que a ação resultou somente de tal decreto. Ele funcionou como “a gota d'água” para entornar insatisfações que se acumulavam entre diversos grupos, sobretudo em relação à administração de Márcio Lacerda. Muitos entrevistados apontam como um fator essencial às novas articulações e o surgimento de novos ativismos na cidade, as gestões sobre mando do prefeito, pouco afeitas à democratização urbana: “*em função dessa forma como a prefeitura se relaciona com a cidade, sempre em função de sua venda, do lucro, do negócio, acaba fortalecendo as lutas, elas ficam mais aquecidas e potentes, elas se unem para barrar as ações da PBH*” (P.K., 2015). Como observado por Gramsci (1999) e Laclau e Mouffe (1987) é notória a capacidade de articulação pela contraposição a um inimigo comum.

Certos ganhos diretos são percebidos em relação à ação como a Lei da Praça Livre, que permite a realização de pequenos eventos nas praças da cidade sem a necessidade de um

⁵Obviamente algumas pessoas são identificadas como integrantes mais centrais no grupo do que outras, entretanto elas não foram reconhecidas como líderes entre os demais integrantes, sobretudo aqueles ligados ao pensamento anarquista autonomista.

alvará e a revogação do decreto 13.798⁶. A lei em substituição ao decreto foi fruto de uma comissão de técnicos da PBH e estabelecia regras de uso da Praça. As regras, no entanto, foram questionadas pelos ativistas, sobretudo porque somente com um grande aporte de recursos seria possível suprir todas as exigências necessárias.

O sentido didático da ação talvez seja seu ganho mais significativo que foi capaz de unir atores tão distintos sob princípios de horizontalidade e autogestão.

JORNADAS DE JUNHO E O SURGIMENTO DA APH-BH

Não há como falar da articulação entre os ativismos de Belo Horizonte sem tocar em junho de 2013⁷, momento amplamente recordado pelos entrevistados como emblemático na constituição de redes. As Jornadas de Junho, como alguns autores denominam a série de protestos que eclodiram em todo o país durante a Copa das Confederações em 2013, foi, e é ainda hoje, um assunto amplamente explorado desde diversas abordagens, inclusive aquelas que aqui interessam: as articulações que dela emergem e a sobreposição entre o espaço físico e o digital na configuração dos protestos. Tal período tem complexidade suficiente para toda uma dissertação, porém irei restringir-me à compreensão de suas contribuições às formas de ação e organização dos ativismos urbanos de Belo Horizonte.

Uma das entrevistadas sintetiza junho da seguinte maneira: *“O que eu sinto é que pegou um monte de gente de BH, botou num liquidificador e bateu! Agora um monte de gente se conhece e constrói coisas juntas e eram coisas que estavam acontecendo paralelamente.”* (T.P., 2015).

Se com a Praia da Estação algum contato entre grupos distintos começou a estabelecer-se, junho foi capaz de ampliar esse universo, colocando-os lado a lado, ainda que temporariamente, o que veremos adiante. Intensifica-se ainda a relação entre articulações no meio virtual e no espaço físico e a ênfase em ambos para dar visibilidade e vazão às inúmeras demandas apresentadas.

A complexidade dos atores reunidos durante as jornadas transparece nas pautas anunciadas pelos cartazes empunhados pela multidão. Era possível identificar reivindicações tão diversas como o fim da corrupção, tarifa zero, o fim dos meios de comunicação de massa, educação de qualidade, contra a PEC37 e pela reforma política⁸. Talvez o que melhor descreva o vínculo entre esses manifestantes seja o que Castells (2013, p.163) denominou *togetherness*⁹. O autor utiliza tal conceito para nomear os laços estabelecidos durante as movimentações que se espalharam pelo mundo desde a Primavera Árabe em 2011. Dis-

6 L.T. 2011

7 L.T. 2013[2] 2013[3]

8 L.T. 2013[2]-2013[3]

9 Na versão em língua portuguesa o termo é traduzido como companheirismo, o que, entretanto, não transmite seu sentido original. Pela falta de um termo mais adequado, optei, então por mantê-lo em inglês.

tinto do que se estabelece em uma comunidade, em que a definição de valores comuns é um imperativo, *togetherness* seria a junção de indivíduos por denominadores comuns, sem a supressão de seus pontos de vista, objetivos, motivações e ideologias particulares.

A Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte¹⁰ (APH-BH) surge como uma tentativa de construção de diálogo entre os diferentes atores mobilizados pelos protestos. Sugerida por grupos anarquistas e autonomistas – daí a ênfase no horizontal – a APH-BH surgiu logo após o primeiro protesto em Belo Horizonte ocorrido no dia 15 de junho de 2013 e propunha-se, conforme a descrição em sua *fanpage*, ser um:

[...] fórum de diálogo horizontal e autônomo para formulação de pautas e propostas para próximas mobilizações. [...] um espaço comum a todos os mobilizados na *web* e na rua. Um espaço comum para organizados e independentes. Convocação coletiva, geral e irrestrita para TODOS (indivíduos, grupos, coletivos, organizações, partidos e outros) interessados em DISCUTIR sobre nossas futuras ações e manifestações. (APH-BH, 2013, on-line, grifo do autor).

A chamada deu-se via *facebook* que, a essa altura, já se estabelecia como uma ferramenta para os ativismos devido à sua permeabilidade na sociedade brasileira. Apesar da percepção de que a configuração dos protestos era a somatória do espaço concreto ao digital, percebe-se na descrição do grupo a centralidade das ações espaciais e da apropriação da cidade: “[...] *essa página continua sendo um espaço de TROCA. Mas é fundamental que ocupemos um espaço público para decidir sobre a vida pública.*” (APH-BH, 2013, on-line, grifo do autor).

Durante algum tempo, a APH-BH conseguiu mobilizar e colocar em diálogo, e também em conflito, diferentes grupos de Belo Horizonte, sobretudo aqueles de esquerda. Membros de partidos, antigos ativismos, anarquistas, grupos ligados às ocupações e (várias) pessoas avulsas foram ali reunidas. No primeiro momento, os próprios protestos agregaram esses atores. Mais tarde, houve a tentativa de estabelecer uma articulação contínua para a defesa de determinadas pautas através da construção de propostas e de estratégias de luta. No entanto, foi curta a sobrevivência da APH-BH como um fórum amplo após o fim das manifestações. Ela foi se dissolvendo aos poucos até tornar-se uma rede em suspenso. Apesar de inativa, não deixou de existir, avivando-se em momentos de necessidade como o atual período de crise política, seguido pela abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Alguns entrevistados atribuem o arrefecimento da APH-BH às movimentações em função das eleições gerais em 2014, quando partidos e ativismos atrelados às candidaturas saíram das ruas para atuar nessas campanhas eleitorais.

[...] o grande problema é que nesse rescaldo de junho em que teve um

engajamento e uma mobilização muito grandes, grande parte dos movimentos que toparam fazer parte disso voltaram na medida em que veio uma outra eleição, vindo a eleição é nítido como as pessoas saíram das ruas e aí a direita tomou as ruas.(P.A., 2015)

A APH-BH demonstra a potência da união das esquerdas ao emergir como um ator temido pelo poder público e também por outros ativismos, sobretudo os tradicionais. Um fato que ilustra muito bem a relação estabelecida com os demais atores foi a já citada etapa municipal da Conferência Nacional das Cidades em agosto de 2013, na qual pude estar presente.

Nessa circunstância, parte da APH-BH, sobretudo os participantes ligados aos grupos de trabalho sobre a questão urbana e à mobilidade, decidiu envolver-se na Conferência, apesar de reconhecerem as contradições e críticas que perpassam esses tipos de processo. Some-se a isso o desconhecimento da dinâmica e práticas que formatam esses momentos de participação institucionalizadas - já consagradas para participantes veteranos, mas apenas evidente para os novos participantes no momento da Conferência, ou seja: mais do que ter as propostas aprovadas nessa etapa, o importante era conseguir eleger delegados que as defendessem nas fases estadual e nacional. Nesse sentido, a participação de ativistas de grupos tradicionais nas assembleias¹¹ (atores com um acúmulo de conhecimento sobre as práticas nesses espaços participativos) foi fundamental para a inserção da APH-BH na dinâmica de escolha dos delegados. Eles foram responsáveis por fazer o diálogo entre os novos ativistas - muitos recém ingressados no universo das lutas após junho - e os antigos, garantindo à APH-BH duas vagas de delegado na etapa estadual. Tal acordo só foi possível devido ao imaginário em relação ao poder e dimensão do grupo, que, para o poder público e os ativismos tradicionais, evocava a lembrança da magnitude dos protestos de junho e da Ocupação da Câmara Municipal.

A mobilização em torno da APH-BH potencializou ainda duas outras articulações, a Ocupação da Câmara Municipal¹² - entre os dias 29 de junho a 7 de julho de 2013 - e a Ocupação da Prefeitura¹³, nos dias 29 a 31 de julho do mesmo ano. A primeira protagonizada pela própria APH-BH, a segunda pelos ativismos ligados às Ocupações Urbanas (Camilo Torres, Irmã Doroty, Eliana Silva, Vila Cafezal/São Lucas, Zilah Spósito, Rosa Leão e Dandara).

Apesar do pouco tempo em que conseguiu agregar de maneira ampla diferentes atores da cidade (hoje a APH-BH consegue agregar, em sua maioria, jovens libertários), a experiência teve impacto na cena ativista da cidade. Primeiro pela configuração de novas arti-

11Membros da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa e do Movimento de Vilas e Favelas (MLB) estiveram bastante presentes no início da APH-BH.

12 L.T. 2013[4]

13 L.T. 2014[3]

culações que até hoje perduram, segundo pela influência direta na emergência de novos ativismos como o Tarifa Zero BH e o MPL-BH, e, finalmente, pelos encontros com a diferença. Desses saem substrato para que os grupos se repensem, resultando em transformações, ou ao menos questionamentos, de suas formas de organização, métodos de ação e de tomada de decisão etc. É cada vez mais comum, por exemplo, discursos como horizontalidade e autogestão entre os ativismos, após junho de 2013 e as experiências das assembleias horizontais. É necessário salientar que discurso e prática nem sempre são equivalentes e que hierarquias e relações de dominação podem reproduzir-se mesmo nos grupos que se dizem horizontais e autogestionados.

A PRIMEIRA OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

No dia 29 de junho de 2013, ainda no contexto das Jornadas de Junho, seria votado na Câmara Municipal em sessão extraordinária o PL nº 417/2013 que isentava as empresas de ônibus do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Tal isenção, junto ao cancelamento da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional (CGO) serviria, segundo a prefeitura, para uma redução de R\$0,10 na tarifa dos ônibus. Entretanto, outras duas isenções concedidas em nível federal (isenção de PIS/COFIS e de imposto sobre folha de pagamento) não haviam sido incorporadas à redução da tarifa. Em uma sessão da APH-BH, foi marcado um protesto na Câmara Municipal no dia de votação da PL para pressionar a inclusão das emendas apresentadas. Elas propunham a incorporação da isenção federal à redução da tarifa e a abertura da planilha de custos do sistema de ônibus. No dia 29, entretanto, os manifestantes tiveram sua entrada na Câmara Municipal limitada pela guarda municipal e o PL foi aprovado sem as emendas. Inicia-se aí a primeira Ocupação da Câmara Municipal¹⁴.

A ocupação, que duraria 8 dias, inaugura uma nova dinâmica para os ativismos de Belo Horizonte pela dimensão do apoio alcançado. André Veloso (2015) aponta que cerca de 500 pessoas entre ocupantes e visitantes estiveram no local, apoio ainda perceptível nas doações de alimentos e outros itens e nas contribuições à programação ao longo da ocupação. Durante o período diversas atividades, sobretudo culturais, ocorreram, atraindo um público constante. A combinação entre a ocupação de espaços simbólicos aliado a atividades culturais e informativas para a atração de público seria uma estratégia muitas vezes repetida, como veremos nos casos do #ResisteIzidora¹⁵, da ocupação das obras do viaduto Santa Tereza¹⁶ e da segunda Ocupação da Câmara em 2015¹⁷.

Essa é uma característica que diferencia as ocupações atuais daquelas ocupações de es-

14 L.T. 2013 [4]

15 L.T. 2014 [4]

16 L.T. 2013-2014

17 L.T. 2015 [3]

paços simbólicos da cidade em períodos anteriores, como, por exemplo, a ocupação da Igreja São José pelos ativismos tradicionais por moradia no início da década de 1990¹⁸. Para além do contexto local, em que percebe-se a incorporação da dimensão cultural e da festa aos ativismos urbanos, essa mudança parece inspirar-se ainda nos diversos movimentos *ocuppys* que eclodiram no mundo desde 2011.

No dia 3 de julho de 2013 é realizada uma reunião entre o prefeito Márcio Lacerda e os delegados destacados pela APH-BH com o estabelecimento das exigências para a desocupação da Câmara. A reunião em si pode ser considerada um ganho, pois é a primeira vez que diversas pautas, tais como as ocupações urbanas, conseguem ser apresentadas ao prefeito desde sua posse em 2009. Após anos os grupos conseguem escapar aos obstáculos institucionais criados para vetar o acesso aqueles que de fato têm algum poder de decisão.

Embora centradas na questão do transporte e no aumento da tarifa¹⁹, elas evidenciam, por sua diversidade, a pluralidade dos atores agregados naquela ação. As respostas dadas pelo prefeito às exigências apresentadas são consideradas insuficientes pelos manifestantes, que decidem manter a ocupação. Entretanto, em assembleia delibera-se pela desocupação da Câmara, mesmo sem o cumprimento das reivindicações apresentadas. Um comunicado em nome da APH-BH elucidando os motivos da desocupação não foi emitido, mas os comentários de participantes da ação na postagem de divulgação da decisão esclarecem: *“Avaliamos que ocupar a câmara não iria continuar trazendo ganhos políticos, apenas desgastes, principalmente com a população que esteve nos sustentando lá esse tempo todo e à qual somos extremamente gratos.”* (Oliveira, 2013). Posição ainda reforçada por outro participante na mesma publicação *“[...] um deles [dos motivos de deixar a ocupação] era que não ganharíamos mais tanto estando lá dentro, que precisávamos de novas estratégias.”* (Alves, 2013)

Impossível afirmar que as outras ocupações de Câmaras Municipais que se espalharam por todo o Brasil são reflexo da ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte²⁰. Após a ocupação em Belo Horizonte, porém, deu-se início a um processo que se espalhou rapidamente para várias cidades, todas com a redução da tarifa do transporte público como pauta central. Cronologicamente ocorreram as seguintes ocupações: Em julho de 2013 Dourados (MS), no dia 4, Porto Alegre (RS), no dia 10, Natal (RN) no dia 18 e Salvador no dia 22 e ainda no dia 9 de agosto a ocupação da Câmara do Rio de Janeiro (RJ).

18 L.T. 1989-1992

19 As exigências podem ser observadas na L.T. - 2013[4]

20 Pouco antes da ocupação em Belo Horizonte ocorreu, em 25 de junho de 2013, a ocupação da Câmara Municipal de Santa Maria (RS). Contudo a ação deu-se pela exigência da anulação da CPI, na qual havia indícios de irregularidades, instaurada para apuração do incêndio na Boate Kiss. A tragédia havia ocorrido em 27 de janeiro de 2013, resultando na morte de 241 pessoas.

OCUPAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pouco tempo após a desocupação da Câmara Municipal ocorre na manhã do dia 29 de julho de 2013 a ocupação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)²¹, por moradores das ocupações urbanas Camilo Torres, Irmã Doroty, Eliana Silva, Vila Cafezal/São Lucas, Zilah Spósito, Rosa Leão, Dandara e Guarani Kaiowá. A ocupação durou trinta horas e em nota assinada pelas Brigadas Populares e MLB - ativismos ligados aos grupos - exigia-se a abertura de negociação procurando solucionar os problemas fundiários e sociais das ocupações urbanas de Belo Horizonte. A ação baseou-se no compromisso do prefeito Márcio Lacerda com os ocupantes da Câmara Municipal de estabelecer diálogo com as ocupações urbanas, suspendendo qualquer despejo antes de finalizado o processo. Após a reunião, em 10 de julho foi protocolada na prefeitura pelos ativismos uma solicitação formal que, porém, não obteve resposta (Brigadas Populares; MLB, 2013).

Até então, ações conjuntas de tal porte entre as ocupações nunca haviam sido empreendidas. A ação contou ainda com o apoio de indivíduos e grupos mobilizados pela APH-BH, reforçando a relação estabelecida em junho de 2013, nas assembleias e grupos de trabalho e na ocupação da Câmara Municipal. Um chamado de apoio à ocupação da prefeitura é publicado na *fanpage* da APH-BH. São solicitadas doações de alimentos, itens pessoais de higiene, colchões e cobertores e pessoas para se juntarem à vigília do lado externo da prefeitura, buscando impedir ações truculentas do poder público contra os ocupantes. Atendendo ao chamado os apoiadores instalaram-se na Avenida Afonso Pena em frente à sede da prefeitura, bloqueando parte o tráfego de veículos no local.

Somente mediante essa ação direta é realizada a reunião com o prefeito Márcio Lacerda. Nela foram acordados a criação de uma comissão para negociação dos conflitos fundiários de cada ocupação formada por representantes das ocupações urbanas e dos movimentos (MLB e Brigadas Populares), Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública e da Prefeitura de Belo Horizonte; a suspensão das ações de despejo de autoria da PBH contra as ocupações até a conclusão dos trabalhos da comissão; a mudança do zoneamento municipal das áreas ocupadas para AEIS (Área Especial de Interesse Social); e a realização de uma reunião junto aos governos estadual e federal para ações conjuntas em relação às áreas no que tange sua regularização fundiária e promoção de políticas habitacionais (APH-BH, 2013b).

À época, o acordo foi recebido como uma vitória pelos ativismos e apoiadores. A urbanista paulista Raquel Rolnik considerou em seu blog um “dia histórico para a luta por moradia em BH e no Brasil” pois “[...] depois que milhões ocuparam as ruas, parece que a importância e relevância das questões que [os movimentos por moradia] vêm levantando

21 L.T. 2013 [5]

há anos estão finalmente sendo reconhecidas e consideradas.” (Rolnik, 2013, *online*). Os resultados concretos, entretanto, duraram pouco tempo, originando mais uma ação de ocupação de prédios públicos em julho de 2014, dessa vez simultaneamente na URBEL, PBH e Advocacia Geral do Estado²².

Os efeitos reais da ação foram, portanto, de outra natureza. Um deles foi o início da construção de uma articulação contínua entre as ocupações urbanas, partindo da percepção de um objetivo compartilhado: o reconhecimento das ocupações, sua regularização fundiária e seu acesso a infraestrutura e serviços. O outro foi ampliar o apoio às ocupações urbanas, o que Dandara e Eliana Silva já faziam por meio de eventos culturais e campanhas de apoio²³, sobretudo entre os ativismos de centro.

Ambas as articulações serão intensificadas durante a resistência aos despejos na área da Izidora, conformando a Rede #ResisteIzidora.

#RESISTEIZIDORA

As ocupações na região da Izidora²⁴ começaram a estabelecer-se em maio de 2013 com o surgimento da Ocupação Rosa Leão, seguida em junho pela Ocupação Esperança e entre junho e julho pela Ocupação Vitória. Tais ocupações são consideradas espontâneas, por não contarem com a organização prévia de um movimento, ou ainda com o planejamento de sua configuração espacial²⁵. Elas ocorreram de forma progressiva à medida em que a notícia se espalhou, atraindo outras pessoas. Atualmente as ocupações totalizam 2251 unidades habitacionais edificadas, segundo levantamento realizado em conjunto entre grupos da UNA-BH e PUC-Minas²⁶.

Certos apoiadores defendem que as ocupações da Izidora seriam um reflexo direto das Jornadas de Junho, como é possível constatar na fala de Rafael B., ativista ligado às Brigadas Populares, em entrevista à Bizzotto:

A leitura que nós fazemos é que as três ocupações surgem no bojo de

22 L.T. 2014 [2]

23 Ver campanha “Despejo não, com Dandara em luto!” L.T. 2010 [1]

24 Como dito anteriormente, embora a nomenclatura oficial da região seja Isidoro, optei por adotar a nomenclatura no feminino e com z, também adotada pelos ativismos, que baseiam-se no histórico da área contribuinte do Ribeirão da Izidora - afluente do Ribeirão da Onça - assim denominados nos mapas de Belo Horizonte, pelo menos até 1937.

25 É necessário, entretanto, relativizar a espontaneidade da ocupação como trazem os entrevistados por Luciana Bizzotto (2015) em sua dissertação sobre a rede #ResisteIzidora. Eles defendem que, apesar da aparente espontaneidade, existe um certo incentivo à ocupação como forma de ação direta devido à intensificação das ocupações e de seu relativo êxito pois, apesar de não reconhecidas pelo poder público e da falta de infraestrutura, muitas conseguem até hoje resistir às tentativas de despejo. Esse fato pode constatar em conversas com moradores da ocupação Novo Horizonte uma das ocupações mais recentes da RMBH (visita realizada no dia 21 de janeiro de 2016). Eles afirmam que exemplos de outras ocupações e principalmente de Dandara serviram de incentivo à ação.

26 O levantamento, concluído em 2015, considera na contabilização as unidades em construção e concluídas em alvenaria, madeira e lona.

junho de 2013, quando houve as maiores mobilizações de massa do país. Enquanto os centros da cidade estavam tomados por um caráter de ação direta, por uma multiplicidade de atores sociais, o povo sem teto se organizava na periferia para reivindicar seus direitos de maneira mais concreta (2014, *apud* Bizzotto, 2015, p. 115).

Entretanto uma associação tão incisiva entre os protestos de junho e as ocupações da Izidora, parece-me exagerada, como pude perceber no período em que, junto a outros profissionais da Associação Arquitetos Sem Fronteiras (ASF-Brasil), professores e estudantes da PUC-Minas e da UFMG atuei na Ocupação Rosa Leão²⁷. Mesmo tão próximos dos acontecimentos de junho, na convivência com os moradores do local não se evidenciou essa relação direta entre a ação e os protestos. Parecem fatores mais influentes os exemplos das ocupações anteriores e o próprio processo de Rosa Leão que atraiu novos ocupantes, incitando primeiro sua própria expansão e depois o surgimento das demais ocupações - Vitória e Esperança. Isso não significa, entretanto, que o sentimento do poder da ação direta e da mobilização surgido em junho não tenha importância na configuração das ocupações da Izidora, mas que talvez o legado mais importante de tais mobilizações, seja o surgimento de novas possibilidades de articulação, contribuindo para a resistência das ocupações até os dias de hoje.

Em julho de 2013 Brigadas Populares e MLB já tinham alguma articulação junto às ocupações da Izidora, sobretudo Rosa Leão, resultando na presença de alguns de seus moradores na ocupação da Prefeitura e na inclusão da área no acordo firmado pela suspensão das ações de despejo de autoria da Prefeitura, em troca da saída dos ocupantes do local.

Em 24 de julho de 2013, a juíza Luzia Divina autoriza o despejo de Izidora em resposta a quatro liminares de reintegração de posse para a área ocupada, uma delas vinculada ao Município de Belo Horizonte. Ainda que nesse momento estivessem articulados somente os ativismos ligados às ocupações urbanas, a unidade estabelecida entre esses grupos é, em alguma medida, inédito. Frei Gilvander, militante da CPT em entrevista para Bizzotto demarca Dandara como o início da articulação entre diferentes ativismos - no caso, a CPT, as Brigadas Populares e o MST - mas que em Izidora “[...] foi reforçada a união. Primeiro porque sentimos a necessidade de que um movimento social só não daria conta de dar o respaldo necessário e o acompanhamento suficiente. Em segundo lugar, nós vimos a importância política da atuação conjunta dos movimentos sociais” (Frei Gilvander, 2015, *apud* Bizzotto, 2015, p.134). Todavia, não é sem conflitos que essa articulação ocorre, como veremos a seguir.

27 A primeira visita da equipe à Ocupação Rosa Leão ocorreu no dia 25 de julho de 2013. Na época o grupo de apoiadores externos restringia-se aos vizinhos do Conjunto Ubirajara (com um histórico de luta anterior durante a gestão da Frente-Popular), à CPT e outros apoiadores sem vinculação a nenhum grupo. As Brigadas Populares, grupo que recorrentemente vem acompanhando as ocupações urbanas na RMBH, estabelecia ainda um contato tímido com a ocupação.

Ainda no contexto da eminência do despejo, novos atores juntam-se a esse universo, quando no dia 29 de setembro de 2013, após a PBH comunicar que não iria retirar os pedidos de reintegração de posse de sua autoria relativos à Izidora, a APH-BH publica em sua *fanpage* uma nota de repúdio às ações da prefeitura²⁸. Na postagem é pedido ainda o apoio às ocupações com doações e a presença de apoiadores no local para impedir ações truculentas da PMMG. Na ocasião, um grupo autodenominado *Esquerda Festiva*²⁹, predominantemente formado por estudantes, passa a morar nas ocupações por alguns meses, constituindo-se como ponte de informação cotidiana entre elas e seus apoiadores externos.

Com a entrada mais incisiva das Brigadas Populares e do MLB emergem também os conflitos, sobretudo com os ativistas da Esquerda Festiva. Constitui-se o principal motivo de embate o modelo hierárquico de organização das primeiras. Como observa Bizzotto (2015), as decisões passam a ser tomadas por um grupo restrito, formado por lideranças com o apoio desses membros externos. Esse modelo baseia-se na crença de que são esses, por seu acúmulo de luta e visão do todo, mais capazes de deliberar pela coletividade. A decisão tomada em assembleia é considerada a última das opções, como evidenciado pela fala de Leonardo, apoiador do MLB “*Quando cada um tem uma formulação, nós buscamos pensar o que é melhor para as famílias e, se há dúvida, levamos para a assembleia e o povo fala*” (Leonardo, 2015 *apud* Bizzotto, 2015, p.130). Entretanto, outra característica desses apoiadores, que também é fruto de embates com os demais, é sua ênfase nas relações externas em detrimento às internas. Com essa distância em relação aos moradores da ocupação, como apreender suas necessidades e desejos e “*pensar o que é melhor para as famílias*”? Essas decisões, não raro baseiam-se nos preceitos dessas lideranças e apoiadores, em alguns casos opostas aquelas da coletividade.

Por outro lado, a entrada desses ativismos hierarquizados imprimiu alguma coesão interna à Izidora, até então inexistente, trazendo ainda o acúmulo de lutas fundiárias na RMBH, ambos essenciais à resistência das ocupações. Se a construção de coesão via formas horizontais dá-se por processos lentos, como constituí-la em um contexto de urgência de outra maneira que não as formas hierarquizadas?

No fim de julho de 2014 é anunciado o despejo para o dia 13 de agosto³⁰. Diante da ameaça, mais uma vez é publicado um chamado na *fanpage* da APH-BH convocando apoiadores a passarem a noite em vigília na área³¹. A reintegração de posse é suspensa pelo juiz da Vara Cível da Infância e Juventude. Em paralelo, consegue-se negociar por

28 A nota está disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/172384762953671/?type=3&theater>

29 O termo foi cunhado pela esquerda tradicional para se referir, sarcasticamente, às novas esquerdas, que, como vimos, são bastante afeitas aos protestos-festa.

30 L.T. 2014 [4]

31 Chamada disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/268843656641114/?type=3&theater>

mais 30 dias a suspensão do despejo para a realização de um cadastro socioeconômico ou o reconhecimento do cadastro já realizado pela UNA-BH, em parceria com a PUC-Minas.

O grupo de apoiadores é ampliado com pessoas ligadas à academia³², jornalistas e pessoas da área de cultura. Esses últimos constituem uma equipe de comunicação, que lança no mesmo dia a campanha virtual #ResisteIzidora³³, em que as pessoas são convidadas a postarem suas fotos com cartazes de apoio às ocupações³⁴. Ainda nessa conjuntura a Igreja Católica passa apoiar as ocupações via Arquidiocese de Belo Horizonte. A multiplicidade de atores envolvido é sintetizada no grafo 3, elaborado a partir de dados coletados por Bizzotto (2015).

Inúmeras audiências e atos foram realizados, duas ocupações de prédios públicos, além da ocupação da prefeitura em julho de 2013 e três mesas de negociação foram instauradas, sendo a última em nível estadual. Se não é possível enumerar avanços relativos à situação de instabilidade e falta de reconhecimento das ocupações da Izidora pelo poder público - em qualquer um dos níveis federativos - é concreto que até hoje, mais de três anos após o surgimento da primeira das ocupações, Izidora resiste.

ATO 15M: O DIREITO À CIDADE COMO UNIFICADOR DOS ATIVISMOS?

No início de março de 2014³⁵, a APH-BH junto ao Tarifa Zero-BH, parte das ocupações urbanas e ao recém criado movimento Viaduto Ocupado³⁶ tentam articular a construção de uma pauta comum entre os ativismos urbanos de Belo Horizonte. A chamada, feita de forma ampla a quaisquer grupos e indivíduos, buscava unificar grupos de temas como mobilidade urbana, moradia, democratização dos espaços públicos e reforma urbana.

A luta pelo Direito à Cidade³⁷ emerge, então, como uma possibilidade de unificação das lutas desses grupos, como vimos, geralmente centrados em suas pautas específicas. Tomando como base a concepção de David Harvey, o Direito à Cidade é assim sintetizado pelo grupo:

[...] muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende

32 Manifesto de docentes em solidariedade às Ocupações da Izidora que contou com a assinatura de mais de 500 docentes foi um dos demonstrativos de tal apoio (Bizzotto, 2015)

33 L.T. 2014 [4]

34 Álbum disponível em: https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/?tab=album&album_id=515520095260639

35 L.T. 2014[1]

36 L.T. 2013-2014

37 É criada uma página do facebook para divulgação da articulação: <https://www.facebook.com/Direito-%C3%A0-Cidade-238316413024412/>

do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (APH-BH, 2014, *online*)

A pauta questionava a submissão do urbano ao sistema econômico considerado a raiz dos problemas combatidos pelos ativismos urbanos. Mercado e Estado seriam os responsáveis pela subtração do Direito à Cidade, ao sobreporem aos demais direitos a propriedade privada e o lucro.

Como primeira ação da articulação é planejado um ato comum, programado para 15 de maio, data já acordada entre movimentos de todo o país como o Dia Nacional de Luta contra as Injustiças da Copa. O dia foi ainda escolhido relembrando o movimento 15M ou Indignados que, em 2011, ocupou a Porta do Sol na Espanha por uma democracia real. A pauta do ato, discutida ao longo das reuniões, configurou-se por: moradia, mobilidade urbana, democratização dos espaços públicos/livre expressão artística e cultural, inclusão das minorias oprimidas na construção da cidade (mulheres, GLBTT, negros e índios), participação popular nas reformas urbanas de bairros, acesso de qualidade aos serviços públicos (saúde e educação), impactos da Copa, megacidades e megaempreendimentos e desmilitarização da Polícia Militar (APH-BH, 2014b, *online*).

Embora intencionada como uma articulação sistemática e duradoura entre os grupos de Belo Horizonte, somente próximo ao ato outros ativismos se juntaram à mobilização. Esse fato resultaria em contratempos durante a manifestação do dia 15 de maio de 2014 (APH-BH, 2014b, *online*).

Cerca de 3 mil pessoas, segundo informações da APH-BH (600 pessoas segundo a polícia militar), foram mobilizadas - além do ato pelo Direito à Cidade - pelo ato contra o aumento da tarifa dos ônibus³⁸ e pelo chamado nacional contra as violações da copa. Nele, evidenciaram-se os reflexos da falta de diálogo entre os grupos mobilizados: a expectativa, do grupo que trazia o Direito à Cidade como pauta, era de um ato sem hierarquias entre os movimentos, coletivos, ativismos e indivíduos participantes, que, entretanto, foi frustrada. O carro de som trazido por movimentos tradicionais, sindicatos e partidos acabou definindo trajetos, palavras de ordem etc.. Embora fosse um espaço de fala aberto, ele reforçou o “[...] monopólio da voz [que] verticaliza e centraliza uma luta horizontal e múltipla” (APH-BH, 2014c, *on-line*). Essa mesma tentativa de sobreposição de discursos por determinados grupos irá acontecer no contexto dos protestos contra o *impeachment* da presidenta Dilma, como veremos adiante.

Ainda assim, o ato foi considerado positivo pela APH-BH, como o início de uma articulação entre diferentes ativismos da cidade. Poucos desdobramentos ou ganhos da mo-

38 Conhecido como 4º Ato: Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar. L.T. 2014[1]

vimentação, entretanto, são observados, mesmo com a proximidade da Copa do Mundo Fifa de Futebol 2014. Contribui ainda a essa percepção o fato de que nenhum dos entrevistados durante este trabalho, embora muitos deles presentes na ocasião, a tenham citado como um importante momento de articulação entre os ativismos de Belo Horizonte. A desmobilização após o ato é apreendida ainda na atuação digital dos grupos: afora uma postagem de avaliação³⁹ o tema é abandonado pelos ativismos.

A movimentação foi também infrutífera no que diz respeito aos ganhos alcançados. André Veloso (2015) considera tal fato reflexo da “dispersão de pautas e a direção por parte de sindicatos” (Veloso, p.230) que levaram a uma baixa capacidade de pressão dos movimentos.

Fato é que uma articulação sistemática e duradoura tendo a luta pelo Direito à Cidade como sentido unificador foi frustrada. Ela existiu somente durante o ato e de maneira conflituosa. Persistiram assim fragmentações, sobretudo aquela entre novos e tradicionais ativismos, evidenciando-se mais uma vez a dificuldade em se constituírem redes construtivas em detrimento às redes de resistência - emergenciais e pontuais - entre os ativismos urbanos.

Depreende-se daí que as articulações com objetivos e pautas parcelares parecem mobilizar mais facilmente do que lutas amplas. As pautas restritas aparentam ser mais alcançáveis, ou, pelo menos, o caminho até sua conquista é mais facilmente vislumbrado. Na ampliação das lutas, as possibilidades de ação tornam-se abstratas, e ainda mais distantes. Junto a isso, ganhos imediatos são praticamente inexistentes, contribuindo para a dissolução das articulações por pautas mais ambiciosas. Como tornar pautas amplas como o Direito à Cidade menos abstratas possibilitando o vislumbre de caminhos de ação? E, por outro lado, como tornar pautas concretas menos setorizadas apontando para horizontes de transformação mais amplos?

COPA DO MUNDO FIFA DE FUTEBOL 2014

O primeiro protesto contra a Copa em Belo Horizonte ocorreu no dia 12 de junho de 2014, durante a abertura do evento⁴⁰. O chamado postado no *facebook* foi assinado pelo COPAC, APH-BH, Tarifa Zero-BH e UFMG contra a Copa⁴¹. 7200 pessoas confirmaram presença no evento, entretanto, segundo dados do Jornal Folha de São Paulo, cerca de 800 pessoas compareceram ao protesto, que terminou em confronto com a polícia (Pelegri, 2014). O embate ocorreu quando os manifestantes tentaram se aproximar do relógio promocional que marcava os dias para o início da Copa localizado na Praça da

39 Post disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/244409762417837/?type=3&theater>

40 L.T. 2014 [2]

41 Link do evento Copa sem povo, tô na rua de novo!!! - 12J: <https://www.facebook.com/events/276283719211230/>

Liberdade. A Polícia Militar, para conter o avanço, atacou com bombas de efeito moral e balas de borracha, respondidas por alguns manifestantes com pedradas e danos a prédios e carros no entorno. Quinze pessoas foram detidas, além dos diversos relatos de ações arbitrárias e violentas da polícia⁴².

Outro protesto foi marcado pelo mesmo grupo no dia 14 de junho⁴³, quando ocorria no Mineirão a partida entre Colômbia e Grécia. Dessa vez na Praça Sete, o grupo foi sitiado por 5 horas pela polícia militar em uma tática denominada envelopamento. A mesma estratégia foi utilizada para conter os protestos do dia 17 de junho na Praça da Savassi e do dia 28 de junho na Praça Sete⁴⁴. Os efeitos descontrolados da primeira manifestação fizeram com que o policiamento e a repressão fossem reforçados. Essas ações, aliadas à capacidade de mobilização dos ativismos claramente enfraquecida, resultaram no dia 14 de junho em um desequilíbrio de seis policiais por manifestante (Carmona; Kiefer, 2014)

Era evidente que a escala de atração dos protestos de 2013 havia, a essa altura, dissolvido-se. As articulações durante a Copa perderam em quantidade e em multiplicidade, mantendo-se restritas a um determinado grupo. Mesmo entre grupos e indivíduos de esquerda surgiram questionamentos sobre os motivos de tais manifestações e seus ganhos, contribuindo para seu esvaziamento.

Ao contrário do Ato Pelo Direito à Cidade, não parece haver nesse contexto a tentativa de construção de uma pauta comum. A Copa do Mundo é entendida como um momento de visibilidade internacional a ser aproveitado para fortalecer pautas individuais dos grupos, unidos somente pela reivindicação de exercer no espaço concreto o direito de livre manifestação. É o que sinaliza um dos participantes na página do evento para construção de um dos atos:

[...] estamos sim pegando carona com a copa, não para proveito próprio, mas sim para divulgar as manifestações, e nossas causas. Cada movimento tem sua luta, e sua reivindicação própria, o objetivo das manifestações é permitir que todos os movimentos possam levar suas lutas, com a ideia de que com o dinheiro da copa, todas essas reivindicações independente de quais sejam, poderiam ser atendidas. (Vitor Past II, 2014, *on-line*)

Ainda durante a Copa, ocorre, no dia 1 de julho de 2014, a ocupação conjunta dos prédios da Prefeitura, da URBEL e da Advocacia Geral do Estado (AGE) pelas ocupações

42 L.T. 2014 [2]

43 L.T. 2014 [2]

44 No período entre o dia 17 de junho e 25 de junho, os ativismos conseguiram uma liminar permitindo manifestações populares durante o período da Copa, que, entretanto, poucos dias depois foi suspensa pelo TJMG (L.T. 2014 [2]).

urbanas. Em nota intitulada *Está tendo Copa, agora vai ter casa!*⁴⁵, o grupo expõe como exigências à desocupação a suspensão dos despejos de todas as ocupações urbanas da RMBH e ainda o provimento de serviços básicos em assentamentos de baixa renda. A Copa do Mundo revelava as prioridades do poder público que, enquanto investia milhões em obras para o megaevento, mantinha grande parte da população sem acesso a serviços e infraestrutura. Porém, preocupava ainda aos grupos o aumento de efetivo policial, seu treinamento para repressão de manifestações populares e a compra de armas e equipamentos justificados pela Copa do Mundo Fifa de Futebol 2014 e as Olimpíadas. Findos os eventos em questão, as incorporações aos aparelhos de repressão do Estado não se extrapolariam para outras situações, como nos casos de despejos às ocupações urbanas?

Em 4 de julho, os prédios foram desocupados pelos manifestantes sem que suas exigências fossem cumpridas. Acordou-se uma reunião de negociação entre as ocupações urbanas, o Governo do Estado de Minas Gerais, o Ministério das Cidades, a Secretaria Geral da Presidência da República, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Brigadas Populares, MLB e CPT, que ocorreu no dia 24 de julho de 2014 (Freitas, 2015, 75-76).

As movimentações durante o período evidenciam dois aspectos que igualmente apontam para um esgotamento dos protestos de rua. O primeiro é que o acúmulo de aprendizado do Estado na repressão aos protestos, seja fisicamente nas ruas, seja juridicamente, anula, quase que inteiramente, sua capacidade de abalar o funcionamento da cidade. No máximo os protestos criam alguma hostilidade⁴⁶ por parte do resto da sociedade. O segundo

45 A nota foi assinada pelo MLB, Brigadas Populares, CPT-MG, COPAC e coordenação das ocupações urbanas: Dandara, Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória, Zilah Spósito, Cafezal, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Jardim Getsêmani, Guarani Kaiowá e Tomás Balduino. disponível em: <https://www.facebook.com/notes/brigadas-populares-minas-gerais/est%C3%A1-tendo-copa-agora-vai-ter-casa-ocupa%C3%A7%C3%B5es-urbanas-realizam-ocupa%C3%A7%C3%A3o-simult%C3%A2ne/293328840849400> (L.T. 2014 [3])

46 Em todas as reportagens vinculadas na internet pela mídia tradicional sobre os protestos durante a Copa de 2014 em Belo Horizonte os comentários eram, em sua maioria esmagadora, contra as manifestações. Há, inclusive, defesas às abordagens violentas da Polícia Militar. (Ver: Manifestantes afirmam que irão marchar no ato deste sábado, <http://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-afirmam-que-ir%C3%A3o-marchar-no-ato-deste-s%C3%A1bado-1.873051>, TJMG suspende liminar que proibia cerco da PM a manifestantes em BH, <http://www.otempo.com.br/cidades/tjmg-suspende-liminar-que-proibia-cerco-da-pm-a-manifestantes-em-bh-1.871956>, Manifestantes vão recorrer da suspensão de liminar que proíbe cerco, <http://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-v%C3%A3o-recorrer-da-suspens%C3%A3o-de-liminar-que-pro%C3%ADbe-cerco-1.872260>, PM prende 10 em protesto contra Copa em Belo Horizonte; ato é encerrado, <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/14/policia-prende-manifestantes-contr-a-copa-em-belo-horizonte.htm>, Minas Gerais proíbe máscaras em manifestações <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1473048-minas-gerais-proibe-mascaras-em-manifestacoes.shtml>, Polícia indícia quatro por depredações em protestos contra a Copa em BH <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/06/26/policia-indicia-quatro-por-depredacoes-em-protestos-contr-a-copa-em-bh.htm>, Governo mineiro comemora 'violência-zero' em protestos anti-Copa, mas polícia tem de se explicar http://espn.uol.com.br/noticia/418242_governo-mineiro-comemora-violencia-zero-em-protestos-anti-copa-mas-policia-tem-de-se-explicar, 11 pessoas são detidas em protestos contra a Copa em BH <http://tvuol.uol.com.br/video/11-pessoas-sao-detidas-em-protestos-contr-a-copa-em-bh-04028C99366EDC815326/>)

é que as esperanças que emergiram da surpreendente potência dos protestos durante junho de 2013 foi frustrada pela gradual desmobilização das ruas, como observam Caio Martins e Leonardo Cordeiro:

Milhões saíram às ruas e, de volta à casa, ao bairro, ao local de trabalho, voltaram à rotina de sofrimentos e humilhações (talvez um pouco mais indignados)? Embora tenha produzido ecos, o momento de mobilização não conseguiu ir além de si mesmo, não encontrou continuidade em um momento de organização. (Martins e Cordeiro, 2014)

Após a Copa do Mundo, a baixa capacidade de mobilização em grandes atos continuou uma constante, obrigando os ativismos a repensarem suas táticas de ação. Somente nos protestos contra o *impeachment* da presidenta Dilma, eles voltariam a ter maiores proporções, nada, entretanto, comparado aos momentos de mobilização em 2013.

SEGUNDA OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

A Segunda Ocupação da Câmara ocorreu entre os dias 1 e 11 de setembro de 2015 e foi promovida pelo Tarifa Zero-BH, a APH-BH e o MPL-BH (esse último, recém surgido como uma dissidência do Tarifa Zero-BH)⁴⁷. Os ativismos convocaram a população a comparecer à plenária da Câmara Municipal de Belo Horizonte pressionando por uma Audiência Pública sobre o aumento ilegal das passagens de ônibus em agosto de 2015. O Presidente da Câmara vetou o pedido encaminhado pela Comissão de Direito do Consumidor, impulsionando a ocupação. Além da aprovação da audiência, outras pautas da ocupação foram: a realização de um nova auditoria técnica, fiscal e contábil⁴⁸ acompanhada por uma comissão popular e aberta à consulta pública; o cancelamento do aumento da passagem até o fim dessa nova auditoria; a abertura de uma CPI sobre os aumentos de passagens; e o requerimento por parte da CMBH de cancelamento da concessão à empresa de transporte metropolitano cujo funcionário assassinou um jovem na Estação São Benedito⁴⁹ (Comissão de Manutenção da Ocupação, 2015, *online*).

A mesma estratégia da ocupação anterior da Câmara foi adotada com a promoção de eventos culturais, aulões etc. para atrair visitantes e apoio à ação. A proporção desse apoio⁵⁰ e a multiplicidade de atores envolvidos, entretanto, foi menor. Ressalte-se que, distintamente da experiência anterior, a segunda ocupação da câmara ocorreu durante

47 L.T. 2015[3]

48 As empresas de ônibus se apoiavam para justificar os aumentos em uma auditoria contratada por elas próprias. O estudo foi realizado pela consultoria Ernst & Young e desde sua publicação foi refutado pelo Tarifa Zero e órgãos oficiais, como a Defensoria Pública de Minas Gerais.

49 Reginaldo da Silva Rocha, de 22 anos, foi baleado pelo fiscal ao tentar entrar sem pagar em uma das linhas da empresa (que não deveria estar armado) (R7, 2015, on-line)

50 Me refiro aqui à presença física desses apoiadores. A Ocupação da Câmara em ambiente digital, foi como vimos (grafo 4), bastante mobilizadora de diversos ativismos.

o período letivo, refletindo na quantidade de pessoas envolvidas. Contribuiu ainda ao esvaziamento e predominância de um determinado grupo na ação os questionamentos relativos aos limites dos protestos-festa. Por um lado, a estratégia pode afastar os ativistas ligados às clássicas manifestações (também desgastadas e incapazes de atingir suas pautas), que “acreditam nesse *modus operandi* chato e arcaico de se reivindicar e/ou manifestar” (Pedro Pedro Pedro, 2015, *online*). Por outro, embora a festa tenha uma capacidade de atração maior, aqueles que nela se dispõem a engajar-se não necessariamente se incorporam à luta. Por vezes, diante de tentativas de unificação entre protesto e festa, essa última se sobressaía. Como observa André Veloso: “*Havia potencial político nesse tipo de encontro [da festa]; era aparentemente inegável. Mas, havendo, como este poderia ser desenvolvido para conquistar mudanças políticas concretas?*” (Veloso, 2105, p.240) .

O fetiche com a festa é um perigo assim como o com os protestos de rua. Com efeito, parece uma constante entre os ativismos que as estratégias de luta tornem-se um fim em si mesmas e não métodos para alcançar as pautas. Um pouco dessa tendência evidencia-se no chamado à despedida da Câmara Ocupada em que o grupo afirma que seu tom festivo é entendido “[...] como um ato político em si contra aqueles que julgam que não há espaço para alegria e confraternização em uma luta política” (APH-BH, 2015, *online*).

Uma nova tática incorporada à segunda ocupação foi a pressão direta por uma posição dos vereadores em relação à aprovação da audiência pública, unida ao chamado pela pressão digital. Ao mesmo tempo em que tiveram seus *emails* e *facebooks* bombardeados por mensagens de apoiadores externos à ocupação, os ocupantes foram pessoalmente cobrá-los por uma posição (Tarifa Zero-BH, 2015, *online*). Se a presença física na ocupação teve menor alcance que na experiência anterior, o mesmo não se pode dizer em relação ao envolvimento digital com a ação, o que é possível perceber no grafo 4. O papel da internet na mobilização e resistência da ação foi tão central que a Câmara Municipal interditou o acesso à rede *wi-fi* - pública - na tentativa de fragilização da ação.

Em 9 de setembro o presidente da Câmara, Wellington Magalhães, entra com um mandato de reintegração de posse cujos argumentos foram considerados pelos ocupantes como uma “condenação moralista da realização de atividades culturais e festivas” (APH-BH, 2015, *online*). Nesse ínterim é decidido em assembleia pela desocupação da Câmara com um último ato denominado *Festa de Despedida da Câmara Ocupada*.

Mesmo sem conquistadas as pautas em questão, o grupo considerou bem sucedida a ocupação pois expôs à sociedade a falta de compromisso dos vereadores com a coletividade na tomada de decisões. Tal exposição seria o real motivo para a desocupação da Câmara (APH-BH, 2015, *online*).

OCUPA DIRECIONAL

O ato denominado “Nem despejo, nem desmate”⁵¹ foi organizado em conjunto entre a Rede Verde - formada por ativismos urbanos com pautas ambientais - e a rede #ResisteIzidora - mobilizados pela permanência das Ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança - conseguindo atrair ainda o apoio de outros grupos de Belo Horizonte.

A Construtora Direcional, alvo da ação, constitui-se como um inimigo comum a ambos os grupos por sua responsabilidade nos empreendimentos que ameaçam o despejo das famílias de Izidora e a área verde da Mata do Planalto.

Há aí uma tentativa de unificação de pautas historicamente contrárias, a moradia e a preservação ambiental, incompatibilidade que nasce do imaginário de que ocupações informais, pela falta de recolhimento de esgoto, destinação de lixo etc., são as maiores responsáveis pela degradação ambiental em meio urbano.

A tentativa de unificação das lutas apoia-se na percepção de que o modelo formal de produção das cidades capitalistas é pernicioso tanto em aspectos sociais, pois cria guetos, segrega e expulsa a população mais pobre; quanto ambientais, pois impermeabiliza o solo, canaliza e modifica os cursos d'água, desmata grandes áreas etc.

Embora tenha gerado poucos desdobramentos, é essencial o fortalecimento da articulação entre essas pautas, pois aponta para a possibilidade de outras relações entre o espaço urbano e a natureza, abandonando o pressuposto de antítese entre eles. A associação entre lutas que se construíram durante tanto tempo em contraposição é ainda incipiente. Por vezes, vemos ainda a utilização dos discursos ambientais para culpabilizar ocupações informais, como também, por outro lado, vemos a incorporação utilitária do discurso ambiental por parte dos movimentos de moradia. É comum nas ocupações, por exemplo, que as áreas de conservação resistam somente enquanto necessárias para embasar sua luta.

FRENTE AMPLA CONTRA O PL 2946/2015

No dia 8 de outubro de 2015, é publicado no Diário do Legislativo o recebimento do Projeto de Lei 2946/2015 a ser votado em regime de urgência⁵². De autoria do governador Fernando Pimentel, seu pretexto era agilizar e modernizar os procedimentos relativos aos licenciamentos ambientais. Uma frente de resistência conjunta ao PL mobilizou ativismos de todo o estado de Minas Gerais, entidades de classe, sindicatos, grupos de pesquisa e extensão de distintas universidades, associações de bairro e ONGs, totalizando 119 entidades (Frente Ampla contra o PL 2946/15, 2015, *online*)

Dentre os ativismos urbanos de Belo Horizonte, envolveram-se sobretudo aqueles ligados a pautas ambientais (ver grafo 5). O que é também observado nos grafos relativos às

51 L.T. 2015 [1]

52 L.T. 2015[4]

redes estabelecidas no *facebook* durante os meses de outubro e novembro (grafos 8 e 9).

O PL representava um retrocesso em relação aos licenciamentos ambientais, “*uma legislação ‘econômica’ que intensificará o processo de colapso ambiental e crise hídrica de boa parte dos municípios mineiros*” (Frente Ampla Contra o PL 2946/15, 2015b, *online*). Apesar do impacto da nova legislação proposta, o governador entrou com pedido de tramitação de sua votação em regime de urgência, impedindo, segundo a Frente, uma ampla mobilização para sua discussão.

A submissão dos interesses ambientais aos econômicos é evidente em diversos pontos do documento apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A delimitação do prazo máximo de seis meses a um ano para a finalização dos processos de licenciamento ambiental sem a previsão do aumento de equipe técnica para sua análise é um desses exemplos. No caso de extrapolar o prazo estabelecido, sua conclusão ficaria sob responsabilidade de uma comissão vinculada ao gabinete do Secretário Estadual de Meio Ambiente, responsável ainda por licenciamentos considerados prioritários pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – CEDES. Criava-se, assim, um atalho para projetos considerados de importância pelo governo estadual, particularmente aqueles de relevância econômica.

De acordo com o Projeto de Lei, o prazo máximo para os trâmites do licenciamento deveria ser observado também pelos demais órgãos, em qualquer nível federativo, envolvidos nos processos de licenciamento ambiental, situação que, em geral, ocorre nos empreendimentos em terras indígenas, quilombolas ou onde há a remoção da população. No caso de não se anunciarem dentro do período estabelecido, ficaria considerado seu consentimento com as conclusões e sugestões dos estudos apresentados ao licenciamento. Esses estudos, entretanto, são produzidos pelos próprios empreendedores como exigência à entrada do processo.

A aprovação do documento apresentado refletiria ainda na perda de autonomia do COPAM - Conselho de Políticas Ambientais - em relação ao executivo, reduzindo-se, assim, as possibilidades de influência da sociedade civil na gestão ambiental em nível estadual.

No dia 27 de outubro⁵³ integrantes da Frente comparecem em peso à audiência da Assembleia Estadual colocando-se contra a tramitação do PL em regime de urgência. Entretanto, ele é colocado em pauta para votação no dia seguinte, sendo aprovado seu parecer de legalidade e constitucionalidade e negadas emendas apresentadas (Frente Ampla Contra o PL 2946/15, 2015c, *online*).

Mesmo que a maioria das pessoas em uma consulta virtual⁵⁴ promovida pela própria

53 Ver 2015[4]

54 Em pesquisa de opinião no site da Assembleia Estadual de Minas Gerais, 376 votaram contra a aprovação do Projeto de Lei de um total de 390. (disponível em: http://www.almg.gov.br/atividade_par

Assembleia tenham se declarado contra o PL 2946/2015, ele é aprovado no dia 25 de novembro, com 57 votos favoráveis dos 66 deputados presentes, dando origem à Lei nº 21.972/2016 (Frente Ampla Contra o PL 2946/2015, 2015d, *online*).

CRISE POLÍTICA

No dia 13 de março de 2016⁵⁵ iniciou-se mais uma vez uma onda de protestos pró *impeachment* em diversas cidades do Brasil. A crise política que se desenhava, rapidamente virou uma preocupação para grande parte dos ativismos urbanos de Belo Horizonte. Foi a primeira vez durante o período de análise das ações digitais desta pesquisa que um mesmo tema foi capaz de uma mobilização tão intensa. Era consenso entre todos esses grupos a inconstitucionalidade do pedido de *impeachment* e ainda a crítica à seletividade de um processo altamente midiaticizado que, a despeito de denúncias a políticos de diferentes partidos, funcionários, lobistas e empresários, culpabilizava somente aqueles ligados ao governo.

A resistência, no entanto, ocorreu de maneira fragmentada, ainda que a mídia e a direita insistissem na existência de uma unificação da esquerda: para eles eram todos “petralhas”. De um lado os ativismos tradicionais traziam uma abordagem pró-governo, sintetizada pela seguinte postagem na *fanpage* da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa:

Após reunião de Diretoria da nossa Entidade e quanto Direção decidimos que é de extrema importância para os movimentos sociais todo apoio ao Governo Dilma Rousseff e ao ex presidente Lula. (G.O., 2016, *online*)

De outro, ativismos que, apesar de inúmeras críticas ao governo Dilma, viam em seu impedimento, uma prerrogativa para a emergência de autoritarismos e retrocessos sociais. Unificados na Frente Povo Sem Medo (Brigadas Populares, MLB, CPT, MTST, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora -, Coletivo Roza Zumbi, Dandara, UJR e as ocupações urbanas Maria Guerreira, Maria Vitória, Guarani Kaiowá, Izidora, Eliana Silva, Camilo Torres, Paulo Freire e Tina Martins), o grupo promoveu e promove ainda inúmeros atos.

Outros indivíduos ainda, predominantemente do campo libertário, se negavam a defender um governo que em 2013 e 2014 investiu com tamanha violência em nome da Copa do Mundo Fifa de Futebol e das Olimpíadas, megaeventos que deixaram um rastro de remoções e de inúmeras outras violações aos direitos humanos. O principal fator que irá diferenciá-los dos demais é sua total descrença no sistema político representativo e, portanto, contra qualquer político profissional. Por outro lado eles viam, junto à crise política o avanço de um conservadorismo com contornos fascistas, sendo urgente uma

[lamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2015&n=2946&xt=PL&aba=js_tabVisao](#) acesso em 5 de agosto de 2016.

55 L.T. 2016[1]

resistência contra esse processo. Estes uniram-se por uma luta antifascista cujo ato, que também ocorreu em outras partes do país, ocorreu no dia 30 de abril de 2016 e teve como pautas Fora Samarco, Mídia Livre e Auditoria da Dívida Pública.

Embora fosse bastante comum o discurso contra a polarização entre esquerda e direita (“petralhas” x “coxinhas”)⁵⁶, houve polarização também dentro da esquerda. Essa fragmentação é evidenciada pela análise de interações dos ativismos com os chamados publicados no *facebook* para participação nos atos (ver grafo 6).

Algumas tentativas de unificação dos atos foram empreendidas, especialmente no início do processo. Entretanto, nesses momentos, novas formas de protesto menos hierarquizadas, capazes de absorver alguma multiplicidade de discursos entram em choque com a antiga forma de protesto. Era comum que os grupos pró-governo tentassem tomar a si o protagonismo da ação, pela reprodução das formas tradicionais de manifestação, os carros de som que monopolizam as vozes múltiplas que tomaram as ruas, a direção da manifestação etc. Essa estratégia de homogenização pode ter contribuído ao afastamento de outros grupos, pois davam uma leitura única às manifestações *anti-impeachment* de defesa de uma bandeira - a do governo e do Partido dos Trabalhadores - com a qual nem todos os que saíam às ruas se identificavam.

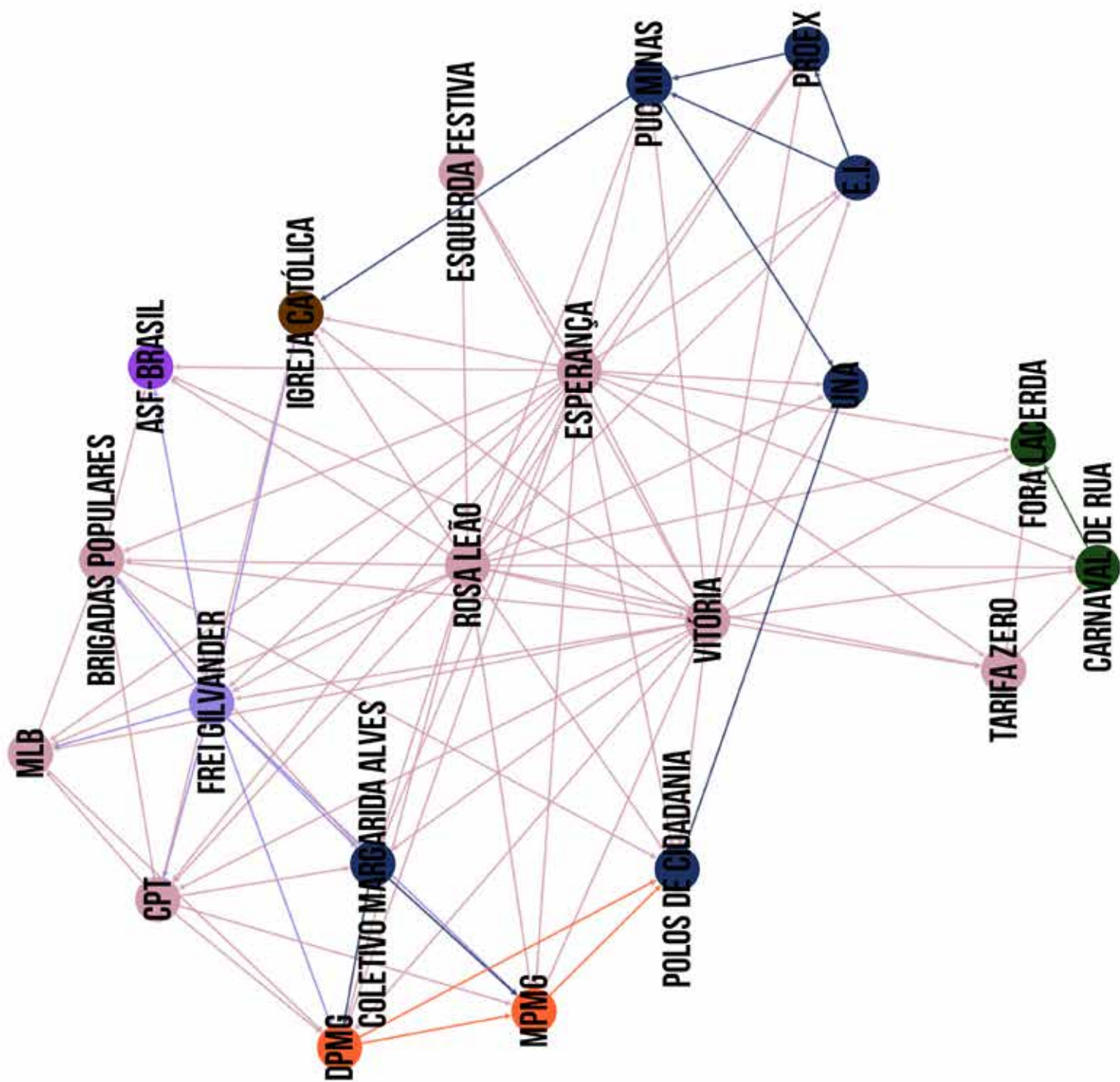
Configurava-se na maior questão para a grande maioria dos novos ativismos urbanos, como apoiar quem há pouco os reprimia⁵⁷? Como se unir ao responsável por “*graves ataques ao meio ambiente, aos povos e comunidades tradicionais, às populações de periferia, à juventude, sobretudo, negra, aos movimentos sociais, feministas e LGBTTs, à saúde das cidades e das pessoas, e por aí vai.*» (Cidade que Queremos, 2016b, *online*)

Apesar das mobilizações contra sua legalidade, o processo de *impeachment* é instaurado após sua aprovação no Congresso e no Senado⁵⁸. Mesmo em regime interino, o novo governo começa a instaurar seu programa em que diversos retrocessos na saúde, educação, direitos do trabalhador e de minorias, cultura, programas sociais etc. já são vislumbrados. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que uma resistência desgastada e desesperançada se desenrola, os ativismos parecem recolhidos em sua reestruturação, repensando sua atuação e seus próximos passos. De certa maneira perplexos diante das possibilidades de perdas que muitos pensavam ser impossíveis: recordados de que tudo pode sempre retroceder.

56 A polarização é criticada em diversos momentos pelos ativismos: “Outro dia sonhei que as manifestações eram de novo multicoloridas, superando o ódio e o fla-flu ideológico, e reivindicando o protagonismo da sociedade nesse momento tão crucial.” (Cidade que Queremos, 2016) disponível em: <https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/posts/1036948673017447>, acesso em 31/03/2016); “Que POLARIZAÇÃO é esta na sociedade brasileira? Que interesses estão em jogo?” (Brigadas Populares, 2016, disponível em: <https://www.facebook.com/brigadas.populares/videos/926459864117976/>)

57 No caso das ocupações, por exemplo, ao contrário das expectativas, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder estadual, piorou sua situação, com ações policiais muito mais violentas.

58 L.T. 2016 [3]



A análise das publicações e compartilhamentos de conteúdo entre as *fanpages* dos ativismos urbanos reforçam muitas das tendências já apresentadas.

Das informações recolhidas durante a investigação, entre 01 setembro de 2015 e 3 de junho de 2016, emergiram os temas capazes de articular os ativismos durante essa temporalidade e sua periodicidade. Foram coletados 1357 posts publicados ou compartilhados pelos ativismos urbanos. Esses foram sistematizados por data, grupos que com ele interagiram – publicando ou compartilhando – e os temas abordados. Com essa informação foram gerados os grafos seguintes que representam as articulações estabelecidas no *facebook* durante os dez meses de recolhimento de dados. O mesmo padrão de cores anterior foi adotado na categorização dos tipos dos atores, com o acréscimo do rosa escuro para os círculos relativos aos temas e do lilás para pessoas que tiveram suas postagens compartilhadas pelos ativismos. Seus nomes foram substituídos por iniciais, mantendo somente o de figuras publicamente conhecidas. É importante ressaltar que além das pessoas cujos posts foram compartilhados, milhares de outras interagiram com as publicações coletadas. Não interessa a esta pesquisa, entretanto, interações individuais, mas sim a atuação no ambiente digital desses atores coletivos que configuram os ativismos. Somente em uma pesquisas cujo o objetivo é entender o amplo impacto no espaço digital de determinado assunto é necessária uma coleta de dados que abarque todos os agentes que interagiram com determinada postagem, inclusive os atores individuais⁵⁹.

Em setembro (ver grafo 7) o principal assunto de mobilização entre as ativismos na rede foi a Segunda Ocupação da Câmara Municipal⁶⁰, momento abordado na sessão anterior. Promovida por ativismos ligados à questão do transporte, sua pauta principal era a realização de uma Audiência Pública para discutir os aumentos ilegais da tarifa do ônibus em setembro de 2015, tema que também aparece em destaque.

Por outro lado, assuntos de menos expressividade ficaram contidos a grupos de mesma temática, como é possível observar as ocupações urbanas à esquerda, mobilizadas em torno de temáticas como os despejos das ocupações urbanas Canaã (em Contagem) e Macuco, Recanto Verde e Limoeiro (em Timóteo). No caso das ocupações urbanas em Timóteo, o despejo foi suspenso após um ato com a presença de moradores de 11 ocupações de Belo Horizonte.

Os grupos ambientalistas configuram outro núcleo à direita cujo principal tema de discussão é a reunião do COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente) em que havia a possibilidade de aprovação do licenciamento para o empreendimento da Construtora Direcional na Mata do Planalto.

59 O Labic, Laboratório de Imagem e Cibercultura da UFES, tem diversas investigações nessa linha, disponíveis em: <<http://www.labic.net/cartografia/>>

60 L.T. 2015 [3]

No dia 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem de Bento Rodrigues⁶¹, o maior desastre ambiental no Brasil. A ruptura da barragem resultou na destruição de um distrito inteiro e partes de dois outros, deixando mais de trezentas famílias desabrigadas, dezoito falecidos e um desaparecido. Houve ainda inúmeros impactos nas cidades ao longo do rio, como a interrupção do abastecimento de água. A comoção em torno do desastre explicita-se nas atividades das *fanpages* (ver grafo 9), no entanto, os ativismos urbanos promoveram ou se engajaram em poucas ações offline⁶². Isso demonstra que, embora muitas vezes, os assuntos trazidos no ambiente digital reflitam ações em curso fora dele - diretas ou institucionais -, essa não é uma regra. Esse engajamento não necessariamente irá refletir em ações para além desse meio.

Esse grafo revela ainda a falta de relação entre os ativismos tradicionais e os novos. No grupo isolado à esquerda estão os ativismos tradicionais de moradia, fundados entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Essa desconexão, evidenciada também em outros momentos e nas entrevistas, delimita o cenário em que, de um lado estão os ativismos tradicionais com uma ação enraizada nos canais institucionalizados e, em sua maioria, contrários às ações diretas - são radicalmente contra as ocupações de terrenos vazios, por exemplo - e de outro, os novos ativismos que normalmente consideram os primeiros como parte do *status quo*.

Em dezembro, outra ameaça à Mata do Planalto estimula a mobilização dos grupos, com a iminência de autorização do licenciamento para construção na área. Mais uma vez, os grupos que majoritariamente se mobilizaram foram aqueles de agenda ambientalista (ver grafo 10).

O aumento das tarifas torna-se, mais uma vez, um assunto mobilizador em janeiro de 2016 (ver grafo 11). Foram três atos⁶³ consecutivos contra o aumento (as chamadas para os atos foram feitas pelo MPL-BH) e em paralelo dois processos judiciais foram movidos alegando irregularidades no aumento⁶⁴: um pela Defensoria Pública, acionada pelo Tarifa-Zero, e o outro pelo Ministério Público de Minas Gerais. Mesmo com as movimentações o aumento foi mantido.

É ainda notável nesse grafo que Bento Rodrigues praticamente desaparece entre os assuntos compartilhados, evidenciando a brevidade das mobilizações que se estabelecem nesse meio.

Em fevereiro, o carnaval de rua é um tema central, principalmente porque nos últimos anos ele tornou-se para muitos ativistas em Belo Horizonte, uma forma de resistência: a

61 L.T. 2015 [4]

62 Algumas ações, no entanto, foram promovidas pelos ativismos, como o recolhimento de água mineral para comunidades rurais e indígenas de Governador Valadares no Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/agua-para-beber-governador-valadares>

63 L.T. 2015-2016

retomada, mesmo que apenas temporária, do espaço público. Dessa forma, vários ativismos possuem blocos de rua ou realizam ações durante a festa, como a Busona e o Bloco Pula Catraca do Tarifa Zero, o Bloco Comum do Espaço Comum Luiz Estrela, o Bloco do Parque Jardim América, entre outros. No entanto, a estratégia dos protestos-festa é restrita aos novos ativismos, no grafo 12, os únicos articulados com o tema.

É ainda importante em fevereiro a emergência da agenda feminista entre os ativismos urbanos, pauta que se torna constante desse momento em diante. A emergência da discussão de gênero nos diferentes grupos reflete na criação de frentes feministas que buscam discutir a questão da mulher tanto em relação às pautas de seus ativismos, quanto em relação à reprodução de relações de dominação de gênero entre os ativistas. É uma discussão sistemática, embora se fortaleça em momentos críticos, como, por exemplo, na ocasião das propostas contrárias aos direitos da mulher⁶⁵ por Eduardo Cunha na Câmara, ou no caso do estupro coletivo à jovem de 16 anos⁶⁶ (os momentos aparecem nos grafos de novembro e maio). Não é possível afirmar que há uma articulação entre esses grupos que paralelamente atuam em seus grupos, nem que exista uma unidade de pensamento entre essas ativistas (é provável, inclusive que existam uma série de conflitos). Entretanto, a repercussão que a Ocupação Tina Martins teve entre os demais ativismos urbanos, parece evidenciar a força da identidade de gênero entre as ativistas.

Em 13 de março de 2013 ocorreu o primeiro dos protestos contra o governo de Dilma Rousseff, que iriam desencadear o processo que levou à sua suspensão, deixando-a à beira de seu impedimento. Este assunto tornou-se um tema generalizado entre os grupos (ver grafo 13), a resistência, no entanto, ocorreu de maneira fragmentada, como vimos na sessão anterior.

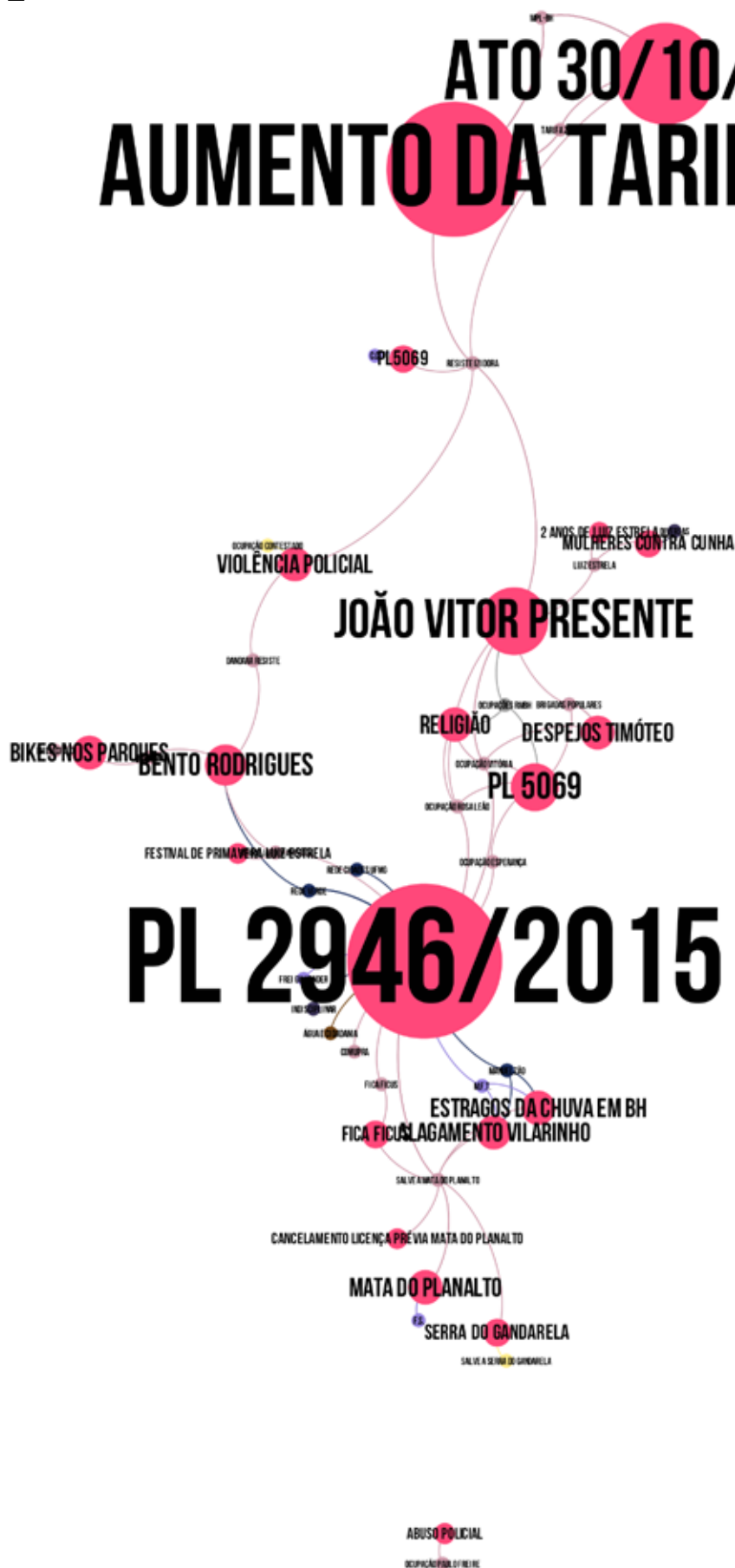
O processo de *impeachment* e os protestos que se mobilizaram contra ele continuaram como temas centrais entre os grupos durante abril (ver grafo 14). O perigo de despejo da Ocupação Tina Martins foi também um desses temas. Seu grande eco sugere o fortalecimento da pauta feminista entre os ativismos urbanos. De forma surpreendente o despejo foi suspenso instaurando-se uma mesa de negociação com o Governo do Estado. Um imóvel foi cedido ao grupo, ainda incluído na Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher. Seu atual desafio é sua resistência de forma autônoma do Estado, financeira sobretudo, mas com ele em colaboração.

65 O PL 5069/13 era o principal alvo de críticas. Ele foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, modificando a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13). Passa a ser considerado crime contra a liberdade sexual somente os que resultem em danos físicos e psicológicos, provados pelo exame. Além disso, desobriga profissionais de saúde ou instituições, a aconselharem, receitarem ou administrarem procedimento ou medicamento que considerem abortivo em caso de estupro.

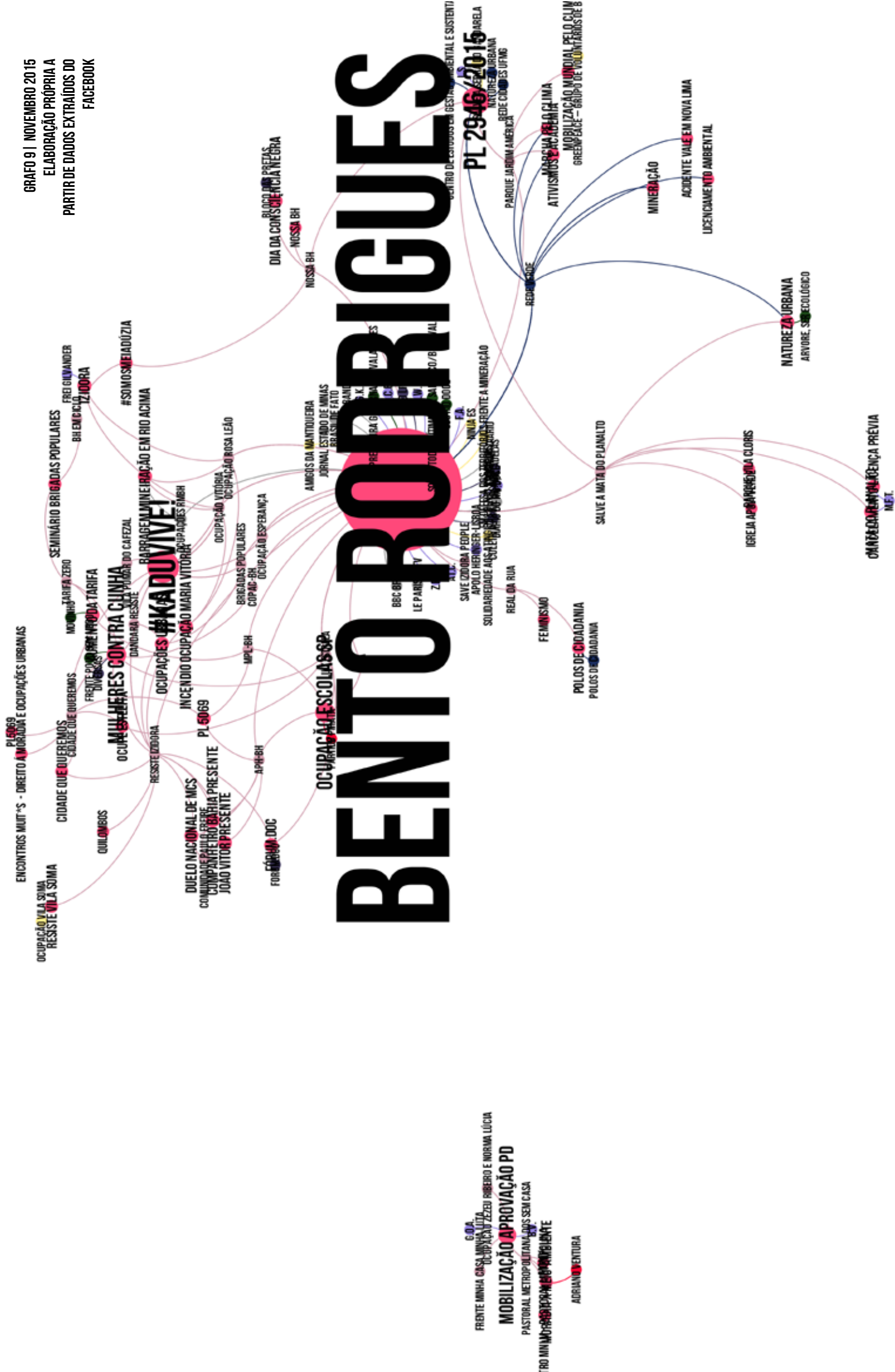
66 A adolescente foi estuprada por 33 homens, que postaram as imagens na internet. A Polícia Civil indiciou sete pessoas pelo crime.

Foram temas expressivos ainda a mobilização contra o Projeto de Lei estadual 2946/2015 que facilitou o licenciamentos ambientais em nível estadual (grafos 8 e 9), o assassinato de Kadu, um dos apoiadores das ocupações da Izidora (grafo 9) e a violência policial contra o Bloco da Bicicletinha durante o carnaval de 2016 (grafo 12). Somados aos anteriores, revela-se o caráter majoritário de articulações para resistência a processos destituíntes. Por outro lado, algumas articulações “construtivas” podem ser percebidas durante esse período como as mobilizações em função do Carnaval de Rua (grafo 12) e da Ocupação Tina Martins (grafo 14), além de pautas feministas e contra o racismo (essa segunda pouco expressiva).

ATO 30/10/2015 AUMENTO DA TARIFA



GRAFO 9 | NOVEMBRO 2015
ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS EXTRAÍDOS DO FACEBOOK



G.O.A.
FRENTE MINHA CASA MINHA VIDA
OCUPAÇÃO ZEZU RIBEIRO E NORMA LÚCIA
MOBILIZAÇÃO APROVAÇÃO PD
PASTORAL METROPOLITANA DOS SEM CASA
PRO MINA DO PRAZER AMBIENTE
ADRIANO ENTURA

MATA DO PLANALTO

BENTO RODRIGUES



NATUREZA URBANA
PARQUE JA
REDE VERDE
REUNIÃO COM AM
IGREJA APOIA VERDE
REDE VERDE
PARQUE JARDIM AMÉRICA
L.M.
DR. ZEM
MOVIMENTO FICA FICUS
CANCELAMENTO LICENÇA PRÉVIA
GLAYDSON D.

NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO
SALVE A SERRA DO GANDARI
COFASA

PL 2946/2015
SALVE A MATA DO PLANALTO

OCUPAÇÃO MARIA VITÓRIA
OCUPAÇÃO ROSA LEÃO
OCUPAÇÃO ESPERANÇA
MOVIA - ISIDORO "MATA DOS WERNECK"
FRED GUNWANDER
OCUPAÇÃOES RMBH
RESISTE IDORA
RESISTE VILA SOMA
#FORAOLIMPIA
#KADUVIVE!
SABERES (AUTO)ORGANIZADOS
BRIGADAS POPULARES
ATIVISMOS E ACADEMIA
A OCUPAÇÃO
10 PROPOSTAS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS
CIDADE QUE QUEREMOS
RESPONSABILIDADE SE, SAMARCO
THIAGO DAVILA DOCE
SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA
WALTER ALMEIDA
DINIZ ROCHA
MARIANA

FICA FICUS
PARQUE JA

AUMENTO DA TARIFA
BRASILINHA DE LACERDA, NADOT
AUMENTO DA TARIFA (METROPOLITANA)
MPE-BH
TARIFA ZERO
UBER X TAXI
REDUÇÃO VIAGENS DE ÔNIBUS
OCUPAÇÃO ESCOLAS SP
LUIZ ESTRELA
PARTIDO PIRATA
COOPTAÇÃO E RESISTÊNCIA
BH EM CICLO
NOSSA BH
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
BIMBARA NÃO É MAIS
MOBILIZAÇÃO APROVAÇÃO PD
60A
OCUPAÇÃO PLUG MINAS
PEÇA VALORES
VIRADA CRIATIVA
OCUPAÇÃO ZEZEU RIBEIRO E NÔRMI LÚCIA
FRENTE MINHA CASA MINHA LUTA
VIRADA CRIATIVA - BH

MERCADO SANTA TEREZA
CARNIVAL DE RUA
SALVE SANTA TEREZA

BENTO RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
MATEMÁTICA E FÍSICA

MATA DO PLANALTO

PARQUE NACIONAL DE MONTE SERRA
MATA DO PLANALTO
PÚBLICA FEDERAL DE CULTURA

PARQUE NACIONAL DE MONTE SERRA
MATA DO PLANALTO
PÚBLICA FEDERAL DE CULTURA
FORMA SOCIAL DE PORTO ALEGRE
FALTA DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR
COMPARAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

AUMENTO DA TARIFA (NACIONAL)

AVANÇADO DE ANOS
DE PAULISTA ZERO
AUMENTO DA TARIFA NACIONAL - SUPERMERCADO
AUMENTO DA TARIFA NACIONAL - SUPERMERCADO
AUMENTO DA TARIFA NACIONAL - SUPERMERCADO

AUMENTO DA TARIFA (SÃO PAULO)

PREÇOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

ATO 14/01/2016

PROTESTO EM SÃO PAULO

ABUSO DE PODER

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

FESTIVAL DE CANTAS VIVAS

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

CARNIVAL DE RUA

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

AUMENTO DA TARIFA

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECUSO DEFENSÓRIA AUMENTO DA TARIFA

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

ATO 20/01/2016

PROTESTO EM SÃO PAULO

ATO 08/01/2016

PROTESTO EM SÃO PAULO

OCUPAÇÃO E E PROF. ROBERTO DE SOUZA CRUS

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

PARA A ESTADIAÇÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

RECURSOS DE PENSÃO

RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES DE CANTAS VIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

LUTAR, LUTAR, LUTAR. TEMER JAMAIS

Os ativismos urbanos que configuram o atual cenário de Belo Horizonte agregam uma infinidade de atores, horizontes de transformação (e com diferentes graus de radicalidade), pautas, táticas e de relações com o Estado e suas instâncias participativas (da total negação às recentes tentativas de apropriação do poder político) e com a iniciativa privada. É comum a eles, entretanto, a ênfase dada ao espaço como objeto e ferramenta de luta, aos canais digitais que emergem como dimensão de disputa e suporte à produção de discurso, à informação e à mobilização e às articulações capazes de dar mais expressividade aos grupos nos momentos de disputa pela produção do espaço urbano.

É evidente a assimetria de poderes nessa disputa, sobretudo ao considerarmos que os ativismos encontram-se frequentemente em oposição aos demais atores. Os momentos de mobilização são capazes de torná-los atores mais expressivos e, portanto, com maior poder político. Entretanto são articulações pontuais e que emergem como resistência a processos destituíntes que ameaçam os grupos ou suas pautas. Ainda que não sejam contínuas, ganhos são vislumbrados dessas articulações, pois, como vimos, num contexto de disputa, seu caráter performático, portanto, a ilusão de sua existência, é mais importante do que a existência de fato de articulações cotidianas. São ganhos significativos como a resistência de 9 mil famílias nas 16 ocupações urbanas de Belo Horizonte, apesar das múltiplas tentativas de despejo; a sobrevivência, pelo menos até o momento, de duas áreas de importância ambiental ameaçadas pela construção de empreendimentos imobiliários - a Mata do Planalto e o Parque Jardim América -; o retorno da gestão do antigo Mercado de Santa Tereza à prefeitura e a promessa de sua gestão compartilhada entre poder público e grupos locais.

Porém, como resistências a processos do Estado e da iniciativa privada, esses ganhos seriam, em realidade, “não perdas” e, portanto, pouco capazes de transformações estruturais. É o que podemos observar na fala de um do ativistas:

a gente fica refém do conflito! E ficando refém do conflito, a dimensão constituída de outros modos de vida e outras práticas [...] ficam em segundo plano. [...] Superou o conflito e aí agora tem que construir para além do conflito. Como mobilizar, como garantir a presença de pessoas? É sempre uma dificuldade, o conflito é um ótimo dispositivo de mobilização. (J.M. 2015)

Por outro lado, desses processos de resistência podem surgir construções, capazes de ampliar o horizonte de luta e também dos ativistas. O caráter didático da luta foi relatado inúmeras vezes pelos entrevistados, cuja tomada de consciência em relação aos impactos de suas ações e das forças e interesses em disputa pelo espaço urbano e por sua produção alimentam a construção de uma formação política.

É o caso do Pomar do Cafezal¹, que nasce como uma resistência à tentativa de despejo da área pela PBH sob a alegação de risco geológico, mas consegue ampliar sua luta. Sua estratégia baseia-se na recuperação ambiental da área com árvores frutíferas, como sugere seu nome. Da resistência ao despejo, sua atuação passa ao questionamento da dominação do rural e do meio ambiente pelo urbano.

Configura-se também como um movimento de resistência a remoções o Grupo História em Construção. Ele surge durante as obras do Programa Vila Vila na Vila das Antenas como contraponto ao processo e suas violações. Após o fim da intervenção que resultou em inúmeras remoções, o grupo segue atuando sendo uma de suas ações uma oficina comunitária, discutindo a gestão coletiva de recursos e objetos de trabalho, com base no compartilhamento.

Observa-se ainda esse padrão no Movimento Fica Ficus². Em seu início o grupo lutava contra a supressão dos Ficus na Avenida Bernardo Monteiro, mas, ao perceber que era generalizado o descaso do poder público municipal em relação ao manejo das árvores e áreas verdes, expandiu sua discussão para toda a cidade.

As ações contribuem, então, na transformação de mentalidade ainda que somente de seus próprios ativistas, mas que em alguns casos conseguem expandir-se para outros grupos:

Acho que o grande ganho desses movimentos é mexer nesse imaginário, mudar um pouco a forma das pessoas pensarem. Porque as coisas acontecem porque as pessoas também pensam dessa forma. A gente tem ali um grupinho de pessoas que pensa diferente [...] mas pras pessoas comuns elas não se interessam muito por isso! isso é o senso comum. Esses movimentos às vezes alcançam pessoas que nem estavam pensando naquilo.
(L.B., 2016)

Para Castells (2004) a transformação da mentalidade é a base para qualquer mudança duradoura. E pequenas mudanças de mentalidade são vislumbradas aqui e ali, ainda que em uma minoria. Nas ocupações, por exemplo, percebe-se uma sutil mudança de pensamento em relação à propriedade privada. Dentre seus apoiadores, a submissão da propriedade privada aos aspectos sociais e ambientais sempre foi um consenso. Por outro lado, entre os moradores, sobretudo das áreas de formação espontânea, era comum perceber o foco de sua justificativa de ação na falta de acesso formal a moradia. Hoje, embora persista o discurso da necessidade, há também o reconhecimento da legitimidade em dar uso a terras que não cumpriam com sua função social. Um início, portanto, do questionamento ao caráter absoluto da propriedade privada.

Por outro lado, quão pequeno é o impacto dessa mudança de mentalidade revela-se no

1 L.T. 2012-2013

2 L.T. 2012-2013

maior desejo dos moradores das ocupações urbanas, que lutam pelo reconhecimento de sua propriedade privada (bem murada e bem delimitada). Como recordado por um dos militantes das Brigadas Populares:

A gente vê que a avalanche dos valores capitalistas, que já nascem com eles, é muito mais forte. Os processos de subjetivação capitalistas são muito mais fortes do que outros processos, processos de subjetivação insurgentes, contra-hegemônicos, ou o que seja. (J.M., 2015).

Ecoar para fora do círculo ativista é ainda mais difícil e acontecimentos recentes como os retrocessos relativos aos direitos da mulher e à democracia (com um processo ilegal de *impeachment* em curso) e o uso de violência policial contra manifestações durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas, ao que parece, com o apoio de grande parte da sociedade, escancaram quão poucos são os ativistas. Dos 99%³ anunciados pelo famoso slogan do movimento *Occupy Wall Street*, poucos desses parecem dispostos a pensar outros horizontes possíveis ou se identificarem contra a realidade existente.

Com um campo de influência tão restrito, como podem, então, os ativismos urbanos se contraporem ao modelo dominante de produção das cidades?

Os pequenos ganhos constituintes que somam-se àqueles de resistência como um abrigo autogestionado por mulheres para mulheres em situação de risco, espaços públicos tomados por atividades culturais, um centro cultural em um prédio abandonado, a tomada, ainda que temporária, da cidade pela festa, todas construções que apontam para outra cidade em superação àquelas dominante e essencialmente capitalista, mas ainda, machista, racista, homofóbica. Evidentemente inúmeras contradições perpassam esses grupos, como a reprodução de hierarquias e concentração de poder em determinados atores, relações de dominação de gênero, de raça ou de classe (e, em geral, inconscientes, o que talvez seja mais perverso) e a falta de fôlego e recursos para manter uma atuação sistemática. Entretanto, eles funcionam como protótipos de outros horizontes possíveis. Alguns mais radicais que outros, mas todos fagulhas de esperança, ainda mais necessárias nesses tempos sombrios que nos esperam.

3 No site do movimento – occupywallst.org – lê-se: “nós somos os 99% que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção de 1%”.

BIBLIOGRAFIA

- Ahdaf Soueifn, 2006. 'I was terribly wrong' - writers look back at the Arab spring five years on Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/jan/23/arab-spring-five-years-on-writers-look-back>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.
- ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. Ei, Polícia, a Praia é uma delícia. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e Aquilo: Agriculturas e Produção do Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.
- Alves, Leticia, 2014. Polícia reforça efetivo para ação de despejo no Isidoro. Jornal Hoje em dia. Disponível em <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/pol%C3%ADcia-refor%C3%A7a-efetivo-para-a-%C3%A7%C3%A3o-de-despejo-no-isidoro-1.270782>> acesso em: 18 de junho de 2016
- ANANIAS, Patrus. Política e administração em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. p. 31-54
- Assembleia Popular Horizontal - BH. A Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte não é... ,2013a. Disponível em: https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info. Acesso em: 18 de junho de 2016
- Assembleia Popular Horizontal - BH. Após reunião com Prefeito Márcio Lacerda, os manifestantes que ocupavam a... , 2013b Disponível em: <<https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/157142041144610/?type=3&theater>>
- Assembleia Popular Horizontal - BH. Esclarecimento sobre O Ato Unificado 15m e os boatos nas Redes Sociais, 2014b. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/244409762417837/?type=3&theater>. Acesso, 18 de agosto de 2016
- Assembleia Popular Horizontal - BH. MANIFESTANTES DECIDEM ENCERRAR A OCUPAÇÃO, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/406537486205063/?type=3&theater>. Acesso em 18 de agosto de 2016
- Assembleia Popular Horizontal - BH. Na sessão da APH deste domingo...2014a, disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/228231764035637/?type=3&theater>. Acesso, 18 de agosto de 2016
- Assembleia Popular Horizontal - BH. Sobre o Ato Unificado 15M - Avaliação e Desdobramentos 2014c. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/244886445703502/?type=3&theater> . Acesso em 18 de agosto de 2016
- BEDÊ, Mônica Maria Cadaval trajetória DA formulação E implantação DA política HABITACIONAL DE BELO HORIZONTE NA gestão DA FRENTE BH POPULAR 1993 / 1996. 2005. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2005.
- BITTENCOURT, Rafael Reis; MORADO NASCIMENTO, Denise; GOULART, Fabrício Frederico. Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Praxis. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/praxisufmg/docs/relato-ocupa-jun2016>. Acesso em 31 de agosto de 2016.
- BIZZOTO, Luciana. #ResisteIzidora: controvérsias do movimento de resistência das Ocu-

- pações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2015.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das Reformas de Base ao BNH : As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In.: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2007, Belém.
- BRASIL, Flávia de Paula Duque. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n.2, p.35-51, novembro 2004.
- Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2016 (site fora do ar)
- CAMPOS, Rebekah Brito Montenegro. O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggi Bernareggi. Monografia. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: Avaliação da experiência recente. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XI, nos. 1 e 2, p. 79-111, 1997.
- Carmona, Bruna; Keifer, Camila. Justiça proíbe cerco de policiais a manifestantes. Jornal o Tempo, Belo Horizonte, 24 de junho de 2014, Protestos. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-pro%C3%ADbe-cerco-de-policiais-a-manifestantes-1.871182>. acesso em 18 de agosto de 2016
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In.: CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. Belém-Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p.17-30.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e de esperança. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2013.
- Cidade que Queremos. Ocupar as eleições com cidadania e ousadia. 2016, disponível em: <http://www.muitxs.org/manifesta/>. Acesso em 18 de agosto de 2016.
- Cidade que Queremos. Vivemos um crítico momento... 2016b. Disponível em: <https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/posts/1025395594172755>. Acesso em 18 de março de 2016
- Comissão de Manutenção da Ocupação. CARTA DE PRINCÍPIOS - OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (CMBH), 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/973563042705606/?type=3&theater>. Acesso em 12 de agosto de 2016.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. A reforma Urbana e a busca da cidadania. Revista Indicador, Belo Horizonte, n.27,1988. p. 889-893.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.
- DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
- Ferreira, Marieta de Moraes. As reformas de Base. In.: A trajetória política de João Goulart. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em 17 de junho de 2016.
- FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. . UFMG. Belo Horizonte, 2015.

Frente Ampla contra o PL 2946/15. Frente Ampla contra o retrocesso ambiental em MG, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/solidariedade-aos-atingidos-pe-lo-rompimento-da-barragem-da-samarco/frente-ampla-contra-o-retrocesso-ambiental-em-mg/1698826693723679>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Frente Ampla Contra o PL 2946/15. O governador Fernando Pimentel... 2015c. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1688582701356355&id=1687709248110367&substory_index=0). Acesso em 18 de agosto de 2016.

Frente Ampla Contra o PL 2946/15. Resumo dos pontos-chave do PL 2946/15, 2015b. Disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/resumo-dos-pontos-chave-do-pl-294615/>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Frente Ampla Contra o PL2946/2015. Estamos diante de um retrocesso ambiental... 2015d Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/solidariedade-aos-atingidos-pe-lo-rompimento-da-barragem-da-samarco/frente-ampla-contra-o-retrocesso-ambiental-em-mg/1698826693723679>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

Frente Ampla Contra o PL2946/2015. Votação do PL2946 em turno único... 2015e. Disponível em: <https://www.facebook.com/1687709248110367/photos/a.1688405921374033.1073741827.1687709248110367/1692018731012752/?type=3&theater>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

G.O.Apos reunião de Diretoria...2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1130348730338905&set=a.818956838144764.1073741858.100000913658536&type=3&theater>. Acesso em: 17 de março de 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Cadernos do cárcere, v. 1, 2001.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1991.

I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária. 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1961/11/17.html>. Acesso em 17 de junho de 2016.

II, Vitor Past. Luana estamos sim...2014, disponível em: https://www.facebook.com/events/259890717527814/?active_tab=posts. Acesso em 18 de agosto de 2016.

KAPP, Silke ; Campos, Rebekah ; MAGALHAES, P. A. N. ; Lourenço, Tiago C.B. . Loteadores associativos: uma contextualização. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, p. 26-35, 2014.

KIPFER, Stefan. Urbanization, Everyday Life and the Survival of Capitalism: Lefebvre, Gramsci and the Problematic of Hegemony. Capitalism Nature Socialism, 13(2):117-149. June 2002

KIPFER, Stefan. How Lefebvre urbanized Gramsci: hegemony, everyday life and difference. In. KANISHKA [et. Al]Eds. Space, Difference, Everyday Life. New York: Routledge, 2008. P.193-211

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista. Siglo Veintiuno de España ed., 1987.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace* 4^o Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

Machado da Silva, Luiz Antônio. Desdobramento do campo temático dos movimentos sociais. In.: XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 1990, Caxambu.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Carta Maior, v. 26, 2007.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades, uma trajetória incompleta. In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-325.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades, uma trajetória incompleta. In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-325.

MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leonardo. Revolta popular: o limite da tática. 2014. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2014/05/9570>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

MCCANN, Eugene J. "Race, protest, and public space: Contextualizing Lefebvre in the US city." *Antipode* 31.2 (1999): 163-184.

MUSA, Priscila Mesquita. Movimentos Imagem. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. Política Urbana E Movimento De Favelas Em Belo Horizonte (1947-1964). *Sæculum - Revista De História*, João Pessoa, Número 24 (p.39-54). Jan./Jun. 2011.

Pastoral Metropolitana dos sem Casa, 2015, disponível em: https://www.facebook.com/662088753855679/photos/a.808423169222236.1073741832.662088753855679/965185950212623/?type=3&hc_ref=PAGES_TIMELINE Acesso em 29 de agosto de 2016.

Pedro Pedro Pedro. Tolos os que acreditam...2015. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1677415512496229/?active_tab=posts. Acesso em 18 de agosto de 2016.

PELEGRINI, Liliane. Manifestação em Belo Horizonte acaba com 12 pessoas detidas. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de junho de 2014, A Copa como ela é. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1469543-manifestacao-em-belo-horizonte-aca->

[ba-com-12-pessoas-detidas.shtml](#). Acesso em 18 de agosto de 2016.

PRUDENCIO, Kelly. Comunicação e mobilização política na Internet. *Extensão em Foco*, Curitiba, n. 4, p. 97-105, jul/dez. 2009.

R7. Jovem é baleado por fiscal ao tentar entrar em ônibus sem pagar. R7 Notícias, Belo Horizonte, 7 de agosto de 2015, Minas Gerais. Disponível em: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/jovem-e-baleado-por-fiscal-ao-tentar-entrar-em-onibus-sem-pagar-07082015>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

RECUERDO, Raquel; BASTOS, Marcos; ZAGO, Gabriela. *Análise de Redes para Mídia Social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da Ação*. Editora Letra Capital, 2014.

ROLNIK, Raquel, 2013. Dia histórico para a luta por moradia em BH e no Brasil. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/07/31/dia-historico-para-a-luta-por-moradia-em-bh-e-no-brasil/>> acesso em 18 de junho de 2016

RUCHT, Dieter. The quadruple 'A': media strategies of protest movements since the 1960s. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. *Cyberprotest. New media, citizens and social movements*. London: Routledge, 2004.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

SOUZA, Marcelo José Lopes; RODRIGUES, Glaucio Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Unesp, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Souza, Marcelo Lopes de. 'Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?', Lastro, UFSC, 2012. (originalmente publicado em jornal *Passa Palavra* em 27 de abril de 2012). SOUZA, Marcelo Lopes. A 'nova geração' de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades.*, v.6,n.9, 2009, p.9-26.


SOUZA, Marcelo Lopes. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Tarifa Zero-BH. Email neles!!! 2015, disponível em: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/974261089302468/?type=3&theater>. Acesso 12 de agosto de 2016

Veloso, André Henrique de Brito. *O ÔNIBUS, A CIDADE E A LUTA: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. 2005.

WSTANE, Carla. *Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.



APÊNDICE

**LINHA DO TEMPO
DOS ATIVISMOS URBANOS
DE BELO HORIZONTE**

1894 - 2016

SUMÁRIO

- 1894 - 1956
- 1959 - 1961
- 1962 - 1963
- 1964 - 1971
- 1974 - 1982
- 1983 - 1988
- 1989 - 1992
- 1993 - 1998
- 1999 - 2002
- 2003 - 2007
- 2008 - 2009
- 2010 (1)
- 2010 (2)
- 2011
- 2012
- 2012 - 2013
- 2013 (1)
- 2013 (2)

- 2013 (3)
- 2013 (4)
- 2013 (5)
- 2013 (6)
- 2013 - 2014
- 2014 (1)
- 2014 (2)
- 2014 (3)
- 2014 (4)
- 2015 (1)
- 2015 (2)
- 2015 (3)
- 2015 (4)
- 2015 - 2016
- 2016 (1)
- 2016 (2)
- 2016 (3)
- 2016 (4)
- REFERÊNCIAS

ANOS

ano

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
& FONTE DAS IMAGENS
VÁ PARA O FINAL

1
Menção e breve descrição
de acontecimento
relacionado aos ativismos.

VEJA COMO
SE ORIENTAR
PELA LINHA
DO TEMPO

ATIVISMO URBANO

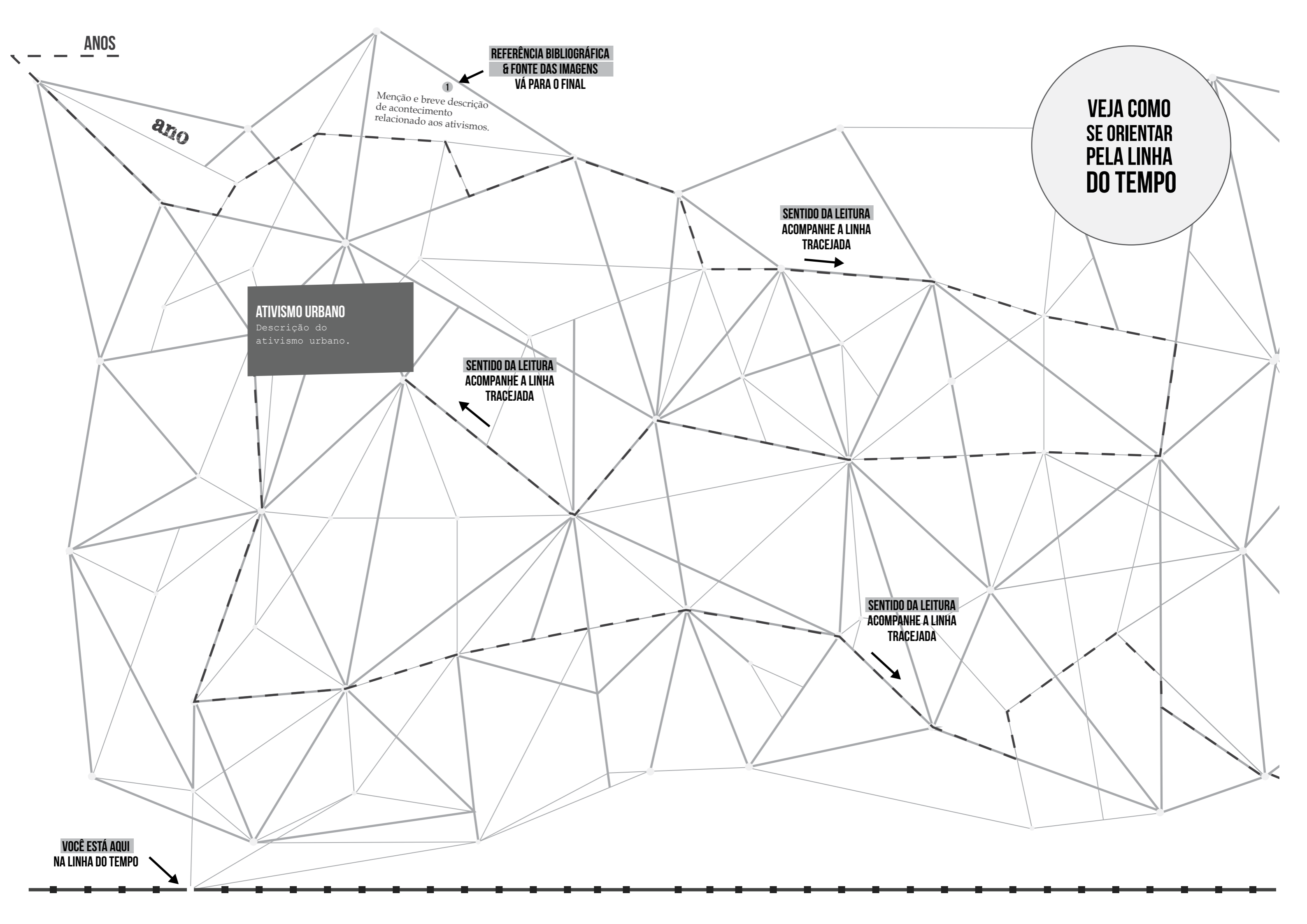
Descrição do
ativismo urbano.

SENTIDO DA LEITURA
ACOMPANHE A LINHA
TRACEJADA

SENTIDO DA LEITURA
ACOMPANHE A LINHA
TRACEJADA

SENTIDO DA LEITURA
ACOMPANHE A LINHA
TRACEJADA

VOCÊ ESTÁ AQUI
NA LINHA DO TEMPO



1894
Início da construção de Belo Horizonte.

1895
Antes mesmo da inauguração da cidade são registrados seus dois primeiros núcleos favelados: Alto da Favela, localizado onde hoje encontra-se a Rua Sapucaí e Corrego do Leitão no bairro Barro Preto.

1897
É inaugurada a nova capital de Minas Gerais.

É criado o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Com pouca função legislativa, o conselho se incumbia de questões orçamentárias da capital.

1902
É registrada a favela da Barroca, cujos moradores originavam-se das favelas Alto da Estação e Corrego do Leitão, extintas nesse mesmo ano.

Com expansão da cidade para a região oeste, são despejadas ocupações irregulares no Barro Preto e no Barroca. A canalização de córregos permitiu a expansão da malha viária para áreas antes ocupadas por vilas operárias e favelas. Essa população foi deslocada para mais longe do centro.

1930
24 de outubro - Revolução de 30 - É deposto o presidente Washington Luís, impedindo que Júlio Prestes, presidente eleito, tomasse posse. A chefia do governo provisório é assumida por Getúlio Vargas.

Constituição de 1934 reabre Casas Legislativas.

1935
4 de novembro - Decreto Municipal nº 54 passa a regular a abertura de logradouros e novos loteamentos, submetendo-os à autorização prévia da administração municipal.

1936
Instituição da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Foram eleitos oito vereadores.

1937
Com a Constituição de 1937 é instaurado o Estado Novo. É fechada a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Fim do Estado Novo. É retomado o Estado democrático de direito e o voto, impulsionando a criação de inúmeras associações de bairro, vilas e favelas. Tais atores coletivos centravam-se na solução de problemas locais, estabelecendo relações clientelistas com o Poder Público.

Otaclio Negrão de Lima é o primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte.



1949
É criada a Associação de Defesa Coletiva da Vila São Vicente para enfrentar seu processo de despejo, sendo a primeira experiência nesse formato em Belo Horizonte. Em comício realizado na fundação da associação, diversos políticos participaram, além de moradores de outras vilas como a União Progressista da Vila Concórdia, favela que surgiu do despejo das ocupações na região do Barro Preto/ Barroca. A busca de apoio de personalidades políticas, religiosas e de outras vilas pela associação foi uma inovação na luta favelada.

1949 - 1957

Luta contra o despejo da Vila Marmiteiros/São Vicente. A resistência tornou-se uma referência para as lutas subsequentes. Evidentemente, outros processos de despejo em Belo Horizonte já haviam enfrentado resistência, entretanto que diferencia o caso da Vila Marmiteiros/São Vicente é a instituição de um sujeito coletivo para representar os moradores do lugar. Isso força a prefeitura a mudar sua relação com os moradores de favela, antes tratados individualmente.

1950

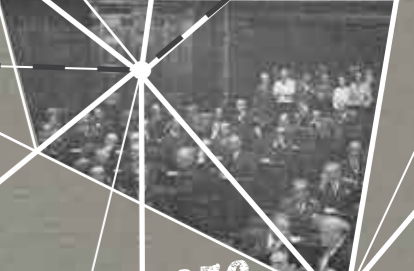
O crescimento da população favelada torna-a grupo de interesse para a classe política. Nesse contexto, diversos candidatos passam a se aproximar desses grupos e das Unidades de Defesa Coletiva (UDCs) em difusão desde a experiência exitosa da Vila São Vicente. Em muitos casos, entretanto, estabelecem-se relações paternalistas entre os políticos e as associações.

1953
Greve de passageiros do bairro Pompeia - usuários negam a utilizar o transporte e impedem demais de fazê-lo. A greve durou apenas um dia e foi fortemente reprimida pela polícia.

É criado o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SETRANSP)

1955
São criados o Departamento Municipal de Habitação e Bairro Populares (DBP) e a Comissão de Desfavelamento. O DBP concentrava demandas relacionadas às favelas e dava prioridade às representações coletivas. Uma de suas ações era o fornecimento de materiais para a construção de centros sociais e urbanização de vilas em regime de mutirão. O departamento foi resultado de um projeto de Brandão, político que possuía estreitas relações com algumas Associações de Defesa Coletiva. Era mantido pela "taxa de habitação popular", o que gerou resistência de diversos setores da sociedade, sobretudo o imobiliário.

1956
A prefeitura compra o terreno da Vila Marmiteiros/São Vicente, garantindo a permanência das famílias no local.



1959
1 É fundada a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) - uma entidade que teve um papel importante na unificação das Associações de Defesa Coletiva (ADCs) que eclodiram após o êxito da luta da Vila Marmiteiros. Tais associações atuaram ativamente contra o despejo e por melhorias nas vilas e favelas até o início do período militar.

2 A adoção da política municipal de desfavorecimento por parte do governo municipal gera o embate entre as associações de favelas e a DBP (até a administração de Barros investiga o problema das favelas via desfavorecimento e construção de conjunto habitacionais verticais, os favelados reivindicavam a urbanização e permanência das vilas e favelas.

3 Passeata contra os cortes de água e luz nas favelas

4 Resistência contra despejo da Vila do Querosene

1959 1960

5 Departamento de Fiscalização volta a atuar na contenção das periferias, reprimindo construções irregulares, cortando o abastecimento de água e energia etc.

6 Resistência ao despejo da Vila Santa Terezinha

1960

7 É criada a Comissão de Auxílio ao Favelado desabrigado - Confadecom a participação de técnicos e membros da FTFBH. Tal comissão era responsável pelo cadastramento de necessitados, pela gestão dos recursos para ajuda aos necessitados e para pressão do DBP

8 Resistência contra despejo da Vila Nova Brasília. Os terrenos ao longo da BR-031 pertenciam ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER)

9 Movimento favelado se une ao movimento pelas reformas de base. Isso resulta na ampliação da pauta favelada, que passa a lutar pela reforma agrária e pela reforma urbana em terrenos da cidade.

10 Após intensas manifestações do movimento de favelas contra as remoções é criado Conselho Estadual de Planejamento e Habitação Popular (Cephap). Tinha como objetivo remover favelas com a realocação dos moradores em conjuntos habitacionais.

11 Fevereiro a Junho - Departamento de Ordem Política e Social (Dops) junto à Polícia Militar iniciam investigações sobre UDCs e FTFBH. Temia-se a capacidade de mobilização desses grupos e consequente subversão da ordem social e política.

1961

12 Janeiro - FTFBH faz levantamento dos casebres destruídos com chuvas de verão e começa campanha para solução pública do problema dos desabrigados. Devido à falta de diálogo com governo estadual, promovem concentração em frente ao Palácio da Liberdade. Governador em exercício autoriza liberação de verba para desabrigados. Para gerir o recurso foi montada uma comissão (Comissão de Auxílio ao Favelado Desabrigado) composta pelo presidente da FTFBH, pelo diretor do DBP, por um coronel da Polícia Militar e um arquiteto, um engenheiro e uma assistente social.

13 III Congresso Sindical de Minas Gerais divulga nota contra aumento no preço do transporte público. Nesse contexto surge pela primeira vez uma articulação entre líderes sindicais e movimentos estudantis em torno da questão do transporte. Passeatas são organizadas resultando na fiscalização do sistema pela prefeitura, implantação do horário noturno, suspensão do aumento e projetos de lei para sua melhoria.

14 Movimentos de favela aprofundam relação com DCE-UFMG. Tentativa do movimento estudantil de politização e educação dos movimentos de base.

15 setembro - Moradores da Vila Jardim Amaral, ameaçada de despejo, organizam passeata. A concentração ocorreu na Secretaria de Segurança.

16 Outubro - Secretário de Segurança do governo estadual em atividade anuncia plano para combate às favelas: desapropriação de prédios de mais de três pavimentos para abrigar os moradores dessas áreas

17 15 novembro - I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, reuniu 1.600 delegados de várias organizações em Belo Horizonte. Ao final do Congresso foi promovida a ocupação de terrenos localizados entre os bairros Sta. Efigênia e São Lucas (Terrenos da Fayal), dando origem à Vila Nossa Senhora Aparecida. Tal ação era um ataque direto a Antônio Luciano, considerado o maior latifundiário da cidade.

18 4 dezembro - FTFBH promove protesto que reúne de 2 mil a 3 mil pessoas advindas de mais de 40 favelas e com o apoio de movimentos estudantis, da Associação das Donas de Casa, de vereadores e da POLOP (Política Operária). Para Samuel Oiveira (2010) esse protesto marca a introdução das passeatas no repertório de ação dos movimentos de favela. Anteriormente, as reivindicações ocorriam em reuniões entre comissões de moradores e governos, reclamares na imprensa ou cartas aos órgãos e autoridades responsáveis. O trajeto, que seria muitas vezes repetido pelo movimento passava pela Prefeitura Municipal e pelo Palácio da Liberdade, sedes do governo municipal e estadual respectivamente e contava com a presença de diversas mães com seus filhos, dramatizando a situação daquelas famílias. É o reconhecimento da potencialidade performática da manifestação.

19 Dezembro - Após manifestações é criado o Conselho Estadual de Planejamento e Habitação Popular (Cephap), que tinha como objetivo a remoção das favelas pela construção de conjuntos habitacionais



1962
janeiro 1962 -
É criado o Jornal
"O Barraco" para difusão
de informações da FTFBH.
O jornal foi uma importante
ferramenta para unificar as lutas
dos movimentos de favela.



28-29 março 1962 -
I Congresso Trabalhadores
Favelados de BH marca
a entrada dos movimentos de
favela na luta pelas Reformas
de base, sobretudo a Reforma
Urbana.



15 junho - Marcha da Panela vazia
no contexto da Quinzena da
Caristia- protestos retinam
vários setores da sociedade
contra preços dos gêneros
alimentícios e pelas
reformas de base.

10 de setembro -
João Goulart decreta
Lei nº 4132/62, para
agilizar as reformas de
base. Nela são definidos os
casos para desapropriação
por interesse social.

5 Com a entrada do novo
Secretário de Segurança do
Estado (Mauro Colvêa), a
repressão passa a ser mais forte,
favelas passam a ser mais forte,
tendo, por exemplo, a presença
de forças policiais durante o
despejo dessas áreas. Segundo
Samuel Oliveira (2010) quatro
ações de despejo foram realizadas
com a presença policial durante o
ano de 1962.

23 de novembro -
Secretaria de Segurança
oferece aparato repressivo
para dar início à "Operação-
favela" cumprindo diversas
ordens de despejo. Diversas
favelas em Belo Horizonte
corriam risco de remoção.

4 de abril -
O deputado federal Floriceno
Paixão apresenta à Câmara dos
Deputados o PL 87/1963 que
estabeleceria o Plano Nacional de
Habitação, o Conselho Nacional de
Habitação e o Fundo Nacional de
Habitação, entretanto, o projeto
foi arquivado

11 Fevereiro -
Invasão de terrenos
adjacentes à Favela
Cabana do Pai Tomás

23 janeiro -
É criada a Organização Social dos
Trabalhadores Favelados, discórdia
à FTFBH contrária à aproximação
com os movimentos e partidos de
esquerda e à ampliação das lutas.
Apesar de avessa ao que considerava
"agitações ideológicas" as pautas da
Organização eram, assim como a
Federação, contra a exploração
imobiliária nas favelas e pela
assistência social dos favelados
e por melhorias.

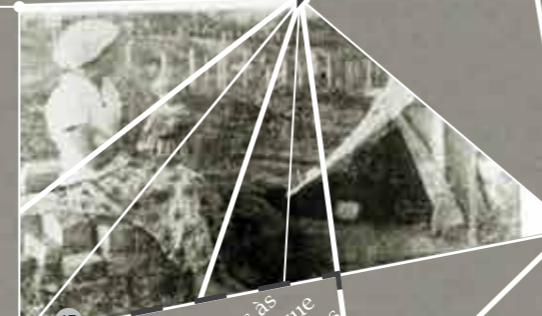
8 fim de 1962 -
FTBH protagoniza campanha por
legislação municipal para taxação
progressiva de terrenos ociosos,
entretanto, grandes proprietários
de terra empreendem contra
campanha junto aos jornais
e à Câmara Municipal,
barrando tal tentativa.

7 Dezembro -
movimento favelado ameaça promover
uma "passeata monstro" (Oliveira, 2010,
p. 106) contra as remoções violentas
empreendidas desde a entrada
do novo secretário de segurança.
O governo estadual rapidamente se
compromete a cessar as remoções, o
que demonstra como eram temidas
pelos poderes públicos as grandes
manifestações, ações, como vimos,
recém incorporadas ao repertório
de ação dos movimentos favelados.

9 Com onda anticomunista
no Brasil, ganha força a
criminalização dos
movimentos sociais.

8 julho -
Decreto Municipal nº 1105/1963
"Declara de Interesse Social, para efeito
de desapropriação, áreas de terrenos
destinados a construção de casas
populares e obras e serviços públicos",
desapropriando terrenos de
propriedade da Fayal e de Antônio
Luciano em diversos pontos da
cidade. Os terrenos eram
considerados pela
administração municipal
"antisociais", por se
constituírem grande
vazios que impediam
a expansão da cidade.

14 Julho -
São realizadas duas edições do Seminário
de Habitação e Reforma Urbana (SHRU)
pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil -
IAB - no Rio de Janeiro e em São Paulo.
Tal evento teve como objetivo central
implementar, no contexto das Reformas
de Base, a discussão sobre a questão
urbana e habitacional. Diversas propostas
foram apresentadas dando embasamento
às lutas locais pela implementação da
reforma urbana, que mesmo que iniciadas
por profissionais e especialistas contou
com o apoio dos movimentos sociais. Em
Belo Horizonte, os movimentos de favela
tiveram um papel importante nessa
articulação. Com a implementação da
ditadura civil-militar, o processo é
abandonado, entretanto muitas propostas
seriam retomadas vinte anos mais tarde pelo
Movimento Nacional pela Reforma Urbana -
MNRU durante a elaboração da
Constituição de 1988.



15 Agosto -
Ocupação de
diversos terrenos às
margens da BR-31 que
seriam desapropriados
em meados de
setembro

16 de setembro -
FTFBH organiza passeata
em apoio à favela
Operária Estudantil
mobilizando 3 mil
pessoas.

17 Para pressionar o aumento da tarifa
empresários do setor tentam retirar os
ônibus de circulação, mas são impedidos
pela polícia. Voluntários da sociedade
civil intervêm assumindo a direção dos
ônibus durante a greve, enquanto dirigentes
estudantis informavam com carros de som
sobre a ilegalidade da greve



DITADURA CIVIL-MILITAR (1)

Período marcado pelo centralismo-tecnocrático no que diz respeito ao planejamento e gestão das cidades brasileiras, dando fim à incipiente organização da sociedade civil em torno das lutas urbanas.

1964

1 É assinado um decreto estadual desapropriando quatro áreas em Belo Horizonte para regularização de favelas e construção de conjuntos habitacionais, entretanto, com o golpe civil-militar é revogado.

2 1 de abril - É instaurada a ditadura militar no Brasil, depondo João Goulart, presidente em exercício.

3 Maio - Várias UDCs são fechadas pelo regime militar sob alegação de defesa à propriedade privada. Gradativamente os movimentos de favela e a Federação foram se dissolvendo pela repressão e restrição de espaços para atuação

4 28 agosto - Inquerito Policial DVS - nº 96 incrimina Federação pelas invasões aos terrenos de Antônio Luciano Operário-Estudantil, Frei Josafá, João XXIII, Padre Alípio e Padre Lage

5 11 setembro - áreas ocupadas ao longo da BR-31 foram cercadas em uma ação policial, que impediu a chegada de mantimentos. Área foi despejada sobre ameaça de a polícia abrir fogo contra os ocupantes.

6 18 de setembro - É criada a SUTUR - Superintendência de Terras Urbanas e Rurais - com a função de propor normas para efetivar reforma urbana, determinar preços de lotes a serem lançados e de influenciar na questão da habitação social. Com isso o DBP perde forças, o que é visto como uma perda pelos movimentos favelados.

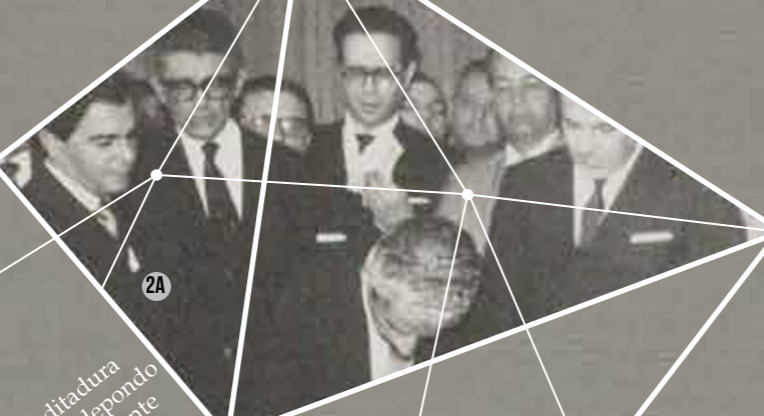
7 24 janeiro - Outorgada Constituição de 1967. Elaborada pelo Congresso Nacional (já com a oposição afastada), legalizou e institucionalizou o golpe de 1964. O caráter predominantemente urbano do país foi praticamente ignorado. O termo foi utilizado somente no capítulo destinado à tributação como observa José Bassul (2002). Nesse capítulo era proposto o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) que foi rapidamente vetado pelos setores conservadores da sociedade.

8 Na década de 70 a questão ambiental passa a ser em todo o mundo pauta recorrente entre a sociedade civil, a academia e órgãos governamentais.

9 A UNIÃO DE TRABALHADORES DA PERIFERIA (UTP) começa a se articular de maneira clandestina com o objetivo de agregar entidades de favela por alguns dos antigos militantes da FTFBH e de UDCs

10 É criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social (CHISBEL), que em até sua extinção em 1983 foi responsável pela remoção de 10 mil barracões. A CHISBEL tinha como linha de ação a remoção de áreas irregulares mediante pagamento de indenização. O valor das indenizações, entretanto, somente contribuiu para o deslocamento dessa população para outros núcleos existentes ou para o surgimento de novas áreas.

11 A União de Trabalhadores da Periferia (UTP) começa a se articular de maneira clandestina com o objetivo de agregar entidades de favela por alguns dos antigos militantes da FTFBH e de UDCs



DITADURA CIVIL-MILITAR (2)

Período marcado pelo centralismo-tecnocrático no que diz respeito ao planejamento e gestão das cidades brasileiras, dando fim à incipiente organização da sociedade civil em torno das lutas urbanas.

1974
Grande crescimento no número de associações de moradores

1976
As favelas são incluídas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte com um zoneamento específico

1977
7 de fevereiro - Devido aos atrasos 5 ônibus são depreedados em uma movimentação que envolveu cerca de mil passageiros, reprimidos de maneira violenta. O acontecimento gerou repercussão e desencadeou no aumento da frota pela empresa e no investimento (em níveis estadual e federal) público no setor

1978
Devido a grande quantidade de despejos de favelas em decorrência da construção de vias, a UTP junto a Pastoral de Favelas passa a negociar com órgãos públicos a indenização justa dos despejados.

Início de articulação em torno da pauta do transporte no Barreiro. Tais grupos passaram a realizar reuniões para mobilização comunitária local, que tornaram-se, com sua ampliação, assembleias. Nesse encontro era solicitada a presença de autoridades responsáveis pelos problemas levantados pelo coletivo, o que ocorreu em algumas vezes.

1979
Realização de reuniões comunitária no Barreiro com a presença da Secretaria Municipal de Transportes. As 22 associações presentes reivindicavam linhas diretas para o centro novamente e o fim do monopólio de determinadas empresas na região.

1981
Constituição da **UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE VENDA NOVA (UNAVEN)**. Chegou a aglutinar quase 100 associações locais da região.

Criada a **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE MINAS GERAIS (FACEMG)** que tinha o apoio, claro, de governantes do ARENA (inclusive o governo estadual). O objetivo da associação, que durou pouco tempo, era de agregar associações de todo o estado, mas não obteve sucesso.

Durante o verão de 1979, uma grave enchente ocorre em Belo Horizonte, segundo Borsagli (2016) considerada a pior enchente ocorrida em Minas Gerais

Decreto Estadual desapropria área de 300 mil m² no Bairro Itapoã para a construção de um conjunto habitacional. Entretanto a área abrigava três nascentes, uma lagoa e vegetação expressiva, dando início à luta local por sua preservação, o que daria origem ao Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado. É criada a Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, tomando a frente nas negociações para a criação do parque.

Esporadicamente manifestações pelo passe livre eram protagonizadas pelos estudantes secundaristas ao longo dos anos 1980

1980
Na década de 1980 dois grupos articulavam as ações comunitárias em Belo Horizonte: a UTP e a FACEMG, essa última agregando principalmente grupos da região de Venda Nova.

Implementação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), iniciando um processo mais sistemático de relação entre as organizações comunitárias e órgãos públicos.

Dezembro - É promovido um grande encontro entre associações de bairro, grupos comunitários, movimentos por transporte e a Metrobel. Nessa reunião foram discutidos o congelamento das tarifas de ônibus, tarifas intermediárias e mudanças locais nos trajetos de ônibus. Como ganho desse encontro foi implantada a tarifa intermediária.



1982
Ao longo do ano de 1982 os ativismos envolvidos com a questão do transporte estiveram articulados contra a implementação do projeto Pró-Barreiro. Tal projeto propunha a instalação de uma rodoviária no Bairro Cidade Industrial, baldeação entre os bairros próximos e o centro. Várias manifestações foram planejadas, entretanto todas foram reprimidas pela polícia.

16 Maio - Manifestantes entregam à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa um projeto contra o corte de ônibus direto do Barreiro encaminhado para o centro. Foi ainda reivindicando projeto desempregados e aposentados, meia passagem para trabalhador com salário inferior a três salários mínimos, passagem intermediária para a cidade e congelamento da tarifa até que ela se igualse a 1% do salário mínimo.

17 5 de julho - Manifestação pela aprovação do PROFAVELA (Programa Municipal de Regularização de Vilas e Favelas) levou 10 mil pessoas ao Parque Municipal. Tal mobilização levou à sanção da lei.



Criação da **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS, VILAS E FAVELAS DE BELO HORIZONTE - FAMOBH** -, entidade concentrada principalmente na pauta da moradia, organizando grupos sem casa na demanda ao poder público e na ocupação de terrenos ociosos, além de moradores de novos conjuntos habitacionais construídos em áreas desprovidas de infraestrutura e serviços (Paulo VI, Capitão Eduardo e Taquaril)

DITADURA CIVIL-MILITAR (2)

Período marcado pelo centralismo-tecnocrático no que diz respeito ao planejamento e gestão das cidades brasileiras, dando fim à incipiente organização da sociedade civil em torno das lutas urbanas.

1983

1 É criada a **CHISBEL**

2

1984

3 24 de fevereiro - Comício pelas Diretas Já reuniu 400 mil pessoas na Afonso Pena

1985

5 16 de janeiro - É regulamentado o **PROFAVELA**, considerado um avanço na regularização e urbanização de áreas irregulares, pois tem como diretriz o respeito às características desse tipo de ocupação.

São retomadas as eleições diretas para prefeito, sendo eleito Sergio Ferrara.

1987

11 É criada a **ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DE TRANSPORTE COLETIVO DA GRANDE BELO HORIZONTE - AUTC**, com o objetivo de unificação dessas lutas na Região Metropolitana

Durante a gestão do PMDB na prefeitura municipal, lideranças da União de Trabalhadores da Periferia (UTP) são incorporados aos órgãos públicos responsáveis pela questão da moradia e intervenções em favela. As mobilizações do movimento praticamente se cessam e sua atuação passa a centrar-se em negociações entre associações e Estado.

1986
1987

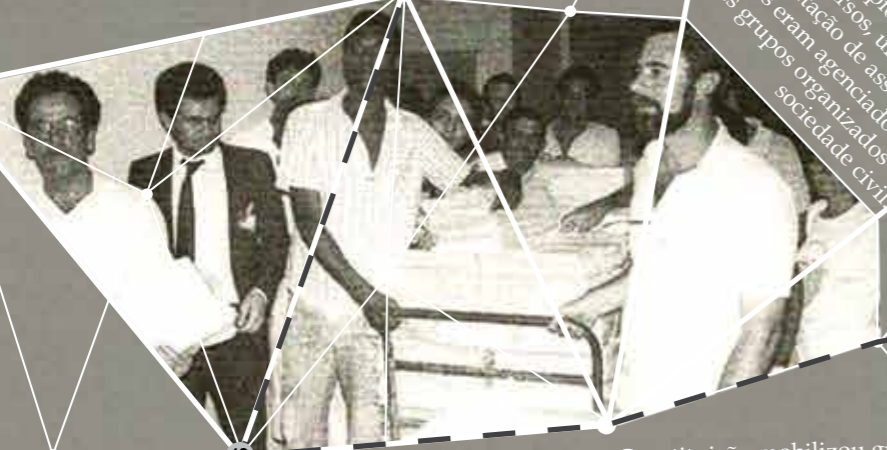
10 **Loteamento Jardim Felicidade** - Promovido de maneira associativa pela **AMABEL**, dá início a uma série de outros loteamentos produzidos da mesma maneira, sobretudo nos municípios vizinhos ao município. A obtenção das glebas, recursos, urbanização e contratação de assessorias técnicas eram gerenciados por esses grupos organizados da sociedade civil

9 **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAIÇARA** se mobiliza pela criação de um parque para preservação de área de 12 mil metros quadrados de mata preservada.

1986

8 É criada a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALUGUEL DE BELO HORIZONTE - AMABEL**

7 **Movimento Nacional pela Reforma Urbana** - Hermínia Maricato (1994) considera partir da Igreja Católica, via Comissão Pastoral da Terra - CPT, a iniciativa de articulação das diversas lutas por melhorias urbanas que ocorriam em todo o Brasil. Desde o início dos anos 1980, para assessorar e contribuir na construção de uma pauta unificada entre essas lutas, a Igreja vinha promovendo o diálogo entre ativismos e especialistas. A autora sintetiza que o movimento defendia a "[...] ideia de uma reforma estrutural que alcance as relações sociais de produção e consumo do urbano" (Maricato, 1994, p.309). A pauta unificada desse processo se vinculava aos eixos propriedade imobiliária urbana, política habitacional, transporte e serviços públicos e gestão democrática das cidades.



1988

14 Constituição de 1988

15 Eleições Municipais modificaram consideravelmente o arranjo da Câmara Municipal, apenas 6 dos 37 vereadores eram reeleitos. Grande representatividade dos partidos progressistas (PT, PSB, PCB e PC do B).

16 São definidas no "I Encontro Nacional de Lutas por Transporte" as pautas principais da luta pelo transporte em nível nacional: "1 - Estatização das empresas com controle popular, a partir do controle público da receita e da remuneração por quilômetro rodado; 2 - Estabelecimento da tarifa social com um valor de no máximo 6% do salário mínimo; 3 - Melhoria do serviço por meio de participação popular na criação de novas linhas e melhoria da infraestrutura viária; e 4 - controle tarifário e definição das prioridades de investimento a partir de um Conselho de Transporte, com participação dos trabalhadores rodoviários, legisladores e movimentos sociais." (Veloso, 2015, p.144)

17 No 28º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UNES - o passe livre estudantil é aprovado como pauta de luta do movimento. Durante muito tempo a questão do transporte público, e mais especificamente o passe-livre estudantil, esteve restrita aos movimentos estudantis

13 Processo da Constituinte - A elaboração de uma nova Constituição mobilizou grupos de diversos setores da sociedade brasileira, acentuado pela possibilidade de apresentação de Emendas de Iniciativa Popular. No contexto das lutas urbanas, já articuladas em alguma medida desde 1985, sua mobilização deu-se pela elaboração de uma emenda que buscasse a democratização do espaço urbano. O acúmulo de discussão anterior deu origem ao que ficou conhecido com Emenda Popular da Reforma Urbana e conseguiu agregar diversos movimentos sociais a setores acadêmicos e profissionais em torno de sua concretização. O grupo encaminhou ao Congresso Nacional a emenda assinada por 160 mil eleitores, que foi parcialmente incorporada à nova Constituição. Entretanto sua concretização, como observado por diversos autores como Maricato (1994), Cardoso (1997) e Costa (1988), foi, e é ainda, incompleta.

1989

Inicia-se um processo de provisão direta de moradias pela FAMOBH; o terreno é adquirido com financiamento da Caixa Econômica Federal e as unidades são produzidas por uma cooperativa habitacional

1

2

Julho - É realizado o "I Seminário Sobre a Luta pelo Transporte Coletivo na Grande BH" onde são estabelecidas as pautas da AUTC: 1.Estatização do transporte coletivo; 2.Criação de tarifa social; 3.Criação de fundo para subsídio; 4.Participação Social.

3

1990

Verba para a criação do Parque Ecológico do Caiçara é aprovada, entretanto as obras iriam começar somente em 1992.

Setembro - 635 famílias acampam na Igreja São José no centro, coordenadas pela Cooperativa do Movimento Popular (COMOPOM) com o apoio da FAMOBH, a UMPE e a AMABEL. Parte das famílias foram assentadas em conjuntos habitacionais no Bairro Floramar, Região Norte de Belo Horizonte.

4

1992

Início das obras do Parque Ecológico e de Lazer do Bairro Caiçara, após anos de luta da associação local.

5

6

Loteamento Novo Aarão Reis - Amabel, FAMOBH, e UTP organizam a ocupação por cerca de 300 famílias em um terreno público estadual localizado no Bairro Ribeiro de Abreu. O governo estadual e a prefeitura acabam assumindo a urbanização da área.

7

47 famílias ocuparam área verde do Conjunto Confisco, parte delas foi reassentada.

8

Patrus Ananias é eleito prefeito de Belo Horizonte

1993 - 1998

GESTÃO FRENTE BH-POPULAR

A gestão foi marcada pela relação estreita entre a administração pública e certos ativismos. Por um lado significou em ganhos às lutas desses grupos, por outro significou também o início de um processo de direcionamento da atuação dos ativismos aos novos canais institucionais de participação e a incorporação de alguns de seus militantes à administração municipal. A concentração de uma atuação pelas vias institucionais estabelecidas acabam por refletir no apaziguamento da radicalidade dos ativismos, processo que irá se acentuar nos anos seguintes.

1993

1 É implementado o Orçamento Participativo (OP).

1994

2 Após ampla mobilização local desde 1983, é criado o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado.

3 1300 famílias de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves ocuparam a Praça Afonso Arinos em um primeiro momento, posteriormente ocuparam a frente da COHAB. 39 das famílias foram reassentadas na região de Venda Nova.

4

4 São criadas as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito - CRTTs - regionais ligados à questão da mobilidade. Cada uma possuía orçamento próprio que poderia ser utilizado para intervenções no transporte público. André Veloso observa, entretanto, que o atendimento às demandas pontuais apresentadas nessas comissões acabaram tornando-se um sistema de trocas de favores dentro da estrutura institucional.

5

5 Abril - Ocupação nas margens da Av. Sarandi. Das 740 famílias 180 foram reassentadas

6

6 Estruturação de um Sistema Municipal de Habitação (SMH) - Urbel passa a ser responsável pela questão habitacional e são criados o Fundo Municipal de Habitação junto ao Conselho Municipal de Habitação, órgão deliberativo e com paridade de representantes do poder público e dos ativismos.

1995

7 É instituído o Orçamento Participativo da Habitação - Como resultado da grande quantidade de demandas por habitação no Orçamento Participativo, é decidida a separação de uma verba exclusiva para o provimento de unidades habitacionais.

No contexto da elaboração do Plano Diretor de Belo Horizonte surge o movimento **SALVE SANTA TEREZA**. Os moradores do bairro se mobilizaram pela aprovação da ADE - Área de Diretrizes Especiais - de Santa Tereza, onde a ocupação é mais restritiva prevendo a preservação de determinadas áreas de Belo Horizonte. Na ocasião, embora diversas outras áreas tivessem sido apontadas como possíveis ADEs, apenas Santa Tereza teve sua demarcação aprovada devido à ampla mobilização da sociedade civil.

10

9 **Aprovação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo -** Representaram um avanço em termos de legislação urbanística em Belo Horizonte pelo abandono do zoneamento funcional da cidade e pela incorporação de novos instrumentos urbanos, muitos deles buscando dar operacionalidade aos preceitos do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Diversos canais participativos foram instituídos pelo Plano Diretor, tais como o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e a Conferência de Política Urbana, tentativas de implementação de uma gestão urbana mais democrática.

1996

8 A participação na co-gestão com o poder público municipal do Projeto CEVAE - Projeto Centro de Vivência Agroecológica - marca o início dos trabalhos da **REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (REDE)** com a agricultura urbana, ativismo que se configuraria como um importante ator na discussão da temática. A REDE, organização fundada em 1986, tem como focos experiências de agroecologia e organização popular, dando assistência e capacitação às famílias para o fortalecimento dessas iniciativas. Tem ainda atuando no estabelecimento de redes para o compartilhamento de lutas e experiências da escala local à internacional.

8

11 **Março -** A Ocupação Corumbiara foi organizada pela Liga Operária e pelo Partido Revolucionário Comunista. Abrigou 380 famílias engajadas no Orçamento Participativo da Habitação e inaugurou um novo processo de ocupação, com demarcação de ruas e lotes. É tida pela nova geração das ocupações de Belo Horizonte como sua precursora.

12

12 **27 de agosto -** É instaurado o Conselho Municipal de Políticas Urbanas - COMPUR, responsável pela realização das Conferências Municipais de Política Urbana e pela implementação e monitoramento do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento e a Ocupação e Uso do Solo.

13

13 Inauguração do Parque Ecológico e de Lazer do Bairro Caiçara.

Parque do Bairro C

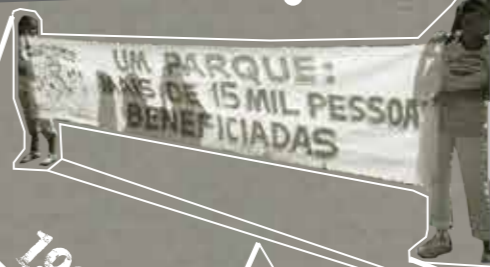
14

14 **31 de janeiro** - É criada a Câmara de Compensação Tarifária de Belo Horizonte, instância participativa na qual BH, sindicatos patronal e de trabalhadores rodoviários, Sindicato das Empresas de Construção Rodoviários e Câmara Dirigente dos Logistas (CDL), esses últimos, setores empregadores. André Veloso (2015) observa que, apesar de resultados concretos, como, por exemplo, a diminuição da tarifa, a câmara com o tempo foi se alinhando aos interesses dos empresários do setor do transporte e aos da administração municipal, resultando em seu esvaziamento.

1998

15 Institui-se obrigatoriedade do Plano Global Específico (PGE) para disputa de recurso no Orçamento Participativo para intervenção em vilas e favelas.

16



PROJETO BREJINHO

Professores da Escola Municipal Aurélio Pires iniciam discussão sobre ocupação ao longo do córrego São Francisco, iniciando luta pela criação do Parque do Brejinho em uma área de 73 mil m².

1999

1 Conferência de Política Urbana de Belo Horizonte

2000

26 de setembro - S26 - O protesto anticapitalista ocorreu no contexto dos dias de Ação Global dos Povos. O grupo adota uma estratégia que seria amplamente utilizada pelos ativismos seguintes de unir festa e protesto, promovendo o "carnaval contra o capitalismo"



Lista de e-mails denominada "Reclame BH" era utilizada como ferramenta de dispersão de chamadas para a ações pela juventude ativista.

3 8 de dezembro - Os protestos foram realizados em mais de 100 cidades do mundo por grupos anti-capitalistas que se contrapunham à reunião entre o FMI e o Banco Mundial em Praga.

4 AMES-BH, Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte, passa a reivindicar o meio-passe estudantil.

2001

6 Ativistas do Parque do Brejinho entram em contato com o Projeto Manuelzão estabelecendo o "Comitê Águas do São Francisco e Nascentes do Brejinho"

7 Início do debate sobre a Agricultura Urbana em Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Junto a esse processo iniciam-se ainda a articulação das iniciativas locais com outras iniciativas da América Latina, inserindo Belo Horizonte em um contexto internacional de discussão da temática.

JANEIRO - CONSELHO COMUNITÁRIO UNIDOS PELO RIBEIRO DE ABREU (COMUPRA)

Entidade que reúne moradores, movimentos e entidades da região do bairro Ribeiro de Abreu em torno da recuperação do Ribeirão do Onça. A proposta do grupo é a remoção e reassentamento de famílias em área de risco, a construção de pontes e recuperação ambiental das margens e despoluição do curso d'água. O movimento tem ainda a proposta de um programa de agroecologia na área, como forma de qualificação técnica e mobilização social e para tanto encontra-se em diálogo com grupos em defesa da agroecologia e com a administração municipal. Através de encontros e eventos culturais, o movimento busca mostrar as potencialidades da região e os ganhos de sua recuperação ambiental e social, além de despertar a atenção da população do entorno para o Ribeirão do Onça.

9 10 de julho - Estatuto das Cidades é sancionado, regulamentando o capítulo voltado à Política Urbana da Constituição de 1988

10 2002 - 2007 - Carnavais Revolução - Encontros reunindo grupos de todo o Brasil em Belo Horizonte durante o carnaval, buscando colocar em diálogo grupos anarquistas. Havia ainda a preocupação em ocupar espaços públicos durante o encontro, utilizando-se da mesma estratégia dos protestos-festa.

AMAU

Apoia iniciativas de agroecologia e de agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ao dar visibilidade a elas e intensificar o debate político junto ao poder público e outros grupos à respeito da relação entre campo e cidade, o papel da agricultura e agroecologia nas áreas metropolitanas e a construção popular de políticas públicas que possam contribuir para o fortalecimento dessas práticas. O coletivo vê na agricultura urbana uma forma de resistência à imposição de determinado modo de vida urbano e determinado modo de consumo, além de potencial catalisadora da organização de uma população historicamente marginalizada, buscando seu reconhecimento ante a sociedade e o poder público. Dentre as ações do grupo estão o mapeamento das iniciativas de produção, comercialização, apoio e discussão da temática da agricultura urbana em toda a RMBH e a articulação dessas iniciativas para a construção de uma luta comum em prol da agricultura urbana. Junto a isso, desenvolve-se também o diálogo junto ao poder público - via participação em fóruns da sociedade civil, conselhos e conferências - para a construção de políticas que possam fortalecer essas ações.

2004

2003

A Agricultura Urbana entra na agenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA com o aumento de agricultores e agricultoras que passam a enfrentar dificuldades em acessar benefícios por se encontrarem em contextos urbanos.

Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente, marcando a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal



2005

27 de novembro - Manifestação em prol da implantação do Parque Liberdade

Janeiro - Anúncio de aumento de tarifa impulsiona jornada de protestos durante o mês de janeiro, envolvendo, principalmente estudantes secundaristas e universitários. As manifestações que ocorreriam nesse contexto de aumento da tarifa possuem um caráter mais organizado que aquelas de momentos anteriores.

Julho - É criado o grupo de emails Passe Livre BH para organização de uma luta pelo transporte público alinhada aos preceitos do recém criado Movimento Passe Livre nacional

1 de julho - Manifestação do MPL-BH com cerca de 200 estudantes.

25 de agosto - Nova manifestação pelo Passe Livre e contra a possibilidade de mais um aumento na tarifa dos ônibus mobiliza ativistas do MPL-BH, da AMES-BH (vinculada ao PCR- Partido Comunista Revolucionário), Movimento Estudantil Popular Revolucionário - MEPR e Juventude do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, totalizando cerca de 500 estudantes. O aumento anunciado pela mídia não ocorreu o que contribuiu à desarticulação dos grupos.

Início das intervenções do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, primeiro local atendido pelo Programa. Segundo a Urbel, responsável pelas intervenções, o programa é uma "ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização dos assentamentos existentes". Sua implantação, entretanto, resultou em grandes impactos nas áreas de intervenção, sobretudo em relação ao número de famílias despejadas para a realização de obras, em sua maioria viárias. Devido à desarticulação interna e dos movimentos de favela, que foram se dissolvendo desde sua incorporação às administrações municipais e à criação de canais para a participação institucionalizada, não existiu uma resistência organizada às intervenções do Programa Vila Viva na Serra.



AGOSTO - DUELO DE MC'S

Um grupo ligado à cena do hiphop passa a se reunir na Praça da Estação próximo ao antigo Miguilim para realizar os chamados duelos - batalhas de rimas improvisadas. Os encontros, que ocorriam todas as sextas à noite foram transferidos para o Viaduto Santa Tereza com a chegada das chuvas, espaço que tornou-se, mais tarde, um importante ponto para os ativismos da cidade. A apropriação do espaço fez aflorar para os ativistas importantes questões como o descaso do poder público com seus espaços, paralelo à dificuldade de livre apropriação criada pelo próprio poder público (com a exigência dos alvarás, as proibições de uso etc.). Emergem também da presença nesse espaço questões como os processos em curso de expulsão e higienização das áreas centrais da cidade.

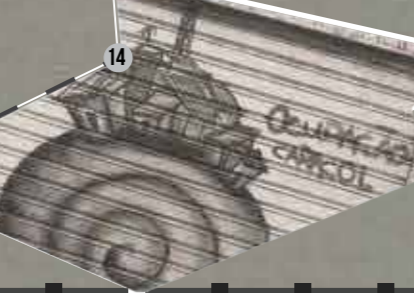
É lançado o OP Digital

Primeira experiência do Movimento Passe Livre em Belo Horizonte - O grupo teve uma existência breve em Belo Horizonte, o que André Veloso (2015) considera como resultado de uma preocupação excessiva em relação à forma organizacional do movimento. Questões como a aceitação ou não da contribuição de partidos e outros movimentos com suas determinadas agendas na construção da luta monopolizaram as discussões do grupo, impedindo a delimitação de estratégias para avançar a pauta.

16 de junho - Aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) - O sistema tem como objetivo a implementação de políticas públicas para promoção do direito à moradia de baixa renda em nível nacional, além de centralizar programas já existentes na linha. Ele foi fruto de uma ampla mobilização dos movimentos por moradia em todo o país em torno do Projeto de Lei de Iniciativa Popular apresentado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. O projeto de lei contou com a assinatura de mais de um milhão de eleitores.

Novembro 2006 a maio 2007 - Ocupação Caracol - Organizada pelas Brigadas Populares, partiu da demanda por moradia de 15 famílias da Vila do Cafezal.

2007
Abril a setembro - Ocupação João de Barro I - abrigou 150 famílias no início e 80 na ocasião do despejo. As famílias organizadas pelas Brigadas Populares ocuparam um edifício abandonado no Bairro Serra.



31 de agosto - Decreto de Utilidade Pública 12.830 instaura o Parque do Brejinho. Os recursos para a implantação foram conseguidos via Orçamento Participativo Digital, após ampla mobilização puxada pelas professoras da Escola Municipal Aurélio Pires. Entretanto a verba não foi suficiente, somente foi cercada a área e construída uma portaria, impedindo o acesso da população do entorno. Até hoje não foi implantado o parque.



Setembro a dezembro - Ocupação João de Barro II - 40 famílias organizadas pelas Brigadas Populares ocuparam o antigo Hospital Cardiocentro.

2008 - 2009

2008 2010

Início das intervenções Vila Viva Morro das Pedras

2008

Atores da sociedade civil ligados a agricultura urbana mobilizam-se para a apresentação de uma proposta coletiva ao Edital 05/2008 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O edital tinha como objetivo descentralizar políticas de agricultura urbana nas regiões metropolitanas. Tal articulação possibilitou o diálogo entre atores envolvidos em Belo Horizonte como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as Brigadas Populares, o Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento (CECOM-PCD-TECA), o Grupo Aroeira e os departamentos de Geografia, Biologia e Nutrição da UFMG.

Janeiro a fevereiro - Ocupação João de Barro III - 15 famílias ocupam uma casa abandonada na Av. Amazonas

D9EMEA (DOMINGO NOVE E MEIA)

Grupos libertários passam a se reunir embaixo do Viaduto Santa Tereza, hoje um lugar central para os ativismos de Belo Horizonte. Os encontros aconteciam todo primeiro domingo do mês pela manhã e sua proposta era reunir a juventude libertária de Belo Horizonte, além de fazer emergir o diálogo sobre os espaços públicos nas cidades.



25 de março - É instituído o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo o discurso do governo federal, o programa tinha como principal objetivo solucionar o problema do déficit habitacional pela aquisição de unidades habitacionais por famílias de até 10 salários mínimos. No entanto, como observado por inúmeros e inúmeras autores e autoras, o MCMV teve um papel muito claro de combate à crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008. Inúmeros embates ao programa serão empreendidos em todo o país, especialmente por novos ativismos ligados à questão da moradia.

É elaborado o Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte em uma parceria entre a Prefeitura e a REDE. O plano, que buscava instrumentalizar o planejamento e a gestão da agricultura urbana na capital, teve como base o diagnóstico participativo desenvolvido pelos mesmos atores entre 2006 e 2008. Junto ao Plano foi instituído um fórum com representantes de dentro e fora da administração municipal para o monitoramento da implementação do Plano.



Dezembro - Márcio Lacerda assina Decreto Municipal nº 13.798 que proíbe eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. A proibição teria validade a partir do primeiro dia do ano seguinte. Como reflexo é enviado um email anônimo divulgado o decreto e o blog Vá de Branco (<http://vadebranco.blogspot.com.br/>) que rapidamente é replicado por outras pessoas e blogs.

Fevereiro 2008 - Ocupação Camilo Torres - Promovida pelo Fórum de Moradia do Barreiro e pelas Brigadas Populares, 6 famílias ocuparam um terreno na região do Barreiro. Foi a primeira ocupação horizontal desse período recente.

Abril 2008 - Ocupação Dandara - Atualmente abriga 1100 famílias na região da Pampulha. Em um papel decisivo nas lutas por moradia por sua visibilidade nacional e internacional. Foi a primeira precedida por um projeto urbanístico, que inaugurou uma nova tática de luta de utilização de um contra-discurso tecnicamente embasado.

JUNHO - MOVIMENTO NOSSA BH

O grupo se organiza nos seguintes eixos de atuação: seleção, sistematização e disponibilização de informações públicas que possam contribuir para a análise da cidade tais como indicadores de qualidade de vida, prestações de contas etc.; acompanhamento das atividades do poder municipal executivo e legislativo; e promoção de campanhas e eventos que colaborem à formação cidadã. Sua principal atuação dá-se em diálogo com o Poder Público via participação em canais institucionalizados - junto à promoção de oficinas preparatórias - e ainda articulação direta com vereadores e deputados para a proposição de leis e políticas.

Última edição do Orçamento Participativo da Habitação.

2009

Carnaval - Início da retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte, o que mais tarde tornariam-se uma importante ação para vários dos ativismos da cidade.

Dezembro - Movimento Pró-Paque Lagoa Seca - O grupo defendia a criação do Parque Lagoa Seca em uma área de 5 milhões de metros quadrados na região sul de Belo Horizonte. A criação do parque foi uma das condições estabelecidas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente para a autorização da exploração da área durante o período de 2005 à 2012. Durante um período foram realizados eventos e palestras para promover a causa e recolher assinaturas para um abaixo assinado em favor da criação do Parque. Além disso, dois projetos de lei foram apresentados para a criação do parque - o PL1711/2011 que transitou na câmara até seu arquivamento com o término da legislatura e o PL285/2015, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa. A luta foi assumida pela Associação dos Moradores do Bairro Belvedere - AMBB, que atualmente luta contra a verticalização da área em questão.

Revisão do Plano Diretor demarca 30% da cidade para a realização de Operações Urbanas Consorciadas. O instrumento, instituído no Estatuto das Cidades, tem como finalidade a promoção de reestruturações no espaço urbano via uma parceria entre poder público e iniciativa privada. Modificações nas áreas em questão são empreendidas mediante contrapartidas dos interessados (moradores, comerciantes, investidores etc.). Essas contrapartidas devem ser utilizadas para a própria reestruturação da área.

MOC-ECO

O grupo tem como objetivo conscientizar, mobilizar e envolver a população na preservação e utilização dos recursos naturais ainda existentes na Serra do Curral. Organiza caminhadas na área em questão, onde ainda hoje ocorre atividade mineradora e promove festivais que têm como foco a questão do meio ambiente. Ele atua ainda pela ampliação da área tombada da Serra do Curral, levando essa pauta a Conferências do Meio Ambiente e recolhendo assinaturas para um projeto de Lei de Iniciativa Popular. O grupo participa também da construção de uma proposta popular do código minerário, uma alternativa àquela que vem sendo desenvolvida pelo Estado e que se encontra mais alinhada aos interesses das mineradoras e multinacionais do que à preservação ambiental, social e histórica das áreas atingidas pelos projetos minerários.

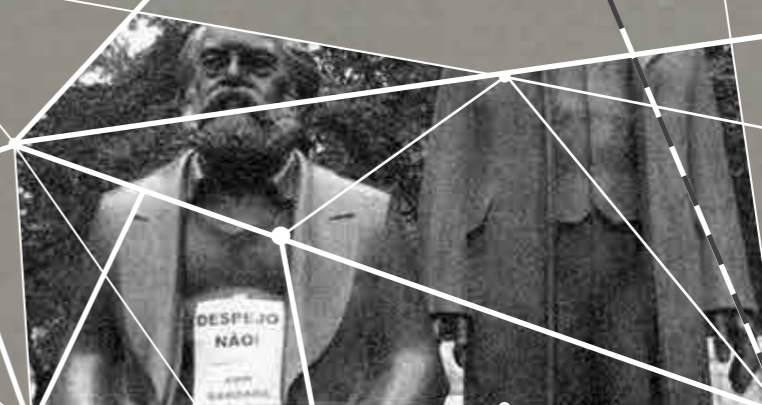
SALVE A MATA DO PLANALTO

O grupo se mobiliza contra a construção de um empreendimento imobiliário para uma área de mata com 200 mil m² localizada na região norte de Belo Horizonte. Sua atuação dá-se no sentido de pressionar o poder público pela garantia de transformação da Mata do Planalto em área de preservação ambiental e ainda na tentativa de convencer as construtoras que pretendem implantar o empreendimento, que ele seria desvalorizado devido à má opinião pública ao seu respeito. Anunciado pela construtora Rossi em 2010, atualmente são a Petiolare e a Construtora Direcional (também envolvida no caso das Ocupações na Região da Izidora) as responsáveis pelo empreendimento. O processo de aprovação da Licença para Construção na área está em andamento no COMAM, apesar das mobilizações do grupo e da apresentação de fatos que evidenciam irregularidades no processo tais como EIA-RIMA defasados (datados de 2010 com dados de 2004), a comprovação de que a área é um remanescente de Mata Atlântica pelo Ministério Público de Minas Gerais e ainda declarações dadas pelo secretário municipal interino de meio ambiente e presidente do COMAM, Vasco Araújo, em que afirma estar à favor da construção do empreendimento.

Chamado anônimo para uma **PRAIA NA PRAÇA DA ESTAÇÃO** é disparado na lista de email Praça Livre BH.



7 de janeiro - Protesto em prol da cultura na Praça da Estação - Vá de Branco! - reuniu cerca de 50 pessoas ligadas a grupos anarquistas, ao meio cultural e às questões urbanas. No encontro foi deliberada a criação de um grupo apartidário pela cultura da cidade que se comunicaria via lista de email Praça Livre BH. Outra maneira de articulação entre os atores é o blog Praça Livre (prcalivrebh.wordpress.com) que tem como primeira mensagem o login e a senha para publicação no site.



Campanha "Despejo não, com Dandara em luto!" - O Vereador Adriano Ventura apresenta na Câmara Municipal o PL 1271/2010, que visa declarar de interesse social para fins de desapropriação municipal a área da Ocupação Dandara. Como forma de pressionar a aprovação é lançada a campanha de apoio internacional, em que pessoas de várias partes do mundo foram convidadas a enviar fotos com cartazes de apoio à causa, postadas no site <http://salvedandara.concatena.org/>

16 de janeiro - Em resposta ao chamado anônimo, cerca de 300 pessoas se reúnem em um protesto-praiano contra o decreto municipal no 13.798: é a primeira Praia da Estação. O grupo ocupou a Praça da Estação em trajes de banho durante os finais de semana do verão de 2010. Mesmo após a revogação do decreto, a Praia continuou ocorrendo nos verões seguintes. Diversas das edições foram promovidas em apoio à questões conduzidas por outros grupos tal como em 2011 quando a Praia ocorreu na Praça do Cardoso (Aglomerado da Serra), em apoio aos protestos que ocorreram no local devido ao assassinato de dois de seus moradores pela polícia. Também já se realizaram encontros em apoio ao Duelo de MCs, às Ocupações Urbanas, aos protestos promovidos pela COPAC, à lavagem das escadarias da Prefeitura na ocasião do cancelamento do FIT, etc. Atualmente todos os eventos realizados na Praça da Estação devem ser aprovados pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC) da Prefeitura, sendo obrigatório o cercamento da área no caso de eventos de médio e grande porte.

Ativistas passam a recolher assinaturas para abaixo assinado contra a proibição de eventos na Praça da Estação.

**MARÇO 2010
OCUPAÇÃO IRMÃ DOROTHY**

Ocupação com 200 famílias no Barreiro, promovida pelo Fórum de Moradia do Barreiro e Brigadas Populares.



6 de Março - Evento de Qualquer Natureza - Após instituída pela prefeitura uma comissão para regulamentar eventos na Praça da Estação é lançado um chamado para o evento auto-gestionado no local. Uma página Wiki foi criada para a organização do evento, onde quaisquer interessados podiam propor atividades e ações.

24 de março - Audiência Pública sobre a realização de eventos na Praça da Estação.

2010

26 de março - Campanha Minha Casa, Minha Luta - Grupos Resistência Urbana, Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, Brigadas Populares, Movimento Sem Teto da Bahia, Movimento de Luta Popular e Nós do Sul, se articulam em resistência ao PMCMV. As principais críticas dos grupos sociais eram a desconsideração dos movimentos sociais em sua elaboração e implementação; e a falta de previsão de desapropriação de terrenos para a implantação dos empreendimentos. Uma vez que a terra resulta no maior obstáculo para a produção de habitações de interesse social, sua falta de provisão resultaria na implantação dos empreendimentos para menor renda em áreas periféricas e mal servidas de infraestrutura, emprego e serviços.

4 de maio - Após instituir uma comissão para estudar a regulamentação do uso da Praça da Estação para eventos, é publicado o Decreto Municipal n.º 13.960 revogando a lei de proibição de eventos na área e estabelecendo regras para a realização desses. Dentre as regras estabelecidas estão a necessidade de autorização da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, mediante apresentação de projeto informando finalidade do evento, público estimado e duração. O decreto estabelece ainda como prioridade sobre os demais eventos oficiais do Município, do Estado e da União, eventos nos programas da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e eventos particulares promovidos por entidades, organizações, empresas e instituições. Além disso, responsabilidade dos promotores do evento que deve ainda pagar um valor a título de caução que varia entre R\$8 mil e R\$20 mil proporcional ao público estimado. Por um lado, o decreto disciplina eventos de grande porte de iniciativa privada que vinham ocorrendo na área e impactando-a pela realização de pequenas ações pelo grau de exigências para a autorização, os gastos para cobrir as exigências para a segurança dos eventos (banheiros públicos, cercamento de áreas, segurança privada, limpeza etc.) além do alto valor à título de caução. Como observa Carolina Albuquerque (2013), ainda que os manifestantes reconhecessem a necessidade de alguma regulamentação para o uso da Praça, o decreto foi rechaçado, sobretudo, no que diz respeito ao cercamento da área e no pagamento da taxa caução.



PARQUE JARDIM AMÉRICA

O grupo luta pela criação de um parque em uma área de 21 mil m² localizada no Bairro Jardim América. Na área em questão existe o interesse da Construtora MASB de implantar um empreendimento imobiliário. Um abaixo assinado foi encaminhado para o Ministério Público Estadual e a Secretaria Municipal de Belo Horizonte, no intuito de evidenciar a importância ambiental e histórica da área. Graças à ação do Ministério Público foi movida uma ação civil pública e obtida uma liminar que suspende a edificação na área até a decisão final do processo, dado que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente já aprovou as Licenças Prévia e de Implantação do empreendimento. Apesar disso, o grupo continua resistindo ao projeto e para isso ele tem se mobilizado junto a outros grupos, promovido reuniões semanais e audiências públicas, além de engajar-se em canais de participação instituídos, como a Conferência Municipal de Política Urbana.



8 de maio - 2º Evento de Qualquer Natureza reuniu cerca de 600 pessoas na Praça da Estação.

Dezembro - Lei nº 10.106/2011 - Por meio de mobilização da AMES-BH é aprovada a PL de meio passe estudantil. A proposta é ainda bastante limitada sendo válida somente para os deslocamentos casa/escola, de indivíduos que morem a mais de 1km da escola e preferencialmente de família beneficiária do governo.

MOVIMENTO FORA LACERDA
Reuniu diversos movimentos, entidades e outros cidadãos da cidade em contestação à gestão de Márcio Lacerda.

17 de outubro - O prefeito Márcio Lacerda chama uma reunião à Praia da Estação. Na visão dos ativistas, entretanto, a "reunião foi muito mais uma estratégia de reconhecimento, do tipo 'onde estamos pisando? Com quem estamos lidando?', do que uma abertura para conversa".

É sacionada a lei que permite a venda de parte da Rua Musas, no bairro Alto Santa Lúcia. A lei autorizava a venda de cerca de 1,7 mil metros quadrados da rua para viabilizar o empreendimento da empresa Tenco Realty. Tal fato enseja a organização dos moradores da rua no movimento **SALVE A RUA MUSAS**. Como primeiras ações, o grupo apresenta uma denúncia ao Ministério Público Estadual (MPE) e uma representação no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG).

Dezembro - É organizada uma frente contra o aumento da tarifa, mobilizando organizações como PCR, PSTU, PCB e PSOL. Devido à falta de uma organização anterior em torno da pauta do transporte, o que também significava falta de acúmulo de conhecimento relativo à pauta, a reação deu-se de forma lenta. Um único ato foi organizado para o dia 17 de fevereiro tendo pouca força de mobilização e pouco impacto na mídia.

"Roupa suja se lava em casa" - Protesto organizado em Belo Horizonte em 1 - 3 de dezembro - Durante a realização da Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos em Belo Horizonte, Mercocidades em Belo Horizonte foi organizado um protesto na porta do evento divulgado no blog Praça Livre. O destaque foi dado ao risco de despejo das famílias nas ocupações Camilo Torres, Irma Dorothy, Conjunto UFMG e Torres Geneas.

12 de dezembro - A Praça da Estação foi cercada para a realização de um show de Milton Nascimento, entretanto, os banhistas invadiram a área para mais uma edição da Praia da Estação.

PASTORAL METROPOLITANA DOS SEM CASA

Pleiteia a produção de unidades habitacionais de interesse social - HIS - dentro do Município de Belo Horizonte, combatendo as práticas atuais de produção de moradia para famílias carentes somente nos municípios vizinhos, em áreas carentes de infraestrutura, equipamentos e serviços. A principal pauta do grupo é a mudança da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, para eles grande responsável pela impossibilidade de produção de HIS no município. Ele desenvolveu ainda o mapeamento de áreas vazias no município e passíveis de uso para HIS.

2011

MAM-BH

O movimento surge ni contexto da preparação de Belo Horizonte para sediar a Copa do Mundo de 2014, buscando aliar lutas locais, muitas em decorrência de impactos do evento. Ele se propõe a ser uma entidade de articulação das associações de bairro, ampliando o espectro das lutas para uma resistência mais sistêmica. Fazem parte do movimento as associações de moradores dos bairros Bunitis, Jaraguá, São Pedro, Santo Agostinho, Belvedere, Pampulha, Bandeirantes, Lourdes, São Gabriel, Cruzeiro, Maria Goretti, Planalto, São Luiz, São José, Floresta, Alta Santa Lúcia, Vila Novo Horizonte e Associação Comunitária Social Cultural Desportiva.

Em 2011, um grupo de moradores da Vila das Antenas no Morro das Pedras solicita assistência ao grupo de pesquisa MOM (Morar de Outra Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG em um conflito com a URBEL, que realizava diversas remoções em função de obras do Programa Vila Viva no local. A partir desse embate, percebeu-se a necessidade dos moradores entenderem os processos de produção do espaço da vila, constituindo assim uma consciência histórica que os fizessem valorizar seu espaço e suas formas de produção, de maneira a embasá-los não só na disputa contra a URBEL, mas também em outros possíveis embates. Surge assim o grupo **HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**.

17 de fevereiro - Ato contra o aumento da tarifa - com pouca repercussão, o ato torna-se importante, entretanto, por ser a primeira vez em que a pauta da tarifa zero aparece em uma manifestação contra o aumento.

12 de março - Praia da Estação é realizada na Praça do Cardoso, Aglomerado da Serra, em protesto à morte de dois jovens pela ROTAM. Os jovens foram mortos no dia 19 de fevereiro, provocando uma série de protestos dos moradores do aglomerado.

Maio - Revista Encontro publica a matéria "Até parece a Lapa", em que a região da Praça da Estação é comparada com o Bairro da Lapa no Rio de Janeiro. Para grupos envolvidos desde o princípio com a Praia da Estação, sobretudo os de cunho anarquista e autonomista, a matéria é um reflexo de uma apropriação por parte da mídia e de outros atores centrada somente nos aspectos lúdicos da Praia e despojada, portanto, de seu caráter contestatório.



Agosto - Prefeitura apresenta projeto de bacia de detenção do Córrego São Francisco dentro da área do Parque do Bejinho. Os ativistas envolvidos com o projeto se mobilizam pra barrar o projeto, conseguindo somente a responsabilização da SUDECAP pela área, impedindo sua ocupação.

27 de setembro - Lei nº 10.277/11, Lei da Praça Livre - Lei é aprovada como decorrência do debate sobre os usos de espaços públicos iniciado pelos grupos da Praia da Estação. A Lei facilita a realização de eventos de pequena escala em praças públicas da cidade.

Dezembro - Prefeitura autoriza o desenvolvimento de estudos urbanísticos, econômico-financeiros e jurídicos pelas construtoras Andrade Gutierrez, Barbosa Mello e Odebrecht para implantação da Operação Urbana Consorciada ao longo do Vale do Arrudas. O estudo desenvolvido pela iniciativa privada é o que daria origem à OUC Nova BH.

12 de dezembro - Primeira aparição Pública do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte. O ato ocorreu junto a 2ª Marcha Fora Lacerda e teve o objetivo de entregar ao poder público o Dossiê sobre impactos e violações decorrentes da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

SETEMBRO - OCUPAÇÕES ZILAH SPOSITO E HELENA GRECO

150 famílias organizadas pelo Movimento de Luta pela Moradia no bairro Jaqueline

15 DE OUTUBRO - OCUPA BH

Chamado via internet convida outras cidades a aderirem ao movimento Occupy. Em Belo Horizonte um grupo permaneceu acampado por 140 dias na Praça da Assembléia. O grupo tinha como eixos de proposição a mudança de organização social e econômica e do modelo de democracia representativa. Durante o período da ocupação eram realizadas conversas, aulões etc. em torno de tais temas. Além disso, o grupo apoiava outras ações da cidade em momentos de protesto tais como a greve das universidades públicas.



COMITÊ DOS ATINGIDOS PELA COPA - COPAC-BH

Foram criados comitês em todas as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 buscando discutir, entender e questionar os efeitos do megaevento nas cidades brasileiras. Para o grupo, durante a Copa, lucros de grandes empresas e empreiteiras foram gerados às custas de investimentos públicos, deixando ainda um legado de remoções forçadas, violações de direitos trabalhistas, privatização de espaços públicos, repressão do Estado sobre a população e o decreto de um estado de exceção. O grupo defende que somente com a mobilização popular é possível uma resistência crítica e propositiva contra o usufruto privado de investimentos públicos. Suas ações se organizaram em três comissões: mobilização e articulação com as comunidades diretamente atingidas pelas obras ou por ações do Estado (os vendedores ambulantes e moradores de rua, por exemplo); levantamento de dados sobre obras e ações do Estado referentes à Copa do Mundo; e divulgação e esclarecimentos sobre os impactos da Copa junto à população.

2012

REAL DA RUA

O ativismo surgiu da parceria entre a ONG Pacto e o coletivo Família de Rua, esse último envolvido com o Duelo de MC's. Desde de 2007 o coletivo Família de Rua tem demandado uma posição da prefeitura municipal quanto à manutenção e melhoria de iluminação e segurança do baixio do Viaduto Santa Tereza, área ocupada pelo Duelo e diversos outros grupos de Belo Horizonte. As respostas da administração municipal, entretanto, sempre foram no sentido de repreender os frequentadores do Viaduto e de segregar grupos marginais (moradores de rua, usuários de drogas etc.). Desse embate surgiu a necessidade de o grupo desenvolver propostas alternativas para o local e assim contrapor a atuação da prefeitura. Diante da falta de diálogo junto a essa, maneiras autônomas de manutenção da ocupação vem sendo pensadas, resultando na conformação de um conselho local. O conselho se reúne para a discussão de propostas relativas ao espaço vindas do próprio grupo e também de agentes externos, como por exemplo as obras de "qualificação" propostas pela PBH em 2013. São ainda decididas nesse encontro formas de ação para a permanência dos grupos que ali frequentam, medidas de enfrentamento às ações autoritárias do poder público, como por exemplo, a criminalização do pixo etc. Todos os que ocupam o espaço participam desse conselho.

2012

Diversas ações da prefeitura nas imediações e dentro do bairro fizeram com que o grupo **SALVE SANTA TEREZA** retomasse sua atuação. O grupo hoje luta contra a implantação de um complexo comercial e serviços ao longo da Avenida dos Andradas que além de colocar em risco a Vila Dias desrespeita a ADE de Santa Tereza; e a manutenção da ADE de Santa Tereza, constantemente em risco pelos interesses de adensamento da área. Uma das grandes lutas do ativismo foi contra a construção de uma escola automotiva no local do antigo Mercado Distrital, projeto aprovado sem a devida consulta e participação popular e que acarretaria em um grande impacto ao bairro. Após uma atuação constante, a proposta de instalação da escola foi abandonada. Atualmente o Mercado encontra-se sob gestão da Fundação Municipal de Cultura com a promessa de uma gestão compartilhada entre diversos grupos.

8 DE JULHO - BH EM CICLO ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Defende o direito ao uso da bicicleta como meio de transporte e o desenvolvimento de alternativas de locomoção mais sustentáveis. Sua criação partiu da percepção de um descompasso entre as necessidades daqueles que utilizam a bicicleta como meio de transporte e as políticas e ações do poder público e demais atores que influenciam na produção do espaço urbano. O grupo propõe-se, então, a articular o diálogo entre ciclistas e gestores públicos e ocupar os espaços de participação no planejamento urbano da cidade. Dentre as ações empreendidas pelo movimento estão a proposição, organização e articulação de eventos e intervenções urbanas sobre a temática da bicicleta e da mobilidade, atuação nos canais institucionais de participação como o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana - COMURB - e o grupo de trabalho Pedala BH, monitoração de ações do Poder Público relativas à temática, além de produção de relatórios e pesquisas sobre a infraestrutura cicloviária da cidade e outros dados sobre o uso da bicicleta.

26 DE ABRIL - OKUPA VIADUTO SANTA TEREZA

Conformado por atores que tradicionalmente já ocupavam o Viaduto Santa Tereza - Duelo de MC's, grafiteiros, dançarinos de hiphop e skatistas - propunha a reflexão sobre modos de convivência e ocupação da cidade e luta contra as políticas gentrificatórias e higienistas dos governos municipais e estaduais, principalmente em suas intervenções no baixo centro. Sua primeira ação foi a LavAção do Viaduto em 27 de abril de 2012. O grupo também esteve presente, junto a outros movimentos de Belo Horizonte, na ocupação do Viaduto Santa Tereza em 2014, devido ao seu fechamento pela prefeitura para obras do Circuito de Esportes Radicais.

27 de abril - LavAção -
O ato constituiu-se como um mutirão de limpeza da área do baixio do Viaduto Santa Tereza e escadarias de acesso, articulando Família de Rua, coletivo Fora do Eixo, teatro Espanca!, Espaço Cultural Nelson Bordello, integrantes do BAixo BAhia Futebol Social, população de rua, grafiteiros, além de outros atores que ocupavam tradicionalmente a área. Além de seus impactos concretos, significou ainda para seus autores uma forma de "afirmar as ações de ocupação da cidade"

Agosto - Eliana Silva II - As 250 famílias despejadas do Eliana Silva I ocuparam outro terreno na mesma região, dessa vez com um plano urbanístico onde buscou-se respeitar todas as legislações relativas à ocupação da área - Plano Diretor, Leis Ambientais, Leis de parcelamento etc.

24 de agosto - Reunião do COMAM (Conselho Municipal do Meio Ambiente) sobre o Hotel que seria construído na Rua Musas. Os ativistas questionavam a competência o licenciamento ambiental para o empreendimento.

2012

6 de setembro - É publicado no DOM (Diário Oficial do Município) o interesse da construtora MASB em submeter ao COMAM licença para construção em uma área verde no Bairro Jardim América. A área, entretanto, já era foco de luta local pela sua transformação em um parque público.



17 de setembro - Moradores do Bairro Jardim América criam o Grupo Organizado de Moradores e Usuários do Bairro Jardim América.

DEZEMBRO - VILA POMAR DO CAFEZAL

A ocupação já vinha acontecendo maneira espontânea há aproximadamente uma década. Em dezembro, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Defesa Civil interpõem ação de Tutela Antecipada em desfavor dos moradores da Vila do Cafezal, obrigando os moradores a se organizarem para resistirem no local. Parte das ações do grupo é recuperar uma área degradada pelos próprios moradores da Vila com o despejo de lixo, entulho e esgoto. Essa ideia nasce da percepção de que essa seria uma ação importante no sentido de legitimar a luta e ainda para atrair colaboradores dentro e fora da área. A recuperação da área dá-se pelos cuidados diários por parte dos moradores e pelos mutirões realizados uma vez por mês, momento importante para reforçar a articulação com apoiadores externos. Existe ainda a perspectiva de aproximação ou reaproximação da natureza - para os que vieram do campo - em uma área carente de espaços verdes e de áreas coletivas e o desejo de transformar um espaço subutilizado e problemático em uma área produtiva.



19 de fevereiro de 2013 - Na primeira reunião para discutir a ameaça de supressão dos ficus da Av. Bernardo Monteiro é fundado o **FICA FICUS**. O grupo organizou protestos e atividades culturais na área, aliados ao controle das ações da prefeitura em relação às árvores e à promoção de audiências públicas. Devido à pressão popular, um canal de diálogo entre a prefeitura e o grupo foi aberto para a busca de formas menos drásticas de tratamento da praga. A atuação do grupo refletiu no manejo da prefeitura com os ficus da Av. Bernardo Monteiro e também em diversos outros em Belo Horizonte também atacados pela mesma praga. Com o tempo a pauta do grupo se estendeu às demais árvores e áreas verdes da cidade buscando denunciar o descaso da administração municipal junto a elas e defendendo o aumento de áreas verdes de qualidade em Belo Horizonte. O grupo atua hoje no combate às podas de árvores realizadas pela CEMIG, na defesa por fiações subterrâneas e na denúncia das supressões de árvores pela prefeitura em decorrência de obras públicas. Para monitorar as áreas verdes da cidade o grupo criou um mapa colaborativo onde são georreferenciadas pela sociedade áreas verdes ameaçadas pelas ações da prefeitura.

8 de março - Primeira postagem na plataforma na plataforma ficaficus.crowdmap.com, um mapeamento digital colaborativo de áreas verdes em perigo na cidade

14 de fevereiro - Defesa Civil faz poda radical nos ficus da Av. Bernardo Monteiro devido à praga da mosca branca e fungos que atacavam as árvores. É feita uma chamada via Facebook convocando para uma reunião onde seriam discutidas possíveis ações contra o corte das árvores tombadas.

13 de março - Em reunião pública, a prefeitura anuncia a criação do Corredor Cultural da Praça da Estação. Proposto pela Fundação Municipal de Cultura, o projeto seria implementado com fundos do PAC Cidades Históricas, linha de investimento do governo federal voltado para a preservação de sítios históricos urbanos. Na ocasião de seu lançamento, o projeto, que abarcava a área da Praça da Estação desde a Casa do Conde até o Parque Municipal, foi questionado e criticado por grupos que vinham desde 2007 ocupando a área com atividades, sobretudo, de cunho cultural. Nas palavras de Gustavo Bones, ativista ligado ao Teatro Espancal, o corredor "já existe, já é real!" (Bones, 2013 apud Bruzzi, 2015), levantando, portanto, a necessidade de considerar em uma intervenção na área os atores que constituíram o cenário cultural da Praça da Estação e entorno. Dentre as críticas apontadas pelos grupos ao Corredor estavam a falta de licitação pública para a escolha do escritório de arquitetura que desenvolveria o projeto, processo que Paula Bruzzi (2015) explica com detalhes em sua dissertação; a falta de participação desses atores na concepção do projeto; a retirada do Centro de Referência à População de Rua/Programa Miguilim e sua substituição pelo Centro de Referência da Juventude; a falta de divulgação de informações a respeito da Operação Urbana Consorciada Vale do Arrudas, instrumento pelo qual o projeto se realizaria; o desconhecimento de todas as manifestações existentes no local para o desenvolvimento da proposta apresentada; a necessidade de pensar o circuito para além do desenho urbano, com a realização de editais para a ocupação da área.

16 de março - 1º Picnic Fica Ficus - Ocupa Bernardo Monteiro - O evento buscava dar visibilidade à poda drástica dos ficus pela administração municipal



2013

2013

18 de março -
Encontro reúne grupos de diversos setores para discutir táticas de resistência ao Projeto recém-anunciado pela Prefeitura de Belo Horizonte do Corredor Cultural da Praça da Estação. Dentre as questões levantadas estavam a preocupação com os impactos do projeto, sobretudo no que dizia respeito aos grupos vulneráveis (moradores em situação de rua, pixadores etc.); as Operações Urbanas Consorciadas, instrumento sinalizado pela prefeitura para utilização na intervenção; e a proposta de instituição de uma comissão representativa da sociedade civil para o acompanhamento do projeto.

21 de março -
Segunda Reunião Pública de apresentação do Projeto Corredor Cultural Praça da Estação (na ocasião o nome do projeto já havia sido modificado para "Corredor Cultural Estação das Artes"). Ao fim do encontro, que atraiu centenas de pessoas, nove representantes dos grupos ocupantes do local foram eleitos para compor a comissão de acompanhamento do projeto, junto a um representante da Fundação Municipal de Cultura. Essa comissão faria a mediação entre os interesses desses diversos grupos, a prefeitura e o escritório de arquitetura responsável pelo projeto, sendo gerado desse processo uma proposta a ser novamente publicamente apresentada.

28 de março -
Apresentação Pública do Projeto Preliminar para o Corredor Cultural Estação da Artes -
As palavras de Wellington Cançado sintetizam o sentimento generalizado dos presentes: "o projeto do Corredor Cultural Estação das Artes parece ser mais um projeto de gentrificação do espaço urbano, como realizado em diversas áreas centrais das cidades brasileiras nas últimas décadas, inclusive em Belo Horizonte, sob o pretexto de "revitalização" de áreas supostamente degradadas. Como sabemos, o que se entende por degradado por essas bandas são todas aquelas manifestações populares e espontâneas que escapam aos manuais da "modernidade" e que desafiam cotidianamente a capacidade coercitiva e o ímpeto higienizador das políticas públicas. E por trás desses projetos que pretendem "requalificar" lugares já cheios de vida e elitistas e conservadoras que visam a substituição de práticas e grupos tradicionais por um conjunto homogêneo de atividades e estratégias políticas (Cançado, 2013). O Projeto, embora fruto de algum diálogo com grupos locais - como descreve Paula Bruzzi (2015) foram realizados encontros, embora escassos, entre os delegados destacados e os arquitetos - reproduzia a dinâmica de processos participativos, onde o papel dos cidadãos comuns é trazer demandas e sugestões, enquanto as decisões são tomadas pelos arquitetos e outros técnicos, junto ao poder público."

18 de abril -
Audiência Pública pela preservação da área verde no Bairro Jardim América

15 de abril
É instituída Comissão de Acompanhamento do Corredor Cultural Praça da Estação pela Portaria da Fundação Municipal de Cultura nº 23.

11 de abril -
Audiência Pública sobre a poda dos ficus da Av. Bernardo Monteiro -
Conselho do Patrimônio Cultural aconselha cancelar a autorização para poda das árvores. Outro dos encaminhamentos da audiência é a formação de uma comissão, composta por vereadores, prefeitura e movimentos sociais para discutir o manejo de áreas verdes na cidade.



5 de maio -
O corte de uma leucena no Museu de Arte da Pampulha instiga a ação Natureza Morta. Um picnic no Museu de Arte da Pampulha foi organizado pelo Fica Ficus, como forma de denúncia às ações da prefeitura contra a natureza urbana.

18 de maio -
Previsão da etapa municipal da 5ª Conferência Nacional da Cidades -
Ativistas impedem a realização do evento com a justificativa de que a exigência de um CNPJ pra inscrição dos participantes era excludente, uma vez que grande parte dos ativistas da cidade não possuem existência formal.

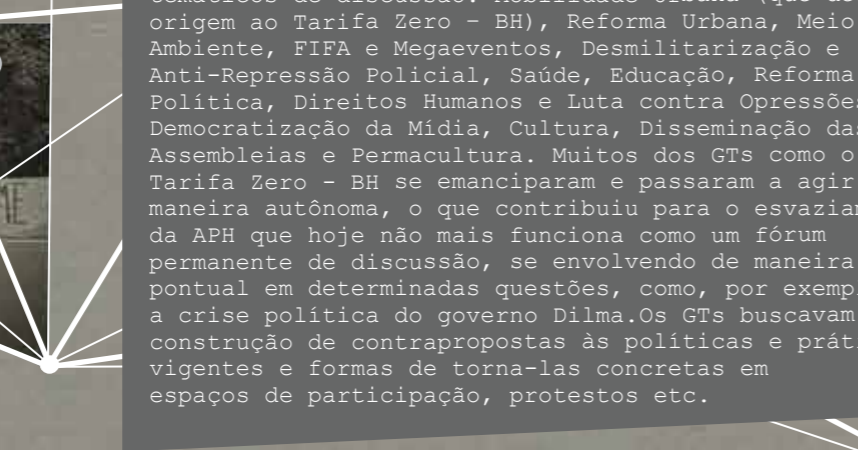
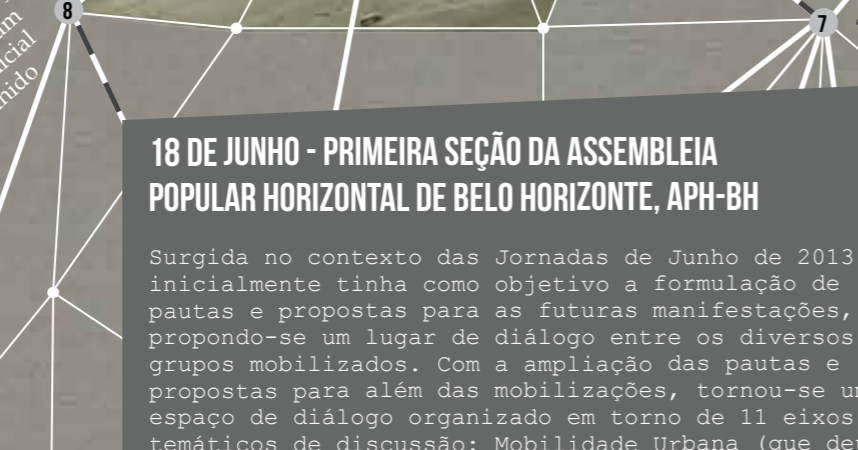
28 de maio -
Nova poda drástica dos ficus da Bernardo Monteiro.

MAIO - OCUPAÇÃO ROSA LEÃO

A primeira das Ocupações na Região da Izidora, na Região Norte. A região tem sido alvo de disputa desde então em razão de uma Operação Urbana Consorciada prevista para a área. Entretanto uma série de irregularidades são observadas na Operação Urbana, além da posse do terreno, que até hoje não foi comprovada, tais como o mal uso das contrapartidas e o descumprimento de exigências da Lei de parcelamento nacional e municipal.

JUNHO DE 2013

A compreensão do significado dos protestos de Junho de 2013 encontra-se ainda em construção. O que parece ser consenso entre os diversos autores que já discutiram sobre o tema é a diversidade de atores que foram às ruas e as mais diversas pautas - das mais conservadoras às mais radicais - que emergem nessas mobilizações em todos os campos de reivindicação. Outra questão amplamente discutida entre diversos autores são as articulações que se tornaram possíveis após Junho de 2013, colocando em diálogo novos e velhos ativistas de inúmeras correntes e dando origem a novos grupos em torno de questões como a mobilidade urbana - esquecida desde 2005 em Belo Horizonte após um breve período de mobilização - a apropriação do espaço público, a questão ambiental etc.



1 2013

1A

1C

2

1B

10 de junho
COPAC convoca reunião ampliada de movimentos sociais em Belo Horizonte. A pauta do encontro de cerca de 60 pessoas era a discussão de ações de repúdio à Copa das Confederações.

16 de junho - Em uma nova reunião da COPAC e proposta a criação de uma assembleia popular horizontal para debater pautas e caminhos a serem seguidos pela diversidade de atores articulados nos atos.

17 de junho - Segundo Grande Ato - Avanço COPAC - Uma das maiores manifestações na história da cidade até então, atraiu cerca de 30 mil pessoas. O trajeto previsto iniciava-se na Praça 7 e terminava no Estádio Mineirão, local onde ocorria a partida entre Taiti e Nigéria pela Copa das Confederações, impedindo os manifestantes de serem impedidos pela repressão policial pela Fifa como área de restrição.

18 DE JUNHO - PRIMEIRA SEÇÃO DA ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL DE BELO HORIZONTE, APH-BH

Surgida no contexto das Jornadas de Junho de 2013 inicialmente tinha como objetivo a formulação de pautas e propostas para as futuras manifestações, propondo-se um lugar de diálogo entre os diversos grupos mobilizados. Com a ampliação das pautas e propostas para além das mobilizações, tornou-se um espaço de diálogo organizado em torno de 11 eixos temáticos de discussão: Mobilidade Urbana (que deu origem ao Tarifa Zero - BH), Reforma Urbana, Meio Ambiente, FIFA e Megaeventos, Desmilitarização e Anti-Repressão Policial, Saúde, Educação, Reforma Política, Direitos Humanos e Luta contra Opressões, Democratização da Mídia, Cultura, Disseminação das Assembleias e Permacultura. Muitos dos GTs como o Tarifa Zero - BH se emanciparam e passaram a agir de maneira autônoma, o que contribuiu para o esvaziamento da APH que hoje não mais funciona como um fórum permanente de discussão, se envolvendo de maneira pontual em determinadas questões, como, por exemplo a crise política do governo Dilma. Os GTs buscavam a construção de contrapropostas às políticas e práticas vigentes e formas de torna-las concretas em espaços de participação, protestos etc.

9

3

13 de junho - Protestos contra o aumento da tarifa foram convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) em várias cidades do Brasil. No dia 13 de junho a grande repressão policial ao protesto em São Paulo repercutiu em todo o país. Cerca de 22 mil manifestantes foram cercados e atacados com bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha, além das detenções arbitrárias de diversos manifestantes.

13 de junho - O Tribunal de Justiça de Minas Gerais decretou, a pedido do governador, a suspensão de quaisquer manifestações públicas no território estadual.

4

15 de junho - Picnic Junino Fica ficus

5

15 de junho - Primeiro Grande Ato - Comitê dos Atingidos da Copa (COPAC-BH) faz chamado para a COPELADA, evento que unia uma partida de futebol à assembleia sobre os impactos da Copa 2014 no Brasil, para o dia 15 de junho. A grande adesão de pessoas (cerca de 8 mil pessoas), reflexo da violenta repressão ao protesto de São Paulo, transformaram o evento em uma marcha que se dirigiu à Praça da Liberdade, Praça 7, finalizando na Praça da Estação, local onde estavam sendo transmitidos os jogos da Copa das Confederações.

6

1F

1D

1E

JUNHO DE 2013

A compreensão do significado dos protestos de Junho de 2013 encontra-se ainda em construção. O que parece ser consenso entre os diversos autores que já disseram sobre o tema é a diversidade de atores que foram às ruas e as mais diversas pautas - das mais conservadoras às mais radicais - que emergem nessas mobilizações em todos os campos de reivindicação. Outra questão amplamente discutida entre diversos autores são as articulações que se tornaram possíveis após Junho de 2013, colocando em diálogo novos e velhos ativistas de inúmeras correntes e dando origem a novos grupos em torno de questões como a mobilidade urbana - esquecida desde 2005 em Belo Horizonte após um breve período de mobilização - a apropriação do espaço público, a questão ambiental etc.

20 de junho - Terceiro Grande Ato. Protestos extrapolam organizações de esquerda iniciando-se ataques a manifestantes ligados a partidos durante a manifestação.

2013

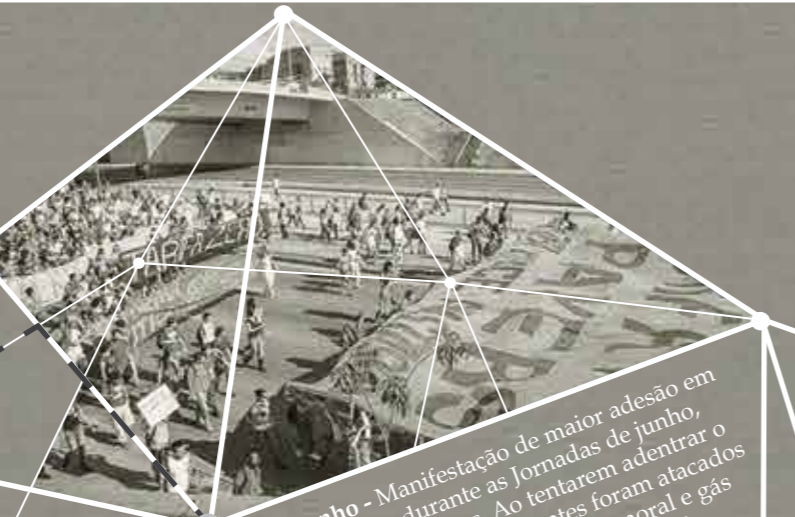
22 de Junho - Manifestação de maior adesão em Belo Horizonte durante as Jornadas de junho, reuniu 125 mil pessoas. Ao tentarem adentrar o perímetro da Fifa, manifestantes foram atacados pela polícia com bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Um dos manifestantes, Luiz Felipe Aniceto de Almeida de 22 anos, caiu do Viaduto José Alencar, falecendo no dia 11 de julho de 2013.

23 DE JUNHO - TARIFA ZERO BH

É proposta a divisão da APH-BH em grupos de trabalho, sendo o grupo de mobilidade urbana aquele que mais tarde daria origem ao Tarifa Zero BH. O grupo tem como principal pauta a mudança da forma de financiamento do transporte público, por considerá-lo um direito social. Ao ser entendido como tal, seu financiamento passa a ser, portanto, de responsabilidade de toda a sociedade, assim como os demais serviços públicos - água, esgoto etc. - e não de seus usuários no momento do uso. São ainda pautas importantes para o grupo a abertura das contas das empresas de ônibus, a melhoria do transporte público e a gestão popular do transporte. Para a concretização da proposta, estão sendo recolhidas assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular. A coleta de assinaturas serve ainda para promover o diálogo e incentivar a discussão à respeito da proposta e do transporte público com a população em geral. O grupo promove, ainda, eventos como aulas públicas, manifestações, ocupações de espaços públicos - um dos eventos A Ocupação teve o Tarifa Zero como tema - as busonas - ônibus para a circulação gratuita em determinadas ocasiões - e possui membros em conselhos e comissões com o tema da mobilidade, além de se engajar em outros canais de participação como a Conferência Municipal de Políticas Urbanas.

26 de junho - Câmara Municipal aprova em primeiro turno a PL no 417/2013 de isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para as empresas de ônibus como justificativa para a redução da tarifa em R\$0,10. Simultaneamente ocorre mais um protesto contra Copa. Com o mesmo trajeto anterior (Praça 7-Mineirão), a manifestação que atraiu cerca de 80 mil pessoas foi violentamente reprimida pela polícia ao tentar adentrar o perímetro da Fifa, mesmo após dispersão do protesto, manifestantes foram detidos em diversas partes da cidade. Diversas concessionárias ao longo do caminho da marcha foram depredadas. Mais um manifestante, Douglas Henrique Oliveira de 21 anos cai do viaduto, vindo a óbito no dia seguinte.

28 de junho - Prefeitura publica no Diário Oficial do Município (DOM) a desapropriação de uma área de aproximadamente 14 mil metros quadrados no bairro Lagoinha para a construção do centro administrativo municipal. Moradores e associações de bairro vizinhos a área se articulam, então, em um movimento de resistência contra a ida desse equipamento para a região ao qual denominaram **BRASILINHA DO LACERDA, NÃO!**



29 de junho - APH-BH marca protesto durante a sessão extraordinária da Câmara Municipal para a votação do PL no 417/2013 reivindicando a incorporação das emendas apresentadas (incorporação da isenção federal à redução da tarifa e abertura da planilha de custos do sistema de ônibus). Entretanto, a Guarda Municipal limita a entrada de manifestantes à seção e o PL é aprovado sem as incorporações propostas. A Câmara Municipal é, então, ocupada.

3 de julho - É realizada uma reunião com o prefeito Márcio Lacerda e delegados da ocupação da Câmara, onde são colocadas as reivindicações para a desocupação da Câmara. André Veloso (2015) descreve o processo de escolha dos delegados, em fatos importantes emergem. Após todos os candidatos defenderem seus motivos para estarem presentes na reunião, sua participação era aprovada ou negada pela plenária. A princípio não havia um número máximo de delegados. É representativo que somente ativistas ligados a grupos que na leitura dos demais tinham uma atitude oportunista em relação à ocupação - Movimento Estudantil Popular Revolucionários (MEPR), União da Juventude Socialista (UJS) e DCE-UFMG (que na época tinha uma gestão em sua maioria do Partido dos Trabalhadores - PT) - foram rechaçados para presenciar a reunião. É representativo ainda que durante o processo houve o pleito de paridade de gênero na escolha dos delegados, o que foi rechaçado pela plenária, demonstrando que, à época, o feminismo não era ainda uma pauta central, tal como é possível perceber atualmente. Essa foi a primeira vez desde a posse do primeiro mandato de Márcio Lacerda em 2009 que movimentos sociais foram recebidos pela prefeitura tendo a negociação como pauta. Diferentes temáticas foram abarcadas nas exigências apresentadas, refletindo a diversidade da ocupação:

1. Revogação da portaria da BHTRANS de 26 de dezembro de 2012 que instituiu o aumento da tarifa de ônibus de R\$2,65 para R\$2,80;
2. Incorporação imediata na redução do preço da tarifa da desoneração da folha de pagamentos (vigente desde janeiro de 2013) e do PIS COFINS (vigente desde maio de 2013);
3. Divulgação pública dos dados contábeis necessários para a realização de uma auditoria cidadã das empresas de ônibus, com publicação dos produtos parciais previstos com a Ernest Young;
4. Implementação do Passe Livre para todos os estudantes e desempregados;
5. Agendamento de uma reunião com as ocupações urbanas e o Conselho de Habitação;
6. Agenda de reuniões com demais eixos temáticos da Assembleia Popular Horizontal.

É marcante a transmissão da reunião via streaming, o que permitiu que ela fosse acompanhada em tempo real por uma infinidade de pessoas para além dos delegados destacados. Abre-se aí a possibilidade de aportes dessas outras pessoas por meio de chats, sms, aplicativos de mensagens instantâneas etc., permitindo, de certa maneira, a expansão do coletivo ali reunido. Não satisfeitos com a reunião, entretanto, os manifestantes decidem manter a ocupação.

2 de julho - Lançada campanha #OcupaCâmaraBH de apoio aos ocupantes da Câmara Municipal

29 DE JUNHO - 7 DE JULHO DE 2013 OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BH

Devido às manifestações contra o aumento da tarifa, prefeitura anuncia a redução da tarifa em R\$0,10. Tal redução resultaria da isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), proposta pelo PL no 417/2013 aliada ao cancelamento da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional (CGO) via decreto municipal. Entretanto duas outras isenções já haviam sido concedidas em nível federal (isenção de PIS/COFIS e de imposto sobre folha de pagamento) que não foram incorporadas à redução da tarifa (elas poderiam representar uma redução de, pelo menos, mais R\$0,10). A aprovação da PL no 417/2013 no dia 29 de junho de 2013 motivam a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, iniciando um processo que duraria 8 dias. André Veloso (2015) aponta a representatividade da Ocupação da Câmara Municipal no contexto dos novos movimentos sociais pela dinâmica auto-organizativa da ocupação e sua capacidade de atração de apoiadores - cerca de 500 pessoas -, que contribuíram na organização do local e com mantimentos e doações.

5 de julho - 7º Grande Ato - Atraiu pouco mais de 200 pessoas. Para André Veloso (2015) foi um representativo do fim das movimentações de junho, trazendo aos ativistas, aos antigos e aos recém surgidos dos protestos, a necessidade de pensar estratégias de mobilização e expansão das lutas. Questão ainda hoje central para os ativistas: Como alcançar e mobilizar a sociedade de maneira mais ampla, uma vez que grande parte dela é, em geral, também subjugada pelas dominações contra qual os ativistas lutam?

7 de julho - Um cortejo saiu da Câmara Municipal marcando o fim de sua ocupação em direção ao Viaduto Santa Tereza, local onde ocorria o ato/manifestação "A Ocupação"

5 de julho - Prefeitura anuncia a redução da tarifa em R\$0,15, voltando ao preço original de R\$2,65, com a manutenção da taxa CGO e a incorporação da isenção dos impostos federais

6 de julho - É deliberado em votação pela desocupação da Câmara Municipal.

7 DE JULHO A OCUPAÇÃO - O CORREDOR CULTURAL JÁ EXISTE

Parte do grupo que participou da construção do evento fazia parte do Comitê Popular de Arte e Cultura da APH-BH que se articulou ao coletivo Família de Rua e aos alunos da Escola de Arquitetura da UFMG (UNI009, da prof. Natacha Rena) interessados, antes mesmo dos protestos, em promover um grande ato no Viaduto Santa Tereza. Um aspecto interessante em relação ao nome do evento demonstra o uso da linguagem como ferramenta de disputa. Segundo Gabriel Murilo em entrevista concedida à Paula Bruzzi (2015, p.219) nomear como 'ocupação' enquadraria a ação como uma manifestação, deixando de ser necessário, portanto, um alvará para sua realização. Por outro lado, ele considera ainda que a escolha extrapola essa questão prática: para além de uma atividade lúdica (em sua concepção um simples 'evento'), a ação pretendia se constituir enquanto ato de contestação, distinto, entretanto, de formas tradicionais de manifestação contestatória. Paula Bruzzi (2015) sintetiza que a forma de articulação em torno da ação se complementava entre os canais digitais - o Grupo de Discussão (somente para convidados) e a Fanpage, ambos no facebook e as Planilhas compartilhadas no GoogleDocs - reuniões presenciais e o espaço urbano no qual se realizaria o ato, escolhido por votação.

JULHO - OCUPAÇÕES ESPERANÇA E VITÓRIA NA REGIÃO DA IZIDORA

2013

Agosto - Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional - Partes dos novos ativistas recém sugeridos nos protestos de junho se mobilizam para participação da Conferência. Para muitos dos ativistas o primeiro contato real com processos participativos, entretanto o diálogo estabelecido com grupos de mais acúmulo de ação nesses espaços, permitiu que dois delegados da APH-BH fossem eleitos como representantes da sociedade civil na etapa estadual.

Agosto- O COMPUR aprova parecer favorável à instalação de uma escola automotiva no prédio do antigo mercado distrital de Santa Tereza, inativo desde 2007. Para a que a escola se estabelecesse no local, entretanto, era necessário flexibilizar a lei que transformou o bairro em Área de Diretrizes Especiais (ADE)

Julho - Brigadas Populares e MLB travam contato com a recém surgidas Ocupações da Izidora. Tais ocupações, sobretudo Rosa Leão, a mais antiga das três, já eram apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT - pela Associação Arquitetos Sem Fronteiras - ASF-Brasil - por professores e alunos da PUC-Minas e UFMG, por apoiadores ligados ao Conjunto Ubrajara, conjunto vizinho à Ocupação Rosa Leão e com histórico de luta nos anos 1990, além de outros apoiadores não ligados a nenhum grupo...

10 de julho - Brigadas Populares e MLB protocolam um pedido formal de reunião entre o prefeito Márcio Lacerda e representantes das ocupações urbanas. A reunião havia sido prometida por Lacerda no dia 3 de julho no encontro entre ele e os ocupantes da Câmara Municipal.

29 de julho a 31 agosto - Ocupação da PBH - Moradores das Ocupações Camilo Torres, Rosa Leão, Dandara e Guarani Kaiowá ocupam a Prefeitura de Belo Horizonte por trinta horas. A ocupação tinha como pauta estabelecer uma mesa de negociações com o objetivo de promover a regularização fundiária das ocupações, além de provê-las de infraestrutura e serviços, de modo a incluir os moradores dessas áreas à cidade formal. Ela foi um desdobramento da reunião realizada com Márcio Lacerda na ocasião da Ocupação da Câmara Municipal, quando foi pactuada a realização de uma reunião para tratar especificamente das ocupações urbanas, o que não ocorreu. Como acordo para a desocupação, a prefeitura se comprometeu a criar uma comissão formada por representantes das ocupações e dos movimentos apoiadores, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Prefeitura de Belo Horizonte para discutir as especificidades na regularização das áreas. Foi ainda acordada a suspensão das ações judiciais de despejo de autoria do município até o fim dos trabalhos das áreas ocupadas para AEIS-2 (áreas para regularização fundiária) e a articulação junto aos governos estadual e federal para uma ação conjunta relativa à regularização da área. Pouco do acordado se fez.

A rede de movimentos #RESISTEIZIDORA é formada por diversos grupos tais como Brigadas Populares, MLB, Comissão Pastoral da Terra, MLPM, em prol da permanência das cerca de 8 mil famílias da área, segundo informações da rede de apoiadores.



11 de Agosto - A Ocupação #2 Praia da Ocupação - Ainda como um questionamento ao Programa do Corredor Cultural da Praça da Estação, o ato teve como objetivo ampliar a área de atuação. Outras táticas foram adotadas para burlar constrangimentos para o uso do espaço, como, por exemplo, o uso de carrinhos de supermercado para que equipamentos pesados como caixas de som deixassem se configurar mobiliário fixo, não sendo mais necessário seu licenciamento para sua colocação em espaços públicos.



Setembro - Tarifa Zero BH (Na época ainda o GT de mobilidade da APH-BH) elabora Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a implantação de tarifa zero no transporte público por ônibus (Projeto de Lei de Iniciativa Popular Tarifa Zero). O grupo entende que o processo de recolhimento das 95 mil assinaturas necessárias (5% do eleitorado de Belo Horizonte) para que o PL vá a votação na Câmara Municipal é também uma oportunidade de discussão da proposta com a discussão em geral. Segundo André Veloso, foram recolhidas de 15 a 20 mil assinaturas para o projeto, que após um período de campanha intensa, acabou perdendo prioridade para outras ações do grupo.

2013

1 Audiência Pública na Câmara Municipal tratando da desapropriação da área verde no Parque Jardim América para uso coletivo/social

2 21 de setembro - É promovido um aulão sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular Tarifa Zero trazendo representantes do MPL de São Paulo e Lúcio Gregório, responsável pela elaboração da primeira proposta de tarifa zero durante a administração de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo durante os anos 1990. Ao fim do aulão uma ação e puxada por parte dos ativistas que realizam um transporte público sem pagar a passagem como forma de protesto para se dirigirem à Câmara Municipal e lá colaram os cartazes da campanha.

3 22 de Setembro - A Ocupação #3 + Lançamento Campanha Tarifa Zero - O Dia Mundial sem Carros foi escolhido para o lançamento de campanha de recolhimento de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular Tarifa Zero. A Ocupação reuniu cerca de 5 mil pessoas ao longo do dia com mais de 20 bandas e outras atrações, todas organizadas da mesma maneira que os demais atos "A Ocupação".

4 Outubro - PBH anuncia a maior Operação Urbana Consorciada de Belo Horizonte, o projeto abrangendo como Nova Andradinhas, Tereza Cristina e Via Expressa impactando 58 bairros da cidade. O projeto havia sido desenvolvido por técnicos da prefeitura e consultorias sem participação popular, o que é exigido por lei pelo Estatuto das Cidades.

5 25 de outubro - Dia Nacional da Luta pelo Passe Livre - Ato pela Tarifa Zero e contra os abusos das empresas de ônibus (fim da apropriação pelas empresas dos recursos de publicidade nos ônibus, aumento de oferta de ônibus nos finais de semanas e bairros distantes e integração metropolitana das tarifas) atraiu cerca de 300 pessoas.

6 20 de outubro - A Ocupação #4 - Santê Memória Viva - Risco de implantação da Operação Urbana Consorciada Nova BH ao longo do Vale do Arruadas foi o que impulsionou a realização do ato no Bairro Santa Tereza, uma das áreas mais impactadas pela intervenção, sobretudo a Vila Dias. Era uma tentativa de contato dos atores locais com outros atores buscando fortalecer a luta de um grupo com pouco articulado com os ativismos da cidade.

7 18 de outubro - Durante a Audiência Pública do Plano Plurianual de Ação Governamental do período 2014-2017 o Tarifa Zero - BH apresenta Proposta de Emenda Orçamentária para implantação de Tarifa Zero aos domingos e feriados, tendo seus horários equivalentes aos do transporte atrelado aos dias produtivos. A proposta foi rejeitada sob alegação de "inconsistências técnicas".

8 5 de outubro - 1º Abraço na Chácara - Ato simbólico na área verde em perigo no Bairro Jardim América atraiu cerca de 800 pessoas

9 MPMG faz audiência pública solicitando maior transparência no processo de licenciamento de empreendimento na área verde do Bairro Jardim América



26 DE OUTUBRO - ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA

Um grupo de pessoas ligadas a diversos ativismos em Belo Horizonte e a grupos culturais ocupam um casarão pertencente ao governo estadual e há 19 anos desocupado. O grupo tinha como objetivo proteger e recuperar o edifício tombado e fazê-lo cumprir sua função social ao abrigar um espaço de formação artística auto-gestionado. Para o grupo, a experiência representa a vontade da sociedade civil em protagonizar os processos de transformação pelos quais a cidade vem passando de maneira coletiva e colaborativa. Amplamente apoiado pela comunidade da cidade e vizinha ao prédio, o espaço foi reconhecido pelo Estado, que cedeu o imóvel à sociedade civil pelo período de 20 anos. Após esse processo, a recuperação do prédio vem sendo empreendida de maneira auto-gestionada e colaborativa - a parte de escoramento do prédio, por exemplo, ocorreu graças à uma campanha de financiamento coletivo.

10 Outubro - Representantes das comunidades Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Cafezal, Helena Greco e Rosa Leão ocupam a URBEL. A ocupação deu-se devido ao descumprimento dos compromissos firmados pelo prefeito de Belo Horizonte com os movimentos de moradia na desocupação da PBH

11 Ministério Público Estadual apresenta parecer técnico contra a instalação de escola profissionalizante no antigo prédio do Mercado Distrital de Santa Tereza. O documento, produzido a pedido da Câmara Municipal, afirmava que o empreendimento encontrava-se em desacordo com a legislação local de manutenção das características residenciais do bairro.

12 Novembro - Campanha Pelas tantas estrelas em apoio ao Espaço Comum Luiz Estrela



13 12 de novembro - Moradores do Bairro Santa Tereza entregam abaixo assinado à FIEMG contra a instalação da escola automotiva no prédio do antigo mercado.

2013

Dezembro - Conferência Popular de Política Urbana - A Conferência Municipal de Política Urbana deveria ser realizada em 2013, já que, pela regra, o evento deve ocorrer no primeiro ano do mandato do prefeito. Como a prefeitura não havia convocado a realização do evento, diversos ativismos se uniram para sua realização autônoma, o que é legalmente permitido. O objetivo do encontro era construir uma proposta de revisão do Plano Diretor, a ser encaminhado e aprovado pela Câmara Municipal. A realização de microconferências eram incentivadas pelos ativismos à frente da organização.

12 de dezembro - ATO RESISTE BH!
Ato conjunto entre Tarifa Zero e Brasilinha de Lacerda, não! entre outros ativismos realizado durante o aniversário da cidade na Av. Antônio Carlos. Os ativismos protestavam pela abertura da caixa preta dos transportes e contra a Operação Urbana Consorciada Nova BH e a ida do Centro Administrativo de Belo Horizonte para o bairro Lagoinha.

14 de dezembro - A Ocupação #5 Movimenta Barreiro -
Diversas ações já vinham sendo promovidas pelo coletivo CabeçaAtiva em espaços urbanos nas proximidades do Viaduto do Via Shopping no Barreiro, entretanto eram frequentes os conflitos com a prefeitura e outros atores locais. Surge daí a idéia de promover a ação no local.

28 de dezembro - COMAM
aprova licença prévia para construção de empreendimento na área verde do Bairro Jardim América

FEVEREIRO - OCUPAÇÃO NELSON MANDELA (BARREIRO)

310 famílias organizadas pelo MLB

8 de fevereiro de 2014 - O Viaduto Santa Tereza é ocupado durante oito dias. O espaço havia sido fechado no início do ano pela PBH para obras de recuperação de forma considerada arbitrária pelos grupos que o ocupavam e demais ativismos da cidade. Dessa articulação surge o **MOVIMENTO VIADUTO OCUPADO**, grupo que reivindicava mais transparência na obra e na gestão futura do espaço. Com a pressão promovida pela ocupação o grupo conseguiu constituir uma Comissão de Acompanhamento da Obra, formalizada somente em agosto. Após a desocupação, assembleias periódicas eram realizadas no Viaduto buscando reunir os interessados naquele espaço, de grande significado para muitos grupos, ativismos, movimentos sociais e culturais de Belo Horizonte. Nesses encontros eram pensadas possibilidades de pressão da prefeitura para um processo mais transparente e aberto às sugestões dos usuários do local.

6 de fevereiro - 2º ato "Abaixou o custo, abaixa a tarifa!" - Mobilizou cerca de 300 pessoas. Uma militante do PCR foi detida na concentração.



30 de janeiro - "Lacerda, repasse os 22 milhões do busão para a população"
A manifestação foi convocada após a prefeitura publicar o decreto que cancelava a taxa de custo de gerenciamento operacional (CGO), sem, no entanto, repassar a redução de custos para a tarifa dos ônibus. Era ainda uma pauta da manifestação o acesso aos dados contábeis das empresas de ônibus.

25 de janeiro - Picnic Fica Ficus + Praia - Como reação à nova poda drástica dos ficus da Bernardo Monteiro é realizado um evento no local unido à Praia da Estação

Carnaval - O Tarifa Zero - BH coloca dois ônibus para circular gratuitamente durante o carnaval. As Busonas, como foram nomeadas, serão uma ação repetida diversas vezes pelo grupo como tentativa de estabelecer diálogo com a sociedade em geral.

Março - Tarifa Zero em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida elaboraram estudo a respeito do equilíbrio econômico das empresas de ônibus. E esse estudo que irá embasar o pedido do Ministério Público de Minas Gerais de liminar cancelando o aumento da tarifa para R\$1,85.

Carnaval - Campanha EU APOIO O CASARÃO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA

MARÇO - OCUPAÇÃO PROF. FABIO ALVES

60 famílias ocuparam terreno localizado no Bairro Belmonte. Embora espontânea, a ocupação localizada próxima ao bairro Belmonte em Belo Horizonte recebe apoio dos movimentos ligados às demais ocupações.



2014

16 de março -
É realizada uma sessão da Assembleia Popular Horizontal com a tentativa de unificar lutas da cidade em uma pauta única: o Direito à Cidade. A proposta do encontro, aberto a qualquer ativismo interessado, era trazer temáticas como mobilidade urbana, moradia, democratização dos espaços públicos e reformas urbanas em bairros, pela articulação de grupos já mobilizados: Tarifa Zero, ocupações urbanas, Viaduto Ocupado e associações dos bairros atingidos. Fica deliberado no encontro a construção de um ato conjunto pelo Direito à Cidade.

30 de março -
Segunda Sessão da Assembleia Popular Horizontal de construção do ato unificado pelo Direito à Cidade.

3 de abril -
1o Ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" reuniu cerca de 400 pessoas

4 de abril - Justiça acata o pedido de liminar do Ministério Público Estadual e suspende o aumento tarifário, entretanto o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (SETRA-BH) alega não ter sido notificado pela justiça, mantendo ilegalmente o aumento.

Empresas de ônibus descumpram liminar que suspende aumento e n BH

7 de abril - 2o Ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" - a manifestação, que reuniu cerca de 700 pessoas partiu do centro em direção ao SETRA-BH.

28 de abril -
3o Ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" contra o aumento das passagens de ônibus intermunicipais atrai cerca de 40 pessoas

27 de abril -
Segunda reunião para construção do Ato Unificado pelo Direito à Cidade

21 de abril -
Reunião para construção do Ato Unificado pelo Direito à Cidade

13 de abril -
Terceira Sessão da Assembleia Popular Horizontal de construção do ato unificado pelo Direito à Cidade

5 de maio -
Terceira reunião para construção do Ato Unificado pelo Direito à Cidade

15 de maio - 15M - Ato Unificado Direito à Cidade + 4o Ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar"
O ato atraiu cerca de 2 mil pessoas, segundo grupos, 600 segundo a polícia militar, como resultado do chamado global para o 15M, a articulação local pelo Direito à Cidade e as lutas contra o aumento recente das tarifas de ônibus. Foi articulado por grupos como o Sindicato dos Servidores Estaduais e Municipais, Tarifa Zero-BH, COPAC, Família de Rua, Viaduto Ocupado, Espaço Comum Luiz Estrela, grupos anarquistas, Professores e servidores da rede municipal de Belo Horizonte e Contagem, Trabalhadores da educação da rede estadual e Ocupação William Rosa.

9 de maio -
Judiciário revoga liminar que barrava o aumento da tarifa dos ônibus

18 de maio - Busona realiza "Circuito das ocupações" ligando ocupações urbanas de Belo Horizonte. O objetivo era promover o encontro entre os moradores dessas áreas (principalmente as lideranças), que apesar de empreenderem lutas bastante parecidas, tinham pouco contato entre si.

Busona sem tarifa vai voltar
Ajude-nos a debater a mobilidade e o transporte com as ocupações urbanas, vamos recolher dinheiro e vender mais uma busona tarifa zero construída pela população nas ruas!



5o Ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" - Tentativa de impacto na região centro-sul da cidade fez com que grupo mudasse o local do protesto, que tradicionalmente ocorre no hipercentro de Belo Horizonte.

6 de junho - Manifesta Junina - Entendendo que a festa era capaz de agregar mais pessoas - a exemplo das Praias da Estação, dos Blocos de Carnaval etc. - foi organizado pelo Tarifa Zero - BH uma festa junina na Av. Nossa Senhora do Carmo, que ficou fechada por 8h. O ato teve ainda a presença dos barraqueiros do Mineirão que após a reforma do estádio foram impedidos de voltar a trabalhar no local. Entretanto, apesar da repercussão do ato, nenhum avanço em relação ao reajuste tarifário ocorreu.

22 de maio -
Audiência Pública do Viaduto Santa Tereza - Realizada com o objetivo de pedir esclarecimentos em relação às obras no Viaduto à PBH e demais responsáveis



12 de junho - Copa sem povo, tô na rua de novo!! - Protesto durante a abertura da Copa do Mundo Fifa de Futebol 2014. O confronto teve início quando manifestantes se aproximaram ao relógio da Copa localizado na Praça da Liberdade. A polícia fez uso de bombas de gás e balas de borracha, revidadas por parte dos manifestantes com pedras e depredações. Quinze pessoas foram detidas, sendo ainda denunciadas ações arbitrárias da Polícia Militar como o relato de Jhonathan Oliveira.

14 de junho - Copa sem povo, tô na rua de novo!! - Protestos contra a Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 - Tentativa de repetir protestos do ano anterior. Apesar da baixa adesão houve repressão da polícia aos manifestantes com cercamentos, revistas e intimidações. O protesto, que ocorreu na Praça 7, foi cercado pela polícia militar por 5 horas.

17 de junho - 17J - Copa sem povo, tô na rua de novo!! - O protesto ocorreu na Praça da Savassi. Além de reflexo à repressão contra o ato de 14 de junho, manifestava-se contra as remoções forçadas, a criminalização dos protestos e dos movimentos sociais, pelo transporte gratuito e de qualidade, pela desmilitarização da polícia, em apoio aos funcionários da rede pública de educação de Belo Horizonte, pelos barraqueiros do Mineirão e feirantes da população de rua, pelos operários mortos e acidentados durante obras públicas, por políticas eficazes contra a exploração sexual e o tráfico de pessoas, sobretudo durante os megaeventos, por uma auditora popular das dívidas públicas e privatizações no contexto da Copa do Mundo, pela revogação da Lei Geral da Copa e pela democratização dos meios de comunicação.

22 de junho - A Ocupação #7 Futebol é do Povo - Realizada na Praça do Estação durante a Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, período em que as forças policiais encontravam-se preparadas para a repressão de movimentos coletivos de reivindicação ou protesto. Foi acompanhado de perto pelos policiais, não sofreu repressão direta. Na leitura dos entrevistados por Paula Bruzzi (2015), de que as ações culturais não sofreram repressão de caráter contestatório. Se apropriando de uma noção corrente quaisquer manifestações foi, para eles, uma maneira de driblar tal repressão. Quanto políticas podem ser as ações culturais, entretanto, é um assunto bastante controverso entre os ativistas que percebem, de um lado, a potencialidade de outras formas de manifestação, de outro, a facilidade de apropriação dessas ações pela mídia, o Estado, a iniciativa privada etc., facilmente separadas de seu caráter contestatório.

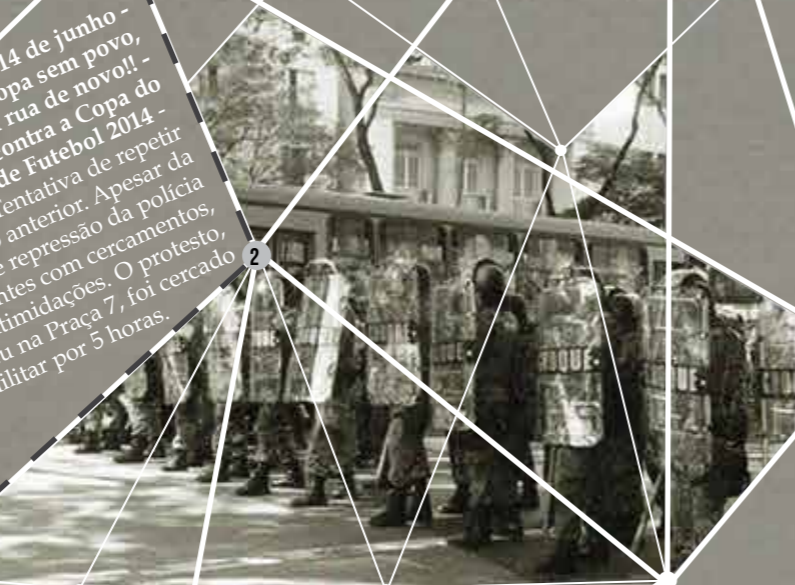
23 de junho - Justiça expedir liminar determinando que a Polícia Militar de Minas Gerais não deve impedir a realização de manifestações contra a Copa do Mundo em Belo Horizonte. A ação foi movida por advogados populares em decorrência ao cerco dos manifestantes durante o ato do dia 14.06.

26 de junho - Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspende a liminar que limitava ação da Polícia Militar quanto o impedimento de manifestações populares durante a Copa do Mundo (TJMG suspende liminar que proibia cerco da PM a manifestantes em BH)

28 de junho - 28J - Copa sem povo, tô na rua de novo!! - Protesto na Praça 7 com mesmas pautas dos anteriores. Mais uma vez a PM utilizou a tática de envelopamento dos manifestantes, impedindo que o protesto deixasse a Praça 7

JULHO 2014 - OCUPAÇÃO TERRA NOSSA

100 famílias organizadas pelo Movimento Popular de Luta por Moradia e Direitos Constitucionais e MTL ocupam terreno no Taquaril



2014

Julho - IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte - Diversos dos ativismos se mobilizaram para a apresentação de propostas que comporiam o projeto de lei de modificação de profundas no zoneamento municipal (como a adoção de coeficiente único para toda a cidade e mudanças no cálculo de áreas de garagem) o SINDUSCON se retira do processo alegando "falta de condições mínimas de exercício de cidadania e transparência na forma como está sendo conduzida a referida Conferência." (SINDUSCON, 2014) Dentre as propostas dos ativismos aprovadas na plenária final estão o reconhecimento de ocupações históricas zoneando tais áreas como AEIS-2 (áreas de Interesse Social destinadas à regularização fundiária), a mudança de zoneamento de interesse social; a mudança nos parâmetros construtivos retirando o incentivo a garagens; a mudança ocupação da cidade que priorize a infraestrutura já instalada e evite o espoliamento; a criação do fundo de financiamento ao transporte público; a criação de faixas exclusivas de ônibus nas principais vias da cidade. O projeto de lei foi encaminhado para a Câmara Municipal e até hoje espera aprovação.

3 de julho - Queda do Viaduto Guararapes - O viaduto rompeu-se na Av. Pedro I, duas pessoas morreram e outras 23 foram feridas. 19 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, entre elas engenheiros da empresa Cowan, empreiteira responsável pela execução da obra; Consol, empresa da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), órgão municipal responsável pela fiscalização das obras. Como firmado em acordo entre as empresas e o Ministério Público de Minas Gerais, todo o valor recebido para a construção do Viaduto (cerca de 13 bi) seria devolvido à prefeitura.

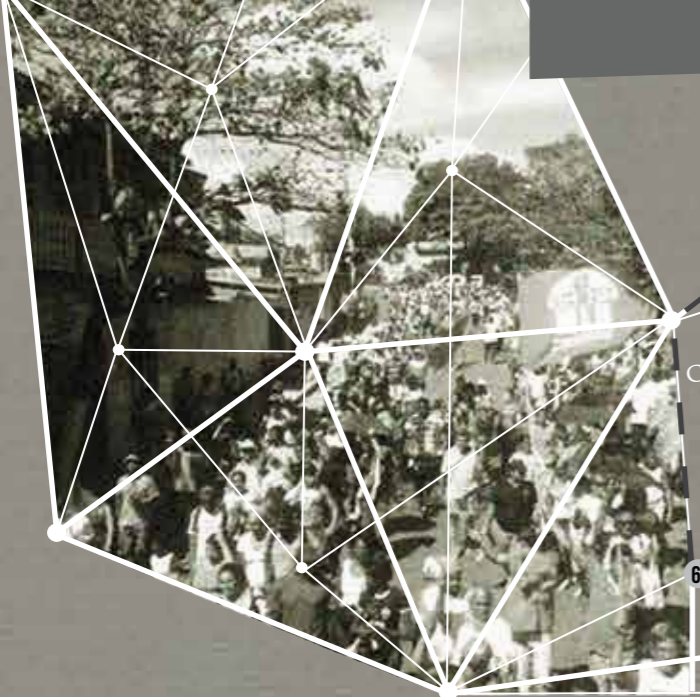
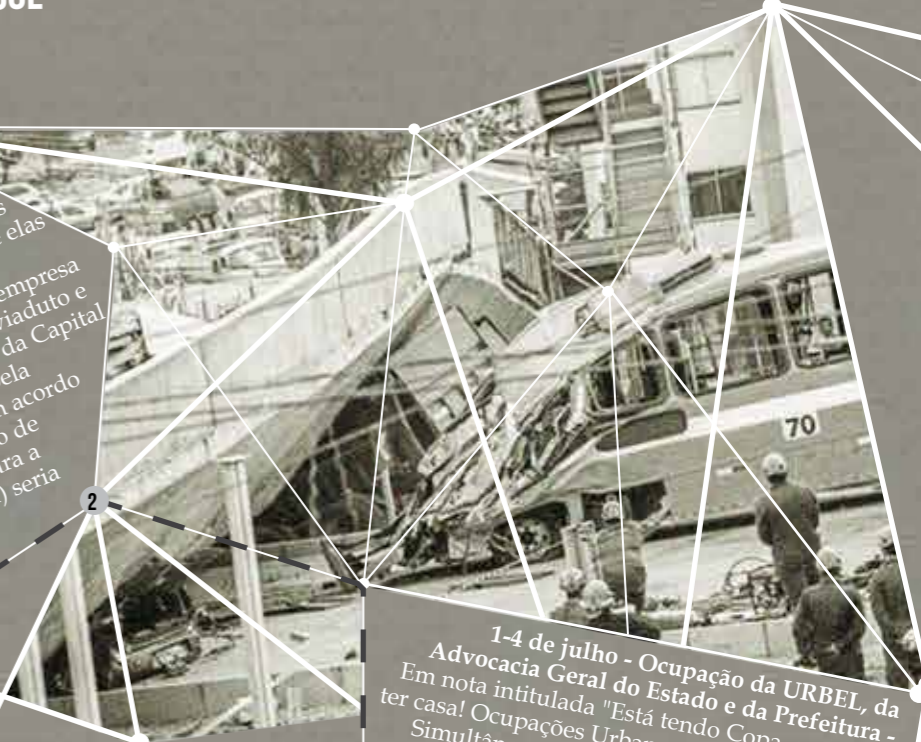
1-4 de julho - Ocupação da URBEL, da Advocacia Geral do Estado e da Prefeitura - "Está tendo Copa, agora vai ter casa! Ocupações Urbanas realizam Ocupação Simultânea na porta da PBH, da URBEL e do prédio da AGE" os ocupantes, moradores das ocupações Dandara, Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória, Zilah Spósito, Cafezal, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Jardim Getsêmani (Belo Horizonte), Guarani Kaiowá (Contagem) e Tomás Balduino (Ribeirão das Neves) criticam o alto grau de investimento para a Copa de 2014 em detrimento ao investimento em infra-estrutura e serviços básicos. A pauta era a mesma da ocupação da Prefeitura no ano anterior: a regularização fundiária das ocupações e seu provimento com infra-estrutura e serviços básicos, além da garantia de despejo zero por parte dos governos municipal e estadual.

MPL-BH
Integrantes anarquistas e autonomistas do Tarifa Zero - BH resolvem separar-se do grupo, fundando o MPL-BH. Na visão do grupo era necessária uma luta pelo transporte público explicitamente "anticapitalista e apartidária" (MPL-BH, 2014). Tem como pauta a desmercantilização do sistema de transporte público e seu controle por uma gestão popular descentralizada e organizada em instâncias regionais e horizontais. O coletivo possui a estratégia de apoio e a articulação a lutas pela melhoria do transporte locais, dando origem a núcleos de atuação na regional do Barreiro, em Ribeirão das Neves e em Santa Luzia.

11 de julho - Pedalada "Não foi um acidente" - Tarifa Zero-BH e BH em Ciclo organizam pedalada em protesto à queda do Viaduto dos Guararapes. O nome do ato foi uma resposta à declaração do prefeito Márcio Lacerda sobre o ocorrido. Ao dar explicações sobre o ocorrido ele afirmou: "acidentes acontecem".

24 de julho - Reunião de negociação entre Ocupações, Governo estadual, Ministério das Cidades, Secretaria Geral da Presidência da República, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Brigadas Populares, MLB, Comissão Pastoral da Terra. Junto à reunião foi realizada uma Marcha das Ocupações da Izidora até a Cidade Administrativa, bloqueando a MG-010. A manifestação foi violentamente reprimida.

30 de julho - Ato Nacional: Liberdade aos Presos Políticos das Manifestações - Ato contra o estado de exceção instaurado no país por meio de novas leis para a realização no país do Mundo e Olimpíadas. Os manifestantes mobilizaram-se contra inúmeras prisões arbitrárias em todo o país, como os 21 presos no Rio de Janeiro às vésperas da final da Copa do Mundo da Fifa.



6 agosto - anúncio despejo Izidora (sem alternativas e sem informar data)

2014

Agosto - É lançada a campanha Virtual #ResisteIzidoro

Agosto - A Comissão de Acompanhamento das Obras do Viaduto Santa Tereza acordada no contexto de sua desocupação é finalmente formalizada. O processo, entretanto, é considerado pelos ativistas do Movimento Viaduto Ocupado como desgastante e pouco efetivo, sendo desconsideradas as demandas de acesso ao projeto e modificações colocadas insistentemente pelos representantes da sociedade civil

10 de agosto - A Ocupação #8 - Resiste Izidoro - Após o anúncio de despejo das Ocupações da Izidora que poderia ocorrer a qualquer momento, um grupo se articula para realizar no local mais um ato "A Ocupação" buscando dar visibilidade às ocupações no momento de perigo.

14 de agosto - Rede #ResisteIzidora - Brigadas Populares, CPT, MLB e lideranças das Ocupações da Izidora convocam reunião de apoiadores às ocupações. Surge então a rede de apoio #ResisteIzidora, reunindo, além dos grupos já mencionados, militantes do PSOL e do PSTU, professores e alunos universitários, artistas e pessoas vinculadas a grupos culturais.

Outubro - Após denúncias por parte de ativistas da cidade das irregularidades da Operação Urbana Nova BH, um acordo é firmado entre o Ministério Público Estadual e a Prefeitura, obrigando nova submissão do projeto da Operação Urbana para consulta pública, garantir a participação por meio de oficinas de consulta pública.

Outubro - MAM-BH elabora um documento de diretrizes a serem apresentadas para os candidatos aos cargos de presidência da República, governo estadual, senador etc.. O objetivo era que os candidatos fizessem o compromisso de adotar um documento composto de 34 premissas abordando diversos temas como saúde, educação, gestão de resíduos e mobilidade urbana

1 de Novembro - Busona realiza trajeto sugerido pelos usuários no Facebook: centro de Belo Horizonte - Fórum de Contagem - Savassi

Novembro - Durante a revisão do Plano Plurianual de Ação governamental Tarifa Zero apresenta três propostas de emendas orçamentárias, duas delas rejeitadas por "inconsistências técnicas" e a outra sem justificativa

22 de setembro - Dia Mundial sem Carro - Busona realizando o trajeto Centro-Barreiro. Tentativa de ampliar o diálogo sobre o transporte público com as pessoas que se dispuseram a subir no ônibus. André Veloso (2015) considera essa possibilidade de diálogo uma importante experiência para os próprios ativistas envolvidos na ação.

12 de setembro - Frente feminista do Tarifa Zero-BH promove oficina de Enfrentamento ao Machismo em Espaços Políticos

18 de dezembro - 1o Ato Contra o Aumento da Tarifa - Aproveitando o movimento de compras para o natal cerca de 80 pessoas realizam panfletagem contra o aumento da tarifa.

27 de dezembro - Tarifa dos ônibus é reajustada em 9%

29 de dezembro - Ato contra o aumento da Tarifa

2015

Prefeitura retoma o projeto da Operação Urbana Consorciada no Vale do Arrudas (OUC Nova BH) com novo nome: a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste

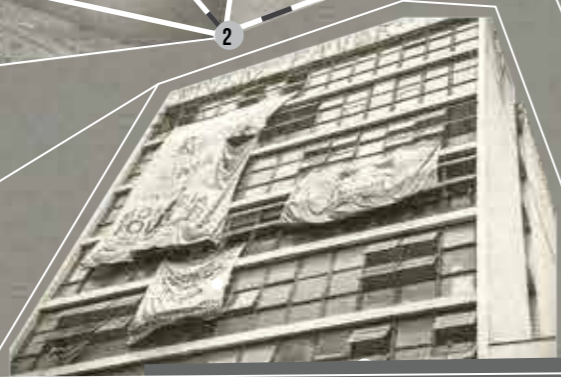
9 de janeiro - 1o Ato contra a Tarifa - Maior ato de 2013, atraiu 800 pessoas



16 de janeiro - 2o Ato contra a Tarifa - Como uma tentativa de mudança na estratégia, o ato dirigiu-se ao SETRA-BH, buscando dar visibilidade à responsabilidade dos empresários nos sucessivos aumentos de tarifa e na má qualidade do transporte público.

28 de janeiro - Ensaio: Bloco Pula Catraca contra o aumento! - Tentativa de aproveitar grande adesão durante os ensaios do bloco, no entanto, segundo André Veloso (2015), a mobilização desse potencial do encontro para uma ação contestatória foi frustrada. Aqueles motivados pela festa, não necessariamente se dispunham a se comprometer à causa em questão.

Carnaval - Busona sem Catracas durante o Carnaval



15 DE ABRIL - OCUPAÇÃO ZEZEU RIBEIRO E NORMA LUCIA

Promovida por tradicionais movimentos de moradia - MNLM, CMP, CONAM e UNIÃO - que há algum tempo haviam abandonado a ação direta em Belo Horizonte. As 100 famílias ocuparam um prédio abandonado do INSS no centro da cidade.

19 de março - Passeata em defesa da Mata do Planalto - Fora Direcional e PBH

21 de março - O prefeito Márcio Lacerda anuncia a desistência da FIEMG em instalar no prédio do antigo Mercado Distrital de Santa Tereza a escola automotiva.

31 de março - É assassinado Manoel Ramos, o Bahia, coordenador da Ocupação Vitória, na Izidora. Segundo postagem das Brigadas Populares, Bahia foi assassinado tentando impedir a venda de lotes na ocupação.

18 de abril - Ocupa Cultural Parque Jardim América - Ação articulada entre a Rede Verde e ativistas em defesa da criação do Parque Jardim América. Na visão dos envolvidos, tal encontro traria mais visibilidade à luta, aumentando seu poder político. Grupos que também se mobilizaram na construção da ação foram o grupo Indisciplinar, o espaço Luiz Coletivo e Sarau das Cachorras.

Abril - Decreto Estadual nº 203 institui Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais formada por representantes do Poder Executivo Estadual e lideranças dos movimentos populares que atuam com conflitos fundiários

MAIO - OCUPAÇÃO PAULO FREIRE

300 famílias ocuparam terreno na região do Barreiro sob organização do MLB



19 de maio - Ocupa Direcional - Ato reuniu ativistas ligados à #Rede Verde à Rede #Resistezidora, em frente à Construtora Direcional, em frente à pauta ambiental, contra o desmatamento da Mata do Planalto para a construção de um condomínio, a lutas das ocupações da Izidora que corriam o risco de remoção para a construção de um empreendimento imobiliário na área. A unificação de ambos os empreendimentos serem promovidos pela Direcional.

19 de junho - Marcha das ocupações da Izidora rumo à Cidade Administrativa após anúncio de reintegração de posse pelo governo estadual, reativando, assim a Rede #Resistezidora

2015

Coletivos de advogados que apoiavam as Ocupações da Izidora conseguem suspensão da ação de despejo por 15 dias. Na mesma semana (STJ) concede liminar que afirma que o governo de Minas e a PM não estariam preparados para realizar o despejo.

21 de junho - Defensoria Pública de Minas Gerais entra com ação cautelar requerendo da BHTrans acesso ao pedido de revisão contratual das empresas de ônibus e aos argumentos para um possível aumento. Pedido, entretanto não obteve resposta da BHTrans.

3 de julho - Marcha das Ocupações da Izidora - Moradores saem em marcha desde as ocupações, localizadas na região norte da cidade até o centro



31 de julho - É publicado no Diário Oficial do Município (DOM) o aumento das tarifas de ônibus. O aumento foi justificado pela PBH tomando como base o relatório da ERNST & YOUNG contratado pela SETRA-BH (Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros)

31 de julho - Juiz responsável pelo caso do aumento da tarifa defere liminar que suspende tarifa por 180 dias

12 de agosto - 1º Ato Contra o Aumento da Tarifa - Ato organizado pelo segundo organizadores (250 segundo a Polícia Militar) contra o aumento da tarifa. O aumento, que havia sido publicado no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 31 de julho, havia sido adiado por determinação judicial. A manifestação foi repreendida com tiros de borracha e bombas de gás lacrimogênio, fazendo com que muitos dos manifestantes se abrigassem em um hotel que teve a entrada bloqueada pela polícia militar. Cerca de 60 pessoas foram detidas e liberadas após acordo entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e a Polícia Civil.

6 de agosto - PBH entra com recurso requerendo suspensão da liminar que impediu o aumento da tarifa por 180 dias

14 de agosto - 2º Ato Contra o Aumento da Tarifa - Também convocado pelo MPL-BH e o Tarifa-Zero, foi questionado, além do aumento da tarifa a violência policial empreendida contra o ato anterior. Mobilizaram-se ainda ativistas ligados às ocupações da Izidora e do MLB. De acordo com a PM, 600 pessoas integraram a manifestação, já ativistas estimaram entre 3 mil e 3,5 mil pessoas.



31 de agosto - Mutirão Parque Jardim América

25 de agosto - 3º Ato Contra o Aumento da Tarifa - O ato ocorreu às 11h na avenida Amazonas, próximo ao CEFET-MG. A escolha do local foi devido a articulação com os estudantes secundaristas.



Setembro - BH em Ciclo lança petição para permitir o uso de bicicletas no Parque Municipal

Ativistas do Parque Jardim América fazem abaixo assinado nº 1356/2014, que institui Lei AIDE (Área de Diretrizes Especiais) de interesse ambiental na área.

1 de setembro - Vereadores vetam realização de Audiência Pública sobre o aumento da tarifa.

2015

1-11 de setembro - Ocupação da Câmara Municipal - Após os vereadores municipais vetarem a realização de audiência pública sobre o aumento da tarifa, ativistas majoritariamente dos grupos MPL-BH, Partido Pirata e Tarifa Zero decidiram permanecer na Câmara Municipal. A ocupação durou 10 dias e tinha como reivindicações:

- O cancelamento da portaria que autorizou o aumento das passagens de ônibus;
- A convocação de audiência pública sobre o aumento das passagens de ônibus;
- A realização de audiência pública que autorizasse a determinação de origem, caso de fato existente, do prejuízo de ônibus e a origem, caso de fato existente, do prejuízo. A nova auditoria deveria ser acompanhada, ao longo de todo o processo, pelo Tribunal de Contas do Estado e por uma comissão popular e aberta para consulta pública. Só então, baseando-se em tal auditoria, deveria ser apontado o valor correto das passagens de ônibus;
- A abertura de uma CPI sobre os processos de autorização de aumentos das passagens de ônibus; e
- O posicionamento e aprovação da Câmara Municipal de Belo Horizonte de moção requerendo do Estado o cancelamento da concessão da empresa de transporte metropolitana cujo funcionário assassinou um jovem na Estação São Benedito.

5 de novembro de 2015 - Rompimento da Barragem de Bento Rodrigues - A ruptura da barragem é considerada o maior desastre ambiental do Brasil. Um distrito inteiro foi destruído além de partes de outros dois, deixando mais de trezentas famílias desabrigadas, dezoito mortes e uma pessoa desaparecida. O impacto espalhou-se também para as cidades ao longo do rio, que tiveram interrupção do abastecimento de água além de fauna e flora prejudicados. O desastre mobilizou vários dos ativismos sobretudo nos espaços digitais.

18 de setembro - STJ mantém suspensão do despejo da Ocupações da Izidora. A decisão baseou-se na complexidade do caso e no impacto social que traria o despejo de cerca de 30 mil pessoas.

23 de setembro - Brigadas Populares, MLB, Ocupações da Izidora e do Barreiro ocupam Ministério da Fazenda. A ação era parte de um ato nacional contra os cortes do orçamento federal nos gastos sociais (mais de R\$26 bilhões), sobretudo do Ministério das Cidades. Dentre os principais cortes estavam o PMCMV, apesar de já lançada a terceira fase do projeto.

6 de outubro - O governador envia em regime de urgência ao plenário da Assembleia Legislativa o PL nº 2.946/2015 que modificava o Sistema Estadual de Meio Ambiente. O projeto, dentro outras coisas facilitava a concessão de licenças ambientais. Ambientalistas, setores acadêmicos e outros ativismos se articulam em uma Frente Ampla Contra o PL2.946/15. No total 117 entidades de todo o Estado de Minas Gerais a compõe.

3 de setembro - Campanha email neles! - Campanha de envio de emails pressionando vereadores da Comissão de Transportes a aprovar a Audiência Pública sobre o aumento das passagens

14 de setembro - Justiça anula o aumento das passagens de ônibus, exigindo perícia das contas das empresas de ônibus utilizadas como argumento para o aumento.

22 de outubro - João Victor presente! - O assassinato do adolescente João Victor de 14 anos e do jovem Bruno na Ocupação Vitória na Izidora repercutiu entre os diversos ativismos.



23 de outubro - Lei Municipal 10.863 é aprovada permitindo o usos de bicicletas em todos os parques da cidade

8 de setembro - Wellington Magalhães, presidente da Câmara Municipal entra com pedido de reintegração de posse

11 de setembro - Manifestantes resolvem desocupar a Câmara Municipal, ao tomarem conhecimento do pedido de reintegração de posse que, segundo os ativistas, ocorreu sem tentativas de diálogo e negociação para a desocupação. Para o grupo as acusações de embasaram o pedido de reintegração eram "em torno da condenação moralista da realização de atividades que culturais e festivas em uma ação política dura como as lutas contra o aumento." (MANIFESTANTES DECIDEM ENCERRAR A OCUPAÇÃO, retirada da fanpage dos ativismos no Facebook). Foi realizado ato a Festa de Despedida da Câmara Ocupada.

26 de outubro - O juiz do Tribunal de Justiça Pedro Bitencourt autoriza o aumento das passagens de ônibus. A liminar que barrava o aumento da tarifa foi suspensa à pedido da Prefeitura.

2015

27 de outubro - Como resultado de uma ação popular, TJMG cancela licença prévia concedida pelo COMAM à Construtora Direcional para construção na Mata do Planalto.

27 de outubro - Em audiência na Assembleia Legislativa, grupos mobilizados pela Frente Contra o PL2.946/15 aparecem em peso, exigindo a retirada do regime de urgência para sua votação.



28 de outubro - É aprovado na Assembleia o parecer de legalidade e constitucionalidade do PL2.946/15

30 de outubro - MPL-BH e Tarifa Zero-BH convocam ato contra o aumento da tarifa.

9 de novembro - Reunião Conjunta do plenário do Conselho Estadual da Política Ambiental (COPAM) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) é conseguida por pressão de conselheiros do COPAM. A reunião teve como pauta o PL2.946/15

8 de novembro - 2º Ato Fora Cunha - A repressão da polícia no último ato resultou em mais adesão ao segundo ato. Segundo a polícia militar, cerca de 500 pessoas participaram.

31 de outubro - Ato Fora Cunha e contra PL 5069 que dificulta o aborto legal em caso de estupro. O ato teve o empenho de diversos ativismos da cidade. Houve embate com a polícia que prendeu um casal por desacato, gerando amplas críticas por parte dos ativismos.

4 de novembro - Defensoria do Estado de Minas Gerais entra com recurso contra o aumento das passagens - O recurso se colocava contra a decisão do Desembargador Pedro Bitencourt, presidente do TJ-MG, liberando o último aumento das passagens

Campanha virtual Todos Contra o PL 2946/2015 - Lançada no Facebook, a Frente convidou os usuários a aderirem utilizando um filtro que acrescentava à sua imagem de perfil os dizeres da campanha. A estratégia é recorrentemente utilizada em diversas ocasiões.

25 de novembro - Apesar da mobilização de 119 entidades contra sua aprovação, o PL 2946 é aprovado pela Assembleia Legislativa, com votos favoráveis de 57 dos 66 deputados presentes. A Lei nº 21.972/2016, originada do PL flexibiliza os licenciamentos ambientais, mesmo após a tragédia de Bento Rodrigues.

Campanha #EuSouMeiaDúzia! #SomosMeiaDúzia! - Durante uma audiência pública a respeito da implantação de uma ciclovia em Venda Nova, o vereador Valdivino afirma que os ciclistas são "meia dúzia". Em resposta o BH em Ciclo lança a campanha virtual buscando dar visibilidade à pauta da bicicleta e à quantidade de ciclistas na cidade. A cada assinatura no abaixo assinado os 41 vereadores da câmara municipal recebiam um email intitulado #EuSouMeiaDúzia! #SomosMeiaDúzia!

12 de novembro - TJMG aceita o recurso contra o licenciamento prévio concedido à Construtora Direcional pela COMAM

21 de novembro - Ato "Não foi um acidente" em apoio às vítimas do rompimento da barragem de Bento Rodrigues. Apesar da ampla comoção gerada em torno do acidente, o ato, segundo a polícia militar atraiu cerca de 350 pessoas.



2015

29 de novembro -
Marcha pelo clima
mobiliza ativistas
ligados à questão
ambiental



11 de dezembro -
São eleitos os representantes da
sociedade civil para compor a
Comissão de Acompanhamento da
futura ocupação do Mercado Distrital
de Santa Tereza. Após a desistência da
FIEMG de implantação da escola
automotiva no local, o espaço passou
para a gestão da Fundação Municipal de
Cultura com a promessa de uma gestão
compartilhada entre diversos grupos.

12 de dezembro - 118 anos
promovido pelo Fica Ficus em
protesto a quantidade de árvores
suprimidas pela administração
municipal e às áreas verdes em
perigo na cidade.

14 de dezembro - MPMG
move ação Civil Pública
pedindo suspensão do
aumento das tarifas de
ônibus desde 28
de dezembro de
2014.

19 de dezembro -
MNLIM faz protesto na Câmara
Municipal pela aprovação do
Plano Diretor construído
durante a Conferência Municipal
de Política Urbana em 2014.

22 de dezembro -
Reunião do Comam -
A reunião foi marcada como excepcional com
apenas uma semana de antecedência, entretanto
os ativistas se mobilizaram para estarem
presentes, receosos da aprovação do
licenciamento para a construção na área da Mata
do Planalto. À pedido dos conselheiros Ronaldo
Vasconcelos e o vereador Juliano Lopes a
aprovação do licenciamento foi adiada,
alegando a necessidade de mais tempo para
ter acesso ao processo (o parecer do Relator
foi enviado um dia antes da votação)

28 de dezembro - Audiência
pública para discussão do Projeto
de Lei do novo Plano Diretor
de Belo Horizonte

30 de dezembro - Pela segunda
vez em 2015 é reajustada a tarifa dos ônibus
municipais de Belo Horizonte, significando
um aumento de 20% em um ano. Na mesma época
é anunciado um aumento de 13% nas
tarifas metropolitanas.

2016

Janeiro - Campanha de envio
de propostas ao novo Plano Diretor
de Belo Horizonte - Diversos
ativistas da cidade incentivaram
a participação durante o período
de consulta popular.



4 de janeiro - MPMG entra com ação contra o aumento
da tarifa dos ônibus. Para a promotora, o cálculo para o
aumento (que é garantido em contrato para ocorrer
anualmente) era irregular, pois levou em consideração o
valor da passagem em agosto de 2015, quando o preço
foi de R\$ 3,10 para R\$ 3,40, quando na verdade deveria
ter sido considerado um período de 12 meses para
cálculo da inflação, ou seja, antes do aumento da
tarifa para R\$3,40.

8 de janeiro - 1º Ato
contra o Aumento da
Tarifa - O ato nacional
foi convocado pelo
MPL nas principais
capitais do país

8 de janeiro - A Defensoria
Pública, acionada pelo
Tarifa-Zero BH, ajuiza uma
ação para suspender o
reajuste da tarifa, que
passava de R\$ 3,40
para R\$ 3,70

15 de janeiro - 2º Ato
contra o Aumento da Tarifa

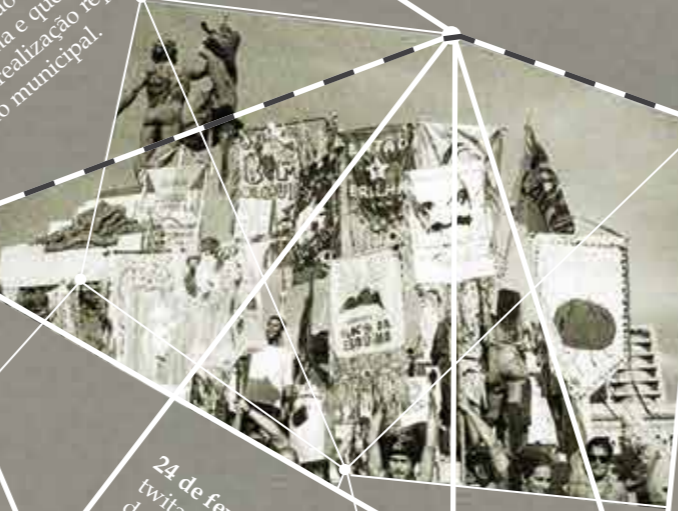


20 de janeiro - 3º Ato contra o Aumento
da Tarifa - A cidade amanheceu com a Av. Pedro II
travada por manifestantes, em seguida outra
avenida importante, a Av. Amazonas, foi ocupada.
Às 18 horas, horário marcado na chamada pelo
ato, a Av. Afonso Pena foi
completamente ocupada
pelo ato

27 de janeiro -
Após meses de adiamento é julgado o recurso da Defensoria Pública sobre o aumento da tarifa. Os desembargadores, alegando questões técnicas, não receberam o recurso, mantendo o aumento da tarifa.

2016

1
Carnaval - Para a maioria dos recentes, o carnaval tornou-se forma de resistência, a recuperação, mesmo que apenas temporária, do espaço público. Nos últimos anos a prefeitura e a iniciativa privada têm tentado se apropriar do carnaval de rua de Belo Horizonte. Uma ação que iniciou-se de maneira autônoma e que em diversas vezes teve sua realização reprimida pela administração municipal.



4 de fevereiro - Durante o Bloco da Bicicletinha foliões sofrem repressão da polícia militar. Quando questionado sobre as ações da polícia o prefeito Márcio Lacerda afirmou serem os ciclistas 'rebeldes sem causa' (Lacerda, 2016)



A declaração de Lacerda à respeito do ocorrido durante o Bloco da Bicicletinha impulsiona a campanha #RebeldeComCausa pelo Facebook

Prefeitura declara incerteza em relação à realização do OP Digital

9
É aprovado o pelo Congresso Nacional a Lei antiterrorismo

8
24 de fevereiro - twitão contra o projeto de lei 2016/2015 que criminaliza movimentos sociais e ativistas. #EuNãoSouTerrorista

18 de fevereiro -
É aprovado em primeiro turno o projeto de lei 700/2013 que proíbe a cobertura de ribeirões e córregos no município de Belo Horizonte

7 de fevereiro -
2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de BH acata o recurso da Defensoria Pública suspendendo o processo de licenciamento ambiental para a construção na mata do Planalto em análise pelo Comam

23 de fevereiro -
Audiência Pública sobre violência policial contra o Bloco da Bicicletinha

1 de março - Audiência Pública na Câmara Municipal sobre a Vila Pomar do Cafezal



8 de março - Ocupação CRAS
Zilah Sposito - Mulheres das Ocupações da Izidora ocupam CRAS (Centro de Referência à Assistência Social) exigindo que as crianças das ocupações sejam matriculadas nas escolas públicas da região e o atendimento dos moradores da comunidade nos postos de saúde.

8 de março - Casa de Referência da Mulher Tina Martins - Um grupo de mulheres, em sua maioria do Coletivo Olga Benário, ocupa o antigo prédio do restaurante universitário da Escola de Engenharia da UFMG com o objetivo de transformá-lo em uma casa de acolhimento a mulheres, principalmente vítimas de violência doméstica. É também parte da luta exigir melhorias nas políticas públicas e também nas instâncias institucionais, lutando pela saúde, segurança e autonomia das mulheres, especialmente as pertencentes a grupos minoritários. A iniciativa agregou amplo apoio dos ativismos da cidade, que se mobilizaram em diversos momentos para a doação de alimentos e produtos de limpeza, a divulgação da ação, a resistência contra seu despejo etc.

13 de março -
Manifestações Pró-impeachment ocorrem em todo o país.



2 de março -
É aberto o processo de cassação do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha

2016

15 de março - Mais uma vez são puxadas manifestações Pró-impeachment em todo o país. A resistência contra o Impeachment da presidente Dilma passa a ser tema para grande parte dos ativismos urbanos de Belo Horizonte. As ações, entretanto, ocorreram de maneira fragmentada.

16 de março - Reunião na Regional Norte para tratar do direito à saúde e educação nas Ocupação Rosa Leão e Zilah Sposito, Região da Izidora. A reunião foi fruto da ocupação do CRAS em 8 de maio

18 de março - Ato em defesa da democracia - O ato foi organizado pela Frente Brasil Popular atraiu 100 mil pessoas segundo organizadores e 18 mil segundo a polícia militar.

20 de março - Ordem judicial decide pela reintegração de posse da área da Ocupação Vila Esperança

26 de março - Campanha para a liberação de bicicletas no transporte público - Campanha de envio de emails para o Presidente da BHTrans e para o Diretor de Planejamento cobrando normativa que liberaria e padronizaria a entrada de bicicletas no transporte coletivo municipal



5 de abril - Marcio Lacerda veta integralmente o projeto de lei que proibia a canalização de rios na cidade

5 de abril - Roda de conversa promovida pelo MPL-BH: Assédio no transporte público e estratégias de resistência!

29 de março - Após anunciado pela polícia militar o despejo das famílias das Ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira, moradores e apoiadores ocupam a Câmara Municipal. O prefeito, que estava presente no local para a prestação de contas da prefeitura, abandonou a reunião antes de seu fim.

28 de março - Juiz da 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal acata ação popular determinando a suspensão do leilão de imóveis transferidos pelo Município de BH à empresa PBH Ativos S/A. A ação popular foi proposta por advogados populares de Belo Horizonte tomando por base estudos produzidos pela Auditoria Cidadã da Dívida.

8 de abril - Ato Ciclistas (rebeldes) pela vida! - Ato em homenagem ao ciclista Rodrigo Barbosa Lima, morto no dia 4 de abril de 2016 em um acidente de trânsito ao ser atingido por um ônibus.



12 de abril - Em reunião da Mesa de Negociação e Diálogo é adiado por 30 dias o despejo das Ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira. Estiveram também presentes em solidariedade as ocupações da Izidora.

13, 16 e 30 de abril - Etapa Municipal 6ª Conferência Nacional das Cidades -

17 de abril - Caminhada pela Democracia - Ato construído pela Frente Popular Brasil

17 de abril - Arrastão de Carnaval pela Democracia - Ato promovido pelos Blocos de Carnaval de Rua contra o Impeachment

17 de abril - Congresso vota pela continuidade do processo de Impeachment da presidente Dilma

2016

19 de abril - Denúncia coletiva contra Bolsonaro por homenagem a torturador do DOI COD durante a sessão parlamentar que aprovou o processo de impedimento de Dilma. 9.714 denúncias por apologia à tortura foram registradas no site do Ministério Público Federal.

19 de abril - Ocupação Tina Martins é comunicada de ordem de despejo

20 de abril - Petição Online pela cassação do mandato de Eduardo Cunha atingindo mais de 11,3 milhões de assinaturas

25 de abril - Câmara Municipal aprova projeto de lei pela extinção de cobradores nos ônibus. Ativismo urbanos, principalmente os ligados à questão da mobilidade apoiam luta dos rodoviários.

28 de abril - Movimentos congregados na Frente Povo Sem Medo - como Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Intersindical - Central da Classe Trabalhadora -, Coletivo Roza Zumbi - bloquearam mais de 30 rodovias em todo o país. Em Belo Horizonte as ocupações urbanas Dandara, Maria Guerreira, Maria Vitória, Guarani Kaiowá, estudantes da UFMG e União da Juventude Rebelião (UJR) trancaram a Avenida Antônio Carlos. Ocorreu ainda mais uma Marcha das Ocupações da Izidora junto a representantes das Ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Paulo Freire. O grupo marchou rumo à Cidade Administrativa, bloqueando a Linha Verde.



1 - 5 de maio - Acampamento pela democracia - Durante o período movimentos de Belo Horizonte e região ocuparam a Praça da Liberdade.

1 de maio - Acatando ação popular, liminar suspende o procedimento de licenciamento ambiental na Mata do Planalto e proíbe qualquer ação que descaracterize, modifique, altere ou degrade a Mata do Planalto até julgamento final.

30 de abril - Marcha nacional antifascista. O ato de Belo Horizonte, articulado pela APH-BH, teve como pautas as pautas: Fora Samarco, Mídia Livre, Auditoria da Dívida Pública

29 de abril - Marcha das mulheres pela democracia



5 de maio - Protesto conta a prisão de Goma, acusado indevidamente como um dos responsáveis pela pichação da igrejinha da Pampulha, formação de quadrilha, apologia ao vandalismo e por crime ambiental. O artista foi preso no dia 3 de abril.

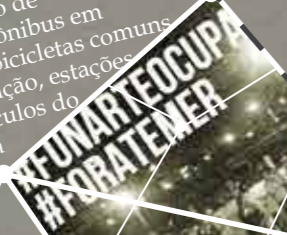
10 de maio - Ato Mulheres pela democracia e contra o golpe + Frente Povo Sem Medo + Frente Brasil Popular atraiu cerca de 40 mil pessoas

12 de maio - O Senado vota pela aceitação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. 78 dos 81 senadores estiveram presentes, dos quais 55 votaram a favor e 22, contra.

13 de maio - Ministério da Cultura é extinto, o que resultaria em ocupações das Funartes em todo o Brasil.

13 de maio - É publicada portaria que regulamenta uso de bicicletas no transporte público. A portaria autoriza o uso de bicicletas dobráveis no ônibus em qualquer horário e de bicicletas comuns nas estações de integração, estações de transferência e veículos do Move que contêm suporte para bicicletas internos nos horários de menos movimento.

2016



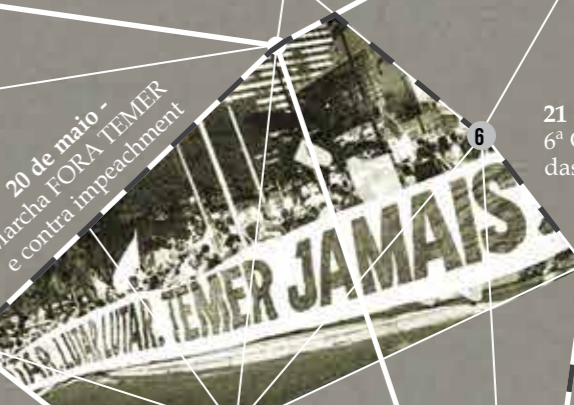
15 de maio - Funarte MG é ocupada por artistas e ativistas de Belo Horizonte. A estrita relação entre os ativismos urbanos e ações culturais refletiram no amplo apoio à ocupação por parte dos grupos envolvidos com as lutas urbanas.

15 de maio - Ato Fora Temer

17 de maio - Novo Ministro do Ministério das Cidades, Bruno Araújo revoga portarias e todos acordos do PMCMV e PMCMV Entidades .

20 de maio - Marcha FORA TEMER e contra impeachment

21 de maio - 6ª Conferência das Cidades



25 de maio - Ato Volta querida, pela volta de Dilma à presidência da república. A marcha se dirigiu ao TJMG.

24 de maio - Cerca de 300 pessoas entre moradores do Bairro do Planalto junto à ativistas da CPT e das Ocupações da Izidora se acorrentam na porta da prefeitura pedindo a Conservação da Mata do Planalto.

23 de maio - É ocupado o Centro de Referência da Juventude, prédio existente desde 2014, mas que nunca foi aberto ao público. Após tentativas de diálogo com o poder público sobre a gestão do equipamento o Conselho resolveu ocupar o prédio exigindo sua gestão compartilhada.

1 de junho - Ato Todas por Elas - Ato em apoio à vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro e pelo fim da cultura do estupro



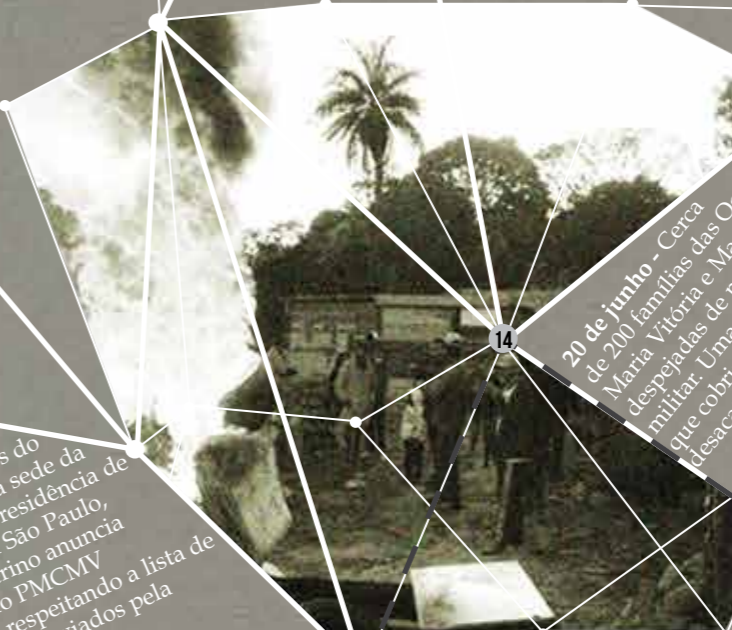
2 de junho - Casa Tina Martins passa a fazer parte da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher da região metropolitana de Minas Gerais. Em negociação com o governo do estado foi acordada a mudança para um novo imóvel, localizado na Rua Paraíba, Savassi. O grupo passa, como parte da rede, a atender mulheres que, pela falta de denúncia contra o opressor, não podem se inserir na rede legal, além daquelas que não se encaixam nos critérios para atendimento, como as mulheres trans. A autorização de uso do imóvel, entretanto, deu-se em caráter provisório, sendo necessário manter diálogos com o estado.

2 de junho - No mesmo dia em que militantes do MTST ocupam a sede da Secretaria da Presidência de República em São Paulo, governo interino anuncia retomada do PMCMV Entidades, respeitando a lista de movimentos enviados pela Caixa Econômica

20 de junho - Cerca de 200 famílias das Ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira são despejadas de maneira violenta pela polícia militar. Uma reporter da rádio Incoincidência que cobria a ação foi detida acusada de desacato a autoridade e desobediência.

7 de julho - Cunha renuncia à presidência da Câmara, cargo do qual estava afastado desde maio, por decisão do STF

14 de junho - Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprova cassação de Cunha



1894 - 1956

1. imagem: **Comissão Construtora de Belo Horizonte**
<http://www.klepsidra.net/klepsidra26/engenheiros.htm>
2. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.
imagem: **Favela Auto da Estação**
<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/05/os-primeiros--anos-da-cidade-de-minas.html>
3. imagem: **Inauguração de Belo Horizonte**
https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte#/media/File:Inauguracaobh.jpg
4. texto: SOUZA, Patrus Ananias. Política e administração em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares (org.). Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
5. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.
imagem: **Favela da Borroca**
<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2011/02/area-reservada--para-o-campus.html>
6. texto: BORSAGLI, Alessandro. Os anos 60: a Metrópole, o Caos e as Consequências. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com.br/2012/10/os-anos-60--metropole-o-caos-e-as.html>. Acesso em 24 de dezembro de 2016.
7. imagem: **Getúlio Vargas em 1930**
<https://politica3unifesp.wordpress.com/a-primeira-republica--e-a-revolucao-de-1930/>
8. imagem: **Plenária da Assembléia Nacional Constituinte**
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30--37/Constituicao1934>
10. texto: Câmara Municipal de Belo Horizonte. O Legislativo na nova capital. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/A-C%C3%A2mara/memoria>. Acesso em 24 de dezembro de 2016
11. texto: Câmara Municipal de Belo Horizonte. O Legislativo na nova capital. Disponível em:

<http://www.cmbh.mg.gov.br/A-C%C3%A2mara/memoria>. Acesso em 24 de dezembro de 2016

12. imagem: **Bustos de Getúlio Vargas retirados das ruas após a queda de seu governo**

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>

13. texto: ANANIAS, Patrus. Política e administração em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. p. 31-54

imagem: **Para informar o resultado da apuração dos votos, placar foi afixado na Praça 7 em 1947**

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/06/interna_gerais,321657/saiba-como-foi-estreia-de-bh-nas-urnas-para-eleicao-do-primeiro-prefeito.shtml

14. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

15. texto: Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **Cartaz de apoio à prefeitura na Vila São Vicente/Marmiteiros**

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&cpIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbe&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50494&chPlc=50494

16. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

17. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

18. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

19. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **Departamento de**

Bairros Populares – DBP – fornecendo água

<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2011/07/os-anos-1950--metropolizacao-e-desordem.html>
20. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

1959 - 1961

1. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

2. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

3. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

4. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

5. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

6. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

7. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

8. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

9. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidades e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

10. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

imagem: Campanha para solução pública do problema dos desabrigados chuvas de verão protagonizada pela FTFBH

<http://www.documentosrevelados.com.br/wp--content/uploads/2012/12/reuniao-favelados-17.jpg>

11. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

12. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

13. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

14. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

15. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

16. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

17. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **Presidente João Goulart sendo abraçado ao final do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte**

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango

18. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

19. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

1962 - 1963

1. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **O Barraco, jornal da Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte**
<http://www.documentosrevelados.com.br/wp--content/uploads/2012/12/o-barraco.jp>

2. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **I Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte**
<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Reuni%C3%A3o-favelados1.jpg9.jpg>

3. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

5. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

6. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

7. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

8. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010

9. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

10. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

11. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

12. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

13. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

14. texto: BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das Reformas do Base ao BNH : As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In.: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2007, Belém.

15. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-

1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

imagem: **“velhos e crianças ocupam a terra: construíram barracas de pano e fazem tijolos de terra batida para levantar casebre”**

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/05/d2/80/05d2806f369298bd05e6956951a850fc.png>

16. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

17. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

1964 - 1971

1. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

2. imagem: **Manchete do jornal “O Lince” de abril de 1964**
<http://www.iveniohermes.com/o-31-de-marco-de-1964-reflexoes-1/>

3. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

4. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

5. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

6. texto: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

7. texto: CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: Avaliação da experiência recente. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XI, nos. 1 e 2, p. 79-111, 1997.

8. texto: VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. Helen kellogg institute for International Studies, University of Notre Dame, 1987. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm Acesso 14 março 2016.

9. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder,

política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

10. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

11. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

imagem: **Passeata Estudantil em Belo Horizonte**
<http://classicalbuses.blogspot.com.br/2013/11/passeata-estudantil-em-belo-horizonte.html>

1974 - 1982

1. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

2. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

3. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

4. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

5. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

6. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

7. texto: BORSAGLI, Alessandro. Pontes e enchentes: 1979. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com.br/2015/03/pontes-e-enchentes-1979.html>. Acesso em

24 de dezembro de 2016.

imagem: **Águas do Córrego Vilarinho alagam vários bairros na Região de Venda Nova**
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/01/07/interna_gerais,271132/a-bh-das-200-enchentes.shtml

8. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

9. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

11. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

12. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

imagem: **Passeata de estudantes pelo passe livre na década de 1980.** Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

13. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74.

imagem:
 14. texto: BENFICA, Clair Izinho. s/d Revista Natureza Urbana. Disponível em: https://issuu.com/indisciplinado/docs/jornal_natureza_urbana_01?e=17551562/30403964. Acesso em 24 de dezembro de 2016.
 dezembro de 2016.

15. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

imagem: **Chamada ao encontro com a Metrobel**

Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

16. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

18. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

19. BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente Popular 1993 / 1996. 2005. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

imagem: **Vila Oeste, primeiro trabalho de titulação de favelas em Belo Horizonte**
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=50527&chPlc=50527>

1983 - 1988

2. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74

3. imagem: **Comício pelas Diretas Já em Belo Horizonte**. Marcelo Prates, 1984
<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/fotografo--relem-bra-comicio-das-diretas-que-reuniu-300-mil-em-mg,3787ea720d654410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>

4. texto: Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, s/d. Disponível em:
<http://lagoadonado.blogspot.com.br/2009/03/historia-no-final--do-seculo-passado-uma.html>

5. texto: FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de

Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2015.

7. texto: MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades, uma trajetória incompleta. In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-325.

8. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74

9. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

10. texto: CAMPOS, Rebekah Brito Montenegro. O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggì Bernareggi. Monografia. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

11. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

12. texto: FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2015.

13. texto: CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: Avaliação da experiência recente. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XI, nos. 1 e 2, p. 79-111, 1997.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. A reforma Urbana e a busca da cidadania. Revista Indicador, Belo Horizonte, n.27, 1988. p. 889-893.
 MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades, uma trajetória incompleta. In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS

JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). Globalização, fragmentação e reforma imagem: **Propostas de emendas populares à Constituição sendo entregues no Congresso Nacional**
<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/populacao--participa-da-constituinte>

16. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

17. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

1989 - 1992

1. texto: SOMARRIBA, Mercês. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In.: DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. 55-74

2. texto: Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

3. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

4. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval trajetória DA formulação E implantação DA política HABITACIONAL DE BELO HORIZONTE NA gestão DA FRENTE BH POPULAR 1993 / 1996. 2005. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

5. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

6. texto: KAPP, Silke ; Campos, Rebekah ; MAGALHAES, P. A. N. ; Lourenço, Tiago C.B. . Loteadores associativos: uma contextualização. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, p. 26-35, 2014.

7. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996. 2005. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

8. imagem: **Patrus Ananias, Virgílio Guimarães e Lula na campanha municipal de 1992**
http://www.virgilioguimaraes.com.br/trajetoria/trajetoria_detalhes.asp?id=31

1993-1998

2. texto: Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, s/d. Disponível em:
<http://lagoadonado.blogspot.com.br/2009/03/historia-no-final--do-seculo-passado-uma.html>

3. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996.

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O ÔNIBUS, A CIDADE E A LUTA: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

5. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996.

6. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996.

7. texto: BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996. 2005. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

8. texto: ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e

Aquilo: Agriculturas e Produção do Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

9. texto: BRASIL, Flávia de Paula Duque. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n.2, p.35-51, novembro 2004.

11. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

13. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

14. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

15. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

16. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

imagem: **Manifestação em prol da implantação do Parque**
<http://www.manuelzao.ufmg.br/mobilizacao/nucleos/n%C3%BAcleo--brejinho>

1999 - 2002

2. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

imagem: **S26 em Belo Horizonte**
<http://tmtm.free.fr/s26/belopics.htm>

3. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas,

uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

5. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

6. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

7. texto: ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e Aquilo: Agriculturas e Produção do Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

10. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

2003 - 2007

1. texto: **Fernando Henrique Cardoso passa a faixa na posse de Lula em 2003**
[http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558542-ex--](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558542-ex--asses-)

[sor-de-lula-lanca-livro-com-cartas-que-visavam-orientar-o-petista.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558542-ex--asses-sor-de-lula-lanca-livro-com-cartas-que-visavam-orientar-o-petista.shtml)

2. texto: ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e Aquilo: Agriculturas e Produção do Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

3. texto: ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e Aquilo: Agriculturas e Produção do

Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

4. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

5. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

6. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

8. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

9. texto: SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2 Tese de doutorado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

10. texto: UZZO, Karina. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph--6766.html>.

11. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado.

Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

13. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

imagem: **Panfleto da campanha pela implantação do Parque do Brejinho no OP Digital**
<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/c2/00/4e/c2004eaf9593f1ae7f846103df69de3.jp>

14. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

imagem: **Grafite na Ocupação Caracol**
<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2011/10/despejo-nao.html>

15. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

16. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

17. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

imagem: **Ocupação João de Barro II**
<http://ocupacaojoaodebarro.blogspot.com.br/>

2008-2009

2. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

4. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago

Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

5. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

imagem: **Ocupação Camilo Torres**
<https://midiaindependente.org/pt/red/2008/06/421776.shtml>

6. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

imagem: **Ocupação Dandara**
<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/21/7d/2d/217d2db8b8264cb13e4c1e8bc4261bf5.png>

10. texto: imagem: **Lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida**
http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/revista--digital/edicao-2/25-03-2009-2013-go-verno-lanca-programa-minha-casa-minha-vida/view

11. texto: ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: um conceito em disputa? In.: Isto e Aquilo: Agriculturas e Produção do Espaço na RMBH. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

12. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

2010(1)

1. texto: Indisciplinar. OUC Nova BH. Disponível em:
http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=17

4. imagem: **Campanha Salve Dandara**
<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/5d/c1/79/5dc17981fb94674196d29a982419f5da>

.pn

5. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

6. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

7. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

imagem: **Praia da Estação em 26 de janeiro de 2010**. Luiz Navarro, 2010.
<https://www.flickr.com/photos/luznavarro/4332510768/in/album-72157600955701228/>

8. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

9. texto: LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

imagem: **Ocupação Irmã Dorothy**. Práxis
http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos_irma_dorothy/?paged=4

2010(2)

1. texto: FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2015.

2. texto: ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. Ei, Polícia, a Praia é uma delícia. Dissertação de Mestrado.

Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

3. imagem: 3. **Parque Jardim América**. Disponível na página do grupo no facebook

4. imagem: **Segundo Eventão na Praia da Estação**. Flora Rajão, 2010.

6. texto: VIEIRA, Bruno apud ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. Ei, Polícia, a Praia é uma delícia. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

8. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

9. texto: OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2012.

2011

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

6. texto: Conjunto Vazio. A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte. 2011 disponível em:
<https://pracalivrebh.wordpress.com/2011/05/>

8. texto: WSTANE, Carla. Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2013.

13. imagem: **Marca do Comitê dos Atingidos pela Copa - COPAC-BH**

<http://forumdasjuventudes.org.br/nota-do-comite-popular-dos--atingidos-pela-copa-copac-bh/>

14. texto: COPAC-BH. Disponível em:
<https://atingidoscopa2014.wordpress.com/o-que-ja-rolou/>

2012

5. texto: Okupa Viaduto Santa Tereza. Lava ação, repensar e renovar a ação que okupa a cidade. 2012.

Disponível em:
<https://www.facebook.com/389577171063012/photos/a.389720207715375.86351.389577171063012/389758517711544/?type=3&theater>
 imagem: **Lava ação**. Barnabé, 2012

2012-2013

2. texto: Indisciplinar. Linha do tempo – Parque Jardim América. disponível em:

<http://naturezaurbana.indisciplinar.com/linha-do-tempo--parque-jardim-america/>

3. texto: Indisciplinar. Linha do tempo – Parque Jardim América. disponível em:

<http://naturezaurbana.indisciplinar.com/linha-do-tempo--parque-jardim-america/>

4. imagem: **Abóboras no Pomar do Cafezal**
<https://www.facebook.com/245395828947421/photos/a.326283444191992.1073741842.245395828947421/470887659731569/?type=3&theater>

5. texto: Fica Ficus. Disponível em:
http://ficaficus.concatena.org/?page_id=2

8. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016

9. imagem: **Primeiro Picnic Fica Ficus**
ficaficus.concatena.org

2013(1)

1. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

2. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

3. texto: CANÇADO, Wellington. Corredor Cultural Estação da Artes: dilemas da participação. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.155/4763>

4. texto: Indisciplinar. O corredor cultural já existe. 2014. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/infograficos/>

6. texto: Indisciplinar. Linha do tempo – Parque Jardim América. disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/linha-do-tempo--parque-jardim-america/>

7. imagem: **Frase de ordem dos movimento pró-moradia na Ocupação Rosa Leão.** Disponível em: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/95/dd/1f/95dd1fb03150b8ade26438b88997bd25.jpg>

2013(2)

1. imagens 1A **Cartazes de junho de 2013** Priscila Musa, 2013

1B. **Cartazes de junho de 2013.** Felipe Magalhães, 2013

1C. **Cartazes de junho de 2013** Priscila Musa, 2013

1D. **Cartazes de junho de 2013** Felipe Magalhães, 2013

1E. **Cartazes de junho de 2013** Priscila Musa, 2013

1F. **Cartazes de junho de 2013** Priscila Musa, 2013

1G. **Cartazes de junho de 2013** Priscila Musa, 2013

1H. **Cartazes de junho de 2013** Felipe Magalhães, 2013

1I. **Cartazes de junho de 2013** Felipe Magalhães, 2013

1J. **Cartazes de junho de 2013** Felipe Magalhães, 2013

3. texto: MARIE, Fhoutine. 13 de

junho, o dia que não terminou. 2013. Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia--que-nao-terminou-6634.html>

6. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

8. imagem: **Confronto com a Polícia Militar durante o segundo grande ato.** Thiago Rodrigues, 2013.

2013(3)

2. imagem: **Ato do dia 22 de junho de 2013, dia de maior adesão durante as Jornadas em Belo**

Horizonte. Thiago Rodrigues, 2013

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

2013(4)

1. imagem: **Assembleia durante a ocupação da Câmara**

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/cd/e5/da/cde5dae5dd24fc22d9c9af7aad40acd0.jp>

2. imagem: **Campanha #OcupaCâmara** André Rocha, 2013

3. texto: APH-BH. Nota.

Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/150272561831558/?type=3&theater>

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do

Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

7. imagem: **Cortejo saiu da Câmara Municipal em direção ao Viaduto Santa Tereza, onde ocorria "A Ocupação".** Priscila Musa, 2013.

8. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

2013(5)

2. texto: BIZZOTO, Luciana. #ResisteIzidora: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2015.

4. texto: FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. . UFMG. Belo Horizonte, 2015.

5. texto: FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Agosto 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. . UFMG. Belo Horizonte, 2015.

imagem: **Barricada durante a ameaça de despejo das Ocupações da Izidora.** Priscila Musa, 2013

8. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi.

A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016

9. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

2013(6)

2. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

3. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

imagem: Vencedor do 1º campeonato mundial de salto de catracas. Thiago Rodrigues, 2013

6. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

7. imagem: **A Ocupação #4.** Thiago Rodrigues, 2013

8. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

12. imagem: **Boaventura de Souza e Santos apoia campanha pelo Espaço Comum Luiz Estrela**

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/04/cf/de/04cfdef502a56e5e01c2177fee7a5a5c.jp>

2013-2014

2. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

3. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em

Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

6. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

11. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

13. imagem: **Busona do Tarifa Zero durante o Carnaval de 2014** <http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/imagens/2014/03/confira-imagens-do-carnaval-de-rua-em-belo-horizonte>

2014(1)

1. texto: APH-BH. Na sessão da APH deste domingo, iremos articular...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/228231764035637/?type=3&theater>

2. imagem: **Manifestantes queimam catracas em protesto contra o aumento da passagem.** Luiz Costa, 2014 <http://g1.globo.com/minas-gerais/transito/noticia/2014/04/bh--18h10-manifestacao-ocupa-praca-se-te-no-centro.htm>

3. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória

capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

imagem: **Empresas de ônibus descumprem liminar que suspende aumento em BH** G1, 2014. Disponível em: <https://s-media-cache--ak0.pinimg.com/originals/8a/45/10/8a451027994cc84f2792806a694b9d50.pn>

5. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

9. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

11. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

13. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

14. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

16. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado.

Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

imagem: **Junho é tempo de pular fogueira!**. Tarifa Zero, 2014.

2014(2)

1. texto: OLIVEIRA, Jhonathan. Depois de muito pensar, e já...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/jhonathan.oliveira.180/posts/659753980775596>
imagem: **Manifestantes viram viaduro da polícia civil durante protestos no primeiro dia da Copa do Mundo.** Lincon Zarbiatti, 2014. <http://www.otempo.com.br/cidades/p-rotesto-em-belo-horizonte--termina-com-15-detidos-e-dois-feridos-1.863539#>

2. imagem: **Polícia Militar cercando manifestantes na Praça Sete durante protesto contra a Copa do Mundo.** Tarifa Zero-BH, 2014 <https://www.facebook.com/tarifazero/bh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/736178666444046/?type=3&theater>
<http://g1.globo.com/minas-gerais/transito/noticia/2014/04/bh--18h10-manifestacao-ocupa-praca-se-te-no-centro.htm>

3. APH-BH. Dia 14 de junho, primeiro dia da copa...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1430407623897316/>

4. BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

5. CARMONA, Bruna e Kiefer, Camila. Justiça Proíbe cerco de policiais a manifestantes. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, 24 de junho de 2014. Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-pro%C3%ADbe--cerco-de-policiais-a-manifestantes-1.871182>

6. VIEGAS, Fernanda. TJMG suspende liminar que proíbe cerco da PM a manifestantes em BH. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/tjmg-suspende-liminar-que--proibia-cerco-da-pm-a-manifestantes-em-bh-1.871956>

7. APH-BH. Dia 14 e 17 de junho,

dias de jogos...2014. Disponível em <https://www.facebook.com/events/266349606885049/>

2014(3)

1. texto: SINDUSCON. Por discordar da prática adotada pela PBH setor da Construção se afasta da IV Conferência Municipal de Política Urbana – BH. 2014. Disponível em: <http://www.sinduscon-mg.org.br/por-discordar-da-pratica--adota-ada-pela-pbh-setor-da-construcao-se-afasta-da-iv-conferencia-municipal-de-politica-urbana-bh-2/>
Vereador, aprove o plano diretor. Vereador, aprove o plano diretor, 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/hashtag/vereadorliberaoplanodiretor?source=feed_text&story_id=10154335710899800

2. imagem: **Ônibus atingido pelo Viaduto dos Guararapes.** Disponível em: <http://esquerdasocialista.com.br/p-erdemos-a-batalha-dos-guararapes/>

3. texto: MLB, Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra et al. Está tendo Copa, agora vai ter casa! Ocupações Urbanas realizam ocupação simultânea da porta da PBH, da URBEL e do prédio da AGE.2014. Disponível em:

<https://brigadaspopulares.org.br/estando-copa-agora-vai--ter-casa-ocupacoes-urbanas-realizam-ocupacao-simultanea-da-porta-da-pbh-da-urbel-e-do-predio-da-age/>

5. MPL-BH. Sobre. 2014.

Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopasselivre/bh/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info

6. imagem: **Marcha das Ocupações da Izidora.** 2014. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=612285835536161&set=a.532487993515946.1073741832.100002642515324&type=3&theater>

2014(4)

1. imagem: **Policiais do interior assistem a treinamento no estádio Independência em Belo Horizonte.** Jornal Hoje em Dia <http://hojeemdia.com.br/horizontes/po1%C3%ADcia-refor%C3%A7a--efetivo-para-a%C3%A7%C3%A3o-d-e-despejo-no-isidoro-1.270782>

4. BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em

Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

6. imagem: **Oficina de enfrentamento ao machismo em espaços públicos**. Tariga Zero-BH, 2014. Disponível em: https://scontent.fplu3-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0--9/10649516_784967821565130_6041259089073597765_n.jpg?oh=1b8af1d89f78985721c6d1fa22dd2de4&co=582B441

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

8. texto: Mam-BH. Carta de Diretrizes para Candidatos às eleições de 2015. Disponível em: http://www.mambh.com.br/site/?p=noticias_ver&id=497

11. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

12. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

14. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

2014(2)

1. texto: OLIVEIRA, Jhonathan. Depois de muito pensar, e já...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/jhonathan.oliveira.180/posts/659753980775596>

2. imagem: **Manifestantes viram viaduro da polícia civil durante protestos no primeiro dia da Copa do Mundo**. Lincon Zarbiatti, 2014.

<http://www.otempo.com.br/cidades/p-rotesto-em-belo-horizonte--termina-com-15-detidos-e-dois-feridos-1.863539#>

3. texto: APH-BH. Dia 14 de junho, primeiro dia da copa...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1430407623897316/>

4. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

5. texto: CARMONA, Bruna e Kiefer, Camila. Justiça Proíbe cerco de policiais a manifestantes. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, 24 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-pro%C3%ADbe--cerco-de-policiais-a-manifestantes-1.871182>

6. texto: VIEGAS, Fernanda. TJMG suspende liminar que proibia cerco da PM a manifestantes em BH. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/tjmg-suspende-liminar-que--proibia-cerco-da-pm-a-manifestantes-em-bh-1.871956>

7. texto: APH-BH. Dia 14 e 17 de junho, dias de jogos...2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/266349606885049/>

2014(3)

1. texto: SINDUSCON. Por discordar da prática adotada pela PBH setor da Construção se afasta da IV Conferência Municipal de Política Urbana – BH. 2014. Disponível em: <http://www.sinduscon-mg.org.br/por-discordar-da-pratica--adota-pela-pbh-setor-da-construcao-se-afasta-da-iv-conferencia-municipal-de-politica-urbana-bh-2/>

Vereador, aprove o plano diretor. Vereador, aprove o plano diretor, 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/hashtag/vereadorliberaoplanodiretor?source=feed_text&story_id=10154335710899800

2. imagem: **Ônibus atingido pelo Viaduto dos Guararapes**. <http://esquerdasocialista.com.br/perdemos-a-batalha-dos-guararapes/>

3. texto: MLB, Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra et al. Está tendo Copa, agora vai ter casa! Ocupações Urbanas realizam ocupação simultânea da porta da PBH, da URBEL e do prédio da AGE.2014. Disponível em:

<https://brigadaspopulares.org.br/estando-copa-agora-vai--ter-casa-ocupacoes-urbanas-realizam-ocupacao-simultanea-da-porta-da-pbh-da-urbel-e-do-predio-da-age/>

5. texto: MPL-BH. Sobre. 2014. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopasselivrebh/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info

6. imagem: **Marcha das Ocupações da Izidora**. 2014. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=612285835536161&set=a.532487993515946.1073741832.100002642515324&type=3&theater>

2014(4)

1. imagem: **Policiais do interior assistem a treinamento no estádio Independência em Belo Horizonte**. Jornal Hoje em Dia <http://hojeemdia.com.br/horizontes/po%C3%ADcia-refor%C3%A7a--efetivo-para-a%C3%A7%C3%A3o-d-e-despejo-no-isidoro-1.270782>

4. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

6. imagem: **Oficina de enfrentamento ao machismo em espaços públicos**. Tarifa Zero-BH, 2014. https://scontent.fplu3-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0--9/10649516_784967821565130_6041259089073597765_n.jpg?oh=1b8af1d89f78985721c6d1fa22dd2de4&co=582B441

7. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

8. texto: Mam-BH. Carta de Diretrizes para Candidatos às eleições de 2015. Disponível em: http://www.mambh.com.br/site/?p=noticias_ver&id=497

11. texto: VELOSO, André

Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

14. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

2015(1)

2. imagem: **Polícia Militar reprime manifestantes na Rua da Bahia em Belo Horizonte**. Marcos Vieira, 2015 em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/12/interna_gerais,677830/conflito-em-manifestacao-contra-tarifa-de-onibus-em-bh-termina-com-cer.shtml

3. imagem: **Manifestantes fecham parte da Avenida Amazonas em Belo Horizonte**. Pedro Ângelo, 2015. <http://g1.globo.com/minas-gerais/transito/noticia/2015/08/protesto-fecha-avenida-amazonas-contr-aumento-de-passagens-em-bh.htm>

4. texto: VELOSO, André Henrique de Brito. O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2015.

10. texto: BERQUÓ, Paula Bruzzi. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte : entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

2015(2)

4. imagem: **Marcha da Ocupações da Izidora**. Pedro Gontijo, Gustavo Ferreira, Sandoval Souza e Caio Santos, 2015. <https://medium.com/jornalistas-livres/marcha-contr--despejo-de-8-mil-fam%C3%ADas-chega-%C3%A0-prefeitura-de-belo-horizonte-ff0655f688dc#.m6toynqp>

9. imagem: **Segundo Ato Contra o Aumento da Tarifa**. Maxwell Vilela, 2015.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=941671859207496&set=a.941639219210760.1073741883.100000940727925&type=3&theater>

11.imagem: **Mutirão de limpeza no entorno do Parque Jardim América.** Parque Jardim América, 2015.

<https://www.facebook.com/ParqueJABh/photos/a.1608276642769405.1073741839.1530980260499044/160827526102650/?type=3&theater>

12. -

2015(3)

1.texto: Comissão de Manutenção da Ocupação. CARTA DE PRINCÍPIOS - OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Disponível em:

https://www.facebook.com/movimentoopassivelbh/photos/a.1485218031771691.1073741828.1485027061790788/1501073930186101/?type=3&hc_ref=SEARCH

4.texto: Câmara Ocupada Contra o Aumento. Manifestantes decidem encerrar a Ocupação da Câmara. 2015. Disponível em:

<https://www.facebook.com/notes/tarif-a-zero-bh/manifestantes-decidem-encerrar-a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-c%C3%A2mara/978161692245741>

2015(4)

8.imagem: **Casa em Bento Rodrigues soterrada pela lama após o rompimento da barragem.** Avener Prado, 2015.

<http://temas.folha.uol.com.br/o-caminho-da-lama/capitulo--2/entorno-de-barragem-rompida-em-mariana-mg-vira-museu-da-lama.shtml>

9.imagem: **Cartaz no segundo protesto Fora Cunha.** Pedro Gontijo, 2015.

[http://www.otempo.com.br/cidades/quase-500-pessoas-partici-](http://www.otempo.com.br/cidades/quase-500-pessoas-partici)

[pam-de-ato-pela-sa%C3%ADda-de-eduardo-cunha-em-bh-1.1161129](http://www.otempo.com.br/cidades/quase-500-pessoas-participam-de-ato-pela-sa%C3%ADda-de-eduardo-cunha-em-bh-1.1161129)

13.imagem: **Ato não foi um acidente, em apoio às vítimas de Bento Rodrigues.** Reprodução/TV Globo.

<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em--mariana/noticia/2015/11/ativistas-protestam-contrasamarco-em-bh-por-rompimento-de-barragem.htm>

2015-2016

8.imagem: **Marcha pelo Clima em Belo Horizonte.** Webarcondicionado, 2015.

<http://www.webarcondicionado.com.br/confira-como-foi-a--marcha-pelo-clima-no-brasil>

6.texto: Mayer, Joviano. Reunião do Comam em 22/12/2015 com vitória para a Mata do Planalto. 2015.

Disponível em:
<https://www.facebook.com/1536646969929195/videos/1646176532309571/>

7.imagem: **Cartilha sobre o Novo Plano Diretor distribuída durante a audiência pública.** Movimento Nossa BH, 2015.

<https://www.facebook.com/MovimentoNossaBH/photos/a.315991771748082.94790.256817810998812/1256541514359765/?type=3&theater>

8.imagem: **Manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus municipais e metropolitanos.** Alexandre Guzanche, 2016.

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/08/interna_gerais,723338/manifestantes-fazem-ato-contramento-das-passagens-de-onibus-em-belo.shtml

10.texto: Do Vale, João Henrique. MP entra com ação para tentar suspender aumento das passagens de ônibus em BH. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2016. Disponível em:

[://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/04/interna_gerais,721739/mp-entra-com-acao-para-tentar-suspender-aumento-das-passagens-de-onibus.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/04/interna_gerais,721739/mp-entra-com-acao-para-tentar-suspender-aumento-das-passagens-de-onibus.shtml)

13.imagem: **Terceiro ato contra o aumento da tarifa.** Maxwell Vilela, 2016.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1021959814512033&set=a.1021959687845379.1073741890.100000940727925&type=3&theater>

2016(1)

2.imagem: **Encontro dos Blocos de Carnaval na Praça da Estação.** Priscila Musa, 2016.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10151420224769780&set=a.10151419927209780.497369.535529779&type=3&theater>

3.imagem: **Ciclista agredido por policial militar durante o Bloco da Bicicletinha.** Autor desconhecido, 2016.

<http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-cobra-->

<http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-cobra-->

13.imagem: **Mulheres das Ocupações da Izidora ocupam o CRAS Zilah Spósito exigindo educação e saúde para os moradores das ocupações.** Cidade que Queremos BH, 2016.

<https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/photos/pcb.1019524441426537/1019523341426647/?type=3&theater>

14.imagem: **Grafite na Casa de Referência da Mulher Tina Martins.** Movimento de Mulheres Olga Benário, 2016.

<https://www.facebook.com/OcupacaoTinamartins/photos/a.1312278295465596.1073741828.1312231568803602/1394513517242073/?type=3&theater>

2016(2)

3.imagem: **Ato em defesa da democracia.** Rodrigo Clemente, 2016.

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/18/interna_politica,745116/milhares-de-pessoas-voas-ruas-de-belo-horizonte-em-defesa-do-governo.shtml

15.imagem: **Jean Wyllys tenta cuspir em Bolsonaro durante a votação no Congresso.** Jornal O Tempo, 2016.

<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/jean-wyllys-e--bolsonaro-trocamos-insultos-e-cusparadas-em-sess%C3%A3o-1.1281419>

2016(3)

1.texto: Diário Gaúcho. Ministério Público Federal recebe 9.714 denúncias contra Bolsonaro, após manifestação na sessão do Impeachment. Jornal Diário Gaúcho. Porto Alegre, 20 de abril de 2016. Disponível em:
<http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/dia-a--dia/noticia/2016/04/ministerio-publico-federal-recebe-9-714-denuncias-contra-bolsonaro-apos-manifestacao-na-sessao-do-impeachment-5781985.html>

5.imagem: **Marcha das Ocupações contra o golpe: é o povo sem medo.** Gustavo Ferreira, 2016.

<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/pcb.36292557164659/?type=3&theater>

6.imagem: **Marcha das Mulheres pela democracia.** Maxwell Vilela,

2016.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1086535554721125&set=a.1086534598054554.1073741904.100000940727925&type=3&theater>

9.imagem: **Acampamento pela Democracia.** Maxwell Vilela, 2016.
<https://br.pinterest.com/pin/546131892295529931/>

2016(4)

1.texto: LOPES, Valquíria. Transporte de bicicletas é autorizado em ônibus e estações de BH. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 13 de maio de 2016. Disponível em:
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/05/13/interna_gerais,762369/transporte-de-bicicletas-e-autorizado-em-onibus-e-estacoes-de-bh.shtml

2.imagem: **#FunarteOcupada. Funarte MG Ocupada,** 2016.

<https://www.facebook.com/funartemgocupada/photos/a.1021004014656319.1073741825.1020999157990138/1021004027989651/?type=3&theater>

5.imagem: **Marcha Fora Temer.** Maxwell Vilela, 2016. Disponível em:
<https://br.pinterest.com/pin/546131892295524136/>

7.texto: Ocupação CRJ. #ocupaCRJ. 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/OcupaCRJ/photos/a.167940266941193.1073741828.167849370283616/168250423576844/?type=3>

9.imagem: **Ato Volta Querida.** Maxwell Vilela, 2016.

<https://br.pinterest.com/pin/546131892295530375/>

10.imagem: **Ato todas elas.** Maxwell Vilela, 2016.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1107469822627698&set=a.1107454762629204.1073741916.100000940727925&type=3&theater>

12.texto: Costa, Flávio e Azevedo, Guilherme. Após invasão do MTST, governo recua e retoma Minha Casa, Minha Vida Entidades. Portal Uol Notícias. São Paulo, 01 de junho de 2016. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas--noticias/2016/06/01/apos-invasao-e-protestos-temer-retoma-parte-do-minha-casa-minha-vida.htm>

14.imagem: **Despejo violento das Ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira.** Fala Chico, 2016.
<http://www.falachico.org/2016/06/denuncia-de-despejo-em-bh-e--clamor-de.html>